



**Fundação Perseu Abramo**



**Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais**

**Programa de Mestrado Profissional**

**MARIA ANTONIA SILVA DE ARCANJO**

## **ECONOMIA SOLIDÁRIA**

**Um estudo de caso sobre o impacto da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) nas organizações de economia solidária em Belém-Pa.**

São Paulo

2016

**Maria Antonia Silva de Arcanjo**

## **ECONOMIA SOLIDÁRIA**

**Um estudo de caso sobre o impacto da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) nas organizações de economia solidária em Belém-Pa.**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas, Fundação Perseu Abramo.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Ana Luíza Matos de Oliveira. Economista (UFMG), Mestre em Desenvolvimento Econômico (Unicamp).

São Paulo

2016

---

Arcanjo, Maria antonia Silva de Arcanjo, Economia Solidária. Um estudo de caso sobre o impacto da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) nas organizações de economia solidária em Belém-Pa./ Maria Antonia Silva de Arcanjo; Orientadora, Prof. Ana Luíza Matos de Oliveira.

207 f.: il.; 30 cm

Inclui bibliografias.

Dissertação (Mestrado) – Fundação Perseu Abramo, Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais. Programa de Mestrado Profissional. São Paulo, 2016.

1. Introdução. 2. História da Economia Solidária. 3. A Economia Solidária como Política Pública No Brasil. 4. O Impacto da Criação da Senaes nas Organizações de Economia Solidária de Belém-Pa. 5. Considerações Finais. OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de, orientadora.

À minha Mãe, Francisca Maria Silva Arcaño, pela vida que doou trabalhando pela dignidade de sua família.

Ao meu Pai, João Rafael Arcaño, pela sua luta para garantir o sustento da família.

Ao meu esposo Geraldo Irineu Pastana de Oliveira, pelo seu compromisso com a luta pela justiça social e apoio no desenvolvimento deste trabalho.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha Mãe, uma mulher determinada na luta para conquistar uma vida digna, com um tino administrativo aguçado, buscando sempre alternativas, junto com meu pai, para melhorar as condições de vida da família. Sempre batalhou pelos nossos estudos, exercendo a profissão de trabalhadora rural e de costureira. Faleceu aos 86 anos.

Ao meu pai, um homem tranquilo e muito trabalhador. Desenvolveu a agricultura e também trabalhou na extração da borracha, nos seringais nativos do Pará. Era muito alegre e mesmo durante os trabalhos nos divertia contando histórias fictícias que faziam a gente lhe ajudar, sem reclamar. Faleceu aos 76 anos.

As minhas irmãs e irmãos pelo incentivo aos meus estudos: Ivonete A. Pinheiro, Iracema A. Castro, Iria S. Arcanjo; Geraldo S. Arcanjo, Estanislau S. Arcanjo, Everaldo S. Arcanjo e Francisco Erivan S. Arcanjo.

À diretoria da Fundação Perseu Abramo, especialmente ao Professor Marcio Pochmann.

Aos professores e às professoras do Mestrado: Reginaldo Moraes, Eduardo Tadeu, Alexandre Guerra, Guilherme Mello, Ana Luiza M. de Oliveira, Josué Medeiros, Ubiratã Souza, Maria Maeno, William Nozaki, Laura Tavares, Salete Valesan, Julio Jacobo, Eduardo Fagnani, Ana Fonseca, além de Héber Rocha e Julia Tibiriçá, da área técnica da FPA, que nos orientaram sobre os conteúdos e trabalhos do Mestrado.

Especialmente quero agradecer à Professora, orientadora desta dissertação, Dra. Ana Luiza Matos de Oliveira, que socializou seus conhecimentos científicos orientando o processo de elaboração deste trabalho de conclusão do Mestrado.

Faço uma homenagem carinhosa a todas as minhas amigas e amigos da primeira turma de mestrado da FPA, pela ajuda na superação das dificuldades e compartilhamento do aprendizado: Ailton Junior; Alberto Barbosa, Amanda Lemes, Ana Aparecida, Clarice Freitas, Clarissa Jokowski, Fábio Rodrigues, Fabio Betti, Fernando Pacheco, Geraldo Silva, Giany Povia, Guido Coutinho, Gleide Andrade, Jaci Sabina, Jeanne Lina, Jeronimo Neto, Jocivaldo dos Anjos, Joellen Ferreira, Jorge Alberto, Jose Cano Neto, José Manoel, Jozafa Maciel, Katia Goulart, Lais Paiva, Luis Henrique, Luiz Otávio, Manoel Martins, Maria Ines, Maurício Manoel, Meire Rose, Rafael Honório, Ricardo Gonçalves, Rodrigo Callou, Silvana Barboza, Tiago Motta, Vanda Santana e Vladimir Milton Pomar.

Sou grata aos amigos: Augusto Ramos que me orientou para ter acesso na inscrição desse Mestrado; Alex Pamplona que socializou seus conhecimentos técnicos de comunicação eletrônica; Guilherme Carvalho, da FASE Belém, que socializou conhecimentos técnicos e políticos sobre elaboração de trabalhos acadêmicos; o coordenador do setorial de Economia Solidária do PT Estadual-Pa., Luis Dantas, por sua disposição em fazer esclarecimentos sobre a problemática em análise nesta dissertação; João Corrêa, educador popular, que atuou na FASE Belém, assessorando na criação dos Fóruns de ES e nos estudos sobre a organização dos Arranjos Produtivos Locais; ao professor Armando Lírio que foi coordenador da ITCP/UFPA e apresentou sua visão sobre o avanço da ES em Belém; o educador popular Fábio, da Cáritas Norte II, por suas orientações em relação a dados e referências bibliográficas sobre a hipótese levantada nesta pesquisa; João Claudio Tupinambá Arroyo, que coordena o curso de Formação em economia solidária (CFES) Amazônia II, no Pará, e se dispôs a esclarecer o processo histórico da ES em Belém; Avelino Ganzer que foi da coordenação da ADS/CUT na região Norte e ajudou na compreensão sobre a economia solidária no contexto brasileiro dos anos de 1990; às lideranças Lúcia Miranda, Gercina Araújo, Débora Baia, Jonas de Jesus, Igina Sales, Apolônio Brasileiro, Domingas de Paula M. Caldas, pelas informações e convites para os eventos da Economia Solidária em Belém; a pedagoga Rosevania Valente, que nos subsidiou com informações técnicas sobre os dados das entrevistas; assim como Ivanize Carvalho, Tânia Sena, Ricardo Ganzer e Sérgio Costa, que contribuíram no levantamento de informações e na sistematização dos dados.

Agradeço, a Yara Ganzer e Professora Miriam Aymeé que contribuíram na tradução de textos em línguas estrangeiras; minha sobrinha Gilziane Maia Oliveira por todas as orientações sobre a elaboração da dissertação; minha enteada Luciana Cristina Oliveira que contribuíram para que fosse possível dar conta desse processo de elaboração. Meu enteado Guilherme Pastana que contribuiu na correção ortográfica desta dissertação.

Por fim, agradeço, especialmente, a meu esposo Geraldo Pastana, teólogo e filósofo, ex-parlamentar e ex-prefeito de Belterra-Pa., do Partido dos Trabalhadores-PT, que sempre foi capaz de compreender e apoiar meus estudos na graduação, quando cursei Pedagogia na Universidade Federal do Pará, no curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas na Universidade de Campinas-SP e neste curso de Mestrado sempre me incentivando para que fosse possível me dedicar na busca da elaboração desta dissertação.

## RESUMO

O objeto deste trabalho é a Economia Solidária (ES) e a análise do seu impacto como Política Pública, do governo federal, sob a gestão da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), nas organizações de economia solidária no município de Belém-Pa., na década de 2003 a 2013. A investigação se deu sob o prisma do estudo científico, com base na modalidade Estudo de Caso, com o objetivo de averiguar se as políticas governamentais da SENAES influenciaram no desenvolvimento endógeno de Belém.

A partir destas definições procedeu-se com os estudos bibliográficos sobre os seguintes conteúdos: a história da ES, como contraponto ao sistema de exploração do trabalho e a concentração da riqueza, no século XVIII e XIX; as experiências e as teorias da ES e suas múltiplas dimensões de crítica ao sistema vigente, transição para um novo sistema econômico e utopia que aponta para a superação do domínio do capital, por meio da construção de um novo modo de produção, baseado nos princípios da solidariedade e cooperação, autogestão, democracia e participação, responsabilidade social e ambiental; a recente história da ES no Brasil e sua evolução como política pública do governo federal; a história e a caracterização social, econômica e política do município de Belém.

A observação sobre a realidade se deu por meio dos estudos bibliográficos, da participação em eventos das organizações de Economia Solidária em Belém, e dos levantamentos junto às EAF e EES, visando ter acesso aos dados comprobatórios dos efeitos práticos das ações da SENAES, nas organizações de ES em Belém-Pa.

A sistematização dos dados a pesquisa de campo foi determinante para se fazer uma avaliação da eficácia e da efetividade, das ações da SENAES, no desenvolvimento endógeno do município. Todas essas informações e aprendizagens possibilitaram emitir uma opinião, fundamentada, na conclusão deste trabalho e apontar os desafios a serem enfrentados, pelos segmentos protagonistas da ES, na perspectiva de se consolidar em uma força política, capaz de influenciar no desenvolvimento endógeno no município de Belém-Pa.

Palavras-chave: economia solidária; modo de produção capitalista; modo de produção solidário; geração de trabalho e renda; associativismo e cooperativismo; autogestão; políticas públicas.

## RESUMEN

El objeto de este trabajo es la Economía Solidaria (ES) y el análisis de su impacto como Política Pública, del gobierno federal, bajo la gestión de la Secretaría Nacional de Economía Solidaria (SENAES), en las organizaciones de ES en el Municipio de Belém/PA, entre el 2003 y 2013. La investigación se realizó bajo el punto de vista del estudio científico, con base en la modalidad Estudio de Caso, con el objetivo de averiguar si las políticas gubernamentales de la SENAES influyeron en el desarrollo endógeno de Belém.

A partir de estas definiciones se procedió con los estudios bibliográficos acerca de los siguientes contenidos: la historia de la ES, como contrapunto al sistema de explotación de trabajo y la concentración de la riqueza, en el siglo XVIII y XIX; las experiencias y las teorías de la ES y sus múltiples dimensiones de crítica al sistema vigente, transición para un nuevo sistema económico y utopía que apunta a la superación del dominio del capital, por medio de la construcción de un nuevo modo de producción, basado en los principios de solidaridad y cooperación, autogestión, democracia y participación, responsabilidad social y ambiental; la reciente historia de la ES en Brasil y su evolución como política pública del gobierno federal; la historia y la caracterización social, económica y política del Municipio de Belém.

El acceso al conocimiento de la realidad en la ES en Belém fue a través del estudio bibliográfico, la participación en eventos de las organizaciones embrionarias de ES y levantamientos junto a las EAF (Entidad de Apoyo y Fomento) y EES (Emprendimientos Económicos Solidarios), como mecanismo de acceso a los datos comprobatorios de los efectos prácticos de las acciones de la SENAES, en las organizaciones de ES en Belém/PA.

La sistematización de los datos, la investigación de campo fue determinante para hacer una evaluación de la eficacia y de la efectividad, de las acciones de la SENAES, en el desarrollo endógeno del municipio. Todas esas informaciones y aprendizajes posibilitaron emitir una opinión, fundamentada en la conclusión de este trabajo y apuntar los desafíos que serán enfrentados por los segmentos protagonistas de la ES, con la perspectiva de consolidarse en una fuerza política, capaz de influenciar en el desarrollo endógeno en el Municipio de Belém/PA. Palabras clave: economía solidaria, modo de producción capitalista; modo de producción solidario; generación de trabajo y renta; asociativismo y cooperativismo; autogestión; políticas públicas, desarrollo endógeno.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 -	O teatro da Paz em Belém, construído em 1878	114
Fotografia 2 -	Inauguração da 1ª fase do Projeto Macrodrenagem do Tucunduba em Belém-Pa.	120
Fotografia 3 -	Fórum Paraense de Economia Solidária, na Câmara Municipal de Belém, no dia da aprovação da Lei Municipal de ES	141
Fotografia 4 -	Fotografia 5 – Membros da Diretoria da CONCAVES, eleitos/as como delegados e delegadas, na III Conferência Estadual, para a III Conferência Nacional de ES	173
Fotografia 5 -	Fotografia 6 - Articulação entre o Banco Comunitário Tupinambá e o Banco Palmas	165

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Distribuição dos EES, em rede, por região no Brasil em 2006	88
Gráfico 2 -	Expansão da ES no Brasil	100
Gráfico 3 -	Cargo ocupado pelos/as entrevistado/as em Belém-Pa.	146
Gráfico 4 -	Tempo de atuação em ES dos/as entrevistado/as	146
Gráfico 5 -	Grau de instrução dos/as entrevistado/as	146
Gráfico 6 -	Avaliação geral da SENAES pelos/as entrevistado/as	148
Gráfico 7 -	Atuação da SENAES em Belém-Pa.	149
Gráfico 8 -	Avanço da ES em Belém-Pa.	150
Gráfico 9 -	Lacunas do trabalho da SENAES em Belém-Pa.	151
Gráfico 10 -	Problemáticas da ES em Belém-Pa.	152
Gráfico 11 -	EES antes e depois da SENAES em Belém-Pa.	162

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Formas de organização da ES no Brasil	101
Tabela 2 -	Distribuição Regional da ES no Brasil	101
Tabela 3 -	Formas de organização da ES em cada região do país	102
Tabela 4 -	Número de associados em EES, por sexo, no Brasil	102
Tabela 5 -	Atividades econômicas dos EES no Brasil	103
Tabela 6 -	Dados referentes a sexo e idade dos entrevistados/as em Belém-Pa.	146
Tabela 7 -	Recursos investidos pela SENAES nos projetos no período de 2003 a 2010	156
Tabela 8 -	Recursos investidos pela SENAES, por abrangência nacional e regional, NO PERÍODO 2003 A 2010	156
Tabela 9 -	Distribuição de projetos por ações agregadas – 2003 a 2010	156
Tabela 10 -	Formas de organização da ES em Belém-Pa.	162

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	EES que participaram da pesquisa em Belém-Pa.	144
Quadro 2 -	EAF que participaram da pesquisa em Belém-Pa.	145
Quadro 3 -	Motivação dos/as entrevistados/as para estar atuando na ES	145
Quadro 4 -	Os impactos da atuação nacional da SENAES em Belém-Pa.	157

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Caracterização do Estado Nação	66
Figura 2 -	Objetivos do Programa Brasil Local	90
Figura 3 -	Mapa dos Bairros de Belém-Pa.	122
Figura 4 -	O ciclo das Políticas Públicas	155

## LISTA DE SIGLAS

ABCRED	Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito,
ADS-CUT	Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores
ANTEAG	Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e de Participação
APC	Associação Popular de Consumo
ARTPAM	Associação de Artesãos e Expositores do Pará e da Amazônia
ATICEHB	Associação dos Trabalhadores Informais do Centro Histórico de Belém.
BCB	Banco Central do Brasil
BCD	Banco Comunitário de Desenvolvimento (Banco Tupinambá)
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEF	Caixa Econômica Federal
CFES	Centros de Formação em Economia Solidária
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
COARTI	Cooperativa dos Artesãos de Icoaraci
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CONAES	Conferências Nacionais de Economia Solidária
CONCAVES	Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis
CONCRAB	Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONES	Cooperativa Nova Esperança
COARPAM	Cooperativa de Artesanato do Pará e da Amazônia
COOPBEL	Cooperativa de Prestação de Serviços de Belém
CPS	Crédito Popular Solidário e Entidades Similares
DF	Distrito Federal
DRTS	Delegacias Regionais do Trabalho
EES	Empreendimento Econômico Solidário

ES	Economia Solidária
FAS	Fundo de Apoio Social
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBB	Fundação Banco do Brasil
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FPEPS	Fórum Paraense de Economia Popular e Solidária
FSM	Fórum Social Mundial
GT	Grupo de Trabalho
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISSAR	Instituto Saber Ser Amazônia Ribeirinha
ITCP/UFPA	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MinC	Ministério da Cultura
MJ	Ministério da Justiça
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MNCMR	Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis
MOCAMBO	Movimento Afrodescendente do Pará
MPO	Ministério do Planejamento e Orçamento
MS	Ministério da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PlanSeQ ECOSOL	Plano Setorial de Qualificação Profissional e Social em Economia Solidária
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PP	Política Pública

PPA	Plano Plurianual
PPDLES	Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária
PRONACOOP	Programa Nacional de Fomento ao Cooperativismo de Trabalho
PRONADES	Programa Nacional de Economia Solidária
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
RECID	Rede de Educação Cidadã
SAEMA	Sociedade Assistencial Mãe Admirável
SCJS	Sistema de Comércio Justo e Solidário
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES	Sistema de Informações em Economia Solidária
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SPPE	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
SRTEs	Superintendências Regionais de Trabalho e Emprego
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
UNICAFES	União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNISOL	Central das Cooperativas e Empreendimentos Solidários

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	18
2	HISTÓRIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	23
2.1	O capitalismo revoluciona as relações sociais, em especial o trabalho.....	23
2.2	A economia solidária como alternativa e contraponto à economia capitalista.....	33
2.3	Teorias da economia solidária em discussão no Brasil.....	38
2.4	A recente história da economia solidária no Brasil.....	60
3	A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL	75
3.1	Abordagem sobre concepção de Estado e de Políticas Públicas.....	75
3.2	Panorama do Brasil, nos anos de 1980, 1990 e 2000, que que leva à criação da SENAES.....	73
3.3	A política pública de ES no Brasil: metodologia e estratégias.....	84
3.4	Avanços conceituais, organizacionais e institucionais da ES .....	98
3.4.1	Avanços conceituais .....	98
3.4.2	Avanços organizacionais .....	105
3.4.3	Avanços institucionais .....	112
4	O IMPACTO DA SENAES NAS ORGANIZAÇÕES DE ES EM BELÉM-PA.....	121
4.1	Caracterização da situação econômica e social do município de Belém.....	121
4.2	As experiências de ES em Belém-Pa., antes da criação da SENAES.....	131
4.3	As experiências de ES após a criação da SENAES em Belém-Pa.....	145
4.4	Resultado das entrevistas, sobre o impacto da SENAES em Belém-Pa.	153
4.4.1	A análise do impacto das políticas públicas da SENAS em Belém-Pa. ....	163
4.4.2	Avanços quantitativos.....	171
4.4.3	Avanços qualitativos.....	172
4.4.4	A relevância do impacto da SENAES em Belém-Pa. ....	175
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	178
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	187
	ANEXOS.....	195

## 1 INTRODUÇÃO

Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso. Amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade (FREIRE, 2001).

O presente trabalho de conclusão do Mestrado em Políticas Públicas, focalizou a Economia Solidária (ES) como temática central. A escolha do referido tema se justifica pelo próprio perfil do Mestrado Profissional em Políticas Públicas, da Fundação Perseu Abramo, em convênio com a Faculdade Latina Americana (FLACSO) que se propôs formar profissionais tecnicamente preparados e comprometidos com a transformação das estruturas da sociedade, visando a redução das desigualdades sociais (FPA, 2014).

Em consonância com essa finalidade, as disciplinas desenvolveram conteúdos sobre a trajetória do capitalismo mundial e a formação histórica do Brasil, dentre outros conteúdos, esclarecendo os fatores determinantes da desigualdade social que marcam profundamente a história brasileira. No contexto das políticas públicas do Brasil, a ES configurou-se como uma novidade no século XXI, sendo um dos pilares do programa do governo federal, a partir de 2003, no que se refere ao combate à exclusão, por meio da geração de trabalho e renda, fortalecimento das iniciativas de ES, em sintonia com o propósito político do governo federal de promover a distribuição de renda e oportunidades, “tendo em vista a retomada do desenvolvimento econômico brasileiro e a execução da sua meta prioritária de então: o Programa Fome Zero” (SINGER P. , 2014b, p. 91).

O estudo se desenvolveu com o objetivo de realizar uma pesquisa bibliográfica acerca do processo histórico da Economia Solidária, buscando sua origem na história do capitalismo, a partir do século XVIII, incluindo a história recente deste segmento no Brasil, com realce no desenvolvimento a Política Pública de ES, sob a gestão da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Governo Federal e suas políticas estruturantes no período de 2003 a 2013, tendo em vista elucidar o seguinte problema: A criação da SENAES impactou nas organizações de ES em Belém-Pa.?

A análise do referido problema passou pela investigação da comprovação da seguinte hipótese: a política de ES, desenvolvida pela SENAES, influenciou substancialmente, no desenvolvimento endógeno no município de Belém, fomentando o fortalecimento e a criação de organizações de EES.

A investigação sobre essa problemática exigiu uma pesquisa bibliográfica acerca da história da ES, teorias, análises e sobre a recente história da ES no Brasil que culminou com a

criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e da SENAES; bem como, a contextualização social, econômica e política da cidade de Belém-Pa.; das experiências de ES desenvolvidas neste município. Como subsídio fundamental de análise do problema, procedeu-se com a pesquisa de campo, por meio de levantamentos, diálogos com lideranças protagonistas da ES, participação em eventos promovidos pelo Fórum Metropolitano e Fórum Estadual de ES, bem como, participação em reuniões com EAF's e EES, em Belém-Pa.

O desenvolvimento do estudo buscou elucidar se houve coerência entre o objetivo estratégico da SENAES de “fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário” (SILVA R. M., 2014, p. 1), e a implantação de programas e projetos de desenvolvimento econômico e social, na década de 2003 a 2013, pela SENAES. Uma das constatações iniciais foi a evidência de diversas ações de fomento e fortalecimento, além do caráter participativo e a integração de diversas parcerias na gestão pública, com intenso envolvimento da sociedade civil, no intuito de atender as demandas sistematizadas pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), durante o processo de implantação da SENAES.

Partindo desse pressuposto buscou-se levantar dados sobre a incidência dessas políticas desenvolvidas pela SENAES/MTE, no município de Belém, tendo em vista a comprovação, ou não, da hipótese de solução do problema em análise. Ressalte-se que a SENAES já realizou uma importante avaliação desse período, conforme a seguir:

Em 26 de junho de 2013, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) completou dez anos de funcionamento militante no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Foram dez anos de muito trabalho e muita luta em estreita parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e demais componentes desse movimento, não só em nosso país mas também nos países vizinhos do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e ultimamente, com a recente expansão da economia solidária em países dos seis continentes, que formam a superfície do globo e que compõem, com a economia solidária do Brasil, a Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária (Ripess) (SINGER P. , 2014b, p. 90).

A razão principal do surgimento da política pública de ES, tem como fundamento a luta pela inclusão social, por meio da distribuição de renda, em contraponto ao sistema vigente que concentra a renda e o aumento das desigualdades sociais. Segundo POCHMANN (2008), no início do século XXI, o peso dos mais ricos, na apropriação da renda total, voltou ao mesmo patamar da desigualdade do início do século XX, quando 1% da população ficava com mais de 15% da riqueza nacional, constatando que o crescimento da renda vem sendo apropriado pelos mais ricos (POCHMANN M. , 2008).

O FBES tem a concepção de que a desigualdade social e econômica é inerente ao capitalismo e que, somente a luta organizada dos segmentos excluídos, articulados a nível nacional e internacional, será capaz de influenciar na revisão do papel do Estado, visando aumentar a arregimentação de forças para ir transformando a sociedade, em favor das classes populares, a partir da seguinte compreensão:

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da terra, seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida”.

1. O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.
2. A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.
3. A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.
4. A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial.
5. Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.
6. A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana (FBES 2. , 2003a, p. 1).

A concepção do FBES fortalece a ideia sobre a importância da temática escolhida, considerando o significado da ES na luta geral pela transformação da realidade, em um contexto em que os ditames neoliberais estão se impondo e subjugando ainda mais o Brasil e toda a América Latina, sem limites, com o apoio das elites dessas nações. E, considerando a relação desta temática com a questão política e social, o estudo exigiu a um aprofundamento filosófico sobre qual metodologia estaria norteando o presente trabalho, partindo da realidade para se chegar uma conclusão sobre a questão em análise. Nos inspiramos, portanto, na dialética.

A dialética é um método de análise da realidade que vem se desenvolvendo desde a Grécia antiga por Sócrates, Platão, Aristóteles e Heráclito. De acordo com POLITZER (1979), “a palavra dialética vem diretamente do *dialekein*, que significa discutir. Exprime a luta de idéias contrárias” (POLITZER, 1979, p. 30). Para o autor os filósofos gregos, já desenvolviam suas análises considerando a dialética como a investigação racional da realidade, através da contraposição de elementos conflitantes e a compreensão do papel desses elementos em um

fenômeno. Mas, evidencia que foi Georg Friedrich Hegel, expoente da filosofia clássica Alemã, que identificou três momentos básicos no método dialético: a tese, que o autor caracteriza por uma ideia pretensamente verdadeira; a antítese que, na sua visão, contradiz a tese; e a síntese, entendida como a sistematização do resultado da confrontação dessas idéias. O autor também ressalta que a dialética se contrapõe à metafísica, por se caracterizar como uma visão filosófica que considera o mundo como algo estático e acabado. Enquanto que a dialética compreende o mundo como um conjunto de processos em transformação, em movimento, encontrando-se sempre em vias de se transformar e desenvolver, com a percepção de que o fim de um processo é sempre o começo de outro. Mas, também destaca que a dialética passou a se configurar como um método científico, somente a partir de Karl Marx, um filósofo crítico do idealismo da filosofia clássica alemã, que propôs a dialética materialista como caminho de análise da realidade, tendo por base a investigação científica das contradições sociais, econômicas e políticas (POLITZER, 1979).

Compreendendo a dialética como um método que tem a realidade como ponto de partida e como pressuposto a transformação do *estatus quo*, procedeu com o estudo e análise do processo histórico que transformou o trabalho em mercadoria, com o levantamento histórico e teórico sobre a ES, como contraponto a este subjugo, se orientando por teorias que fundamentam o resgate da centralidade do trabalho como criador da riqueza, mas também criador das condições de dignidade humana para os que trabalham, tendo como princípios básicos: a solidariedade, a cooperação, a autogestão, a participação cidadã e o zelo pelo equilíbrio ambiental no sistema produtivo; em contraposição à ideia do individualismo competitivo e a concentração da riqueza, característicos do sistema vigente.

A modalidade de pesquisa escolhida foi o estudo de caso, considerando o caráter multidisciplinar da temática central, envolvendo conteúdos transversais sobre ciência política, economia, pesquisa em administração pública, sociologia, dentre outras. YIN (2001) destaca o rigor científico desta modalidade de pesquisa, justificando sua especificidade em apreender a totalidade de uma situação geral e interpretar a complexidade de um caso concreto, investigando um tópico empírico, a partir de um conjunto de procedimentos pré-especificados (YIN, 2001).

No entendimento de que o estudo de caso requer um cuidado necessário na construção do novo conhecimento, a ser engendrado, tendo em vista sua validação para o interesse público, cumpriu-se com as seguintes etapas: a) definição do referencial teórico, com base na definição do tema central, o problema, a hipótese e a delimitação da unidade caso - Belém-Pa.; b) estudo e sistematização dos conteúdos sobre os principais fatos históricos da ES; assim como, os

conhecimentos acumulados de autores, precursores contemporâneos, que influenciaram na consolidação da política pública de ES, conforme o foco de cada um dos capítulos; c) levantamento dos dados sobre a influência da SENAES nas organizações de ES, no município de Belém; d) sistematização do relatório final, sobre a relevância das ações da SENAES em Belém, com a análise e interpretação dos dados, para elaboração do relatório final, como conclusão deste trabalho.

Seguindo esta lógica de elaboração, apresenta-se sucintamente a organização do trabalho, em quatro capítulos, além desta introdução:

O capítulo intitulado História da Economia Solidária, desenvolveu um estudo bibliográfico sobre a trajetória do capitalismo, do século XVIII ao século XIX, o qual apresenta os acontecimentos que levaram à transformação da terra, do trabalho e do dinheiro em mercadoria, impregnando uma visão utilitarista do ser humano e do meio ambiente, submetendo a sociedade ao mercado. Diante da catástrofe social produzida pela revolução industrial, provocando um aprofundamento nas estruturas de dominação da sociedade, se desenvolve o subtema sobre a economia solidária como alternativa e contraponto à economia capitalista, onde se destacam as diversas experiências de empreendimentos coletivos e o surgimento do movimento cooperativista. Diante do significado dessas experiências, que aconteceram no seio da sociedade capitalista, se prossegue com um estudo sobre as teorias da economia solidária e a recente história da economia solidária no Brasil.

O capítulo que trata da Economia Solidária como Política Pública no Brasil, que apresenta uma abordagem sobre a conceituação específica de política pública, enfatizando o seu viés político e social; o processo social e político que possibilitou à criação da SENAES, bem como, metodologia e estratégias de implantação das políticas, destacando: avanços conceituais, organizacionais e institucionais da ES no Brasil.

O impacto de criação da SENAES nas organizações de ES em Belém-Pa., constituindo um capítulo que tem como introdução a caracterização da situação econômica e social deste município, seguindo com a sistematização das experiências de ES desenvolvidas em Belém-Pa., antes e depois da criação da SENAES; apresenta o resultado da pesquisa de campo em Belém-Pa., analisando o impacto das ações da SENAES em Belém-Pa., destacando: avanços quantitativos, qualitativos e a relevância do impacto da SENAES em Belém-Pa.

E, por fim, as considerações finais, com observações sobre as ações e influência SENAES no desenvolvimento endógeno no município de Belém, por meio dos EES, subsidiando a conclusão deste trabalho. E, com base nos dados da realidade, apresenta-se alguns

desafios a serem enfrentados pelas organizações protagonistas locais, diante da conjuntura atual, considerando a constatação de que há um movimento da ES latente, capaz de se avançar com mais força e qualidade, engajando-se de forma mais sistemática na construção de um novo modelo econômico, social e político, a partir de uma nova distribuição dos bens e serviços, conduzindo a realização de uma vida coletiva solidária, em cada lugar e articulado a nível nacional, em toda a América e em todo o planeta, conforme nos inspira Milton Santos (2003), com sua proposição de que é preciso assegurar uma reforma do mundo, feita pelos de baixo, interligados num projeto mundial, por uma outra globalização, a favor da justiça social.

## **2 HISTÓRIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

### **2.1 O capitalismo revoluciona as relações sociais, em especial o trabalho**

O estudo sobre economia solidária exigiu maior compreensão acerca da trajetória do capitalismo como sistema social e econômico hegemônico mundial que impôs a lógica da produção de bens e serviços para fins de troca lucrativa; o uso da capacidade humana de trabalho como mercadoria; a competição e maximização do lucro como regras fundamentais da vida humana. O estudo sistematizado por DOBB e SWEEZY (1977), esclarece que tais características começaram a aparecer na sociedade desde a baixa idade média, quando aumenta o poderio econômico e político dos reis, por meio do mercantilismo e do absolutismo. E que, num longo período de transição, entre o século XI e o século XV, com a transferência do centro da vida econômica social e política dos feudos para a cidade, com a crise na agricultura feudal em larga escala, das manufaturas e do comércio internacional, criaram-se as condições para uma forte ruptura na base e superestrutura da sociedade feudal (DOBB & SWEEZY, Paul., 1977a).

Na transição do feudalismo para o capitalismo foi determinante um período de crise, que culmina com a Revolução Inglesa, no século XVII, seguido de um período de expansão econômica que possibilitou o evento da revolução industrial na Grã-Bretanha no século XVIII, caracterizada por um gradual avanço da ciência e tecnologia, influenciando o modo de produção em toda a Europa. Mas, também se registra, neste período, a revolução americana, no final do século XVIII para o século XIX. Essas revoluções aconteceram porque foram criadas algumas condições, sobretudo, o liberalismo político e econômico, que favoreceram para a superação dos entraves que barravam os avanços do capitalismo. Mas, foi a revolução francesa, em 1789, que cumpriu um papel determinante nas mudanças estruturais da sociedade. Esse é o contexto em que se inaugura a Idade Contemporânea, caracterizada pela mudança de um Estado absolutista monárquico, para um Estado Democrático Constitucional em todo o mundo ocidental (DOBB & SWEEZY, Paul, 1977b).

Desta forma, os autores afirmam que a acumulação da riqueza foi o que criou as condições para o surgimento do capitalismo no mundo europeu, fruto da exploração da riqueza em outros continentes, à base do trabalho escravo, como ocorreu no continente Americano e

Africano por meio do sistema de exploração colonial. Na dita era “moderna”, a escravidão também foi estabelecida como um forte componente de dominação ideológica que é o preconceito racial. Essa é a história da exploração do trabalho escravo que tornou possível a produção de grandes excedentes e uma enorme acumulação de riquezas, atendendo às necessidades do capitalismo europeu. O efeito final da ascensão do capitalismo europeu foi, portanto, intensificar o desenvolvimento desigual e dividir o mundo cada vez mais nitidamente em dois mundos: o desenvolvido que explora e o subdesenvolvido que é explorado (DOBB e SWEEZY, 1977b).

Desta forma, o capitalismo passa a ser caracterizado como um sistema voltado para o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da produtividade do trabalho através de recursos técnicos, feito por seres humanos sem posses, que, não sendo mais escravos, vendem sua mão-de-obra por um salário, a fim de obter condições de sobrevivência. E, desta forma, geram lucros para os que compram sua força de trabalho. Essa é a característica da produção no sistema capitalista e da expansão do capital, por meio da exploração massiva dos trabalhadores (WOOD, 2001)

Wood (2001) também ressalta que a base material em que o sistema emergente se fundamentava era a agricultura, em especial na Inglaterra. E que, na passagem do capitalismo agrário para o industrial, a sociedade inglesa tem sua peculiaridade em relação ao resto da Europa: sua industrialização foi o resultado e não a causa da sociedade de mercado. E que, o capitalismo não é uma consequência natural e inevitável da natureza humana. Seu avanço foi resultado das grandes navegações e expansões marítimas europeias, com o acúmulo de riqueza gerado através do comércio de especiarias e matérias-primas, evidenciando as contradições antagônicas entre os interesses das classes sociais: exploradores e explorados.

Sobre essas contradições antagônicas, os autores MARX E ENGELS (1998), esclarecem, no Manifesto do partido comunista, as causas do aumento dessas contradições, na sociedade de capitalista.

A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e oficial, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada, uma guerra que termina sempre, ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta. Nas primeiras épocas históricas, verificamos quase por toda parte, uma completa divisão da sociedade em classes distintas, uma escala graduada de condições sociais. Na Roma antiga encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores feudais, vassallos, mestres, oficiais e servos, e, em cada uma destas classes, gradações especiais.

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Não fez senão substituir velhas classes, velhas condições de opressão, velhas formas de luta por outras novas. Entretanto, a nossa época, a época

da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classes. A sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado (MARX K. F., 1998, pp. 40-41).

No estudo realizado sobre a formação da classe operária inglesa, Thompson (1987), desvela o significado de classe social e o significado de consciência de classe, a partir das mudanças estruturais, durante o evento da primeira fase, da primeira revolução industrial, na Inglaterra, para além da divisão social entre os burgueses-donos dos meios de produção e a classe explorada – o proletariado, formado pelos operários. O autor fundamenta a definição de classe como um fenômeno histórico que surge quando "alguns homens como resultados de experiências comuns, sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem" (THOMPSON E. P., 1987b, p. 10).

De acordo com o autor a experiência de classe se dá no lugar de produção. Enquanto que a consciência de classe depende das relações humanas, determinadas pelas relações de produção, a partir do engajamento dos trabalhadores, no fazer a história política, cultural e econômica. Sem o lugar de produção não há como ter consciência de classe, mas o lugar de produção não é suficiente para se ter consciência de classe. Ou seja, a consciência de classe depende da forma como essas experiências são tratadas em termos culturais, incluindo sistema de valores, ideias e formas institucionais.

O surgimento da classe operária se dá no período da indústria inglesa, entre 1790 e 1830, quando passou a funcionar a energia a vapor, sobretudo na indústria algodoeira. Thompson ressalta que este período precoce de classe operária no cenário nacional, não refletia uma sociedade industrializada. Nesse cenário de mudanças, da velha estrutura agrária para as novas relações de produção, começou a se forjar a consciência de classe; um caminho longo de esclarecimentos e engajamento dos explorados na luta pelos interesses coletivos da classe operária.

Com esses pressupostos o autor define classe social como um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto da matéria-prima da experiência como na consciência.

Mas foi o evento da revolução industrial na Grã-Bretanha no século XVIII, que aprofundou essa mudança estrutural na sociedade, conforme esclarece o autor POLANYI (2000).

A Revolução Industrial foi apenas o começo de uma revolução tão extrema e radical quanto as que sempre inflamavam as mentes dos sectários, porém o novo credo era totalmente materialista, e acreditava que todos os problemas humanos poderiam ser resolvidos com o dado de uma quantidade ilimitada de bens materiais. A história já

foi contada inúmeras vezes: como a expansão dos mercados, a presença do carvão e do ferro, assim como de um clima úmido propício à indústria do algodão, a multidão de pessoas despojadas pelos novos cercamentos do século XVIII, a existência de instituições livres, a invenção das máquinas e outras causas interagiram de forma tal a ocasionar a Revolução Industrial. Já se demonstrou, conclusivamente, que nenhuma causa única merece ser destacada da cadeia e colocada à parte como a causa daquele acontecimento súbito e inesperado.

Mas como pode essa mesma Revolução ser definida? Qual foi sua característica básica? Será que foi o aparecimento de cidades fabris, a emergência de favelas, as longas horas de trabalho das crianças, os baixos salários de certas categorias de trabalhadores, o aumento da taxa populacional, ou a concentração das indústrias?

Imaginamos que todos esses elementos foram apenas incidentais em relação a uma mudança básica, o estabelecimento da economia de mercado, e que a natureza dessa instituição não pode ser inteiramente apreendida até que se compreenda o impacto da máquina numa sociedade comercial. Não pretendemos afirmar que foi a máquina que causou esta mudança, mas insistimos que quando as máquinas complicadas e estabelecimentos fabris começaram a ser usados para a produção numa sociedade comercial, começou a tomar corpo a ideia de um mercado auto-regulável” (POLANYI K. T., 2000a, pp. 58-59).

O mercado auto-regulável passa a ser o fundamento da nova cultura da competição e da busca do lucro, sem medir as formas de exploração da riqueza, conforme a explanação de Polanyi (2000) sobre a motivação que levou esse mercado funcionar sem freios e impedimentos na era moderna.

A transformação implica uma mudança na motivação da ação por parte dos membros da sociedade: a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência. Todas as transações se transformam em transações monetárias e estas, por sua vez, exigem que seja introduzido um meio de intercâmbio em cada articulação da vida industrial. Todas as rendas devem derivar da venda de alguma coisa e, qualquer que seja a verdadeira fonte de renda de uma pessoa, ela deve ser vista como resultante de uma venda. É isto o que significa o simples termo "sistema de mercado" pelo qual designamos o padrão institucional descrito. Mas a peculiaridade mais surpreendente do sistema repousa no fato de que, uma vez estabelecido, tem que se lhe permitir funcionar sem qualquer interferência externa. Os lucros não são mais garantidos e o mercador tem que auferir seus lucros no mercado. Os preços devem ter a liberdade de se autoregularem. É justamente esse sistema auto-regulável de mercados o que queremos dizer com economia de mercado (Polanyi, 2000b, p. 60).

Sobre essa exploração massiva da classe trabalhadora, o autor POLANYI (2000), também esclarece em seu livro - “A grande Transformação” - que a ampliação do mecanismo de mercado aos componentes da indústria, foi a consequência inevitável da introdução do sistema fabril, numa sociedade comercial, fazendo com que inevitavelmente o trabalho e o dinheiro se tornassem mercadorias. E a revolução industrial, ocasionou impactos sérios na vida dos ingleses, principalmente para os mais empobrecidos. Nesse sentido o autor questiona essa lógica da competição na sociedade capitalista de todos contra todos, levantando as seguintes indagações:

Que "moinho satânico" foi esse que triturou os homens transformando-os em massa? Quanto pode se atribuir, como causa, às novas condições físicas? E quanto se pode atribuir às dependências econômicas, que funcionavam sob novas condições? Qual

foi o mecanismo por cujo intermédio foi destruído o antigo tecido social e tentada, sem sucesso, uma nova integração homem-natureza? (POLANYI K. , 2000c, p. 51).

O questionamento de Polanyi se fundamenta no fato de que, com a expansão da economia de mercado na Inglaterra, no século XIX, um novo tipo de sociedade havia emergido, distinta de tudo o que se conheceu até então, considerando que, nos sistemas produtivos anteriores à dita Revolução Industrial, os interesses econômicos, eram mínimos, imperando as relações sociais e familiares. E, com a expansão do sistema fabril, a sociedade passou a ser um imenso mercado regido pelo interesse e pelo lucro, sendo o trabalho entendido como um negócio tal como outro qualquer.

Segundo Polanyi (2000), a sociedade buscou se proteger contra os perigos inerentes a esse sistema de mercado autoregulável, por meio da Lei Speenhamland, criada em 1795, na tentativa de impedir a criação de um mercado de trabalho na Inglaterra, e de se garantir o direito de viver, por meio do abono salarial, ao indivíduo que estivesse necessitando de assistência para viver com dignidade. Porém, em 1834, a Lei Speenhamland deixou de vigorar, atendendo ao interesse voraz dos que consideravam a necessidade de funcionamento de um mercado de trabalho competitivo, sem maiores impedimentos e regulações, comparando-se a um "moinho satânico", como ele preferiu denominá-lo, porque a supremacia do mercado passou a destruir todas as relações sociais. Nesse sentido, o autor apresenta um levantamento detalhado das leis inglesas daquela época, destacando: a privatização das terras; a Lei dos Pobres de 1834; a Lei da Reforma de 1831, que deu enorme poder aos empregadores; a Lei do Trigo em 1846; o estímulo a imigração ou a ampliação do sistema prisional. Desta forma Polanyi mostra como o Estado criou as condições para a sociedade passar a ser submetida ao mercado, gerando um novo sistema social onde todos os indivíduos passaram a ser considerados peças de uma engrenagem em prol do mercado.

Mas o autor também pondera que, diante da complexidade da sociedade de mercado, nem Ricardo, nem Malthus, assim como outros economistas, não conseguiram esclarecer como funcionava o sistema capitalista e que, somente após um século da publicação do livro - "Riqueza das Nações" - de Adam Smith, foi possível se ter noção do que seria uma sociedade subjugada a um sistema de mercado. O autor analisa que, embora Adam Smith insistisse em dizer que nenhuma sociedade pode progredir se a grande maioria de seus membros é pobre e miserável, Polanyi (2000), afirma que tais ideias, apesar de justas, não foram comprovadas. E observa que, ao contrário, aumentou a concentração da riqueza, de um lado, por uma minoria rica e, a miséria de outro, para uma grande maioria. Esses aspectos contraditórios, também são

observados, pelo autor, nos fundamentos da teoria econômica, dos economistas clássicos, que, além de confusas, também justificavam a economia de mercado nascente e o seu crescimento como um poder esmagador na sociedade.

Nesse contexto de contradições, Polanyi (2000), destaca a atuação do reformista social, Robert Owen, que é considerado um dos fundadores do cooperativismo e, por essa razão, também considerado um socialista utópico, enfatizando que ele tinha profunda consciência da distinção entre sociedade e estado e reconhecia a sociedade como um fenômeno que influencia na formação do caráter. As suas ideias socialistas se baseavam na necessidade de uma reforma da consciência humana, a ser atingida pelo reconhecimento da realidade da sociedade. E registra que Robert Owen, em 1817, como um dos componentes do setor industrial, que possuía de fato conhecimento prático da indústria, estava aberto a uma visão crítica do que vinha ocorrendo na economia e na sociedade. Por essa razão foi capaz de descrever as consequências que decorrem das manufaturas, ao ponto de gerar um novo caráter em seus habitantes, tendo como maiores consequências a degradação e a miséria. A seguir, Polanyi descreve as observações sobre as ideias de Robert Owen, em relação à degradação no campo e nas aldeias, na sociedade de mercado.

Robert Owen, em 1817, descreveu o caminho no qual penetrara o homem ocidental e suas palavras resumiam o problema do século vindouro. Ele apontou as importantes consequências que decorrem das manufaturas "deixadas a seu progresso natural". A difusão geral das manufaturas através de um país gera um novo caráter em seus habitantes. Como esse caráter se forma a base de um princípio bastante desfavorável à felicidade individual ou geral, ele produzirá os males mais lamentáveis e permanentes, a não ser que sua tendência seja contrabalançada pela interferência e direção legislativa. A organização do total da sociedade sob o princípio do ganho e do lucro deveria ter resultados de longo alcance. Ele formulou esses resultados em termos de caráter humano. O efeito mais óbvio do novo sistema institucional era, sem dúvida, a destruição do caráter tradicional das populações organizadas e sua transmutação em um novo tipo de gente, migratório, nômade, carente de auto-respeito e disciplina – seres rudes e brutais dos quais eram exemplo tanto o trabalhador como o capitalista. [...]. Dessa maneira, graves males seriam produzidos, a menos que as tendências inerentes às instituições de mercado fossem contidas por uma direção social consciente, efetivada através da legislação. É verdade que a condição dos trabalhadores, que ele deplorava, decorria parcialmente do "sistema de abonos". Mas, na sua essência, o que ele observava era verdadeiro tanto em relação aos trabalhadores da cidade como das aldeias, isto é, que "eles estão agora numa situação infinitamente mais degradante e miserável do que antes da introdução dessas manufaturas, de cujo sucesso depende agora a sua mera subsistência". Mais uma vez ele atinge aqui o fundo da questão, enfatizando não os rendimentos, mas a degradação e a miséria. [...] A Revolução Industrial estava causando uma desarticulação social de estupendas proporções, e o problema da pobreza era apenas o aspecto econômico desse acontecimento (POLANYI K. , 2000d, pp. 156-157).

Segundo Polanyi (2000), o processo econômico, passara a triturar a própria sociedade; razão pela qual ele expressa a sua preocupação com a devastação social de um sistema incontrolado: a economia de mercado. Mas, também, registra a luta social que houve no século

XIX, por meio da força organizada dos sindicatos e das leis fabris, havendo um duplo movimento: de um lado, os mercados que se alastravam em todos os continentes, de outro uma rede de medidas e políticas buscavam se integrarem em poderosas instituições com o objetivo de cercear a ação do mercado em relação ao trabalho, à terra e ao dinheiro. E, enquanto a organização mundial dos mercados, mercadorias, mercados de capitais e dos mercados mundiais de moedas, sob a égide do padrão-ouro, fortaleceram os mecanismos de mercados, surgiu um movimento organizado para resistir aos efeitos nocivos de uma economia controlada pelo mercado. É nesse embate que se avança para a conquista do reconhecimento dos sindicatos em 1870, para defender os interesses sociais e econômicos da classe trabalhadora, forjada na luta organizada contra a exploração, conseguindo alcançar uma articulação internacional, para se proteger contra os perigos que são próprios de um sistema de mercado auto-regulável (POLANYI K. , 2000e).

Sobre as consequências da economia de mercado, Polanyi (2000) tem a compreensão de que esse é um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados; e que, a ordem na produção e distribuição dos bens foi submetida a esse mecanismo auto-regulável, ocasionando uma disputa no ser humano, afim de sempre lucrar e ganhar mais, sem medir as consequências. Para ele esse termo, autoregulação, significa que toda a produção é para a venda no mercado. E que todos os rendimentos derivam de tais vendas. “Há mercados para todos os componentes da indústria, como: bens, trabalho, terra e o dinheiro, sendo seus preços chamados de preços de mercadoria, salários, aluguel e juros” (POLANYI K. , 2000e, p. 90). O estudo do autor sobre essa realidade levou-o a conclusão de que o mercado é a única figura organizadora no âmbito econômico, impondo a separação da sociedade em esferas políticas e econômicas. Nesse sentido, afirma que:

Os mercados de trabalho, terra e dinheiro são, sem dúvida, essenciais para uma economia de mercado. Entretanto, nenhuma sociedade suportaria os efeitos de tal sistema de grosseiras ficções, mesmo por um período de tempo muito curto, a menos que a sua substância humana natural, assim como a sua organização de negócios, fosse protegida contra os assaltos desse moinho satânico (POLANIY, 2000f, p. 95).

Pochmann (2013), estudando sobre esse processo de desenvolvimento do sistema capitalista, constatou que na sua primeira fase, denominada de capitalismo comercial ou pré-capitalismo, que se estende do século XVI ao XVIII, com as grandes navegações e expansões marítimas europeias, a burguesia conseguiu acumular uma riqueza excedente, à custa das desigualdades sociais, adquirindo condições para avançar na exploração e mais concentração de riquezas.

Na segunda fase do capitalismo, denominada de capitalismo industrial, ocorre a revolução industrial, impulsionando a transformação da natureza, por meio da

utilização cada vez mais de máquinas movidas a vapor, gerando uma grande produção onde a multiplicação dos lucros era cada vez maior. E a terceira fase, no início do século XX, que se caracterizava como capitalismo monopolista-financeiro, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. Esses países passaram por consideráveis mudanças sociais, sobretudo com o aumento da população, mudanças tecnológicas nos meios de transporte e no setor da comunicação; mudanças industriais com novas fontes de energia e uso do aço, possibilitando o aumento da produção que incentivou as grandes empresas a ampliar seus negócios (POCHMANN M. , 2013a, p. 187).

Esse crescimento acelerado da economia capitalista, analisado pelo autor, foi resultado de um brutal processo de centralização dos capitais. Várias empresas surgiram e cresceram rapidamente: indústrias, bancos, corretoras de valores, casas comerciais e etc. A acirrada concorrência favoreceu as grandes empresas, levando a fusões e incorporações que resultaram a partir dos fins do século XIX, na monopolização de muitos setores da economia. E, dessa forma, o novo capitalismo urbano e industrial, causou mudanças e gerou uma complexa e diversificada estrutura social, conforme esclarece o autor:

Desde a transição da velha sociedade agrária – predominante no mundo até o século XVIII – ao novo capitalismo urbano e industrial, [...] o modo de produção capitalista requer, para a sua expansão, a existência de um centro dinâmico estruturado por economias satélites, apontada para a conformação de padrões de desenvolvimento desiguais e combinados. No centro dinâmico do capitalismo verificam-se mais claramente as principais implicações para a estrutura social, embora a periferia do sistema não deixe de revelar distinções significativas no interior das sociedades. [...] É neste sentido que as classes sociais podem ser vistas como processos vivos e em movimentos conflituosos. [...] O aparecimento do termo “classe média não proprietária”, por exemplo, vinculou-se à diferenciação das ocupações assalariadas intermediárias, no interior da estrutura produtiva de base industrial. O que permitiu ser distinguida do tradicional conceito de classe média proprietária. [...] Também teve importância o papel do Estado, na definição do padrão de mobilidade social assentado nas sociedades industriais. As políticas públicas voltadas ao pleno emprego da força de trabalho, especialmente a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, contribuíram decisivamente para uma nova estruturação social, em que a classe média possuía papel importante. Essa dimensão da classe média, mais associada ao desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social, circunscreveu os países europeus no segundo pós-guerra. Desde o último terço do século XX, contudo, o padrão de mobilidade social motivado pelos avanços da sociedade urbana e industrial sofre importantes alterações, inicialmente nos países de capitalismo avançado. O esvaziamento da produção industrial, combinado com a expansão do setor de serviços na economia, fez regressar a estrutura de classes até então existente. Adiciona-se a isso que o predomínio das políticas neoliberais reorientou o papel do Estado, favorecendo o avanço da globalização desregulada e cada vez mais orientada pelo poder da grande corporação transnacional (POCHMANN M. , 2013b, pp. 188-190).

De acordo com a análise do autor, na medida em que esse sistema passa a ser hegemônico, a sociedade também vai perdendo sua força em controlar suas contradições. Nessa sociedade de serviços, a classe média, composta por segmentos sociais constituídos por trabalhadores intelectuais, sofre alterações significativas. Segundo POCHMANN, Karl Marx descartava qualquer possibilidade da existência de classes intermediárias à polarização estabelecida, na sociedade capitalista, em expansão, entre as classes estruturais: operária e

burguesa; e justificava que, mesmo havendo classes intermediárias, acima dos antagonismos diretos, entre proletários e burgueses, elas seriam concebidas como provisórias. De acordo com o autor, MARX considerava que esses segmentos intermediários estariam em fase de transição para a condição de proletarização, decorrente do movimento geral do capital (MARX K. F., 1998, apud POCHMANN, 2013, p. 192).

Mas, o autor observa que, com o avanço do capitalismo, houve a transição da sociedade industrial para a de serviços, ocorrendo um certo paradoxo com o instrumental de análise a respeito dessa nova conformação social. Na sua percepção macro a respeito das contradições desses avanços do capitalismo, a industrialização tardia, em diversos países da África, da Ásia e da América Latina, causou a divisão internacional do trabalho, impondo a superexploração das matérias primas, por meio do avanço tecnológico e maior exploração dos recursos humanos, pelas multinacionais, acobertadas com incentivos fiscais, sem nenhuma obrigação com a preservação ambiental, desrespeitando a autonomia das nações e causando aumento das desigualdades sociais, nesses países. E que, foi devido a essa superexploração das nações periféricas, que os países capitalistas centrais, liderados pelos Estados Unidos, conseguiram investir no funcionamento do Estado de Bem-Estar Social, como estratégia de enfrentamento da guerra fria, garantindo renda e a difusão do consumo de massa. Dessa forma foi possível contrair o grau de polaridade entre as classes operária e a burguesia, principalmente no período de 1945 a 1975, possibilitando a elevação da renda e pleno emprego da mão de obra, nessas economias centrais. E, nesse contexto, a classe operária passa a ter mais dificuldades para exercer o seu protagonismo na luta social internacional.

Diante dessas constatações, as ideias voltadas para humanizar o capitalismo, para transformá-lo num sistema mais democrático e ecologicamente sustentável, vão se tornando cada vez mais improváveis, considerando que um dos fundamentos que nutre o modo de produção capitalista, é a competição. A palavra competição advém do latim *competitione* e significa concorrência, luta, rivalidade, antagonismo, emulação, o que indica a ocorrência de uma atividade rival de duas ou mais pessoas ou grupos, em que, apenas uma das partes pode ganhar (CANIATO & RODRIGUES., 1991).

A cultura da competição, disseminada, também, nos meios de comunicação de massa, na era moderna, fortalece a hegemonia do capitalismo, introjetando a imagem do sucesso ao princípio do individualismo, enquanto meio eficaz de desviar a atenção da política. E, dessa maneira, minimizam a ascensão coletiva, por ação coletiva, no sentido de conquista de objetivos políticos coletivos, reforçando a concepção dos projetos pessoais, se sobrepondo aos interesses

coletivos, em todas as esferas da sociedade. E, nessa sociedade competitiva, as inovações tecnológicas, criam produtos descartáveis, no ritmo do mercado. Dessa forma, a competição justifica todo tipo de ação humana para obter lucros exorbitantes, ignorando a corresponsabilidade com a dignidade da coletividade humana, ignorando as desigualdades sociais e o desequilíbrio ambiental e seus males para a sociedade (MILLS, 1976). Essa é a dita sociedade de mercado, que teve o seu nascedouro analisado por Polanyi (2000).

Mas não foi por acaso que a sociedade, dominada pela força do mercado, se fortaleceu. Uma das causas é a atuação de grande parte dos cientistas sociais que passaram a trabalhar pela manutenção do “*status quo*”; em seus estudos, apresentam dados sobre a realidade social, mas deixam de lado, na investigação científica, os elementos que podem ser essenciais para fustigar o questionamento sobre as injustiças e preconceitos desta sociedade, sem questionamentos ao que está estabelecido, ainda que seja deprimente e prejudicial ao ser humano e à sociedade em geral. Dessa forma reforçam a ideologia dominante que tem como fundamento básico o estímulo à competição, responsável pela formação da consciência social. Quando internalizados, esses ideários destroem a capacidade de pensar de forma crítica, pois a realidade passa a ser vista como natural (BECKER, 2009).

Esse cunho ideológico é perceptível quando a cultura dominante se perpetua mesmo havendo luta para combater essa dominação. Esse é o aspecto que Gramsci denomina de hegemonia da classe dominante sobre as classes subalternas, com o apoio do Estado, que assume o papel de fazer a reprodução dessa cultura, no seio da sociedade civil, ocultando a divisão de classes sociais, buscando consolidar uma visão de mundo que favorece a permanência dos sistema de submissão da maioria empobrecida, excluída, em favor de uma elite poderosa, por meio da massificação das ideias da classe dominante, transformando-as em senso comum (CHAUI, 2008).

Mediante a essa realidade de reprodução e perpetuação do sistema capitalista, que se proliferou no mundo por meio da economia de mercado, surge uma outra economia, fundamentada nos princípios éticos de solidariedade, distribuição de renda, respeito aos direitos humanos, exercício da democracia participativa, com práticas de auto-gestão, possibilitando o surgimento de uma nova cultura de solidariedade, colaboração e emancipação. Nesse sentido são significativos os experimentos idealizados e coordenados por Robert Owen e outros protagonistas, como propulsores dessa nova possibilidade de organização econômica, das classes populares, como forma de enfrentamento dos males sociais da sociedade de mercado, em prol do bem-estar geral. Essa luta histórica, de caráter humanista, levou os pioneiros das

primeiras ideias e práticas de economia a serem reconhecidos como precursores de uma futura sociedade socialista, conforme detalhamento no item a seguir.

## **2.2 A Economia Solidária como alternativa e contraponto à economia capitalista**

Desde a antiguidade, são inúmeras as formas de cooperação que já foram experimentadas entre os seres humanos. Mas, foi a partir do século XVIII que, segundo o autor Bocayuva (2007), aconteceram diversas experiências de organizações associativas e cooperativas, como contraponto ao sistema capitalista, desenvolvidas pelos precursores do socialismo utópico, reconhecidas por Engels em seu livro *Anti-Duhring* (1872), quando historiou os experimentos de Saint-Simon, Fourier e Robert Owen. Engels destacou os experimentos de Owen, na Inglaterra, na primeira metade do século XIX, cujos impactos se estenderam por toda a Europa (BOCAYUVA P. C., 2007a).

De acordo com o autor, a gênese da economia solidária pode ser identificada no contexto de transformações e processo estruturais que constituem ações e iniciativas da classe trabalhadora na Inglaterra e na França da primeira metade do século XIX. Trata-se de um conjunto de experiências que relevam uma crítica prática ao capitalismo, por meio de formas de organização associativas e cooperativas, conforme esclarece a seguir:

Estudar a gênese da economia solidária nos coloca diante do chamado “socialismo inglês” e do movimento operário que lhe caracterizou. A construção de formas de autonomia organizativa e a própria constituição da classe trabalhadora no momento de consolidação do capitalismo industrial são fatos históricos que, vistos em conjunto, nos apresentam uma síntese da relação entre o movimento operário e socialismo. Esta síntese valoriza a busca da auto-organização e da cooperação em práticas de produção e consumo de novo tipo.

A formação das trade-unions, como forma de organização para lutar por salários e regulamentações das condições de trabalho, a luta pelos direitos políticos por parte das correntes radicais operárias, burguesa e pequeno burguesa, além dos experimentos cooperativos e utópicos, particularmente sobre a égide do socialismo utópico de Robert Owen, fazem parte de um movimento amplo de constituição da classe operária como sujeito sócio-político antagônico e crítico ao capitalismo industrial em expansão na primeira metade do século XIX na Inglaterra. (BOCAYUVA P. C., 2007b, p. 11)

Robert Owen, aos 29 anos, era um industrial reformador. E, suas ações, foram motivadas pelas consequências dramáticas geradas pela Revolução Industrial em termos de miséria e sordidez, exploração do trabalho de mulheres e crianças, além da extensão da jornada de trabalho, da classe trabalhadora, na Inglaterra. Ele foi determinado na luta contra essa “revolução silenciosa do capital que se tornava uma ruidosa transformação social que levava os

homens de negócio a buscar o enriquecimento” (BOCAYUVA, 2007c, p. 18). E, diante dessa realidade de enriquecimento de uma elite, às custas da exploração do trabalho humano, Owen foi motivado a conduzir uma fábrica de quinhentos trabalhadores em Manchester, no Lancashire, na Inglaterra, conseguindo instaurar práticas humanizadoras nas relações de trabalho, como: condições humanas dignas para as famílias e suas crianças, redução da jornada de trabalho de 14 para 10 horas diárias, pagando o mesmo salário, avançando para a estruturação de uma grande fábrica de fios de algodão, com cerca de 2500 pessoas, da qual era um dos sócios, em New Lanark, na Escócia. Na visão de Owen, as novas e gigantescas forças produtivas que, até então, só haviam servido para enriquecer uma minoria e para a escravização das massas, também poderiam servir de alicerces de uma nova estrutura social, como propriedade coletiva de todos os membros da sociedade, em função do bem-estar geral, através de modelos coletivos cooperativistas (BOCAYUVA P. C., 2007d).

Nesse estudo sobre as experiências de economia solidária desenvolvidas sob a coordenação de Owen, autor reconhece que:

Karl Polanyi sintetiza os elementos que davam força ao owenismo junto à classe trabalhadora: educação, salário, matrimônio, cuidado com as crianças, repouso, rendimentos estáveis e regulares e a possibilidade de dirigir os processos de trabalho. Seu foco na mobilização educativa da subjetividade na construção moral se ligava ao caráter pragmático de sua metodologia. [...] Na verdade, sua fé era profética, pois insistia em métodos de reconstrução que transcendiam a economia de mercado, diz Polanyi em *A grande transformação*. [...]

Essa marca de crítica em relação ao mercado permanece ligada ao cooperativismo até hoje, recuperada pela noção de economia solidária neste início do século 21. Está estabelecida sua dimensão de parte do programa crítico ao capitalismo existente. Desta maneira, ela abre o debate sobre as ligações entre metamorfoses do modo de produção e a busca de saídas para projetos contemporâneos de socialismo. Para o tema contemporâneo de economia solidária – questão chave para uma estratégia de transformação social baseada no cooperativismo e na autogestão – é interessante valorizar os experimentos e projetos de Robert Owen, que se generalizavam na experiência das cooperativas de consumo e produção, construídas pela classe operária no início do século 19 (BOCAYUVA P. C., 2007e, pp. 21-21).

De acordo com o autor, Thompson (1987), afirma que, como estrutura de ideias, o paradigma owenista se colocava no horizonte do iluminismo. E que, no entanto, o autor reconhece que, com o desenvolvimento das experiências, esse limite foi ultrapassado na prática pelo próprio Owen, inclusive quando fazia crítica direta ao sistema de propriedade privada, além do que convenceu atores sociais, por força de sua competência prática, e sua vontade educativa. Para Bocayuva (2007), temos o redemoinho de um movimento social, cujo impulso absorveu todas as formas de contestação em sua busca pela formulação intelectual de um referencial estratégico de base utópica. E que, somente um quadro intelectual como Owen, que vai além dos princípios de sua própria classe, ao procurar corrigir mazelas para racionalizar o

sistema, pode ser colocado no terreno além da sua classe, provando que o intelectual só pode perceber o quanto aprende com a própria classe trabalhadora se conseguir se aproximar de forma mais direta de suas próprias organizações.

Na análise do autor sobre essas reflexões acerca da experiência owenista, ele reconhece a importância do investimento na formação ideológica da classe trabalhadora, na direção da nova consciência de classe, mais autônoma. E que, as ideias de Owen foram um ponto de chegada da consciência possível no período, e também um ponto de partida para a relação entre o ideário socialista em formação e a experiência real dos diferentes segmentos de trabalhadores.

O cooperativismo moderno, se fundamentou nessas ideias owenistas. E, a principal referência é o surgimento de uma cooperativa de consumo em 1844, na cidade inglesa de Rochdale, quando 28 tecelões decidiram se unir para abrir sua própria loja de venda de itens alimentares. Dessa forma reagiram contra as consequências da mecanização, promovida pela revolução industrial, causando o empobrecimento de trabalhadores. A Cooperativa também conseguiu ser referência por projetar um conjunto de princípios de cooperação que fornecem a base para as cooperativas em todo o mundo. Dez anos depois, o movimento cooperativo britânico tinha crescido para cerca de 1.000 cooperativas. O contraponto em relação ao capitalismo se dá exatamente na tentativa de mudança do modo de produção, de industrialização, de comercialização e consumo, buscando desenvolver a economia, de forma coletiva, em função da qualidade de vida das pessoas, pelo sistema de autogestão. É com este ideário que nascem as primeiras Cooperativas, que se apresentavam como possibilidade de organização social e de produção, como alternativas de sobrevivência de grupos sociais excluídos, na sociedade capitalista (SINGER P. , 2000d).

Esse ideário do cooperativismo também se evidencia na experiência da cidade industrial de Mondragón, na Espanha, nos anos 1950, onde o padre jesuíta José María Arizmendiarieta Madariaga, investiu na qualificação profissional aos filhos dos operários, culminando com o surgimento de uma cooperativa, que evoluiu para uma escola técnica, passando, nos dias atuais, a ser denominada de Escola Politécnica, integrando a Universidade de Mondragón, que também funciona como uma Cooperativa. Essas experiências somam mais de uma centena de cooperativas, em que setenta mil pessoas trabalham hoje, e formam um complexo de cooperativas singulares, de segundo grau, de terceiro grau etc. E, no contexto histórico em que se desenvolveu essa importante experiência de economia solidária, o autor observa que:

A Espanha, que era uma república democrática, acaba sendo vítima de um golpe militar, e após sangrenta guerra civil (1936-1939) torna-se uma ditadura fascista, que se prolonga por quarenta anos, até 1976, até a morte de Franco. O padre Arizmendi era um seminarista na época da Guerra Civil Espanhola e lutou na guerra, no lado

republicano {...} Em Mondragón, as cooperativas surgem num momento de resistência nacional e democrática contra a ditadura fascista. O padre era um discípulo dos grandes autores, Maritain, Mounier, do socialismo cristão. Portanto, Mondragón, nos anos 1950 era uma cidade industrial muito pobre. O padre Arizmendi começou a criar uma escola técnica, para dar qualificação profissional aos filhos dos operários (SINGER P. , 2002e).

Para Singer (2002), a experiência de Mondragón apresenta a novidade da administração das cooperativas, de forma autogestionária, onde a gestão do empreendimento se desenvolve de forma coletiva, com a participação direta de seus membros associados, extinguindo, assim, a figura do patrão. Esse é um novo mecanismo de participação, em igualdade de condições, para decidir os rumos do empreendimento.

Sobre a experiência de Microcrédito na República de Bangladesh, o Grameen Bank, também denominado de banco da aldeia, Singer (2002) apresenta a trajetória do desenvolvimento dessa grande cooperativa de crédito, a partir de 1976, ressaltando que, nesse caso, além dos donos do banco serem seus próprios clientes, as mulheres são a maioria, com mais de noventa por cento dos mais de sete milhões de clientes. Nessa experiência, o crédito passa a ser concedido a grupos de cinco pessoas, que decidem quanto cada uma deve receber, de acordo com seus empreendimentos econômicos. Cada grupo se reúne semanalmente para recolher as prestações destinadas a pagar a dívida. Muhammad Yunus, conhecido como o banqueiro dos pobres, é um dos principais protagonistas dessa experiência, que investiu nesse projeto de acesso a trabalho e renda, com o objetivo de fazer do banco popular uma ferramenta em prol do resgate da dignidade humana de milhares de famílias que viviam na mais extrema miséria em Bangladesh. Segundo Singer (2008), a experiência vem sendo sustentável, fortalecendo as ideias de Yunus que tem a convicção de que ninguém no sistema Grameen deixa de pagar quando pode (SINGER P. , 2008).

Sobre a realidade de Bangladesh, o autor destaca a situação das inundações que acabam sendo a principal causa de muitas famílias não conseguirem pagar seus empréstimos. Mas, segundo o autor, ainda assim, a coordenação do Grameen financia a reconstrução das residências porque confia que, depois, as pessoas pagam suas dívidas. Dessa forma, em Bangladesh, o microcrédito é considerado um sistema financeiro extraordinário, em que o índice de inadimplência é zero, ou seja, ninguém deixa de pagar o que deve (SINGER P. , 2002f).

Muhammad Yunus, nasceu em 1940, em Chittagong, capital de Bangladesh e graduou-se PhD em Economia pela Universidade de Vanderbilt, nos Estados Unidos. Em 1972 voltou à sua terra natal onde tornou-se chefe do departamento de economia da Universidade de

Chittagong e professor de Economia Rural. E, diante da dureza da realidade, lançou-se ao desafio de inclusão social, conforme relato a seguir:

Havia muita fome, muitas pessoas morrendo. Estava frustrado, pois era professor de teoria econômica e aquilo não tinha significado, pois o que ensinava era um conto de fadas para a realidade das pessoas, disse. Procurou, portanto, saber das pessoas da comunidade o que precisavam e buscou apoiá-las na sua batalha diária. Iniciou um processo de tentativa e erro com um grupo de 47 pessoas. Com recursos próprios efetuou várias ações pontuais, mesmo individuais, para conseguir chegar ao valor da menor quantia que aquelas pessoas pobres precisam para deixar o estado em que se encontravam. [...] O impacto das ações pontuais que empreendeu foi tão grande na vida das pessoas e a satisfação pessoal foi tanta, que decidiu fazer mais. Animou-se e passou a buscar outras fontes de recursos além das próprias para ampliar a experiência (SABER, 1999).

A experiência sistematizada por Saber (1999), ressalta que Muhammad se informou sobre a possibilidade do gerente do banco, onde mantinha a sua conta corrente, daria crédito a essas pessoas. Porém, diante da resposta negativa, que para ele era princípio do próprio modelo de desenvolvimento, se propôs a ser avalista desses tomadores junto ao referido banco que, mediante a essa condição, concedeu empréstimos até o limite máximo de US\$ 300 (trezentos dólares); esse valor era suficiente para atender dez pessoas de cada vez. E, dessa forma, passou a conceder empréstimos. O gerente do banco duvidou que os tomadores se quitassem. Mas, segundo Muhammad, cada centavo de dólar retornou corretamente e corrigido de acordo com as taxas cobradas. E a partir desse passo inicial, a experiência se multiplicou, com inadimplência zero. Mas, somente em 1976, conseguiu regularizar as operações como operador de crédito.

Segundo Saber (1999), esse projeto se desenvolveu com o propósito de propiciar aos excluídos, um formato organizacional que pudessem compreender e operar, desenvolvendo confiança sócio-política-econômica, por meio do apoio mútuo. Em 1983, o projeto foi transformado em um banco independente, com o nome Banco Grameen, com reais condições de exercer todas funções financeiras, garantindo a oportunidade de melhoria de vida para mais de dois milhões de clientes, dos quais 94,7% são mulheres; o atendimento é feito por meio de 1.100 agências para 39 mil aldeias, naquele país. O Banco é coordenado por um conselho, composto de treze membros, dos quais, nove são mulheres; e são eleitos pelas regionais que representam os milhares de centros do Banco.

Como se pode observar, essa é uma experiência exitosa, inovadora, com base em novos princípios de solidariedade, distribuição de renda, democracia, participação e justiça social, se caracterizando como um contraponto ao sistema capitalista, no século XX, na medida em que foi capaz de enfrentar o combate à exclusão social de milhares de famílias em Bangladesh.

Todas essas experiências vão influenciar no crescimento da economia solidária no mundo, inclusive, no Brasil, subsidiando na elaboração e fundamentação teórica dessa nova economia, que passa a focalizar a centralidade do trabalho.

### **2.3 Teorias da Economia Solidária em discussão no Brasil**

O estudo sobre a fundamentação teórica da ES, no Brasil, vem contribuir nesta dissertação, com o entendimento dos fundamentos que, de alguma forma, influenciaram no engajamento de um contingente da classe trabalhadora nesse movimento social, no Brasil, sobretudo nas duas últimas décadas do século XX. Neste sentido, se fez o levantamento das reflexões sistematizadas por diversos autores, acerca da ES, sendo possível perceber a influência das lutas históricas, contra as atrocidades sociais causadas pelo sistema capitalista e pela construção de um projeto de sociedade alternativo ao sistema capitalista e ao socialismo real.

Entre os diversos autores, Singer é reconhecido como um dos pioneiros no processo de elaboração sobre ES, no final do século XX, no Brasil, a partir da publicação de um texto que foi publicado na revista “Proposta”, da FASE. (SINGER, 1997, apud LECHAT, 2004). O conteúdo desenvolvido trata da questão do emprego, mostrando que tanto o Estado como a empresa capitalista estavam restringindo os postos de trabalho. É nesse contexto que vão surgir as iniciativas coletivas de produção, ao que denominou de “*economia solidária*” (LECHAT, 2004a, p. 213 grifo nosso). Singer (1998), entra, inicialmente, nesse debate, admitindo a possibilidade de alguns empreendedores também possuírem empregados assalariados, assim como, de micro organizações da ES receberem o apoio de empresas progressistas, além de admitir o funcionamento do mercado como espaço de compra e venda dos produtos da ES. Outra ideia de Singer (1998) que vem subsidiar as organizações de ES se refere à moeda social, própria dos empreendimentos de ES, podendo ser usada entre os cooperados brasileiros. À luz dessas idéias, a autora observar que, logo depois desses argumentos de Singer, estabeleceram-se, no Brasil, feiras de trocas usando moeda social.

Esse é o aspecto da ES somente num plano ainda socioeconômico, buscando solução para a exclusão social. Mas, Singer (2002), vai evoluir seu pensamento quando passa a discutir a possibilidade destas experiências econômicas interagirem com a luta política, em favor de

uma sociedade mais justa e igualitária, tendo como referência as históricas lutas do movimento cooperativo do século XIX, fundamentado nos ideais de socialistas utópicos, Owen e Fourier foram, ao lado de Saint-Simon, que lutaram pela autonomia comunitária na sociedade capitalista. É importante registrar que Marx e Engels (1998), vão intitular essas teorias do cooperativismo de “socialismo utópico”. E, em contrapartida, passam a defender o socialismo científico, como forma de questionar a proposição de transformação gradual do sistema capitalista. Para eles, somente a revolução feita pela classe operária, seria possível romper com a cultura do sistema capitalista que permeia as relações humanas. Além disso, faziam questionamentos sobre a ineficiência das cooperativas, na competição com as empresas tradicionais, devido a uma série de fatores que inviabilizariam os empreendimentos autogestionários (MARX K. F., 1998).

Mesmo reconhecendo os limites do cooperativismo na luta pela superação do sistema capitalista, Singer (2002), reconhece que as significativas experiências cooperativistas continuam servindo de inspiração na construção histórica da ES. Para o autor esse é um subsídio básico que vem contribuir no surgimento da experiência da cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochedale, no norte da Inglaterra, em 1844, fundada por 28 tecelões, com ideais humanitários, que foi capaz de se expandir, com um trabalho fundamentado nos princípios universais do cooperativismo:

1º) que nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independentemente de quanto investiu na cooperativa; 2º) o número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir. Por isso este princípio é conhecido como o da “porta aberta”. 3º) sobre capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa; 4º) as sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; 5º) as vendas feitas pela cooperativa seriam sempre feitas à vista; 6º) os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros (isto é, não adulterados); 7º) a cooperativa se empenharia na educação cooperativa; 8º) a cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas (SINGER P. , 2002g, pp. 39-40).

A experiência dos Pioneiros de Rochedale, com as cooperativas de consumo e, posteriormente, com as cooperativas produtivas, marcou a definição do que é uma cooperativa autogestionária. Mas, para o autor, após essas diversas tentativas de cooperativas, no século XIX e início do século XX, o mundo ocidental passou por um período de acomodação do segmento assalariado, com a conquista dos direitos trabalhistas, o direito à organização sindical, fundamentados nos ideais sociais-democratas do bloco capitalista, que usavam essa dinâmica de acomodação da classe operária como forma de enfraquecimento do Bloco Socialista, prometendo a construção de uma nova sociedade por meio do Estado de Bem Estar Social. Porém, a partir da segunda metade da década de 70, do século XX, voltou o desemprego em

massa, nas sociedades capitalistas. Grande parte da produção industrial foi transferida para países em que não havia organização do movimento sindical operário. Isso só aumentou o desemprego e, em países semi-desenvolvidos, como o Brasil, além do aumento do desemprego, também houve a redução de salários e o enfraquecimento do movimento sindical.

As mudanças estruturais, no mundo do trabalho, na década de 80, do século XX, se aprofundam com a inserção de novas tecnologias, na linha de produção, aumentando a produtividade e reduzindo a mão-de-obra assalariada, além de exigir mais qualificação da classe trabalhadora. Desta forma, as empresas multinacionais ou transnacionais, passaram a investir na busca da maximização de seus lucros, deixando os países mais pobres, numa situação altamente vulneráveis, principalmente na África e na América Latina. Essa é a nova etapa do capitalismo monetarista, baseado no livre comércio, garantindo a prevalência do mercado de capitais sobre o capital produtivo, influenciando na execução de políticas orçamentária, fiscais e trabalhistas, favorecendo o setor empresarial privado (DELGADO, 2006).

Neste cenário, Singer (2002), apresenta a possibilidade de reinvenção da ES, afirmando que a cooperativa possui todas as condições para a desalienação do trabalho, e consequentemente, realização do socialismo no plano da produção, ao superar a contradição entre capital e trabalho. Sobre as transformações contextuais, o autor cita a crise dos Estados socialistas da Europa Oriental que estourou em 1985, com a Perestroika e a Glasnost na União Soviética, incluindo a Iugoslávia, devido o planejamento centralizado da economia. Também evidenciou a realidade dos países sob a governança dos sociais democratas, onde o neoliberalismo avançou com suas características de privatização dos serviços públicos, desregulamentação das finanças mundiais, etc., sobretudo nos países periféricos, que foram submetidos aos ditames do grande capital financeiro global.

Diante dessas mudanças o autor analisa que tais transformações subverteram a concepção estratégica de transformação social, passando a crescer os movimentos emancipatórios, com novas bandeiras, ente as quais, a preservação do meio ambiente natural, a biodiversidade, o resgate da dignidade humana de grupos oprimidos e discriminados, a promoção de comunidades, que por sua própria iniciativa e empenho melhoram suas condições de vida e resgatam suas tradições culturais. É neste contexto que “o programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas, cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante” (SINGER P. , 2002i, p. 112).

Outra lição, fruto das reflexões de Singer, é de que: “não é necessário isolar-se da economia dominante capitalista para desenvolver formas socialistas de distribuição e, eventualmente, de produção” (SINGER 1998b apud LECHAT, 2004, p. 112). Considerando essas características, a autora reconhece que Singer avança para a questão central: repensar o projeto socialista, conceber uma nova forma de socialismo aprendendo com os erros do socialismo real, passando a vislumbrar a economia solidária como a formação de um novo modo de produção socialista. (SINGER, 1998b, apud LECHAT, 2004, p. 129). Nesse processo de elaboração, Singer (1998), percebe os problemas de ordem cultural, enfrentados pelos cooperados, ressaltando a necessidade de uma educação cooperativista, com o exercício da democracia na produção e distribuição de renda, a desalienação das pessoas cooperadas, quando participam na luta direta dos movimentos sociais. No que se refere especificamente ao cooperativismo, Singer (1998) considera que, em nosso país, essa palavra é muito controversa, devido as falsas cooperativas. Por esta razão, Singer prefere falar em uma nova denominação: empresas autogestionárias (SINGER, 1998b apud LECHAT, 2004).

A partir desse sucinto relato sobre a visão de Singer, constata-se sua convicção sobre a economia solidária como semente de um novo modo de produção, existindo ao lado de diversos outros modos de produção como: a pequena produção de mercadorias, a produção estatal de bens e serviços, que também compõem a formação social capitalista, entendendo que esse sistema, além de ser o maior dos modos de produção, molda a superestrutura legal e institucional de acordo com seus valores e interesses. Mas, para Singer, frente a esse modo de produção dominante, a economia solidária deve firmar sua identidade, buscando condições para se estruturar, em nível local, regional e nacional. E, com esse raciocínio, afirma que a economia solidária “poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: *uma alternativa superior ao capitalismo*” (SINGER P. , 2002j, grifo do autor, p. 114).

Sobre a produção intelectual de Marcos Arruda, seus textos refletem uma preocupação filosófica em relação às transformações provocadas pela globalização das relações produtivas e sociais, sob o domínio das elites mundiais que controlam o mercado e o capital. Neste sentido propõe uma inovação nas relações produtivas, a partir de um movimento de globalização da consciência humana. O objetivo de Arruda (2000), é a reintegração, a longo prazo, da economia no ecossistema social nacional e global, convertendo-a, de fim, em meio de gerar bem-estar, a cada um e a todos os cidadãos, não significando a abolição total do mercado, nem o fortalecimento absoluto do Estado, mas uma participação ativa de todos no mercado, o que implica na democratização deste Estado; e que, o mercado deve ser recriado sob o controle da

sociedade civil e de um Estado democratizado, subordinando os interesses privados às prioridades do desenvolvimento humano; mas para isto, deve ocorrer uma mudança cultural, rompendo com os valores e a racionalidade centrada no mercado e adotando novos valores e conceitos. Sua proposição apresenta uma concepção de mercado como uma relação entre agentes sociais conscientes, com espaço limitado e desenvolvimento regulado pelo interesse público. Quanto ao trabalho, o autor idealiza que o mesmo seria libertado da prisão salarial e passaria a ser valorizado, inaugurando uma possível sociedade do trabalho livre. (ARRUDA, 2000a, apud LECHAT, 2004).

A concepção de ES de Arruda (2000) parte do princípio de que o setor privado não consegue gerar um mundo de bem-estar e felicidade para todos; e, os Estados centralizadores, que desenvolveram as experiências de governança no socialismo real, também não se apresentaram como alternativa por tentarem estabelecer um controle total da economia e da sociedade, sufocando a liberdade e a criatividade humana. Nas suas elaborações, Arruda (2000), propõe novos meios de reestruturação da economia, por meio do associativismo e o cooperativismo autogestionários, enquanto projetos estratégicos de desenvolvimento da socioeconomia (ARRUDA, 2000a, apud LECHAT, 2004). Com esta visão, idealiza a possibilidade de construção do micro ao macro, de uma globalização cooperativa e solidária, ancorada na práxis de uma cidadania ativa e plena no campo econômico e financeiro. Mas, também discute a questão da educação no processo de organização dos empreendimentos coletivos, elevando a consciência para a crescente autonomia do indivíduo e da coletividade, vislumbrando três estágios para a construção de uma cidadania mundial: primeiro, um período de oposição e persistente pressão por mudanças e melhoramento das condições opressivas da maioria trabalhadora; segundo, um período de desenvolvimento da consciência de que os trabalhadores podem articular oposição no interior do mercado capitalista, com uma estratégia de trabalhar coletivamente para ganhar espaços próprios na economia; e no terceiro estágio, trata do nascimento de uma sociedade cooperativa, na qual a cidadania ativa se torne uma realidade para cada ser humano (ARRUDA, 2000a, apud LECHAT, 2004).

O pano de fundo dessas proposições de Arruda é a transformação política, cultural, filosófica e espiritual, que deve ocorrer no bojo da construção da socioeconomia, tendo como principais agentes as organizações da sociedade civil. Dessa forma, visualiza a construção da economia amorosa, que pode se desenvolver, por meio do cooperativismo popular, enquanto “caminho promissor de auto-organização dos trabalhadores em nível local, nacional e internacional” (ARRUDA, 2000a, p. 61, apud LECHAT, 2004).

Nesta mesma linha de elaboração de Arruda, segue o pensamento de Bertucci & Marinho (2003), reconhecendo que, na atualidade existe um quase consenso em torno da necessidade de um novo modelo de desenvolvimento, dotado de sustentabilidade, com avanços na recuperação de uma visão holística, referente à relação entre o meio ambiente natural e os seus habitantes, superando a visão antropocêntrica, que justifica a exploração ilimitada e a depredação do meio ambiente. No entanto, segundo Bertucci & Marinho (2003), existem concepções diferentes e contraditórias sobre o significado de sustentabilidade, entre as quais evidencia as concepções que buscam combinar a questão ambiental com a justiça social e a democracia, propondo um modelo complexo de sustentabilidade em que se articulam a produção ambientalmente sustentável, a ampliação dos direitos de cidadania e o fortalecimento da democracia com a equidade entre gêneros, a erradicação da pobreza e o respeito aos direitos humanos. Essa concepção, trabalha com possibilidade de preservação e recuperação de práticas de autosuficiência econômica, valorizando a criação de tecnologias endógenas e impondo limites à competitividade espúria baseada na superexploração do trabalho humano e do meio ambiente. Nessa perspectiva, o mercado deve se submeter às leis de rendimento da natureza e à sobrevivência do conjunto da sociedade (BERTUCCI & MARINHO, 2003).

Sobre esta ótica, o autor acredita que só é possível, essa construção, com uma nova ética baseada na justiça social e na democracia, fundamentada nos seguintes critérios:

- a) a satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações presentes e futuras; c) a participação da população envolvida nas definições dos padrões de sustentabilidade do desenvolvimento; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social; f) o respeito às culturas (tradição/inação) e a valorização da autonomia e da autoconfiança dos povos; g) a governabilidade política nos vários níveis, e h) a sustentabilidade econômica (BERTUCCI & Marinho, 2003a, p. 78).

Os autores também consideram que existem três modelos de desenvolvimento em disputa na sociedade: o modelo capitalista neoliberal, no qual o mercado é o centro de tudo e, o estado e a sociedade trabalham para atender os interesses do grande capital que busca de qualquer maneira o máximo lucro; o modelo de inclusão social ao mercado capitalista que busca incluir indivíduos e grupos ao mercado capitalista, no qual o estado desenvolve ações para garantir a inclusão de setores excluídos, tornando-os potenciais consumidores de mercadorias; e, o modelo alternativo que busca estabelecer uma nova relação, no qual a sociedade deve assumir o poder de mudar o tipo de mercado e o aparelho estatal, para que viabilizem as práticas sociais, educativas, políticas e econômicas como parte das relações de poder, por meio da implementação de ações endógenas de desenvolvimento, aumentando a produção e a distribuição equitativa de riquezas (BERTUCCI & MARINHO, 2003b).

Nas teorias elaboradas por Mance (2000), sobre ES, ganha destaque a importância da organização de redes de empreendimentos solidários. Tais ideias se fundamentam na sua compreensão do cenário mundial, no final do século XX, admitindo que, cotidianamente cresce o número de excluídos, ao passo em que a concentração da riqueza é cada vez maior, de acordo com os dados a seguir:

Conforme dados do relatório do Programa de Desenvolvimento Humano da ONU intitulado *Consumo para o Desenvolvimento Humano*, publicado em 1998, enquanto os 20% mais ricos da população mundial são responsáveis por 86% do total de gastos em consumo privado, os 20% mais pobres respondem apenas por 1,3%. Conforme o documento, "bem mais de um bilhão de pessoas estão privadas de satisfazer suas necessidades básicas de consumo".

Por outro lado, as 358 pessoas mais ricas do mundo, já em 1993, possuíam ativos que superavam a soma da renda anual de países em que residiam 2,3 bilhões de pessoas, isto é, 45% de toda a população do mundo - "Os números da ONU" in Folha de São Paulo, 16 de jul. 96, p. 1-8, São Paulo.

Enfrentando essa realidade de injustiça estrutural surgiram diversas práticas de economia solidária que podem ser compreendidas como: a) *ações concretas bem-sucedidas de geração de trabalho e distribuição de renda*; b) como uma *compreensão de desenvolvimento sustentável baseada em sistemas de redes socioeconômicas* voltadas à promoção do bem-viver do conjunto das sociedades; c) como um *conjunto de políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico e de integração social* pela promoção do trabalho e do consumo sustentável e pela difusão solidária de tecnologias sociais (MANCE E. A., 2000a, grifo do autor, pp. 1-2).

Os dados da realidade levaram o autor a propor a reorganização social, em rede, das ações de consumo, comércio, produção, serviço, finanças e desenvolvimento tecnológico, visando a promoção da realização humana de cada pessoa, assegurando-lhe as condições materiais satisfatórias para o exercício ético de sua liberdade. Tais práticas devem se fundamentar na "participação coletiva, cooperação, autogestão, democracia, auto-sustentação, a promoção do desenvolvimento humano e da equidade de gênero, responsabilidade social e a preservação do equilíbrio dos ecossistemas" (MANCE E. A., 2000, p. 2), operando sob formas de colaboração solidária. Segundo o autor essa perspectiva da colaboração solidária, deve buscar a melhor maneira de se assegurar o bem-viver de todas as pessoas, por meio do trabalho e do consumo, de maneira colaborativa, gerindo de forma responsável os recursos naturais e compartilhando as riquezas produzidas socialmente, de modo justo e ecologicamente sustentável.

Em seu estudo, o autor diagnostica que o isolamento dessas diversas práticas bem-sucedidas fragilizava a sua expansão local e global, razão pela qual, nas últimas décadas, essas redes socioeconômicas começaram a ser organizadas, potencializando as práticas de economia solidária em seu conjunto. Segundo o autor, no final dos anos 90, a integração solidária em sistemas de rede, converteu a ES em uma força significativa, influenciando na opção pelo desenvolvimento sustentável, geração de postos de trabalho e na distribuição de renda, em

contraposição à lógica estrutural de concentração de riqueza e de exclusão social, típicas do capitalismo globalizado.

O trabalho de elaboração do autor avança para a definição dos seguintes critérios básicos de participação nessas redes solidárias:

- não haver exploração do trabalho, expropriação no consumo ou dominação nos empreendimentos;
- preservar o equilíbrio dinâmico dos ecossistemas (respeitando-se, todavia, a transição de empreendimentos que ainda não sejam ecologicamente sustentáveis);
- compartilhar parcelas dos excedentes em fundos solidários, visando a expansão da própria rede com a criação de novos empreendimentos, com o aprimoramento da logística de distribuição e comercialização etc.;
- operar sob autogestão, em espírito de cooperação e solidariedade (MANCE E. A., 2000b, p. 4).

Na opinião de Mance (2000), quando redes deste tipo são organizadas, elas operam atendendo demandas imediatas da população, reafirmam a dignidade humana e o seu direito ao bem-viver; ao mesmo tempo, combatem as estruturas de exploração e dominação responsáveis pela pobreza e exclusão e implantam um novo modo de produzir, consumir e conviver em que a solidariedade está no cerne da vida. Assim, essas Redes Solidárias podem avançar na construção de uma nova formação social, que se configure como uma sociedade pós-capitalista, pois na ES a reprodução do valor econômico está centrada no trabalho e consumo solidários e não na concentração da riqueza. “Como esse círculo virtuoso se reproduz *ecologicamente*, assegura-se sustentavelmente a sua expansão, até alcançar-se uma situação de equilíbrio dinâmico na garantia do bem-viver das coletividades que dele participam” (MANCE E. A., 2000, grifo do autor, p. 4).

Desta forma o autor reafirma a dimensão ética e a dimensão econômica, como princípios fundantes do paradigma da abundância e destaca a estratégia da organização das redes de solidariedade econômica, como forma de gerar soluções coletivas de sustentabilidade para os empreendimentos de economia solidária, fortalecendo o consumo como mediação do bem-viver, acreditando que seja possível se promover o bem-estar coletivo da população, do país e do planeta, por meio de tecnologias sociais e de políticas públicas, desenvolvidas, nos últimos anos, com experiências exitosas de redes de organizações de consumo solidário, de produção e serviço, os fundos de desenvolvimento solidário, os bancos comunitários, cartões de crédito solidário, a bolsa de negócios, as feiras de ES, os sistemas de troca com moeda social, as incubadoras de empresas solidárias, entre outras experiências. O autor ainda apresenta os vários modos de organização de redes de ES, considerando as demandas concretas de consumo das famílias, a partir de um diagnóstico, seguido da elaboração de projetos, seleção de instrumentos ou tecnologias sociais a serem adaptadas e empregadas para fortalecer esse arranjo produtivo local.

Por fim, o autor constata que a ES evoluiu rapidamente nas últimas décadas, constituindo-se em uma alternativa consistente para superar as situações de empobrecimento e exclusão social, conseguindo inspirar a elaboração de políticas públicas em alguns países e a mobilizar segmentos cada vez maiores da sociedade civil internacional em uma mudança de conduta no campo econômico. Porém, considera que há desafios e estratégias a serem conquistados, para avançar o processo de expansão da economia solidária:

a) consolidar, no campo econômico, uma cultura de solidariedade, afirmando que a economia deve se subordinar a princípios éticos e que o bem-viver de cada ser humano e o equilíbrio dos ecossistemas estão acima dos interesses do mercado e do lucro; b) potencializar em redes colaborativas os fluxos solidários de consumo, comercialização, produção, financiamento e apropriação tecnológica, qualificando do ponto de vista técnico, social e gerencial os processos econômicos solidários e diversificando a oferta de produtos e serviços, facilitando o seu acesso aos consumidores.

[...] A economia solidária é um novo caminho, centrado na colaboração entre pessoas e povos, que nos exige coerência entre nossos propósitos, palavras e ações. [...] Participar da sua construção é uma dádiva e um compromisso. É simultaneamente uma transformação pessoal e coletiva. (MANCINI E. A., 2000c, p. 15).

Gaiger (2003) participa amplamente do debate sobre a ES analisando a possibilidade desta nova forma de produção se firmar como uma alternativa diante do modo de produção capitalista. De acordo com autor, a ampla gama de experiências de empreendimentos solidários, desenvolvidos no Brasil, apresenta um quadro promissor, suscitando um olhar crítico sobre o problema da viabilidade desses empreendimentos, bem como, a natureza e o significado contido nos seus traços sociais peculiares, de socialização dos bens de produção e do trabalho. Não escapa à sua análise a observação sobre as atitudes políticas de setores da esquerda, que debatem a ES, vendo-a como um campo de trabalho institucional, um alvo de políticas públicas de contenção da pobreza, ou ainda uma nova frente de lutas de caráter estratégico e, ao mesmo tempo, como saída diante do aprofundamento das iniquidades no sistema capitalista. Também observa que tais discussões manejam, com frequência, teses e categorias da economia política marxista, sustentando argumentações e respostas de natureza, sobretudo, ideológica e programáticas, associando a ES a um novo modo de produção, não-capitalista (Tiriba, 1997; Singer, 2000; Verano, 2001, apud Gaiger, 2003).

A atenção do autor, acerca do caráter alternativo da ES, leva-o a demonstrar que essa perspectiva, representa “in limine a superação do modo de produção capitalista e das formações sociais que lhe correspondem” (Gaiger, 2003, p. 184). Para o autor, essa perspectiva sugere que, havendo a superação do sistema dominante, “ocorrerá a instauração de algum tipo de sociedade pós-capitalista, cujas características tornar-se-iam historicamente predominantes” (GAIGER L. I., 2003a, p. 184). Considerando a complexidade de tais questões, o autor chama

atenção para o cuidado com a pressa de determinados segmentos intelectuais e militantes de esquerda que, desorientados frente à falência dos modelos de transição ao socialismo e a carência de teorias, passam a ter como referência a ES, como uma nova estratégia de intervenção social, em favor de um sistema social mais justo, alternativo ao capitalismo. Para o autor, esse raciocínio pragmático e otimista, revela a crise na intelectualidade da esquerda, por sua dificuldade em produzir uma teoria da prática atual e real das classes subalternas (MARTINS, 1989, apud GAIGER, 2003). Diante de tais pretensões, o autor propôs um tratamento sistemático das categorias e da teoria da transição em Marx, para confrontá-las com os resultados apurados. E nesse apurado da investigação vai observar que:

O modo de produção é a categoria mais fundamental e englobante, cunhada por Marx, para expressar sinteticamente as principais determinações que configuram as diferentes formações históricas. [...] Um modo material de produção não existe jamais isolado dos arranjos sociais do processo de trabalho, a que corresponde um acionamento determinado das forças produtivas ao alcance dos agentes econômicos. [...] O modo de produção capitalista nasce da reunião de quatro características da vida econômica, até então separadas: a) um regime de produção de mercadorias, de produtos que não visam senão ao mercado; b) a separação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, desprovidos e objetivamente apartados daqueles meios; c) a conversão da força-de-trabalho igualmente em mercadoria, sob forma de trabalho assalariado; d) a extração da mais-valia, sobre o trabalho assim cedido ao detentor dos meios de produção, como meio para a ampliação incessante do valor investido na produção (GAIGER, 2003a, p. 186).

Nesta sistematização o autor faz referência à história do sistema capitalista que provocou uma contínua transformação da sua base técnica, conseguindo renová-la continuamente, de acordo com suas necessidades; constatando, também, que o capitalismo consegue adequar formas econômicas desprovidas de uma estrutura relativamente auto-suficiente, citando como exemplo: a economia camponesa, a produção simples de mercadoria, remanescentes de modos de produção outrora dominantes. E, na atualidade, tais formas passam ordinariamente a funcionar como momentos do ciclo de acumulação do capital. De acordo com o autor, essas inúmeras formas secundárias podem surgir, expandir-se e desaparecer, durante a vigência de um modo de produção; porém, acabam minando diante do assalariamento, como forma predominante do modo de produção capitalista.

A instigante análise de Gaiger (2003), analisa que, o fenômeno da ES, como forma de produção, guarda semelhanças com a economia camponesa, predominando a propriedade social dos meios de produção, o controle do empreendimento e o poder de decisão e gestão sob o controle da coletividade, em regime de paridade de direitos. Ou seja, se experimenta uma unidade entre a posse e o uso dos meios de produção, com o trabalho consorciado, agindo em favor dos próprios produtores, que passam a ter qualidade de vida e satisfação de objetivos culturais e ético-morais (GAIGER L. I., 2003b, pp. 191-192). Essas experiências vêm

questionar o processo dominante na sociedade capitalista onde o/a trabalhador/a é separado dos objetos por ela produzidos, sendo convertido em mercadoria adquirida e destinada ao uso do capital. Neste sentido, Gaiger (2003), reconhece que a autogestão e a cooperação, em contraposição a essa condição, são acompanhadas por uma reconciliação entre o/a trabalhador/a e as forças produtivas, não sendo mais um elemento descartável e não estando mais separado/a do produto do seu trabalho. Mais que isto, o autor tem a convicção de que as relações de produção dos empreendimentos solidários não são apenas atípicas para o modo de produção capitalista, mas contrárias à forma social de produção assalariada. No entanto acentua que a ES não reproduz, em seu interior, as relações capitalistas, pois as substitui por outras, “mas, tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista, ao menos no horizonte por ora apreensível pelo conhecimento”. (GAIGER, 2003c, p. 193).

O autor reconhece que os avanços conquistados pela ES, fortalecem a luta geral da classe trabalhadora sendo, esta, uma perspectiva mais realista, considerando que, nos empreendimentos solidários, a base técnica, derivada do estado das forças produtivas, permanece intocada ou superficialmente alterada, ao menos por um certo tempo. Além disso, as empresas autogestionárias, ficam presas às cadeias produtivas ou a contratos de terceirização, configurando-se um déficit de autonomia, diante do predomínio do capital.

Mesmo diante dessas circunstâncias, o autor reitera a importância da economia solidária e de sua intencionalidade, considerando que, “conforme Marx, é no seio da velha sociedade que se geram as novas condições materiais de existência” (GAIGER, 2003, p. 195). Com essa visão, apresenta a alternativa de se buscar novas relações entre os trabalhadores e de encontrar caminhos propulsores, rumo a uma função ativa nos próximos ciclos históricos. Subentende-se, nessa preocupação do autor, que a ES pode ser um dos elementos importantes num processo de transição. Por essa razão esclarece a teoria marxista da transição.

[...]a transição significa uma passagem, de uma sociedade estruturada sobre um modo de produção determinado, incapaz de se reproduzir, a uma outra sociedade, definida por outro modo de produção. Não se resume, portanto, a mudanças momentâneas ou setoriais, mesmo as de caráter evolutivo, cujo efeito normalmente é um novo acomodamento à ordem vigente, por meio da subordinação de lógicas sociais específicas à lógica geral dominante. Apenas em circunstâncias especiais, tais mudanças podem criar gradualmente as condições de superação daquela ordem, na medida em que sua resultante global seja o incremento dos óbices, internos ou externos, à reprodução do sistema econômico que sustenta aquela ordem, combinada ao aparecimento de bases substitutivas, geradoras de uma nova formação social (GAIGER L. I., 2003d, pp. 195-196)

Nesse entendimento, a transição ancora-se em processos de longa duração e seus pontos de inflexão constituem momentos incomuns, de excepcional importância na vida das

sociedades, com mudanças históricas que se manifestam no movimento das coletividades humanas. Mas, para se chegar a um patamar de transformação, uma das condições é do sistema vigente chegar a uma situação de deficiências estruturais críticas, aliada a uma nova reunião de elementos, formando um todo coerente, capaz de se reproduzir e de impor a sua lógica reprodutiva ao sistema social em decadência. Enquanto isso não estiver demonstrado, não há razão em se defender a hipótese de que estamos nessa iminência, ou nessa perspectiva (Godelier, 1981, apud GAIGER, 2003).

Diante dessas circunstâncias, o autor apresenta as exigências para que os empreendimentos solidários mantenham os seus traços distintivos diante do modo de produção capitalista: a) retirar da base técnica herdada do capitalismo, benefícios para a sua forma social de produção própria, buscando desenvolver, paulatinamente, forças produtivas específicas e apropriadas à sua consolidação; b) confrontar com os empreendimentos capitalistas, provando a superioridade do trabalho associado perante as relações assalariadas, à medida que impulsionam, em seu interior, uma dialética positiva entre relações de produção e forças produtivas; c) resistir às pressões do ambiente econômico, por meio de mecanismos de proteção e da externalização da sua lógica cooperativa, às relações de intercâmbio e de troca.

De acordo com Bocayuva (2007), o arcabouço conceitual e analítico de Marx, na análise do sistema capitalista, é uma referência obrigatória para a definição de uma estratégia de economia solidária, que leve em conta a centralidade do trabalho. Nesse sentido, analisa que:

Apesar de ganhar expressão, este processo ainda não se constitui como força produtiva social, nem como setor da economia capaz de disputar a forma e o resultado do excedente social. Isto indica a necessidade de priorizar o acesso a fundos e esferas públicas, disputando as quase-políticas e programas, de modo a afirmar políticas públicas que permitam o salto para a conformação de um novo setor da economia em escala nacional regional e local.

A nova centralidade do trabalho como projeto político depende da articulação de sujeitos produtivos, como sujeitos de direitos, o que se coloca como questão transversal no sistema internacional (BOCAYUVA P. C., 2007e, pp. 152-153).

Além desse conjunto de ideias e teorias expostas, existem outras elaborações de diversos outros autores. Mas, acredita-se que, as ideias acima expostas, representam a visão teórica majoritária que subsidiou a recente história da ES no Brasil.

## **2.4 A recente história da Economia Solidária no Brasil**

No Brasil, a economia solidária tem sua história calcada na luta para superar as profundas consequências do subdesenvolvimento, de uma trajetória histórica de desigualdade social, desde a colonização, que foi desencadeada no processo de mundialização, da civilização europeia, a partir do início do século XVI, como parte do projeto ambicioso de expansão mercantil, como bem esclarece (FURTADO, 1974 apud BRANDÃO, 2012):

[...] Nos três séculos do período colonial, desenvolveu-se no Brasil uma cultura que, sendo portuguesa em sua temática e estilo, incorpora não apenas motivos locais, mas também, toda uma gama de valores das culturais dos povos dominados. (...) A permanência de certos traços da cultura brasileira explica-se pela estabilidade do sistema de dominação, social latifundiário, burocrático (...) O distanciamento entre elite e povo será a característica marcante do quadro cultural que emerge nesse período. As elites, como que hipnotizadas, voltam-se para os centros da cultura europeia (...) O povo era reduzido a uma referência negativa, símbolo do atraso, atribuindo-se significado nulo à sua herança cultural não europeia e recusando-se valia à sua criatividade (FURTADO IN BRANDÃO, 2012, pp. 5-6).

Nesse processo de dominação, Brandão (2012), expõe que, além da extrema desigualdade social, se enraizou o preconceito racial e desprezo às classes subalternas do Brasil. Esse comportamento se observa na elite agrária paulista que fez a opção pela imigração, excluindo a raça negra e indígena, no momento em que se estabeleciam relações sociais entre capitalistas e operários, no início da industrialização, no final do século XIX, mantendo, nessa sociedade moderna, o predomínio de uma estrutura social extremamente desigual, preconceituosa, impedindo o reconhecimento dos trabalhadores como sujeitos de direitos. Desta forma, Brandão (2012) esclarece o que aconteceu no processo histórico do Brasil, evidenciando sua relação com o processo global, em que o mundo passou a ser dividido entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, como forma de viabilizar a expansão do sistema capitalista. Em razão disso, os países subdesenvolvidos, têm características de deformidades estruturais, dificilmente superáveis, considerando os mecanismos de produção e reprodução dessa estrutura de dominação arcaica. Essas são as características do desenvolvimento criado pelo capitalismo industrial, com foco na concentração dos meios de produção para uma minoria rica da sociedade, no qual os povos dos países periféricos são submetidos a enormes sacrifícios, com a legitimação da destruição das culturas locais, destruição do meio físico, reforçando o caráter predatório desse sistema produtivo (FURTADO, 1974, apud BRANDÃO 2012).

O autor Santos (2001), também apresenta sua análise da situação do Brasil, na segunda metade do século XX, após a crise de 1929, quando o sistema capitalista entra em uma nova fase, incorporando os direitos trabalhistas e direitos sociais, por força das lutas dos movimentos sociais e da guerra fria com o bloco socialista. Segundo o autor, esta é a fase do Estado Providência, que passou a ser implantado, mesmo que de formas diferentes e variadas. Apenas

nos países do capitalismo central, serviu como modelo a ser buscado nos países periféricos. O autor também faz referência à concepção de desenvolvimento excludente, na década de 70, do século XX, em que os governos da ditadura militar, no Brasil, pregavam a ideia de que o bolo devia primeiro crescer para depois ser dividido. Segundo o autor, essa era a visão periférica sobre o papel do Estado.

Porém, segundo Santos (2001), surge um outro projeto político contra esse modelo de Estado Providência, denominado de neoliberalismo; projeto este que é baseado no princípio de que o mercado é o melhor, senão o único, mecanismo de regulação das relações econômicas entre os indivíduos; cabendo, portanto, ao Estado apenas o papel de garantir o cumprimento das regras nesse jogo do mercado. O autor sistematiza o conjunto de medidas, do que foi denominado Consenso de Washington, elaboradas em 1989, incluindo as exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. Tais regras, foram resumidas, pelo autor, nos seguintes itens:

[...] abertura das economias nacionais, ao mercado Mundial; e os preços locais devem tendencialmente adequar-se aos preços internacionais, com prioridade para a economia de exportação; e as políticas monetárias e fiscais devem ser orientadas para a redução da inflação e da dívida pública e para a vigilância sobre a balança de pagamentos; os direitos de propriedade devem ser claros e invioláveis; o setor empresarial do Estado deve ser privatizado; a tomada de decisão privada, apoiada por preços estáveis, deve ditar os padrões nacionais de especialização, a mobilidade dos recursos, dos investimentos e dos lucros; a regulação estatal da economia deve ser mínima; deve reduzir-se o peso das políticas sociais no orçamento do Estado, reduzindo o montante das transferências sociais, eliminando sua universalidade, e transformando-as em meras medidas compensatórias em relação aos estratos sociais equivocadamente vulnerabilizados pela atuação do mercado (SANTOS B. d., 2001, p. 35).

Pochmann (2004) analisa as consequências dos ditames neoliberais, observando que o Brasil foi duramente atingido, com mais de duas décadas de estagnação da renda per capita, acompanhados de elevada instabilidade nas atividades produtivas, aprofundamento de uma combinação perversa entre o ciclo de financeirização da riqueza e a inserção passiva e subordinada do país na economia mundial, tornando-o mais dependente da produção e exportação de produtos primários. Nesse contexto, registra-se o aumento dos problemas sociais e econômicos, quando o Brasil, passa a ter uma situação de interrupção do ciclo de industrialização, registrando sinais de regressão econômica e social, causando o aumento do desemprego e consequentemente da miséria. O autor também ressalta que, no ano de 2000, a economia brasileira era a 13ª do mundo, o desemprego aberto atingia quase 11 milhões de pessoas e o rendimento do trabalho respondia por somente 39% da renda nacional. (POCHMANN M. , 2013c)

Diante do crescimento da exclusão social no país, crescem as iniciativas de economia solidária, por meio das diversas formas de geração de trabalho e renda. Essas iniciativas são registradas por Pochmann (2004), como forma de reação do segmento social mais prejudicado pela crise no Brasil. O autor afirma que: “Especialmente no interior do segmento não-organizado do trabalho, há sinais do desenvolvimento de uma fase embrionária da economia solidária, para além dos estágios da economia doméstica, popular e pré-capitalista (POCHMANN M. , 2004, p. 1). Para o autor esse crescimento da busca de alternativas de combate à exclusão, contou com significativa participação efetiva de militantes críticos e engajados na formulação teórica e prática de alternativas de produção, trabalho e renda, que, juntando-se ao contingente de atingidos pela crise do desenvolvimento capitalista no país, passaram a investir num processo organizado, denominado de economia solidária. O autor ainda ressalta que, também houve o envolvimento de “pesquisadores, universitários, técnicos, estudantes, autodidatas, religiosos, sindicalistas, entre outros” POCHMANN (2004, p. 8), que foram construindo, cada um à sua maneira, mecanismos de incubação de experiências diversas de diversos tipos de ocupação, em torno de grupos que precisavam ter acesso a renda.

Singer (2004), expõe sua visão sobre essa trajetória da economia solidária, no Brasil, caracterizando os diversos segmentos, que conseguiram criar articulações para dar corpo a esse novo movimento social, conforme relato a seguir:

Ainda nos 1980, a Caritas, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, financiou milhares de pequenos projetos denominados PACs, Projetos Alternativos Comunitários. Uma boa parte dos PACs destinava-se a gerar trabalho e renda de forma associada para moradores das periferias pobres de nossas metrópoles e da zona rural das diferentes regiões do país. [...]

Outra modalidade foi a tomada de empresas falidas ou em via de falir pelos seus trabalhadores que as ressuscitam como cooperativas autogestionárias. [...]

O movimento começou, em 1991, com a falência da empresa calçadista Makerli, de Franca (SP) que deu lugar à criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag), à qual estão hoje filiadas mais de uma centena de cooperativas. A mesma atividade de fomento e apoio à transformação de empresas em crise em cooperativas de seus trabalhadores é desenvolvida pela União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL).

O MST conseguiu ascender centenas de milhares de famílias em terras desapropriadas de latifúndios improdutivos. O movimento decidiu que promoveria a agricultura sob a forma de cooperativas autogestionárias, dando lugar a outra modalidade de economia solidária no Brasil.

Um outro componente da economia solidária no Brasil é formado pelas cooperativas e grupos de produção associada, incubados por entidades universitárias, que se denominam Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS) [...]

Desde 1999 as ITCPS constituíram uma rede, que se reúne periodicamente para trocar experiência, aprimorar a metodologia de incubação e se posicionar dentro do movimento nacional de economia solidária. A Unitrabalho desenvolve desde 1997 um programa de estudos e pesquisas sobre economia solidária (SINGER P. , 2002k, pp. 122-123).

De acordo com Singer (2002), nessa diversidade de atores que passaram a desenvolver ações voltadas para a geração de trabalho e renda, também se registra o investimento de Prefeituras e alguns governos de Estados, contratando o trabalho de ITCPS, da ANTEAG, da UNISOL, entre outras unidades de fomento da economia solidária, para capacitar beneficiados por programas de renda mínima, frentes de trabalho e outros programas congêneres. Entre as entidades propulsoras do movimento da economia solidária, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), se destaca com a criação, em 1999, da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), em parceria com a UNITRABALHO e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

E sobre esse processo de fortalecimento da economia solidária, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), considera que houve um salto de qualidade organizativo, a partir de 2001, com a criação do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, nos Fóruns Sociais Mundiais, articulando as diversas iniciativas organizativas. O trabalho do GT brasileiro trouxe visibilidade e propiciou a troca de experiências e integração entre as diferentes práticas de Economia Solidária no Brasil e em diversas partes do mundo. Com a forte contribuição dos processos de organização para os Fóruns Sociais Mundiais, o movimento de Economia Solidária cresceu e se fortaleceu em todo o território nacional.

De acordo com o FBES, no final de 2002, decorrente do processo eleitoral que culminou com a vitória do Governo Lula, o GT-Brasileiro elaborou a Carta ao Governo Lula intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”. O documento de interlocução com o futuro governo apresentava as diretrizes gerais da Economia Solidária e reivindicava a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Durante a primeira plenária brasileira de economia solidária, realizada em São Paulo, nos dias 9 e 10 de dezembro de 2002, foi aprovada e encaminhada a Carta. A segunda plenária do FBES, realizada durante o FSM de janeiro de 2003, em Porto Alegre, foi aberta pelo GT-Brasileiro e presidida pelo professor Paul Singer. A Plenária definiu agenda de mobilização de debates e sensibilização pelas regiões do país e legitimou o GT-Brasileiro como promotor do processo de mobilização da Economia Solidária.

O FBES faz um relato importante sobre o processo que desembocou na organização nacional da ES, a partir de junho de 2003, quando realizou a terceira plenária brasileira de economia solidária, com mobilização em 17 estados, e teve a participação de 900 pessoas. De acordo com o relato, neste evento foi criada a denominação Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Desta forma, o FBES saiu desta III Plenária com a incumbência

de articular e mobilizar as bases da ES, pelo país, em torno da Carta de Princípios e da Plataforma de Lutas aprovadas naquela oportunidade. Além de definir a composição e funcionamento do FBES, o relato explica que, também foi iniciado um processo interlocução do FBES com a SENAES, com o compromisso de promover um intercâmbio qualificado de interesses econômicos, sociais e políticos, numa perspectiva de superar práticas tradicionais de dependência, que têm comprometido a autonomia das organizações sociais. O relato também informa a decisão de criação dos fóruns estaduais e regionais; o encaminhamento para realização do I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária com trabalhadoras/es advindos de todos os estados, que, inclusive, foi realizado, com a participação de 2.500 pessoas, nos dias 13, 14 e 15 de agosto de 2004. Mas, também informa que em 2006, após a realização das Conferências Estaduais, quando foram escolhidos/as os/as delegados/as e definidas as reivindicações e propostas, realizou-se a I Conferência Nacional de Economia Solidária, em Brasília, no período de 26 a 29 de junho. Na Conferência foram discutidas as resoluções voltadas à participação no Conselho Nacional de Economia Solidária e propostas para políticas públicas para a Economia Solidária (FBES, 2016).

Dessa forma, no final do século XX e início do século XXI, houve o crescimento a força política e organizacional dos excluídos, com apoio de entidades, universidades, militantes, que se dedicavam na formulação teórica e prática de alternativas de produção, trabalho e renda, determinados a fortalecer a economia solidária, desenvolvendo experimentos de incubação, dedicando-se no assessoramento das novas possibilidades, mais humanas no mundo do trabalho.

Na análise de POCHMANN (2004), ainda há grandes lacunas na economia solidária, considerando que esse segmento, trabalha com outros valores contrários ao modo de produção capitalista, mas, o fato de estar submetido às prerrogativas do sistema vigente, fica inibido e com grandes dificuldades para se desenvolver. É o que se percebe em suas constatações, a seguir:

Inicialmente destaca-se a necessidade de uma definição a respeito da regulação pública que defina o estatuto da economia solidária. Com isso, pode-se enfrentar a lacuna decorrente do vazio legal que confunde a ética solidária com concorrência desleal e mesmo com falsas cooperativas que fraudam os direitos legítimos dos empregados assalariados. [...]. Uma segunda lacuna diz respeito ao padrão de financiamento apropriado ao desenvolvimento da economia solidária. [...] o sistema bancário tradicional, encontra-se distante dos princípios éticos da economia solidária, exigindo, por pressuposto, uma linha nacional de financiamento própria, estruturada por agentes de créditos populares e cooperativas comunitárias adequadas ao modo de produção nãocapitalista. Como terceira lacuna passível de ser preenchida por política pública resulta a necessidade de constituição de uma rede de produção, difusão de

tecnologia e extensão técnica no âmbito da economia solidária. [...]. Uma quarta lacuna relaciona-se à incorporação da economia solidária no âmbito das políticas públicas para a indústria e o comércio exterior. Como são, em geral, políticas direcionadas tão somente ao modo de produção capitalista, nada mais adequado que seja realizada uma reformulação ampla e capaz de incluir a economia solidária sob novos paradigmas éticos de produção e exportação. Por fim, como quinta lacuna de política governamental surge o tema das compras do setor público e da promoção de redes direcionadas à comercialização e distribuição solidárias. É necessária a revisão da atual legislação que disciplina as licitações públicas, como forma de permitir a inclusão dos empreendimentos solidários, praticamente à margem das compras públicas (POCHMANN M. , 2004d, p. 31).

As lacunas, apresentadas nessa análise, também tem relação com o modelo econômico neoliberal, que aprofundou o problema da exclusão social. Mas a visão do autor POCHMANN (2004) também tem um cunho propositivo, quando faz essa reflexão no momento em que foi criada a SENAES, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, voltada para desenvolver uma política pública de economia solidária, em interface com outros Ministérios. Desta forma ele o autor evidencia os problemas da falta regulação pública em relação ao estatuto da economia solidária; a falta de um padrão de financiamento apropriado para este segmento; a falta de uma rede de produção, difusão de tecnologia e extensão técnica; a falta de incorporação da economia solidária no âmbito das políticas públicas para a indústria e o comércio exterior; a necessidade do segmento se organizar para pleitear as compras do setor público e da promoção de redes direcionadas à comercialização e distribuição solidárias.

E essas questões, sinalizadas por Pochmann (2004), entram na agenda institucional da SENAES e na agenda dos movimentos sociais, conforme exposição de SINGER (2007), em entrevista a Paulo de Salles Oliveira.

No que se refere às condições de legalidade das cooperativas brasileiras que concorrerem nas licitações, junto ao setor público, o autor esclarece que essa questão é regulada pela Lei n. 8.666, que criou condições de igualdade entre os diferentes tipos de empreendimentos. Nesse sentido afirma que as cooperativas são legais no Brasil, inclusive, constitucionalmente. Mas o autor reconhece que, devido às falsas cooperativas, o governo federal fez com o Ministério Público do Trabalho um acordo de conduta excluindo as cooperativas de trabalho da possibilidade de concorrer nos serviços terceirizados, sobretudo os mais humildes como limpeza, transporte, cozinha, manutenção, jardinagem etc. E o autor também reafirma que, diante do fato das cooperativas não precisarem cumprir a legislação trabalhista, acabam ganhando todas as licitações. Porém o autor observa que, essa situação está levando a um outro problema que é a precarização das relações de trabalho. Diante da gravidade desta problemática, Singer (2008), apresentou a proposição ao governo federal de mudar o

Termo de Ajuste de Conduta (TAC) no sentido de admitirem-se cooperativas que tenham condições de cumprir rigorosamente as leis trabalhistas. De acordo com o autor, a situação também vem sendo tratada no Conselho Nacional de Economia Solidária, mais especificamente no comitê temático, voltado para o marco jurídico, considerando que a Lei Geral do Cooperativismo n. 5.764 é antiga, de 1971. Ou seja, o autor analisa que essa lei precisa ser atualizada, porém afirma que existem impasses políticos, sobretudo no que se refere à representação política do cooperativismo. Neste aspecto o autor se refere ao fato da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), monopolizar a representação do cooperativismo brasileiro. E sobre a OCB esclarece que:

A OCB é um sindicato de cooperativas. E ela se registrou como sindicato patronal; ninguém sabe disso porque não tem importância pública. A OCB adotou essa atitude para poder criar o Serviço Social das Cooperativas (Sescoop). Para tanto, eles tiveram que se adaptar à Lei do Serviço Social, segundo a qual só os sindicatos patronais é que geram os Sesi, Sesc, Senai, Senac. [...] Em analogia com as demais entidades do sistema "S", o Sescoop teria de prestar serviços aos empregados das cooperativas. [...] Agora, com o "Supersimples", criou-se um mercado privilegiado para as micro e pequenas empresas nas compras públicas. [...]

Nós descobrimos [...] que 98% dos nossos empreendimentos de economia solidária são ou micro ou pequenas empresas, de acordo com sua receita anual. Mas a lei do "Supersimples" aprovada excluía de seus benefícios as cooperativas, exceto as de consumo. [...] Então, o deputado Tarcisio Zimmermann, em colaboração com a Senaes e o Conselho Nacional de Economia Solidária, apresentou uma emenda, que já está aprovada e sancionada, pela qual todas as cooperativas (exceto as de crédito) podem se beneficiar do "Supersimples".

Além disso, grande parte da economia solidária é rural e ela se beneficia também do programa de aquisição de alimentos do governo federal. É um programa que está se expandindo muito e é fundamental porque compra a produção da agricultura familiar, desde que ela se organize. [...]. Mas, se eles se organizarem numa cooperativa, numa associação, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) do Ministério da Agricultura compra a produção de cada família até o limite de 2.500 reais. Esse programa começou em 2004 com algumas centenas de milhares, e hoje são dois milhões de famílias que vendem a sua produção (SINGER P. , 2008, pp. 299-301).

No que tange à questão da criação de redes de produção, Singer (2007) afirma que o movimento de economia solidária vem tentando construir redes econômicas de cooperativas, com cadeias produtivas organizadas, porque, segundo o autor, as cooperativas isoladamente são muito frágeis; porém apresenta como maiores entraves desse segmento, a falta de acesso a capital, ao mercado e também ao conhecimento. Mas ressalta que já estão iniciando as experiências, e dá alguns exemplo: uma cadeia produtiva, que começa no Ceará, com agricultores orgânicos que cultivam algodão, formada por diversas cooperativas, cada uma cuidando de uma parte do processo de beneficiamento, até chegar no mercado; outro exemplo é da empresa recuperada que faz os tecidos e, finalmente, há um número maior de cooperativas de confeccionistas, costureiras, que transformam esses tecidos em uma grande variedade de produtos para serem vendidos. Essa cadeia já constitui uma cooperativa de segundo grau, ou

seja, se integraram. São cooperativas autônomas, mas elas se articularam para serviços comuns, formando uma cooperativa de segundo grau. Segundo o autor também tem outra denominada de RENACE, que é uma federação de grandes cooperativas metalúrgicas de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Existem também redes de cooperativas de apicultores, fruticultores e artesãos.

Sobre o acesso ao sistema financeiro, Singer (2007) afirma que:

Esse é provavelmente o maior gargalo, o maior desafio para a economia solidária: deixar de ser miserável e poder se tornar próspera. É o acesso ao capital, que os empreendimentos de economia solidária não têm... porque são pobres. Mas não têm acesso ao sistema financeiro porque o sistema financeiro é antipobre, tradicionalmente. O sistema financeiro formal está muito voltado aos grandes clientes, sejam governos ou empresas. Há um dito que banco só empresta para quem não precisa. Isso é verdade, porque quem precisa mais é quem não tem como garantir que vai devolver o que tomou emprestado; então o sistema exclui os pobres. Toda uma luta contra a exclusão financeira está sendo travada pela economia solidária. O microcrédito é uma das armas principais, e sua massificação foi inventada em Bangladesh (SINGER P. , 2008, p. 302).

Ao citar o exemplo de Bangladesh, Singer (2007), está se referindo ao Grameen Bank – Banco da Aldeia, idealizado pelo economista *Muhammad Yunus*. Segundo o autor, essa “é uma tremenda cooperativa de crédito: os donos do banco são os clientes do banco e são *elas*, pois, noventa e tantos por cento dos sete milhões de clientes do Grameen Bank são mulheres” (SINGER P. , 2008, p. 302).

Mas para enfrentar essa lacuna do acesso a crédito, Singer (2007), explana que em 2004, criou-se um Departamento de Economia Solidária no BNDES e também uma linha especial de crédito, dirigida às empresas cooperadas. No entanto, mesmo com a proposta de redução do montante de garantias, reduzindo de 150% do valor do empréstimo, para 70% para as empresas recuperadas, além de outras facilidades, mesmo assim, ainda não foi possível fazer empréstimo porque eles não conheciam de fato as cooperativas de economia solidária, o que lhes impedia de avaliar o risco corretamente. Segundo SINGER o autor, os empreendimentos, achando que iam receber o crédito, acabaram tomando dinheiro emprestado a juros. E, dessa forma, as empresas de economia solidária foram prejudicadas. Mesmo assim, segundo o autor a SENAES insistiu com o BNDES, realizando um seminário sobre economia solidária para convencê-los de que a autogestão é eficiente, mas que, evidentemente, os nossos empreendimentos carecem de capital e precisam ser ajudados. Desse diálogo surgiu um trabalho tripartite, BNDES, SENAES e as grandes federações de cooperativas que junta a UNISOL e a ANTEAG, com a perspectiva de se construir um sistema que vai permitir o BNDES financiar esse segmento da ES.

Em relação aos empreendimentos agrícolas, Singer (2007), apresenta uma informação de que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), foi criado especificamente para ser um crédito acessível. De acordo com o autor, esse crédito iniciou na época do presidente Fernando Henrique, mas, era limitado ao Sul do Brasil. E o governo Lula estendeu para todas as regiões do país. O valor dos créditos do Pronaf, que era de dois bilhões na época do Fernando Henrique. A partir de 2004, no governo Lula, subiu para dez a onze bilhões anuais. E, o autor confirma que esse volume de recursos vem sendo muito útil no atendimento do conjunto da agricultura familiar, a juros de 2% ao ano, e os mais pobres têm um abatimento de 25% do valor; quer dizer, é subsidiado. Além dessa possibilidade, Singer (2007) afirma que, estão criando novas linhas, todas elas emancipatórias, como o Pronaf-Mulher, o Pronaf-Jovem. É um grande programa de microcrédito, créditos pequenos para gente pobre. Uma das aspirações do movimento de economia solidária é estendê-lo às cidades com um Pronaf urbano.

Além dessas iniciativas, o autor também expôs que a SENAES, vem realizando, periodicamente, um mapeamento; em 2006 os dados revelaram que já havia um banco de dados com 22 mil empreendimentos de economia solidária no país. Além desse crescimento, o autor também revela que a economia solidária brasileira está ficando extremamente diversificada. Inclusive, ressalta que existem mais de mil quilombos, reconhecidos no país e quase todos eles se sentem atraídos pela economia solidária, porque seus valores coincidem, em boa medida, com os valores da economia solidária. E o autor reconhece que os quilombos são muito diferentes porque essas comunidades negras, rurais, ficaram um certo período isoladas; há quilombos de pescadores, de extrativistas, de agricultores; inclusive o autor fala das comunidades indígenas que estão participando com suas experiências de economia solidária.

Segundo o autor, essas informações, sobre a diversidade, da ES, no Brasil, só foram possíveis, graças a esse mapeamento que vem sendo feito, desde 2005, pela SENAES.

Sobre a prática da ES, nas regiões de quilombolas e indígenas, o autor MAESTRI, (1997), observa que, em meio à deformidade social, causada por um sistema econômico excludente, encontra-se um componente cultural forte, na cultura brasileira, que é a experiência secular, nas comunidades indígenas e quilombolas, do convívio coletivo, na moradia, no trabalho, na alimentação, etc., coadunando com as prerrogativas da Economia Solidária. Esses povos exercitaram, essa livre circulação de ideias, experiências e conhecimentos, conseguindo aprimorar sua relação com a natureza, desenvolver formas de manejo dos recursos naturais, que não visavam o lucro, mas o bem-estar da coletividade. Na economia denominada de

subsistência, as comunidades quilombolas também produziam de forma coletiva, para a própria subsistência, como forma de resistência à perseguição dos colonizadores escravocratas. É o caso dos grandes mocambos de Palmares, na Capitania de Pernambuco, no século XVII, onde plantavam verdura, legumes, mandioca, feijão, banana e cana-de-açúcar, ampliando para algodão; e também eram extrativistas: praticavam a pesca, a caça, coletavam breu, castanha, etc. Essa repartição igualitária dos recursos, favorecia uma certa igualdade entre os quilombolas e os fortalecia o seu objetivo comum de lutar pela liberdade frente ao eminente perigo de serem massacrados. E, mesmo diante de uma realidade adversa, essas circunstâncias geraram e fortaleceram o componente cultural da preocupação com a coletividade (MAESTRI, 1997)

E, sobre esse componente cultural, SINGER (2007), evidencia em sua entrevista a Paulo Salles, a experiência agroindústria de açúcar Catende, que tem mais de cem anos e, desde 1995, trabalha em autogestão devido à falência dos antigos donos da empresa. Depois de funcionar como autogestão durante doze anos, a terra e as benfeitorias foram objeto de uma expropriação para fins de reforma agrária. Segundo o autor, a massa falida está agora em vias de se tornar dos próprios camponeses e dos trabalhadores da indústria; sendo uma área de 28 mil hectares, com mais de quatro mil famílias, que formam uma comunidade com cerca de quatorze mil pessoas que organizados em autogestão. Nessa experiência o autor ressalta que as famílias optaram por não dividir a metade da terra, para ser cultivada por todos coletivamente.

Segundo Singer (2007), a participação da academia, também influenciou no crescimento da economia solidária. Segundo o autor, foram elaborados diversos trabalhos de doutoramento e de mestrado sobre essa temática da ES. Além disso, afirma, existem 43 universidades com Incubadoras de Cooperativas Populares, desenvolvendo projetos de extensão universitária que acompanham e ajudam a criar novos empreendimentos de economia solidária e, ao mesmo tempo, trazem para dentro da universidade essa experiência concreta.

E sobre o fortalecimento das políticas públicas de economia solidária, SINGER (2014), demonstra que, além das diversas linhas de ação da SENAES, também houve um intenso engajamento no desenvolvimento do Programa Brasil Sem Miséria, conforme relata a seguir:

Em 2011, a presidenta Dilma Rousseff assumiu o governo federal, cuja prioridade passou a ser a erradicação da pobreza extrema do Brasil. Para formular o Programa Brasil Sem Miséria (PBSM), diferentes ministérios foram convocados, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), entre os quais o MTE. Na divisão de tarefas para a execução do PBSM entre as repartições dos ministérios coube à Senaes se empenhar na promoção da inclusão produtiva urbana da população de baixa renda, cuja sobrevivência depende fortemente do usufruto do Programa Bolsa Família (PBF).

Para levar adiante esta ação, a Senaes resolveu promover o endodesenvolvimento de comunidades vitimadas pela pobreza extrema. Essa secretaria já havia desenvolvido ações neste sentido, tendo por alvo, a partir de 2004, diversos quilombos localizados

em diferentes regiões do Brasil. O endodesenvolvimento difere do desenvolvimento que tem sido habitual em nosso país, em geral resultante de investimentos públicos ou privados em novas atividades produtivas ou extrativistas, em áreas acessíveis às comunidades marginalizadas pelo progresso.

[...] O endodesenvolvimento se caracteriza pelo fato de ser produzido pela própria comunidade que se beneficia dele. Sendo pobre, a comunidade não tem recursos próprios e tampouco possui bens e valores que poderiam servir de garantia para obter financiamento das fontes bancárias convencionais. Para que o endodesenvolvimento se torne possível, é necessário que a comunidade seja mobilizada e apoiada por agências públicas e este tem sido o papel que a Senaes vem desempenhando. A mobilização da comunidade é executada por meio de atividades de formação em economia solidária.

Sua visão fundamental é que a redenção da classe trabalhadora só pode ser obra da organização dos próprios trabalhadores em diferentes tipos de associação que, unidas por laços de solidariedade, constituem empreendimentos capazes de produzir bens e serviços com qualidade para disputar a demanda em mercados e assim alcançar renda suficiente para resgatar da pobreza todos os membros da comunidade (SINGER P. , 2014, pp. 91-92).

O autor ainda afirma que, a partir de 2011, a SENAES promoveu novas atividades visando garantir a viabilidade econômica dos empreendimentos de economia solidária (EES) que foram semeados pelos rincões menos desenvolvidos do país. Para tanto, a SENAES realizou a formação de redes de comercialização e de finanças solidárias tendo por objetivos garantir aos EES, o acesso a mercados e ao crédito, nas medidas de suas necessidades e possibilidades.

Por fim, o autor Singer (2014) ressaltou que muitos avanços foram possíveis, devido ao fato de que, em 2010, ex-presidente Lula assinou um decreto instituindo o Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário. Este sistema reúne as entidades brasileiras que se dedicam ao comércio justo e vai gradativamente englobando os EES, à medida que estes vão se desenvolvendo. Para o autor, a articulação em rede vem contribuindo para se vencer as dificuldades de acesso a mercados. Essa ampliação da comercialização dos produtos da economia solidária, é visível quando se realizam feiras cada vez maiores, culminando, nos últimos anos, na grande Feira Internacional de Santa Maria/RS.

O autor Singer (2014) também diz que, outra maneira de romper as barreiras à comercialização, tem sido a multiplicação de Grupos de Consumo Responsável (GCRs), que cultivam contatos permanentes entre produtores e consumidores, permitindo que as possibilidades e necessidades de uns e de outros se conheçam e se amoldem para a satisfação mútua. E resalta que, ao mesmo tempo que ocorre o crescimento do comércio justo, também vem crescendo um sistema de finanças solidárias, formado por bancos comunitários de desenvolvimento, fundos rotativos solidários e cooperativas de crédito. De acordo com o autor, esse processo vem acontecendo nos últimos quinze anos, a partir do esforço pioneiro do Banco Palmas em Fortaleza/CE, complementado posteriormente pelo Banco Bem em Vitória/ES e

atualmente se conta com nada menos que 1.003 bancos comunitários espalhados por todo o Brasil. O autor afirma que, com “esse crescente número de instituições de finanças solidárias, pode-se acreditar que o nó representado pelo insuficiente acesso a crédito também está sendo desfeito” (SINGER P. , 2014, p. 93).

Todas essas experiências de políticas públicas com foco na ES, a partir de 2003, passaram a influenciar no contexto internacional, sobretudo, o conjunto dos países da América Latina, além de outros países, de outros continentes, como a África do Sul, por meio de articulações para fortalecer esse segmento social. Tal avanço se observa nos registros do evento da Organização Internacional do Trabalho – OIT, na cidade de Johannesburg, em 2015. Entre os diversos assuntos, os palestrantes trataram sobre a importância da Cooperação Sul-Sul Triangular (SSTC) e Economia Social e Solidária (SSE). As avaliações apresentam a importância das cadeias internacionais e redes de inovação social, por meio do intercâmbio dessas boas práticas, considerando que esses modelos têm conseguido criar uma forte rede de profissionais que combinam o SSE com uma cooperação das metodologias sul-sul e triangular. Com esse entendimento uma série de redes foram estabelecidas, trazendo à luz a riqueza desses intercâmbios em um importante campo de cooperação, conforme os relatos, a seguir, dos componentes que participaram desta análise.

No referido evento da OIT, o brasileiro Robert Gouveia, ressaltou, em sua palestra, que no Brasil, a economia solidária vem desenvolvendo um papel de protagonista, diante dos males do sistema capitalista, citando, como exemplo, as iniciativas que envolvem bancos comunitários, a criação de políticas públicas com base na organização e promoção de cooperativas de produção e consumo, associações de produtores, catadores de materiais recicláveis, etc. Mas também ressaltou que há uma cooperação sul-sul no âmbito da economia solidária com a corrente de solidariedade Binacional do PET, que envolveu outros estados brasileiros e países latinos americanos, visando consolidar uma cadeia produtiva no setor reciclagem garrafa PET.

Os participantes do evento também reconheceram que, o Brasil tem contribuindo significativamente com a OIT, sobretudo na Cooperação Sul-Sul Triangular (SSTC) e Economia Social e Solidária (SSE), participando de redes inter-regionais e plataformas para o conhecimento e a partilha de experiências. (OIT O. I., 2015a)

Portanto, a recente história da economia solidária no Brasil, dá sinais fortes de uma evolução, de um processo que cria musculatura social, acumula capacidade intelectual, em condições de influenciar no conjunto da sociedade brasileira e, inclusive, no conagraçamento a

nível de MERCOSUL, com os BRICS, formado pelos países: Brasil, Rússia, Índia e China - com a África do Sul. É evidente que essa é uma medida muito importante mediante à força mundial do capital financeiro, que vem manipulando a sociedade em favor de um grupo reduzido de ricos, prejudicando toda a humanidade. Contra essa força que vem sendo responsável pela exclusão social, é primordial a união de forças, a nível mundial, dos segmentos que lutam pela inclusão social, respeito às realidades locais, que se preocupam com o meio ambiente, que trabalham por uma cultura de cooperação, solidariedade, geração de trabalho e renda e valores democráticos, sem dúvida é uma grandiosa e necessária articulação, para garantir o avanço de uma nova cultura favorável à justiça social.

De acordo com Ruth Coelho, do Brasil, em seu pronunciamento, no evento da OIT, “Social Solidarity and South-South Cooperation”, em Johannesburg, em julho de 2015, o contexto da economia solidária na realidade brasileira, emergiu na década de 1980, como resposta à crise provocada pela estagnação econômica e a reorganização do processo de acumulação capitalista; na década de 90, aumentou o seu potencial, ganhando maior relevância e visibilidade, com a implementação de políticas de geração de trabalho e renda, por governos estaduais e municipais, em cidades metropolitanas, como Porto Alegre, São Paulo, Recife e Belém. E, segundo a palestrante, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, que foi criada por sugestão dos movimentos sociais, a economia solidária entra na agenda do governo federal a partir de 2003. Porém, ressalta que, em que pese a importância da evolução política e institucional, atualmente, esse processo pode sofrer revezes devido a instabilidade política no país, caracterizando-se como um problema da institucionalização de políticas públicas de economia solidária, que precisam ser garantidas como políticas governamentais, mas sobretudo, como políticas de Estado (OIT, Social Solidarity and South-South Cooperation, 2015b).

Sobre a instabilidade política no Brasil, citada pela palestrante supracitada, POCHMANN (2015), faz a mesma constatação, quando apresenta a conjuntura política e econômica, em novembro de 2015 no site da Rede Brasil Atual, informando que, na passagem para o século 21, surge o conceito de *plutonomia*, que reconfigurou a trajetória recente da democracia, inicialmente nos países ricos. Segundo o autor, o comunicado da corporação financeira Citigroup, emitido em 2005, aos seus clientes mais ricos, informou que a sociedade estadunidense seria controlada pelo segmento de maior renda, por ser detentora recente da maior riqueza acumulada de todo o conjunto da população. Diante dessa evidência, o autor constata que, a principal influência no jogo da democracia política, concentrou-se numa minoria

da plutonomia. Desta forma o autor define o conceito de plutonomia como: ausência de ética econômica e social, na qual a ganância, em torno de ganhos financeiros, é determinante sobre as decisões de governos. O autor ainda considera que a rápida difusão dessa forma de articulação mais ricos, se deu a partir da implantação das políticas neoliberais, quando um pequeno grupo, formado pelo capital financeiro e oligopólios midiáticos, passou a influenciar direta e indiretamente nas decisões da esfera pública, inclusive nos processos eleitorais. Ou seja, o autor esclarece que, nesse contexto, a economia passa a ter o impacto das fortunas dos mais ricos, dependendo dessa minoria para se expandir, e não mais do rendimento da maioria da população.

Pochmann (2015), também analisa as consequências desastrosas desse jogo econômico para a sociedade, considerando que, a gestão da economia passou a ser cada vez mais imunizada em relação à democracia, ficando rebaixada a justiça, em relação às forças do mercado. Segundo o autor, durante os últimos 12 anos, a plutonomia que antes, governava o Brasil, ficou à margem do processo político principal; e que, nesse período foi possível o governo democrático e popular investir no combate à exclusão social, especialmente a pobreza e desigualdade de renda, sendo possível às administrações do PT conseguirem, entre 2003 e 2012, a elevação do bem-estar social, fundamentalmente dos mais vulneráveis. Segundo o autor, referindo-se ao segundo turno das eleições presidenciais, em 2014, a tentativa de volta desse conjunto de forças dos mais ricos, pode ser notada pela opção em que, a maior parte dos endinheirados, representados pelas atividades financeiras e oligarquias midiáticas, apontavam como convergência a candidatura presidencial do candidato considerado opositor frontal ao governo Dilma (POCHMANN M. , 2014e). E, apesar do resultado eleitoral de 2014 ter derrotado a plutonomia, uma maioria do Congresso Nacional, do parlamento brasileiro, ligada aos grupos endinheirados e às forças midiáticas do país, conseguiram encaminhar o processo de impeachment, da Presidente do Brasil, Dilma Rousseff, eleita nas eleições de 2014. Mas, esse processo golpista das elites do Brasil, que ganhou fôlego, principalmente, a partir do dia 17 de abril de 2016, tem consequências graves para as classes populares, na medida em que já se encaminham, diversos recuos nas políticas sociais, conquistadas nas últimas décadas, nas quais se incluem as políticas públicas de ES, considerando a real ameaça do destino da SENAES. Diante desse contexto, é essencial o papel dos movimentos sociais, entre os quais os protagonistas da ES, no Brasil, no trabalho de articulação junto à sociedade para reagir e defender a continuidade das políticas públicas de distribuição de renda e oportunidade para as classes populares.

### **3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL**

#### **3.1 Abordagem sobre concepção de Estado e de Políticas Públicas**

A abordagem sobre o processo social e político que possibilitou a criação da SENAES requer um estudo conceitual sobre Estado e Políticas Públicas para maior compreensão dos fundamentos que nortearam o processo de inserção da ES como política pública no Brasil, enquanto demanda das classes populares e nova forma de economia, caracterizada pela autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, autosustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social (GAIGER L. I., 2011). Em tese, esses princípios são contrários aos fundamentos do sistema econômico hegemônico no Brasil e no mundo, e se coloca como uma das novidades no cenário governamental brasileiro, na primeira década do século XXI, sendo substancial entender o viés político que permeia essa novidade no cenário do Estado brasileiro.

ROSA (2013), desenvolve o conceito de Estado como uma organização política, administrativa e jurídica, que surgiu no início do século XVI, quando se consolida o poder real que se impõe sobre a nobreza, parlamentos, as cidades livres e a Igreja. Esse é o Estado moderno, absolutista, onde o rei é soberano absoluto. As mudanças nesse paradigma vão ocorrer somente no final do século XVIII, com o evento da revolução francesa em 1789, quando passou-se a denominar de Estado-nação, vindo a se consolidar somente no século XIX, onde o povo passa a ser, teoricamente, soberano. O autor também registra, em sua tese de mestrado, que este Estado-nação se mantém até os dias atuais, com sua formação reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU). E, ainda que haja diferenças de formato, nos diversos países, os princípios da universalização, da coerção e da regulamentação, como modelo de estrutura permanente e gestão feita por governos transitórios, são os mesmos que balizam o Estado-nação atual (ROSA, 2013).

Sobre os Estados contemporâneos, MORAES (2013), apresenta uma síntese da visão de WEBER (1964), onde esclarece que somente o Estado pode tributar e fazer arrecadação para destinar aos fins públicos, coletivos; somente o Estado pode fazer a definição de normas jurídicas, criando leis para reger a sociedade; e, somente o Estado pode exercer o direito de coerção física. Nesta concepção os instrumentos pelos quais o Estado interfere na vida social,

na vida dos indivíduos são: o Orçamento público, que justifica o seu papel de arrecadar, comprar e contratar; as Leis que regulamentam e normatizam o trabalho, o comércio, o meio-ambiente, etc.; as Medidas monetárias e crédito, definindo políticas de preços, subsídios, subvenções, etc. (MORAES, 2013a)

Moraes (2013) também apresenta o resumo, dessa caracterização do Estado, por meio do diagrama, a seguir:

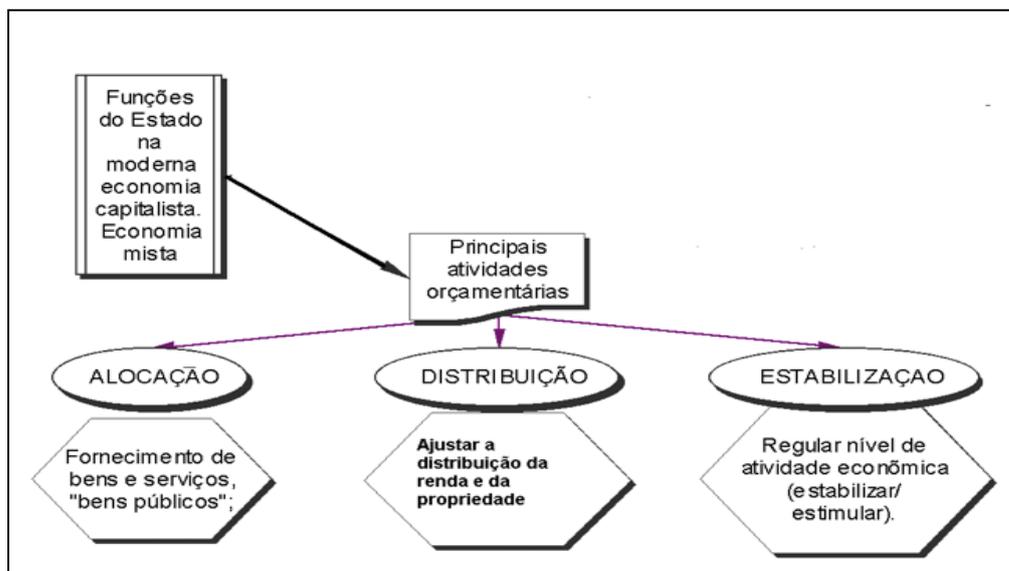


FIGURA 1 - Caracterização do Estado-Nação  
(MORAES, 2013b, p. 5)

Diante dessa caracterização, fica evidente que o Estado interfere na distribuição da propriedade e da renda. Isto envolve uma disputa política, na sociedade, sobre os padrões de distribuição da propriedade e da renda. O Estado pode promover ajustes distributivos. Por exemplo, pode transferir rendas de determinados grupos sociais para outros, através de auxílios, subvenções, programas governamentais, para determinadas parcelas da população. Isto é possível devido os recolhimentos obrigatórios, feitos pelo Estado de taxas, impostos e cotizações sociais e a contribuição previdenciária.

Em se tratando de política pública, Rosa (2013) também apresenta uma conceituação, definindo-a como iniciativa de um governo, que passa a atuar, com base em pesquisas, por meio do desenvolvimento de planos e linhas de ação governamental, fundamentando-se num conjunto de princípios, leis, regulamentos e critérios, que devem garantir e permitir a gestão do Estado, na solução dos problemas nacionais, estaduais e municipais. Com esses pressupostos, as políticas públicas constituem-se num meio de concretização dos direitos que estão codificados nas leis de um país e podem viabilizar a efetivação do que está previsto na

Constituição Federal, buscando a execução de ações para concretude das prerrogativas constitucionais, tanto a nível federal, estadual, municipal, observando os preceitos da constituição federal, estadual e, também, as normas previstas nas leis orgânicas municipais.

E sobre as relações entre Estado, políticas públicas e sociedade, as reflexões apontam claramente que a análise do viés político é substancial para entender as concepções que balizam as decisões em relação à sociedade. Nesse sentido, Rosa (2013), sistematizou as ideias acerca dessa questão, trazendo os pontos de vista sobre a perspectiva “estadocêntrica”, “sociocêntrica” e a ideia de meio termo entre essas visões.

Segundo Rosa (2013), a perspectiva “estadocêntrica”, subentende que o estado tem um papel central na produção de políticas públicas, com autonomia em relação à sociedade. Dessa forma, o conjunto das decisões tomadas no âmbito do estatal, são executadas por meio das políticas públicas, correspondendo ou não as perspectivas da sociedade. Esta concepção pressupõe um aparelho estatal controlado por políticos e burocratas, decidindo, de forma autônoma, as ações governamentais; cabendo à sociedade apenas acatar tais medidas. A perspectiva “sociocêntrica” já define o Estado como ente que depende da sociedade para tomar suas decisões. Mas, há pontos de vista diferenciados e até antagônicas a esse respeito. De acordo com o autor, existem as teorias marxistas, pluralistas, elitista e a da escolha pública. O pensamento marxista, concebe o Estado como resultado da disputa entre as classes sociais; e suas ações são reflexos do resultado dessa disputa. E, segundo o autor, é nesse contexto que se situa a definição do Estado como um instrumento coercitivo, utilizado pela classe dominante, por ser detentora dos meios de produção, fazendo do Estado como instrumento de dominação (MILIBAND, 1972; apud ROSA, 2013).

No enfoque pluralista, se observa a dispersão do poder e o acesso livre e competitivo de pressão dos grupos organizados às esferas de decisão do Estado. Nesse sentido uma política pública é entendida como resultado da disputa entre grupos. A visão elitista é apenas uma extensão dessa visão pluralista, na medida em que aceita as elites e reconhece o poder dos grupos organizados e suas habilidades para alcançar seus objetivos (SOUSA, 2006; SERAFIM e DIAS, 2011, apud ROSA, 2013). A visão da escolha pública tem uma orientação de cunho neoliberal, defendendo a necessidade de se estudar as falhas das instituições públicas, com o entendimento de que, a burocracia é responsável pelo crescimento do orçamento público, tendo como consequência a diminuição do Estado (SOUZA, 2006, SERAFIM e DIAS, 2011, apud ROSA, 2013).

A perspectiva mais recente busca conciliar um meio termo entre a visão estadocêntrica com a sociocêntrica, levando em consideração os fatores internos, que são referentes ao próprio Estado; e os fatores externos, referentes à sociedade. Mas o autor vai detectar que há linhas diferenciadas de entendimento nessa conciliação, ressaltando que: a tendência denominada de neocorporativismo, é identificada pela existência de relações privilegiadas ou exclusivas entre poucos grupos e o Estado; a tendência do neoinstitucionalismo que atribui um papel essencial às instituições, no desenvolvimento dos comportamentos individuais ou na ação de grupos de interesse e indivíduos, que formam uma rede de influência mútua, porém estabelecendo hierarquias reais (SERAFIM E DIAS 2011; apud ROSA, 2013).

Além desse arcabouço teórico, o autor também analisa os diversos tipos de políticas públicas, com base na tipologia Theodore Lowi, baseada na teoria das armas de poder, considerando que cada tipo de política pública, define um tipo específico de relações políticas. Nesse entendimento, cada política supõe uma rede diferente de atores, estruturas e decisões e contextos institucionais diferentes, configurando-se em arenas diferenciadas, quais sejam: arena distributiva que caracteriza por políticas públicas financiadas pela sociedade e os seus benefícios atendem a necessidades individualizadas, privilegiando certos grupos sociais ou regiões, por meio de subsídios, isenções tarifárias, incentivos fiscais, renúncias fiscais, predominando a barganha, em detrimento do interesse geral da sociedade. (DIAS; MATOS, 2012, apud ROSA, 2013). A tipologia das políticas regulatórias, nasce do conflito entre coalizões políticas de interesse, definindo quem ganha e quem perde, por meio de controle, regulamentação e padrão de comportamento, como é o caso da lei de códigos de trânsito, defesa do consumidor, regulamentação de setores econômicos, etc.; mas o autor também observa que essas políticas se desenvolvem mais na lógica pluralista, porque a sua possibilidade de execução depende da força dos atores sociais interessados (DIAS; MATOS, 2012; apud ROSA, 2013).

No caso da tipologia das políticas redistributivas, seu principal objetivo é a redistribuição de recursos, intervindo na estrutura econômica social, através de mecanismos de redução das desigualdades sociais, com ganhos concretos, em curto prazo para determinados segmentos sociais e ganhos para outros. Nesse caso ROSA (2013) exemplifica esses mecanismos com os avanços alcançados na gestão pública, na última década, evidenciando as políticas de cotas raciais nas universidades, programas de previdência social, seguro desemprego, bolsa família, etc.; e o autor também ressalta que, segundo Theodore Lowi, as políticas redistributivas não recebem esse rótulo pelo resultado redistributivo efetivo, mas sim pela expectativa de contraposição de interesses antagônicos. No caso da tipologia das políticas

constitutivas, se prevê o estabelecimento de regras sob as quais outras políticas públicas são selecionadas, com competências jurisdicionais, regras da disputa política e elaboração de políticas públicas. É nesse tipo que se enquadram, por exemplo, as regras do sistema eleitoral, a distribuição de competências entre esferas de poder e as regras da participação da sociedade civil em decisões públicas. Políticas constitutivas provocam conflitos entre os entes e os atores diretamente interessados, como partidos e os níveis de governo, pois têm a capacidade de alterar o equilíbrio de poder existente. Analisando essas tipologias o autor vai constatar o seu caráter transversal das políticas.

Rosa (2013) também apresenta as tipologias sistematizadas por outros autores como James Quinn Wilson que adota o critério da distribuição dos custos e benefícios da política pública na sociedade, definindo quatro tipos: a política “Clientelista” que concentra os benefícios em determinados grupos e os custos são difusos na coletividade; a tipologia de “Grupos de interesse” que é definida pelo autor como aquelas que concentram custos e benefícios em beneficiários de certas categorias; a tipologia denominada de “Empreendedoras”, que são aquelas definidas para coletivos de beneficiários, sendo custeadas por determinadas categorias. Essa tipologia, em geral, causa disputa de interesses por determinados grupos que são contrários à sua execução. É o caso das reformas administrativas. E, por fim, o autor define a quarta tipologia como “Majoritária”, identificadas como aquelas que têm seus custos e benefícios distribuídos pela coletividade; como exemplo: as políticas de saúde, educação, etc. (SECCHI, 2011, apud ROSA, 2013).

As concepções e análises expostas sobre Estado e Políticas Públicas supõem que somente num Estado democrático é possível ter a diversidade de pensamento, por meio do exercício da cidadania. Nessas circunstâncias, os partidos que conseguem se eleger para assumir a governança de uma nação, estado ou município, traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em políticas públicas, por meio de programas e ações, que podem causar mudanças na sociedade. Dessa forma conseguem interferir politicamente e estruturalmente, na configuração do Estado, desde que essas políticas sejam fundamentadas em leis e tenham orçamentos especificados na gestão pública.

Ao se reportar ao pacto keynesiano do pós-guerra, levado à prática a partir de 1945, sobretudo nos países centrais, Mattos & Baptista (2012), ressaltam a intervenção do Estado na garantia de direitos sociais como uma condição, um limite necessário para a manutenção da economia. Mas, segundo os autores, o liberalismo do Estado moderno também conviveu com situações que geraram restrições à liberdade, usando a prerrogativa de que o Estado é o

represente legítimo dos interesses da população para justificar práticas autoritárias, a favor dos interesses das elites econômicas e políticas.

Mas, apesar dessas constações, na história do Estado liberal, as críticas mais contundentes, ainda não se formatou um outro modelo de Estado para se contrapor ao esse paradigma de Estado vigente. Inclusive o sistema socialista experimentado no leste europeu também funcionou com a separação de Poderes e o uso da autoridade política para definição das estratégias de governo, com aparatos para manutenção da ordem. Mas, de acordo com os autores, só é possível entender o Estado para além do governo quando se mantém a relação entre economia, sociedade e política. Desta forma, para se apreender as políticas de um Estado não se deve reduzir a análise ao que está visível, mas ao que se faz em nome do Estado, como se faz e o porquê se faz (MATTOS & BAPTISTA, 2012). Com base nesse entendimento os autores analisam o conceito de políticas públicas:

Firmava-se, a partir de então, um campo de análise com foco na atuação dos governos e com o objetivo de orientar a ação dos mesmos, tendo como principal elemento de análise as políticas públicas, definidas como respostas dos governos às demandas, problemas e conflitos que afloram de um grupo social, sendo o produto de negociações entre os diferentes interesses, mediados pela racionalidade técnica, com vistas à manutenção de uma ordem (MATTOS & BAPTISTA, 2012a, pp. 61, grifo do autor).

Segundo os autores, este conceito de política pública é subsidiado pela ideia de que existe uma orientação política do Estado que é de interesse público e que atua em função de um interesse maior, da própria sociedade, e que é a expressão daquilo que cada sociedade almeja. Além disso, observam o limite dessa visão que apresenta um entendimento de Estado e de política associado à uma concepção restrita de governo, aquela que valoriza o papel dos aparatos estatais. Analisam criticamente esta concepção, considerando que as políticas públicas se reduzem a um processo político racional, gerido pelos governantes, que atendem a determinados critérios e normas de conduta, supostamente pactuados socialmente.

A análise dialética dos autores contribui para se ter um olhar crítico a essa concepção racionalista e universal de Estado, observando as diferentes relações de poder que se estabelecem entre grupos sociais na construção das políticas, a partir do que realmente acontece no processo de construção das políticas públicas, nas práticas sociais e nas formas de construção das políticas públicas, sem deixar de considerar que há uma cultura enraizada do entendimento de Estado como mediador dos interesses sociais. E que, no entanto, o Estado pode se modificar e também pode manter o *status quo*. Isso depende dos diferentes movimentos e forças políticas que se estabelecem na sociedade. Esta é uma visão que expressa o processo histórico em construção da sociedade, apresentando a política como resultado de uma disputa de poderes e

saberes, de pensamentos e estratégias políticas, desmascarando a ideia subliminar de neutralidade do Estado, frente aos diferentes valores e interesses da sociedade, considerando as desigualdades sociais e projetos antagônicos de sociedade em disputa.

Mattos & Baptista (2012) especificam o caso brasileiro, apresentando a sua trajetória de um Estado que nasceu colônia, que abafou seus conflitos, que constituiu um povo diverso e maleável, com uma cultura de dominação, com forte traço clientelista, patrimonialista, assistencialista, evidenciando a forma como passou a desenvolver políticas de governo. É a partir dessa realidade que se deve compreender os rumos do Estado brasileiro. Para os autores, não tem sido esse o percurso do pensamento político brasileiro ou pelo menos não o que tem predominado, identificando que:

A leitura até aqui feita pelo pensamento político e social sobre o Brasil tem servido muito mais à manutenção e acomodação do que a mobilização, pautando-se também por esta concepção universalista de Estado. Se identificarmos as ideias e teses dos principais pensadores do Brasil, como Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Caio Prado Jr, Florestan Fernandes e outros, reconheceremos muito facilmente um pessimismo sobre as condições de viabilidade de um projeto de mudança e uma explicação pautada a partir da referência aos países do Norte, em especial da Europa ocidental. E ainda que estes pensadores se coloquem à esquerda do pensamento político também acabam por serem capturados por uma interpretação que define na aposta universal a única chance de mudança. As opções políticas feitas na trajetória do Estado mostram-se como reflexo deste pensamento colonizador, que anula diferenças. Na prática, este modelo sustentou ou ainda sustenta o projeto de desenvolvimento do Estado e, de forma concomitante, a manutenção da desigualdade (tanto interna como entre os países) (MATTOS & BAPTISTA, 2012b, p. 64).

A trajetória de Estado na sociedade brasileira requer a produção de narrativas de um pensamento que apresente a percepção dos processos em curso na nossa sociedade, que já vem acontecendo, de forma ampla, ainda que pouco visíveis, contribuindo para um pensamento político crítico, a partir de uma análise de valorização dos processos e sujeitos, portadores de saber e poder, envolvidos na construção da ação política pública governamental, considerando as relações entre atores públicos e a sociedade civil, por meio de planejamentos e perspectivas dos diferentes grupos sociais em disputa na luta política. Esta é a concepção observada em Souza (2006), que resumiu política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação, analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no contexto social, político e econômico. De acordo com a autora, “A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos [...] em programas e ações que produzirão resultados [...] no mundo real” (SOUZA, 2006, p.26, apud MATTOS & BAPTISTA, 2012).

Sobre a concepção de Estado os autores também recorrem a Gramsci que teve um papel fundamental no sentido de contribuir para a interpretação do método materialista dialético

proposto por Marx, a que se referia como filosofia da práxis. A partir de suas formulações, Konder (1992) afirma que a filosofia da práxis é um pensamento novo, que inaugura uma postura filosófica nova, buscando atuar sempre como uma força comprometida com a inovação (KONDER, 1992, apud MATTOS & BAPTISTA, 2012).

Os autores citam o pensamento de Gramsci apresentando as dimensões: econômica, política e cultural na caracterização do homem, em parte sujeito às determinações de seu tempo, porém dotado de vontade para transformá-las. A concepção de Estado subjacente a essa noção de ser social, parte de duas perspectivas enunciadas por Marx: primeiro, a partir da forma histórica de constituição dos Estados, uma vez que não são naturais e nem resultam da vontade de sujeitos singulares. Num segundo plano, a partir da análise crítica do Estado capitalista. Diante dessa configuração Gramsci vem apresentar esse novo modelo de sociabilidade, através da obtenção do consenso de amplos setores sociais, ainda na primeira metade do século XX, como estratégia para um projeto assumir a direção política-cultural da sociedade, na perspectiva da conservação ou da transformação do conjunto da existência social. Essa concepção do Estado apresenta a possibilidade de relações entre os grupos sociais organizados na esfera da produção econômica e na esfera política da sociedade civil, expressando de maneira complexa a luta de classes, por diferentes projetos para a sociedade, no âmbito dos aparelhos do Estado. Nesse sentido, a dimensão ideológica assume importância relevante na análise do conjunto das relações sociais, bem como, supõe um conjunto de estratégias de convencimento, como medidas relevantes para a definição das políticas públicas a serem definidas pelas instituições do Estado, sem eliminar o seu papel coercitivo (MATTOS & BAPTISTA, 2012).

Esta afirmação teórico-metodológica deixa explícita a não-homogeneidade dos projetos identificados na sociedade. Segundo os autores, Gramsci chamou de Estado ampliado a essa unidade dialética, na qual diferentes projetos expressam a existência de conflitos, no interior da sociedade. Neste caso, o conceito de hegemonia significa, na visão de gramsciana, o apoio da maioria para a direção política e econômica da sociedade, por meio da busca do consenso (GRAMSCI, Vol.3, 2002, apud MATTOS & BAPTISTA, 2012).

Essa visão ampliada do conceito de Estado empreendida por Gramsci, possibilita a compreensão da política como a forma da relação entre as organizações que compõem o Estado, mas atingindo também outras formas de organização da vida social, inclusive com extrema importância para as formas de convencimento, sobretudo pela educação, e não apenas da coerção, realizadas pelo Estado capitalista. É com base nessa análise que se compreende o conjunto das formas organizativas, sejam eles partidos, instituições, etc., como formas

organizativas da política, atuantes nas lutas presentes na sociedade, caracterizando-se, dessa maneira, os sujeitos, historicamente engajados, na sua relação com o mundo e com os outros sujeitos.

O paradigma acima exposto caracteriza o Estado como o ente social e político, também reconhecido para ter acesso a recursos para serem utilizados em prol do atendimento das demandas da sociedade. E o governo passa a ser o principal gestor desses recursos, fazendo suas intervenções no Estado, por meio das políticas públicas.

Analisando essas diversas concepções, já se pode constatar que a criação da SENAES acontece a partir do exercício prático da concepção dialética, sociocêntrica de Estado, considerando que o pensamento hegemônico dos segmentos da ES, tem o viés da visão marxista, compreendendo o caráter classista, nas ações do Estado, como resultado da disputa entre os interesses das classes na sociedade. E, observando as diversas tipologias de políticas públicas, a criação da SENAES se identifica com as políticas redistributivas, considerando que suas ações governamentais visam a redução das desigualdades sociais, em contraposição aos interesses antagônicos dos grupos dominantes na sociedade capitalista.

### **3.2 Panorama do Brasil, nos anos 1980, 1990 e 2000, que leva à criação da SENAES**

Além do estudo teórico sobre categorias de Estado, Políticas Públicas e tipologias apresentadas, por diversos autores, é mister resgatar a contextualização do período histórico anterior à criação da SENAES, com o intuito de perceber as condições que propiciaram a sua criação.

Leite (2008) analisa que, a partir do início do século XX, as forças econômicas conseguiram robustecer o seu capital por meio da organização do trabalho, baseado no taylorismo e no fordismo, visando à racionalização extrema da produção e o máximo de lucro. Esse sistema de produção, altamente explorador, transformava os/as trabalhadores/as em meros repetidores de funções, sem domínio do conjunto do sistema produtivo, sem direito de opinar na produção de bens, com acesso a salários para serem potenciais consumidores da produção em massa. A partir da década de 70, do século passado, houve um refinamento nessa exploração com um modelo de produção denominado de toyotismo, baseado na automatização, no qual o trabalhador, que era treinado para desenvolver seu trabalho em uma única máquina, passou a

se responsabilizar por várias máquinas, diminuindo a quantidade de trabalhadores necessários numa linha de montagem, além de um conjunto de outras características voltadas para aguçar a forma de exploração da mão de obra em função do lucro das empresas. Mas, Antunes (1999), esclarece que o toyotismo não tem um caráter de novo modelo de organização da produção; pois dá continuidade à exploração dos trabalhadores, acrescentando alguns mecanismos de racionalização da produção, visando o máximo de lucro, tanto quanto o sistema taylorista/fordista (ANTUNES, 1999).

De acordo com Leite (2008), esse sistema de produção foi sendo superado à medida que as principais atividades produtivas, assim como o consumo e a circulação de mercadorias, passaram a se organizar em escala global. Tais mudanças estruturais de ordem econômica e social, que ocorreram, principalmente, nas três últimas décadas século XX, levaram ao surgimento de uma economia informacional e global, funcionado em sistema de rede, na qual a produtividade e a competitividade dependem da capacidade de gerar conhecimentos, processar e aplicar de forma eficiente a informação. É o que vem sendo considerado como a terceira divisão internacional do trabalho.

A primeira divisão internacional do trabalho foi impulsionada pelas duas revoluções industriais dos séculos XVIII e XIX. A segunda se desenvolve no pós-segunda guerra, no período da guerra fria, quando surgiram as nações em desenvolvimento, consideradas de nível intermediário em relação aos países mais ricos e os mais pobres, no qual se incluem a China e outros países asiáticos, bem como, o Brasil, além de outros países da América Latina. O autor ainda esclarece que, apesar da dependência, esses países alcançaram certo grau de desenvolvimento, adquirindo condições de serem exportadores de produtos manufaturados, dando suporte para a produção capitalista mundial. Mas, ressalta que houve um esgotamento das bases institucionais do desenvolvimento capitalista que foram constituídas no pós-Segunda Guerra, com o fim do compromisso com o pleno emprego que era fundamentado nas políticas keynesianas, emergindo uma intensa movimentação do capital financeiro, alimentado pelas taxas de juros, travando a expansão produtiva, impulsionando a nova fase da financeirização do capitalismo, caracterizada pela racionalidade, em busca do lucro, sem a mediação da produção. Essa terceira divisão internacional do trabalho se fundamenta na revolução técnico-científica, no processo de globalização e na regionalização (DOS SANTOS, 1995, apud LEITE, 2008).

Para o autor, o processo de globalização passa a conectar todo o planeta, com livres vias para a circulação do capital especulativo e um processo de regionalização que leva à formação

de blocos de países, influenciando na criação de poderes supra-estatais. É nessa circunstância que a América Latina busca escapar da situação de dependência, mas, na opinião do autor, esses países estão longe de serem protagonistas no desenvolvimento da revolução científico-técnica, considerando que ainda sobrevivem da importação de tecnologias e conhecimentos. Valente (2012) analisa que a globalização provocou profundas mudanças negativas no processo de organização da produção e do trabalho, no final do século XX, aumentando a precarização dos contratos de trabalho, por meio da flexibilização e de desregulamentação das leis trabalhistas e previdenciárias (CASTEL, 1989, apud VALENTE, 2012).

Fornazier (2013), apresenta sua visão acerca do impacto das mudanças no Brasil e na América Latina, a partir da determinação da aplicação das políticas neoliberais, na década de 90 do século passado, com o discurso de que “as forças do mercado seriam suficientes para promover ajustes produtivos e macroeconômicos” (FORNAZIER & OLIVEIRA, 2013, p. 88). E, sobre a aplicação desse ideário o autor esclarece que:

A fase mais forte do neoliberalismo ocorre no início da década de 1990 através da implementação de políticas do Consenso de Washington [...] Dessa forma, busca-se que o Estado perca as funções de planejador e condutor da economia e passe esse papel para o mercado, sob o discurso de que o mesmo promoverá eficiência, competitividade, convergindo com as economias dos países desenvolvidos. A adoção dessas políticas ocorreu em toda a América Latina, através de sua difusão por meio de condicionantes impostos pelos organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) ou Banco Mundial (FORNAZIER & OLIVEIRA, 2013a, p. 88).

O autor não tem dúvida que tais medidas foram desastrosas, pois, diferentemente dos países centrais, os países periféricos já se caracterizavam pela frágil rede de proteção social e a existência do setor informal que não tinha obrigação com os direitos trabalhistas. E, apesar dessa realidade, o governo federal brasileiro, se rendeu às prerrogativas neoliberais, flexibilizando ainda mais o mercado de trabalho, em detrimento das garantias de direitos da maioria da sociedade, contrariando “a visão dos anos 1980, em que o termo política de emprego significava a geração de postos de trabalho por investimentos públicos” (FORNAZIER & OLIVEIRA 2013, p. 101). O autor também constata que os programas de formação profissional e geração de emprego e renda, dos anos de 1990, foram prejudicados pela política macroeconômica neoliberal, consolidando a tendência de redução do assalariamento e crescimento do desemprego, chegando a um patamar em que: “em cada 10 ocupações geradas entre 1989 e 1995, apenas duas eram assalariadas, ante oito não-assalariadas, sendo quase cinco de conta própria e três de ocupações sem remuneração” (POCHMANN, 1999:75, apud FORNAZIER & OLIVEIRA, 2013). Nesse contexto, proliferaram-se as falsas cooperativas, denominadas de

“coopergatos”, por não cumprirem com os encargos salariais, utilizando uma mão de obra sem vínculos empregatícios.

O conjunto dessas políticas neoliberais, contaram com o apoio da grande mídia e das elites do setor econômico, além de partidos políticos, garantindo as mudanças na estrutura do capital do setor produtivo, propiciando uma maior inserção internacional da economia brasileira, dando força para as *commodities* nas exportações, até os dias atuais. Porém, ao contrário das propagandas, aumentou a exploração da classe trabalhadora, a submissão aos ditames do capital, contabilizando enormes prejuízos nas conquistas sociais e políticas, conforme afirma o autor: “o desemprego aumentou a desigualdade social, diminuiu a renda do trabalho em relação ao rendimento do capital, aumentou a informalidade e a fragmentação da classe trabalhadora”. (FORNAZIER & OLIVEIRA, 2013b, pp. 107-108).

Diante da precarização no mundo do trabalho, surgem as diversas iniciativas de combate à exclusão social. Gaiger (2013) considera que a partir das mudanças no modelo de acumulação capitalista, nos anos de 1990, causando ondas de desemprego em larga escala e de insegurança econômica, além das descrenças nas experiências socialistas, surgiram novas experiências sociais e novos esquemas de análise e de formulação estratégica de luta contra a exclusão. E, com as forças políticas de esquerda chegando ao poder, por meio das eleições, foi possível desenvolver programas voltados para o combate às injustiças sociais. Além dos governos de esquerda, entidades populares, ativistas e intelectuais, se engajaram como agentes de promoção da ES, assumindo o protagonismo desse novo trabalho de base, que contou com o reforço das referências culturais de valorização da vida comunitária, criando um próspero movimento de defesa coletiva dos interesses da classe trabalhadora, canalizando as demandas de centenas de famílias sem renda para as alternativas associativas e autogestionárias. Nesse patamar de articulações, criaram-se as condições de projeção da ES no âmbito das políticas públicas (GAIGER L. I., 2013).

Leite (2008) também analisa que, a conjuntura de aumento das desigualdades sociais, influenciou para que houvesse a ascensão de governos de esquerda, a favor da distribuição de renda, na América do Sul, no início do século XXI. Porém, a experiência revelou muitas dificuldades de romper com as estruturas historicamente impostas pelos países mais ricos. Mas, constata, que houve melhoria de vida para as populações mais excluídas, a partir de Evo Morales na Bolívia, de Rafael Correa no Equador, de Cristina Kirchner na Argentina, de Michelle Bachelet no Chile, de Tabaré Vazquez, no Uruguai, de Lula no Brasil e Hugo Chávez na Venezuela. No entanto, enfatiza que tem sido muito difícil para a América do Sul superar

os seus problemas sociais e a sua condição de dependência, no cenário internacional, considerando que a nova divisão internacional do trabalho, exige a questão da integração econômica, impondo a hegemonia norte-americana na região. Para o autor a superação da dependência requer que os países tomem a decisão político-institucional de fazer a integração da América do Sul, tendo a capacidade de criar tecnologias e conhecimentos, gerar instituições autônomas, levando à prática os procedimentos que poderão criar uma independência, diante das forças capitalistas hegemônicas, superar o passado de dependência, deixando de serem apenas exportadores dos seus excedentes, com preços baixos; deixando de gerar lucros para as empresas transnacionais; precisam encerrar com os pagamentos de serviços de uma dívida externa, arditosamente montada pelos países capitalistas centrais. Ou seja, imprimir um caráter de integração numa perspectiva contra-hegemônica, com um projeto político fortalecido pelas forças populares, investindo numa nova cultura de libertação, buscando socializar o bem-estar, inclusive, buscando incluir os demais países da América Latina (LEITE, 2008).

Mattoso (2010) analisando os anos de 1980 e de 1990, considerado-os décadas perdidas porque o mundo passou a ser hegemônico pelas políticas de desregulamentação financeira, abertura das economias nacionais, privatizações, que foram planejadas pelas políticas neoliberais dos governos Reagan, Presidente dos Estados Unidos e Thatcher, Rainha da Inglaterra, que as impuseram como modelo para todos os governos dos países centrais e países periféricos. Mas, o autor também esclarece que, o avanço do neoliberalismo, tem relação com a queda do muro de Berlim na Alemanha Oriental e o colapso da União Soviética. Essa conjuntura propiciou mudanças na correlação de forças, tendo consequências econômicas, políticas e ideológicas para toda a sociedade, sem deixar de lembrar seu impacto nos segmentos sociais de esquerda no mundo.

Nesse período, houve um intenso crescimento das lutas pela democratização e o fim da ditadura militar que foi imposta desde 1964. Porém, “a recente e embrionária democracia brasileira enfrentava o fim do padrão de financiamento externo, a crise da dívida externa, a inflação crescente, a paralisia econômica e a permanência no poder dos mesmos de sempre” (MATTOSO in SADER & GARCIA, 2010a). De acordo com o autor, em 1989, os países centrais definiram as regras do chamado Consenso de Washington que balizou o governo de Fernando Collor, influenciou na criação do plano real, já no governo Itamar Franco, e orientou os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 1994 e 1998. Portanto, de 1989 a 2002 a governança da sociedade brasileira, foi baseada nas políticas impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) que exigiam: - limitação dos gastos do Estado; - reforma tributária,

diminuindo a progressividade dos impostos diretos; - liberalização financeira, com desregulação financeira e retirada do Estado do setor; - taxa competitiva de câmbio; - liberalização do comércio exterior para impulsionar a globalização da economia; - eliminação de restrições ao capital externo; - privatização com a venda das empresas estatais; - desregulamentação das leis trabalhistas e defesa da propriedade intelectual. Para o autor, essas novas regras ignoraram as questões locais e os problemas históricos da América Latina como: distribuição da riqueza e a pobreza. E, quando os países necessitavam de empréstimos eram obrigados a adequar suas economias às novas regras estabelecidas, bem como se deixar monitorar pela instituição que concedia o financiamento. Nesse sentido, Mattoso (2010) esclarece que:

A América Latina, sem ter desenvolvido anteriormente um estado de bem-estar social, e fazendo um esforço hercúleo para reencontrar-se com a democracia, adotou diferentes abordagens diante das novas regras.

Desde os anos 1970, o Chile já havia sido palco dos experimentos Milton Friedman e de seus Chicago Boys, mas foram o México e a Argentina os países a se tornarem “as meninas dos olhos” do neoliberalismo e das instituições financeiras internacionais e, infelizmente, sabe-se que ambos desabaram fragorosamente, o primeiro em 1994 e o segundo em 2002. Praticamente, todos os países latino-americanos que, de uma forma ou de outra, se dobraram aos ditames do Consenso de Washington apresentaram crescimento medíocre e elevação do desemprego e da miséria. Este foi o caso brasileiro nos anos de 1990 (MATTOSO IN SADER & GARCIA, 2010b).

Para o autor, o governo FHC investiu sistematicamente na desregulação e na globalização financeira internacional. Desta forma avançou a abertura comercial e financeira, iniciada por Collor, ancorando a moeda nacional no dólar, além de apostar em investimento nos mercados financeiros. Para isto, basearam a estabilização monetária na sobrevalorização da moeda nacional e nos elevados juros, levando o Brasil a solicitar novos créditos ao FMI, submetendo-se a ser monitorado por ele. A consequência desse processo foi a elevação dos estoques da dívida interna e externa, acentuado desmonte do Estado e das políticas públicas, bem como a deterioração da situação financeira de parcela expressiva das empresas nacionais.

Sobre os efeitos dessas medidas no mercado de trabalho, o autor afirma que, de 1993 a 1995 e em 2000, a taxa de desemprego foi das mais elevadas, apresentando como exemplo, a região metropolitana de São Paulo, que teve seu ápice em 1999 e 2002, aonde o desemprego chegou a alcançar cerca de um em cada cinco habitantes economicamente ativos naquela região, conforme Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEAD) e pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos socioeconômico (DIEESE). Além da expansão do desemprego, a pesquisa também demonstra a queda do estoque de empregos formais da indústria e da construção civil, assim como a imensa deterioração das condições de trabalho e evidencia que, em dezembro de 2002,

a indústria havia sofrido uma perda de 12,5% dos postos de trabalho formais, relativamente há 12 anos antes, em dezembro de 1990; e as condições de trabalho apresentam profunda deterioração, tornando-se crescentemente precárias, com trabalho de curta duração, salários descontínuos e sem contribuir para a previdência social. Essa situação chegou ao extremo em que, ao final da década de 1990 estavam na informalidade dois em cada cinco brasileiros ativos dos grandes centros urbanos e durante os anos de 1990, chegaram a ficar à margem de relações formais de trabalho ou desempregados, mais de 30 milhões de brasileiros. (MATTOSO IN SADER & GARCIA M. , 2010c)

A respeito da contextualização das duas décadas anteriores à criação da SENAES, Pochmann (2004) também se posiciona, enfatizando que:

Passados quase 25 anos de estagnação da renda *per capita*, acompanhados de elevada instabilidade nas atividades produtivas, nota-se o aprofundamento de uma combinação perversa entre o ciclo de financeirização da riqueza e a inserção passiva e subordinada do Brasil na economia mundial, o que o torna dependente da produção e exportação de produtos primários. Os efeitos regressivos dessa combinação são expressivos no interior do mercado nacional de trabalho.

De um lado, observa-se a contenção do segmento organizado do trabalho, justamente aquele que responde pelos empregos assalariados regulares e relativamente homogêneos, gerados por empresas tipicamente capitalistas. De outro, além do avanço do desemprego aberto, constata-se a ampliação do segmento não organizado do trabalho, responsável por ocupações precárias e heterogêneas, cuja atividade não se caracteriza necessariamente por ser tipicamente capitalista.

[...]

Em síntese, reconhece-se que no rastro da crise do desenvolvimento capitalista progridem, simultaneamente, modos de produção distintos. Especialmente no interior do segmento não-organizado do trabalho, há sinais do desenvolvimento de uma fase embrionária da economia solidária, para além dos estágios da economia doméstica, popular e pré-capitalista (POCHMANN M. , 2004f, p. 23)

O autor ainda reitera que um dos fatores determinantes para o avanço inicial da ES deve-se ao aparecimento de um enorme excedente de mão-de-obra com algumas novidades em relação ao verificado durante o ciclo da industrialização nacional.

O contexto brasileiro, também foi analisado por Nagem & Silva (2013), avaliando que,

A desestruturação do mercado de trabalho e a crise do emprego assalariado na década de 1990 fez emergir no país uma série de discussões sobre quais os rumos e estratégias a serem tomadas para a inclusão produtiva de uma grande parcela da sociedade, bem como, qual o papel que o Estado deveria assumir nesse processo.

Muitos acadêmicos e grupos sociais passaram a propalar a necessidade de apoiar e fomentar outras formas de trabalho além do emprego assalariado. Foi nesse contexto que a temática da economia solidária, cujo conceito compreende as diversas formas de organização econômica baseadas no trabalho coletivo e na autogestão administrativa, ganhou densidade acadêmica e foi também amplamente adotada pelos movimentos sociais e sindicais no final da década, chegando inclusive a ser inserida na agenda de políticas públicas em alguns estados e municípios (NAGEM e SILVA, 2013, p. 159).

Neste cenário social e econômico do Brasil, da década de 90 do século XX, se registra uma intensa e constante acumulação de capital, a desregulamentação dos direitos trabalhistas e sociais, com altas taxas de desemprego, precariedade das condições de trabalho, o aumento da desigualdade, a ES começa a ganhar força. É o que se constata no Relatório “Avanços e Desafios da ES no Brasil”, da SENAES (2011), onde se constata que esse movimento social foi ganhando musculatura e definindo a sua identidade, enquanto nova forma de economia no país, conforme trajetória a seguir:

Ao longo da década de 90 a construção das práticas de ES no Brasil foi edificada em um campo de articulação social e política, no qual a mobilização social em torno da construção desta nova economia reúne os mais diversos agentes: organizações sindicais, ONGs, acadêmicos de diversas áreas, religiosos, gestores públicos, entre outros. Ademais, esse campo congrega um grupo abrangente de organizações de apoio e de articulação, como as Incubadoras Universitárias Tecnológicas de Cooperativas Populares; a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e de Participação Acionária (ANTEAG); a Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB); a Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores (ADS-CUT); organizações ligadas à Igreja Católica como a Cáritas Brasileira e o Instituto Marista de Solidariedade (IMS); além de ONGs como o Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE), a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), dentre outras (SENAES/MTE, 2012a, p. 14).

A crescente exclusão social passou a ser debatida e analisada pelo movimento social que passou a buscar alternativas de geração de trabalho e renda. Em alguns estados da federação e municípios, foi possível a articulação e implementação de políticas públicas governamentais com esse objetivo. Entre os exemplos de execução dessas políticas destacam-se as prefeituras de Porto Alegre-RS, de São Paulo-SP, Recife-PE, Belém-PA e o do governo do Estado do Rio Grande do Sul, sobretudo no período de 1998 a 2002, o que também influenciou para a criação de uma Secretaria de ES no Governo Federal. Mas, além desse acúmulo importante, foi relevante a participação dos segmentos da ES no primeiro Fórum Social Mundial (FSM), realizado em 2001 em Porto Alegre, onde se registrou a presença de 16 mil pessoas, vindas de 117 países, nos dias 25 a 30 de janeiro de 2001. Dentre as diversas oficinas, que promoviam debates e reflexões, cerca de 1.500 pessoas conseguiram ter uma participação efetiva na oficina denominada “Economia Popular Solidária e Autogestão”, que se deteve na temática sobre a auto-organização dos/as trabalhadores/as, políticas públicas e das perspectivas econômicas e sociais de trabalho e renda. Nesta ocasião foi criado o chamado Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (ou GT Brasileiro), passando a ser composto pelas entidades: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação

Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED); e alguns gestores públicos que futuramente constituíram a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

Em 2002, houve uma significativa mudança na conjuntura brasileira com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva no segundo turno das eleições para a Presidência da República. E, no âmbito da ES, o GT Brasileiro buscou a unidade na diversidade, favorecendo a construção da identidade desse movimento social, conseguindo potencializar uma articulação que foi capaz de idealizar a criação de um fórum em dimensão nacional. Diante desses avanços, o GT também iniciou a interlocução com a equipe de transição a fim de assegurar a presença da ES no novo governo federal. Para tanto, formulou uma Carta ao Presidente eleito e organizou a primeira Plenária Brasileira de Economia Solidária, em 09 e 10 de dezembro de 2002, em São Paulo, com a participação de aproximadamente 200 pessoas com o objetivo de construir uma agenda de interesse comum para o conjunto do movimento da ES, o que ficou conhecida como primeira versão da Plataforma da Economia Solidária no Brasil. Outra iniciativa considerada importante, em dezembro de 2002, foi a decisão de criação de uma Rede Nacional de Gestores Públicos de Economia Solidária, que seria consolidada no ano seguinte.

Em janeiro de 2003, no FSM, em Porto Alegre/RS, foi realizada a segunda Plenária Nacional de Economia Solidária, na qual foi anunciada a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego, reconhecida como uma grande vitória das organizações da sociedade civil e dos representantes de governos que participaram do processo de construção da Secretaria. Na ocasião, Paul Singer foi apresentado como nome consensual para ocupar a pasta. Em junho de 2003, com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e com base no Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, foi instituída a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e criado o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). Nesse mesmo dia, de criação da SENAES, também se realizava, em Brasília, a terceira Plenária de Economia Solidária, na qual se fundou o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). A partir de então, o FBES passou a ser o legítimo representante dos interesses dos movimentos sociais da ES no Brasil, como fruto do processo histórico participativo, a nível nacional, por meio do exercício do protagonismo nas diversas regiões do

país. Ao adquirir essa estatura, o movimento social da ES definiu princípios de atuação, conceitos, desafios e diretrizes para a política pública nacional de Economia Solidária.

De acordo com o relato acima exposto, a lei de criação da SENAES foi a concretização de um sonho coletivo dos diversos segmentos da ES no Brasil. E, na avaliação de SINGER (2014), o trabalho institucional desta Secretaria só foi possível, devido a uma estreita relação com o FBES. Nesse sentido o autor reconhece que o advento do FBES significou um avanço institucional do movimento social que passou a ter uma representatividade nacional, responsável de dialogar com o governo federal, sobre os interesses dos diversos segmentos desse movimento. A concretização desse passo de qualidade ocorreu, também, em junho de 2003, concomitante com a criação da SENAES. Desta forma “o FBES passa a ser um instrumento do movimento nacional de Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da Economia Solidária” (FBES, 2010a, p. 19).

Para Arroyo (2006) no governo Lula a ES ganhou uma expressão institucionalizada no primeiro escalão do Ministério do Trabalho, a SENAIS, cujo titular foi o renomado professor Paul Singer, reconhecido não apenas como pesquisador e intelectual, autor de respeitada obra econômica, mas sobretudo como militante da ES de expressão internacional. Esta iniciativa do governo dá uma dimensão estratégica para a ES na construção do novo modelo de desenvolvimento do Brasil. Contudo o autor enfatiza que:

No entanto, a instituição mais importante que se consolida no período atual é o FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária), ponto de convergência de várias vertentes como o Fórum de Socioeconomia Solidária, empreendimentos solidários, incubadoras, entidades de assessoria e gestores públicos afinados com os princípios da economia solidária, que, ao mesmo tempo que conecta várias experiências de referência nacional, se articula internacionalmente a partir do palco do FSM (Fórum Social Mundial) (ARROYO J. C., 2006, p. 37).

O autor também apresenta os seguintes princípios gerais da ES definidos pelo FBES: valorização social do trabalho humano; reconhecimento do papel da mulher e do feminino no desenvolvimento da sociedade; desenvolvimento integrado e sustentável, baseado no intercâmbio respeitoso do ser humano com a natureza; busca dos valores do associativismo, cooperativismo, do mutualismo e da solidariedade, na economia, como forma de criar uma sociedade humanizadora e eficaz para todos; o valor central da ES é o trabalho, o saber e a criatividade humana; o ser humano é sujeito e finalidade da atividade econômica; buscar a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista que desenvolve a produtividade, mais exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso a seus benefícios, gerando hoje crises recessivas de alcance global; buscar a solidariedade dos

povos dois hemisférios norte e sul, objetivando o aumento da qualidade de vida para todos, propondo a atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato e tendo a territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referência; geração de trabalho e renda, visando combater a exclusão social e a eliminação das desigualdades materiais.

Arroyo (2006) resgata os desafios estratégicos da ES, assumidos pelo FBES, de gerir abastecimento, comercialização, trabalhar com moeda social, promover rodadas de negócio, realizar feiras em todos os estados, fazer campanha de consumo consciente, comércio justo e solidário, constituir redes, cadeias produtivas, finanças solidárias, trabalhar no campo do marco legal, especialmente a lei geral do cooperativismo e cooperativas de trabalho. De acordo com o autor esse ambiente começa não só a consolidar um conjunto de práticas de ES, mas a ser o ponto de partida de políticas públicas e iniciativas legislativas no sentido de estimular as práticas econômicas solidárias nas suas mais diversas expressões. Além disso, com sua conexão global, começa a constituir novas escolas de pensamento econômico com base na solidariedade e na centralidade do trabalho, no ordenamento produtivo e societário. É com esse intuito que em 2004, o FBES organiza o primeiro encontro nacional de empreendimentos solidários, com a participação de mais de 2.200 empreendedores, a criação da Universidade solidária (UNISOL) como central articuladora do cooperativismo e o surgimento do Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário do Brasil (FACES), que passam a trabalhar a favor do mercado solidário, confirmando a tendência de aperfeiçoamento institucional dos sujeitos que atuam para o avanço da ES (ARROYO J. C., 2006). Portanto, o FBES conseguiu se firmar como a principal referência de organização da sociedade civil de ES, coordenando as lutas e articulações para influenciar nas políticas públicas e melhoria da qualidade de vida da classe trabalhadora, em todo o país.

### **3.3 A política pública de ES no Brasil: metodologia e estratégias**

A partir de junho de 2003, as condições para efetivação de uma política pública de ES foram sendo implementadas no governo federal, sob a gestão da SENAES/MTE, que passou a desenvolver seu trabalho, em sintonia com o perfil político, ideológico e metodológico do modo petista de governar, baseado nos princípios de: “inversão de prioridades, estabelecimento de

valores éticos da administração pública e relações de novo tipo entre o Estado e a sociedade” (BITTAR, 2003, p. 15).

A criação da SENAES passou a ser um dos sinais de que havia mudado o perfil político e metodológico do governo brasileiro, na medida em que se criou um órgão federal voltado, especificamente, para atender demandas de um segmento das classes populares que se organizava para interagir na economia solidária.

As razões que levaram o governo brasileiro sob o comando do Partido dos Trabalhadores (PT), a criar a SENAES, foram analisadas por Costa (2008), quando desenvolveu um estudo sobre a formação da agenda governamental do Brasil e da Venezuela para desenvolvimento das políticas públicas de economia solidária, constatando que o governo do PT assimilou uma visão crítica ao governo federal antecessor, liderado pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), por ter se caracterizado com baixa prioridade atribuída às questões sociais. Contextualizando esse posicionamento do PT, o autor resgata a sua história como um partido que surgiu, no início da década de oitenta, com a participação de diversos grupos e setores da sociedade civil, reivindicando um socialismo democrático, o que fez desse partido uma experiência inédita de participação política no Brasil. O autor também analisa que desde a sua origem, até aproximadamente as eleições de 1994, o PT defendia um programa socialista. Após a derrota nessa eleição, começa a mudar suas estratégias e táticas políticas, culminando nas eleições presidenciais de 2002, em que Lula é eleito Presidente da República, com um vice-presidente do Partido Liberal e, com um programa que não reivindica o socialismo; se compromete com a estabilidade econômica e o cumprimento dos contratos.

Para o autor, entre as diversas análises realizadas sobre as razões das mudanças do PT, a que parece mais coerente identifica esse processo como de natureza exógena, sofrendo influência da dinâmica dos demais partidos na política brasileira; e, em relação às mudanças ocorridas na sociedade civil, caracteriza-as como endógena, devido às disputas internas promovidas pelas suas tendências e também pelo fato de o PT ter ganhado, no início dos anos noventa, diversas prefeituras e governos estaduais, o que pode ter contribuído para a adoção de posições mais pragmáticas e moderadas (SAMUELS, 2004, apud COSTA, 2008). E que, mesmo tendo sido eleito em 2002 com um programa já bem distante do socialismo, o governo liderado pelo PT assumiu uma agenda crítica ao neoliberalismo, sobretudo, no que se refere aos seus impactos sociais. As ideias mais utilizadas na campanha de Lula, nessa eleição, foram a de esperança e a de mudança. O tema central da eleição de 2002, que levou grande parte dos eleitores a votar em Lula, foi o problema do desemprego e suas propostas de geração de trabalho

e renda (CARREIRÃO, 2004, apud COSTA, 2008). Apesar das mudanças programáticas que ocorreram, a relação que a classe trabalhadora manteve com o PT na sua origem continua, no início do século XXI, fazendo a classe trabalhadora se identificar com esse partido (MARQUES; MENDES, 2006, apud COSTA, 2008).

De acordo com os autores a SENAES agiu sob a influência de diversos atores sociais, organizações sociais, com destaque para a influência direta do economista e professor engajado Paul Singer, como membro do Partido dos Trabalhadores, que difundiu reflexões sobre a economia solidária, apresentando-a como uma forma atual de socialismo. Singer é provavelmente a maior referência teórica sobre economia solidária no país. Porém, mesmo com o reconhecimento do seu poder de influência, no caso brasileiro, houve um processo muito mais coletivo, considerando que a política pública passa a incorporar a plataforma do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), composto por organizações da sociedade civil que atuam diretamente na área. Essa é uma característica que o autor ressalta, evidenciando a influência desses atores da sociedade civil no poder Executivo, na formação da agenda governamental.

Em relação aos servidores públicos, que passaram a compor a SENAES, liderados por Paul Singer, no âmbito do Ministério do Trabalho, Costa (2008) considera relevante o papel desses atores, na articulação de parcerias para fortalecer essa política de ES; mas também destaca a providência da SENAES em fazer a capacitação desses servidores públicos, criando as condições subjetivas para executar a política pública de ES. No que se refere à participação do poder Legislativo, na formação dessa agenda governamental, há autores que afirmam que senadores e deputados são tão importantes quanto poder Executivo, no processo de formulação das políticas públicas (KINGDON, 1995, apud COSTA, 2008). Outros autores chegam a insinuar que, no caso brasileiro, o Legislativo federal parece ter bem menos influência, ressaltando que as únicas leis referentes à ES tratam da incorporação da Secretaria Nacional de Economia Solidária na administração pública federal e na aprovação das leis do sistema de planejamento e orçamento, com os planos plurianuais de 2004-2007 e 2008-2011. Analisando essa atuação do parlamento brasileiro, o autor chega a cogitar a possibilidade de crescimento da sua influência considerando a recente criação de uma frente parlamentar em defesa da ES. Porém, comparando com o parlamento venezuelano, esse crescimento se caracteriza como frágil, quando se observa o contundente trabalho parlamentar da subcomissão de ES que é permanente na Assembleia Nacional Venezuelana (COSTA, 2008).

O reconhecimento das dificuldades de avanços institucionais da ES no Brasil não diminui a importância da criação da SENAES que se propôs a planejar e fazer a gestão de políticas públicas de ES a nível nacional, desenvolvendo uma metodologia dialética, partindo das condições concretas, dos diversos níveis e modalidades de organizações dos empreendimentos populares, em busca da potencialização dessa outra economia, como atores engajados na transformação da realidade, em favor de um país mais justo e solidário.

A metodologia escolhida pela SENAES, foi coerente com a visão dialética de análise da sociedade, tendo como ponto de partida o conhecimento da realidade da ES em nível de Brasil. E, para isto, tomou as medidas necessárias para ir a campo, fazendo um levantamento sistemático para ter-se clareza do seu público alvo. Vasconcellos (1992), desenvolveu uma reflexão em relação à teoria dialética do conhecimento, a partir da sua experiência na educação escolar. No entanto, o seu conteúdo, é transversal, trazendo uma elucidação sobre o processo de conhecimento científico da realidade, que, segundo o autor, perpassa por três momentos: a síntese, a análise e a síntese. A síntese é o momento em que a visão sobre a realidade ainda é indeterminada, confusa, fragmentada; a análise consiste no desdobramento da realidade em seus elementos, observando especificamente cada parte, que compõe o todo; já a síntese, se configura no resultado da integração de todos os conhecimentos parciais, considerando o todo, complexo, detectando sua lógica, possibilitando uma visão crítica dessa realidade (LIBÂNEO, 1985, apud VASCONCELOS, 1992). Nesse sentido, pode-se dizer que, ao iniciar seu trabalho na gestão pública, a SENAES ainda se encontrava num estado de síntese; ainda tinha uma visão indeterminada, confusa, fragmentada da ES no nível de país. E, tentando superar esse momento, ao final de 2003 o projeto de levantamento da realidade tomou forma concreta, com a constituição do Grupo de Trabalho de Estudos e Banco de Dados, que definiu as concepções básicas orientadoras sobre a ES e elaborou um instrumento de pesquisa amplo abrangendo questões sobre essa nova forma de economia, visando alcançar os seguintes objetivos:

Constituir uma base nacional de informações em Economia Solidária; fortalecer e integrar os empreendimentos de economia solidária através de cadastro, redes, catálogos de produtos e comercialização; favorecer a visibilidade da economia solidária, fortalecendo os processos organizativos, de apoio e adesão da sociedade; subsidiar processos públicos de reconhecimento e certificação das iniciativas de economia solidária;

Subsidiar os processos de formulação de políticas públicas e a elaboração de um marco jurídico para a economia solidária (SENAES/MTE, 2006c, p. 10).

Um outro aspecto que caracteriza a metodologia dialética na constituição da política pública de ES se refere à participação dos sujeitos, engajados na construção do conhecimento,

a partir de sua própria realidade. Segundo Vasconcellos (1992), a metodologia dialética propicia o confronto de conhecimento entre o sujeito e o objeto, como forma de adquirir maior consciência das suas relações internas e externas, captando sua essência. E define que, conhecer é estabelecer relações; e quanto mais abrangentes e complexas forem as relações, melhor o sujeito estará conhecendo e adquirindo capacidade de transformar essa realidade (VASCONCELLOS, 1992).

Nesse aspecto, constata-se o esforço da SENAES, em garantir um processo participativo na pesquisa da realidade, levando à prática um dos seus primeiros desafios assumidos que foi a realização do mapeamento da ES no país. Essa iniciativa teve início em 2003, quando a SENAES e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, recém-criados, assumiram conjuntamente a responsabilidade de constituir uma base nacional de informações em ES, fortalecer e integrar os empreendimentos de ES, por meio da organização de redes, dos catálogos de produtos e da comercialização, favorecendo, assim, a visibilidade da ES. Além disso, subsidiar os processos públicos de reconhecimento e certificação das iniciativas de ES, os processos de formulação de políticas públicas e elaboração de um marco jurídico para a ES; facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre a ES; e construir índices e indicadores de avaliação apropriados à ES. Deste processo resultou a construção do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) que se constitui numa iniciativa pioneira no mundo para identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e Políticas Públicas de Economia Solidária.

Da metodologia participativa, resultou num amplo processo de mobilização nacional com a constituição, em 2004, de 27 equipes gestoras estaduais (EGEs), envolvendo mais de 230 entidades. Esse trabalho de pesquisa se desenvolveu com a organização de 27 coordenações técnicas estaduais que conseguiram envolver mais de 600 pessoas nas tarefas de coordenação, supervisão, entrevista e digitação. Para garantir a qualidade e fidedignidade das informações relativas à ES, toda a equipe técnica recebeu formação e capacitação sobre o conteúdo e a metodologia do mapeamento.

As informações obtidas com esse levantamento, foram sistematizadas, formando um banco de dados que vem sendo utilizado como referência de informações do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES).

Toda esta estrutura e metodologia foram institucionalizadas por meio da Portaria Ministerial nº 30, de 20 de março de 2006, do MTE, reconhecendo e consolidando os objetivos e funcionamento do SIES. A Portaria estabelece no Anexo I, Item 4, Letra “c”, que uma das

diretrizes do SIES é a participação de representações dos principais atores da economia solidária no processo de implementação e disseminação do SIES. O modelo de gestão participativa foi consolidado com a constituição e reconhecimento das 27 Comissões Gestoras Estaduais e de uma Comissão Gestora Nacional, também denominada de GT - Mapeamento com 10 representantes governamentais e não governamentais. Estas providências foram essenciais no estabelecimento efetivo de uma metodologia participativa, conforme Relatório da SENAES/TEM (2012).

O modelo de gestão participativa ampliou o potencial do SIES para identificação e reconhecimento da ES nos estados. As parcerias construídas pelas CGEs possibilitaram a superação das metas inicialmente previstas. O envolvimento dos atores sociais locais permitiu viabilizar mecanismos e procedimentos de identificação da ES e de visita aos EESs mais adequados a cada realidade regional. Além disso, as equipes técnicas estaduais foram constituídas fundamentalmente por instituições universitárias e organizações não governamentais que já atuam em formação e pesquisa na área de ES. (SENAES/MTE, 2012d, p. 126)

Segundo os dados do SIES (2006), foram identificados 14.954 empreendimentos econômicos solidários (EES) em 2.274 municípios do Brasil, correspondendo a 41% dos municípios brasileiros). Os dados revelaram que 44% dos EES estavam na região Nordeste, 13% na região Norte, 14% na região Sudeste, 12% na região Centro-oeste e 17% na região Sul, conforme pode ser observado no gráfico 1.

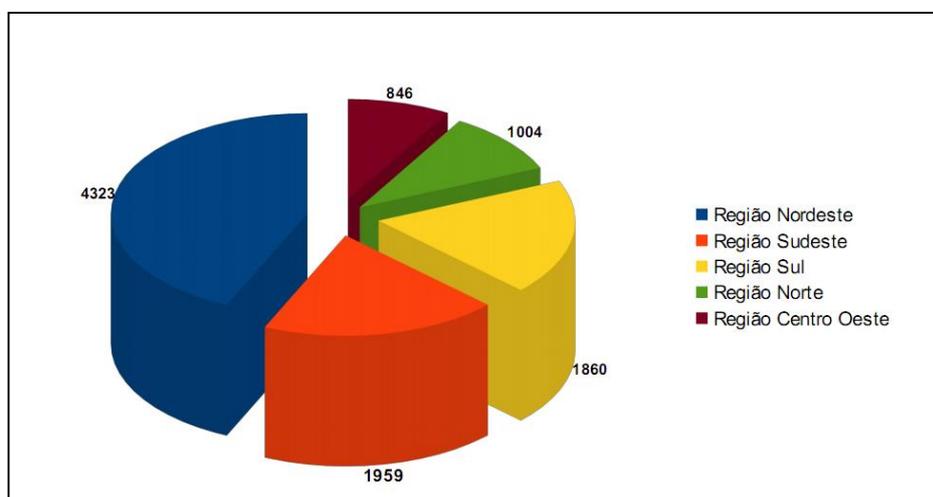


GRÁFICO 1 - Distribuição dos EES em rede por regiões do Brasil, em 2006

Fonte: (SENAES/MTE, 2012, p. 90).

Um terceiro aspecto da metodologia dialética, conforme VASCONCELOS (1992), é a construção coletiva do conhecimento a partir da realidade. É a dimensão relativa à sistematização dos conhecimentos adquiridos, por meio da pesquisa, possibilitando a compreensão concreta do objeto, por ser a síntese de múltiplas determinações, configurando-se

na unidade do diverso. Neste caso, o processo de síntese, passa a ser o resultado da investigação; embora seja o verdadeiro ponto de partida da práxis, compreendida como ação refletida, com base na análise crítica da realidade. E, dessa forma, se constrói um subsídio que aponta as causas dos problemas, superando a aparência. Essa reflexão metodológica vem evidenciar que, o conhecimento não é neutro; o conhecimento possibilita um direcionamento estratégico das ações de governo, em favor dos interesses do segmento social em foco.

O que se observa é que, a metodologia dialética, quando adotada como prática de governo, pode ajudar a superar o estilo imediatista na gestão pública. E, em que pese ter realizado diversas ações antes do resultado do levantamento, a SENAES adotou essa metodologia, tomando as providências para investigar e compreender melhor o terreno próprio de sua atuação. Como fruto dessa providência, a SENAES vem desenvolvendo projetos, caracterizados como um verdadeiro trabalho de base, gerados a partir da pesquisa do SIES, nas comunidades rurais quilombolas e outros movimentos (SENAES/MTE, 2012e).

Singer (2008) reconhece a importância desse processo de investigação da realidade por meio do SIES quando afirma que:

O mapeamento está sendo feito desde o início da Secretaria; era uma aspiração antiga do movimento realizar algum tipo de *survey* da economia solidária no país. A ida ao governo federal permitiu fazer isso. Há recursos e esse mapeamento é feito de uma forma inteiramente democrática, ou seja, em cada Estado há um comitê gestor. [...] O Ministério do Trabalho tem um acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que permitiu sustentar uma série de investigações sobre empreendimentos de economia solidária, cujos resultados foram essenciais para se fazer políticas adequadas de apoio a diferentes formas da economia solidária. (SINGER P. , 2008r, p. 308).

As Estratégias de atuação da SENAES, para a implementação de políticas públicas de ES em todo o país, se concentram no fortalecimento institucional, na inserção da ES nas iniciativas de desenvolvimento local e territorial e, na organização econômica e solidária. Foram basicamente estas três estratégias, conforme Relatório “Avanços e Desafios para as políticas públicas de ES no Governo Federal-2003/2010”, que passam a balizar todo o trabalho da Secretaria, conforme detalhamento a seguir:

a) A primeira estratégia estava voltada para o fortalecimento institucional e foi implementada por meio das seguintes diretrizes: inserir o tema da ES nas políticas públicas do Governo Federal, conquistando o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, nos Planos Plurianuais de 2004 – 2007 e de 2008 – 2011, a segunda diretriz foi a criação de uma base legal que garantisse o reconhecimento das organizações de ES como sujeitos de direito, enquanto argumento fundamental para institucionalização das políticas públicas de ES na sociedade e no

Estado; a terceira diretriz tratou do fortalecimento da participação cidadã e de controle social na institucionalização da ES. Nesse sentido, a SENAES realizou em 2006, a I Conferência Nacional de ES, abrindo um novo período para a ES no Brasil, com sua ampliação para a maioria dos estados, o que se refletiu na atividade nacional e na consolidação de um processo público e democrático de transmissão das demandas deste segmento para o governo. A implantação do CNES materializou o compromisso da Secretaria com a construção participativa das suas políticas. (SENAES/MTE, 2012f).

b) A segunda estratégia estava voltada para a inserção da ES nas iniciativas de desenvolvimento local e territorial, por meio dos Programas de Desenvolvimento Rural Sustentável, Territórios da Cidadania, Territórios de Paz do Programa Nacional de Segurança com Cidadania, entre outros. Desta forma, a SENAES, passou a desenvolver suas políticas como forma de potencializar processos endógenos, trabalhando a dimensão econômica de acordo com os princípios do Desenvolvimento Sustentável e da ES. Como ação prática dessa estratégia, a Secretaria inicia o Projeto de Etnodesenvolvimento Econômico Solidário (PPDLES), em 2005, como projeto piloto de Desenvolvimento Local, voltado às Comunidades Rurais Quilombolas, com foco na promoção do Etnodesenvolvimento Solidário, por meio do fortalecimento da organização coletiva do trabalho, por ser esta uma característica marcante das comunidades envolvidas.

Essa ação estratégica da SENAES ganhou uma nova identidade em 2008, passando a ser denominada de Programa Brasil Local – Desenvolvimento e Economia Solidária. Essa mudança foi resultado da reformulação estratégica do projeto PPDLES, buscando dar foco cada vez maior na participação das comunidades nos processos de promoção do desenvolvimento local solidário e sustentável. Com a reformulação, houve uma ampliação dos seus objetivos, garantindo a continuidade do desenvolvimento local e territorial. Esses objetivos são apresentados pela SENAES/MTE (2012), de forma esquemática, conforme figura abaixo:

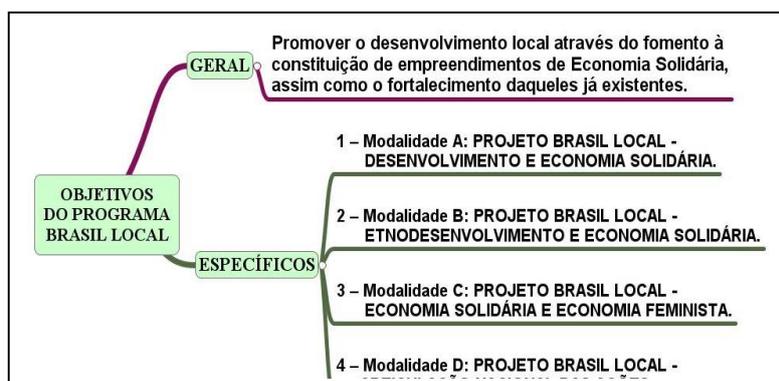


FIGURA 2 - Objetivos do Programa Brasil Local

Fonte: (SENAES/MTE, 2012g, p. 79)

c) A terceira estratégia estava relacionada ao apoio à organização econômica e solidária, reconhecendo o potencial estratégico da ES na orientação de uma nova lógica de desenvolvimento sustentável e solidário, mediante um crescimento econômico com base em sistemas produtivos sustentáveis e enquanto estratégias inovadoras de organização do trabalho em uma relação harmoniosa com a natureza, reduzindo impactos ambientais e sociais na produção de bens e serviços. E, considerando a diversidade do universo dos empreendimentos econômicos solidários, estabeleceu-se um processo de organização setorial dos empreendimentos econômicos solidários, para desenvolverem ações articuladas, gerando aproximação e interação entre eles; o fortalecimento de redes de cooperação solidária e a organização de cadeias produtivas. (SENAES/MTE, 2012h)

Considerando estas estratégias, é importante observar os avanços conquistados nas políticas públicas de ES, após a criação da SENAES, conforme item a seguir.

### **3.4 Avanços conceituais, organizacionais e institucionais da ES, a partir da criação da SENAES.**

#### **3.4.1 Os avanços conceituais**

Os avanços conceituais da ES, são interpretados por LECHAT (2002) como um processo dialético que surgiu de diversas maneiras, em diversos lugares, se caracterizando como um fenômeno social que vem acontecendo e sendo interpretado, reinterpretado e modificado, de acordo com as condições sócio-históricas. A autora também apresenta a visão do francês André Guélin, vindo esclarecer que o termo - economia social - utilizado nos países europeus, é semelhante ao significado de economia solidária no Brasil. Para o autor a “*economie sociale*” é algo difícil de definir, considerando que, durante um século e meio, esse termo serviu para referir-se às diversas realidades de organizações, que lutavam pela dignidade humana, contra a exploração, principalmente a partir da revolução industrial; segundo o autor, tanto socialistas, como social-cristãos e liberais, ficaram sensibilizados com a transformação do trabalho em mercadoria e a conseqüente exploração do ser humano; denunciavam a concentração da riqueza

e empobrecimento de uma grande maioria da sociedade e, por esta razão criticavam a ciência econômica por não integrar a dimensão social. Tais organizações também se caracterizam como um ramo da economia formado por organizações diversas, incluindo associações, empresas, cooperativas, que buscam o equilíbrio entre a atividade econômica e a justiça social, por meio do desenvolvimento de projetos coletivos e com gestão democrática. Essas organizações também são identificadas como terceiro setor porque buscam desenvolver seus projetos com certa autonomia em relação ao setor público e ao setor privado. Sobre a Economia Social, o mesmo autor, enfatiza que tem organismos produtores de bens e serviços, em condições jurídicas diversas, “porém, a participação dos homens resulta de sua livre vontade, onde o poder não tem por origem a detenção do capital e onde a detenção do capital não fundamenta a aplicação dos lucros” (GUÉLIN, 1998: 13, apud LECHAT, 2002). Sobre o terceiro setor, Lechat (2002), esclarece que o seu significado engloba três grandes segmentos: as cooperativas, as organizações mutualistas e as organizações sem fins lucrativos que são as associações. E que, esse movimento, difundido no mundo inteiro, há mais de 150 anos, visava à construção de uma terceira via entre o capitalismo e o centralismo de Estado.

Motta (2010) afirma que a expressão Economia Solidária foi usada de modo pioneiro no Brasil em 1996, por Paul Singer, em um artigo publicado em 11 de junho no jornal Folha de São Paulo, intitulado “Economia Solidária contra o Desemprego”. A ES é considerada como uma forma concreta de prática econômica, uma realidade existente, em função de uma causa que busca a construção de um projeto de transformação social, abraçada por diversas organizações, como uma utopia que se compõe de diversas visões, associando a solidariedade ao socialismo, além de se considerar uma alternativa para os segmentos em processo de exclusão social (MOTTA, 2010).

Na opinião de Lavelle (1994), a ES é diversa por englobar um conjunto de atividades econômicas, tendo sua lógica distinta, tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado, justificando que, ao contrário da economia capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas cujo objetivo é o alcance de interesses individuais, a ES organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade. Ela se distingue também da economia estatal que supõe uma autoridade central e formas de propriedade institucional. (LAVILLE, 1994: 211, apud LECHAT, 2002). A autora ainda resgata o conceito de economia solidária, com ênfase na economia social, evitando o

fosso entre as dimensões: econômica, social e política (LAVILLE E ROUSTANG, 1999, apud LECHAT, 2002).

Os estudos desenvolvidos por Coraggio (2007), sobre o que denomina “a economia social da periferia”, chamam atenção para a dificuldade de se definir um único nome para esse segmento, considerando as diferentes perspectivas para o mesmo fenômeno na América Latina. Mas, evidencia também que a temática envolve as diversas formas de microeconômicas, a partir da organização de trabalhadores que se associam para desenvolver, coletivamente, a produção, a comercialização e compras; inclusive, sem a perspectiva do lucro; socializam riscos, acessam crédito e, juntos, desenvolvem a vida comunitária (CORAGGIO, 2007).

O que se observa é que diversos autores se referem à economia solidária como um conjunto de iniciativas coletivas, voltadas à produção de atividades econômicas, refletindo a realidade social, política e econômica, das diferentes situações de exclusão social, de diversos países. (SINGER, 2002, 2004; GAIGER, 2003; FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004). Acredita-se que a grande novidade, nesse campo, seja o trabalho associado, onde se exercitam valores, como: cooperação, gestão compartilhada de recursos e a motivação para a distribuição e não-acumulação da riqueza.

Lechat (2002), relaciona a construção do conceito de ES ao processo de organicidade e estudo do seu significado, esclarecendo que:

No Brasil, para a economia solidária tornar-se uma problemática, ela teve que aparecer como um setor próprio e digno de interesse específico. Essa decisão é, a nosso ver, de ordem teórico-político-ideológica. O que hoje é denominado de economia solidária ficou por décadas imerso, e ainda o é em muitos casos, no que a literatura científica chama de autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular. Uma prova disto é a polêmica, ainda existente, a respeito do atributo popular acrescido à economia solidária ou ao cooperativismo, denominados então de economia popular solidária, ou cooperativismo popular.

O conceito economia de solidariedade aparece pela primeira vez no Brasil em 1993 no livro Economia de solidariedade e organização popular, organizado por Gadotti, onde o autor chileno Luis Razeto o concebe como: (eu cito) uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas (Razeto, 1993, p. 40, apud LECHAT, 2002).

De acordo com o Dicionário Internacional da Outra Economia (2009), a construção do novo, do socialmente mais avançado, remete a processos complexos que ultrapassam a mediocridade e as limitações das relações de produção capitalistas, que se sustentam com base na concorrência, exploração, acumulação compulsória e exclusão. A outra economia é regida pelos princípios da solidariedade, da sustentabilidade, da inclusão, enfim, da emancipação social. Esses princípios não se reduzem a boas intenções, mas constituem realizações concretas,

viáveis e, sobretudo, em expansão no mundo inteiro. O histórico do Dicionário Internacional acompanha a evolução recente dessa temática a partir da sua edição pioneira que iniciou em 2002, com o seu resultado sendo apresentado no III Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em janeiro de 2003. Pedro e Luiz Gaiger reforçam o trabalho de coordenação dos mais de cinquenta autores, oriundos de três continentes. Essa equipe multidisciplinar, é proveniente de vários horizontes teóricos, políticos e sociais e se esmeram para ampliar e atualizar o trabalho de clarificação teórica e conceitual, de maneira a aprofundar a reflexão crítica sobre as formas mais avançadas de produção social. Essas produções intelectuais não são neutras, tampouco despojadas de valores, princípios, desejos e esperanças. (CATTANI, GAIGER, LAVILLE, & HESPANHA, 2009.)

Gaiger (2008), ao justificar a necessidade de debate sobre conceitos econômicos, observa que, os processos de reflexão sobre a ES, apresentam uma resistência ao uso de termos como empresa, eficiência e empreendedorismo, em razão de que o poder explicativo desses conceitos, dada a origem histórica e o uso habitual dos mesmos, restringe-se forçosamente à economia capitalista, com seus objetivos e sua lógica inerente, apresentando sintomas de uma contaminação ideológica, do uso da exploração do trabalho para a acumulação do capital. Segundo o autor, essa atitude refratária inibe a discussão sobre os aspectos essenciais do funcionamento de organizações econômicas, aspectos que não dependem do seu caráter capitalista ou anticapitalista e que, em certa medida, são ainda mais cruciais para os intentos alternativos, como os empreendimentos solidários, precisamente porque os mesmos se deparam com um ambiente estruturalmente adverso à sua lógica interna. O autor também chama atenção para o fato de que, a negativa em empregar tais termos não tem sido compensada com a necessária formulação de conceitos substitutivos ancorados na realidade, que não sejam aplicáveis apenas em condições radicalmente diferentes, ideais e, portanto, inexistentes no presente e no futuro próximo.

A dificuldade de alguns autores perceberem a irracionalidade em suas análises sobre os conceitos de empresa, eficiência e empreendedorismo, é caracterizada por GAIGER (2008) como uma certa debilidade intelectual, entendendo que essa postura não resolve e nem permite resolver os próprios problemas que aponta, devido a falsa polêmica de que, tudo o que existe sob a égide do capitalismo por ele é determinado e com ele se confunde. Para o autor, essa concepção não dialética do sistema econômico, além de não perceber as contradições internas do capitalismo, desconhece por inteiro a pluralidade da vida e dos comportamentos econômicos existentes e fulmina todos os possíveis pontos de sustentação de qualquer teoria e de qualquer

tentativa de transformação histórica. E, ainda afirma que: “autores clássicos como Fernand Braudel, Karl Polanyi e, porque não dizer, Karl Marx, há muito criticaram esse tipo de maniqueísmo” (GAIGER L. I., 2008a, p. 60).

Para o autor, a visão de uma economia inteiramente formada por relações de mercado capitalista, refutando a ideia de uma economia plural, decorre em parte de uma confusão entre as relações de troca em geral e as relações de troca destinadas a realizar o ciclo de acumulação do capital, iniciado no processo de produção. Desta forma, GAIGER (2008) afirma que uma sociedade sem relações de troca, há muito tempo, é uma impossibilidade histórica; do mesmo modo que se torna irrealista imaginar uma sociedade estruturada unicamente em relações socialmente vinculantes. Além disso, o autor afirma que:

A tese da dominação completa exercida pelo capitalismo aparece em certas apreciações do cooperativismo, que o desprezam por curvar-se à lógica capitalista do mercado, à medida que se desenvolve dentro desse sistema. Em primeiro lugar, há um problema lógico: como será possível a alguma configuração econômica primeiramente derrubar o capitalismo e só depois passar a existir, por ser essa a única maneira de não nascer sob o manto capitalista? Em segundo lugar, omite-se que as cooperativas tendem a seguir outra lógica interna e que este fato reflete-se nas relações de troca que estabelecem externamente. O cooperativismo não é apenas uma realidade subordinada, mas também contraditória e alternativa em relação ao modo de produção capitalista (Razeto, 1990: 135), do que decorrem diferentes situações históricas. [...] Por conseguinte, é mister superar a razão dualista, que se contenta em opor o sistema existente à sua presumida antítese e que, na falta de modelos antagônicos existentes ou teoricamente defensáveis, involui para uma espécie de monismo paralisante, na base do “tudo é capitalismo”. Isto implica reconhecer que a ciência econômica, como qualquer outra, não é uma simples expressão da visão e dos interesses dominantes, mas reflete a multiplicidade da experiência humana e a diversidade de orientações presentes nas formas praticadas e nos modelos prescritivos da economia (GAIGER L. I., 2008b, pp. 60-61).

O esforço de um conjunto de intelectuais engajados na ES, que se dedicaram na reflexão sobre as experiências históricas desse segmento social e na sistematização das experiências em desenvolvimento, influenciou substancialmente, no processo de elaboração da política pública de ES do governo federal que, ao decidir emplacar essa novidade no governo federal, contou com essa gama de conteúdos que fundamentaram a elaboração de conceitos básicos, concepções, finalidades e objetivos, contribuindo efetivamente para que a SENAES alcançasse as condições subjetivas de estabelecer os referenciais teóricos para proceder na construção de consensos mínimos, conseguindo, dessa maneira, elaborar projetos que iriam se constituir nos principais eixos da política pública de ES no país. Entre esses projetos se visualiza a organização do SIES, que ocorreu por meio de intensas reflexões coletivas, realizadas pelo Grupo de Trabalho Mapeamento, responsável pelo levantamento da realidade da ES no Brasil. Desta forma, a SENAES reconhece a existência de uma pluralidade de concepções e formas de nomeação da ES, focalizando o caráter político e ideológico, como elementos ou características

comuns, a serem considerados na análise das organizações da sociedade civil, na elaboração e análise da ação pública governamental. Esse foi o processo de construção de uma identidade social e política para mobilização, articulação e definição das lutas necessárias para reconhecimento e legitimação da ES como política pública. A partir desses referenciais, definiram-se os seguintes conceitos básicos, orientadores, no âmbito da política pública de ES no Brasil:

- a) *Economia Solidária (ES)*: o conjunto de atividades econômicas ...[...] – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores/as sob a forma coletiva e autogestionária. Este conceito geral explicita os valores e princípios fundamentais da ES: cooperação, autogestão, solidariedade e dimensão econômica. [...]
- b) *Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)*: são aquelas organizações: coletivas ...[...] tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes etc.; [...]; permanentes, ... [...]; que disponham ou não de registro legal, prevalecendo a existência real e que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito [...], de comercialização [...] e de consumo solidário. [...]
- c) Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária (EAF): Foram definidas enquanto *aquelas organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos econômicos solidários...* [...]. (SENAES/MTE, 2012i, grifo do autor, pp. 120-122).

O avanço conceitual vem contribuir no aceleramento da elaboração da política pública de ES, por ter sido essencial para que a nova economia ganhasse relevância e musculatura na sociedade brasileira. Neste aspecto, também foi sendo construído o conceito de Políticas Públicas de Economia Solidária (PPES). Mas, somente em 2008 foi implantado um Módulo de Políticas Públicas de Economia Solidária no SIES. A base conceitual foi construída a partir de pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), juntamente com a SENAES e a Rede de Gestores Governamentais de Políticas Públicas de Economia Solidária, definindo que, no âmbito do SIES, compreende-se políticas públicas de ES como: “aquelas ações, projetos ou programas que são desenvolvidos ou realizados por órgãos da administração direta e indireta das esferas municipal, estadual ou federal com o objetivo de fortalecimento da economia solidária” (SENAES/MTE, 2012j, grifo do autor, p. 122).

Segundo o Relatório SENAES/MTE (2012), essa conceituação foi sendo elaborada no âmbito do GT - Mapeamento e, posteriormente, publicada no Termo de Referência do SIES, pela Portaria Ministerial nº 20, de 30 de março de 2006, passando a ser uma contribuição fundamental ao servir de orientação nos debates e, em outros espaços de organização e articulação de ES como: fóruns e redes, na organização de feiras e eventos; na organização da participação no FSM etc. Além disso, a elaboração conceitual feita no âmbito do SIES, também tem sido assimilada no seio do movimento social, até porque foram protagonistas na construção

da identidade e do reconhecimento da ES. E, por ocasião da realização do primeiro encontro do Conselho Nacional de ES (CONAES), o conceito de ES foi definido, conforme Resolução nº 3, como: “um modo de organizar a produção, distribuição e consumo, que tem por base a igualdade de direitos e responsabilidades de todos os participantes dos empreendimentos econômicos solidários”. (CONAES, 2006, apud SENAES/MTE, 2012). E, ainda reconhece que os meios de produção de cada empreendimento e os bens e/ou serviços neles produzidos são de controle, gestão e propriedade coletiva dos participantes do empreendimento.

O Relatório SENAES/MTE (2012), ressalta que os conceitos do SIES contribuíram na orientação para formulação de políticas públicas de ES, na medida em que explicitam as características e demandas dos EESs, constantes na estrutura de questões e variáveis que compõe o instrumento de coleta de informações e que estão na base de dados do Sistema. Contudo, a SENAES considera que, apesar desses avanços e do reconhecimento obtido, ainda permanece certa desconfiança em relação a este acúmulo conceitual. E que, dois aspectos têm sido mais enfatizados nesse debate: o primeiro se refere ao caráter inclusivo que permite uma “maximização” do conceito de EES, na medida em que possibilita a inclusão de muitos empreendimentos existentes embora não conhecidos ou reconhecidos pelo movimento social; o segundo aspecto em debate é expresso nas dúvidas quanto ao caráter exclusivo ou de “minimização” conceitual, ao restringir o conhecimento e reconhecimento no SIES de empreendimentos individuais e familiares que não estão integrados em espaços coletivos de cooperação econômica, embora estejam articulados, ou seja, estão ativos na ação política de fortalecimento da ES, participando dos fóruns e outros espaços organizativos de reflexão e encaminhamentos a esse movimento social.

Segundo o Relatório, os argumentos críticos aos conceitos do SIES expressam o desejo ou a necessidade de se enfatizar novos critérios que reflitam alguns princípios identitários já incorporados pelo movimento da ES, como por exemplo: questões relacionadas aos vínculos e valores sociais e ambientais da ES, assim como a incorporação da dimensão de gênero, raça e etnia; e a questão da sustentabilidade ambiental, como elementos que são explicitados na Carta de Princípios do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Nesse sentido, o debate conceitual do SIES permanece em aberto visando contemplar novos critérios para identificação de EES, como: a sustentabilidade das atividades econômicas e a solidariedade expressa em relações igualitárias de gênero, raça e etnia.

Além do avanço conceitual, se observa um importante exercício democrático, quando se expressa uma consciência coletiva de incorporação de novos elementos, pertinentes na ES,

no Brasil e no mundo, configurando-se numa construção fundamentada numa visão dialética, na medida em que se estabelece um movimento dialógico entre teoria e prática social, com esse movimento social se movendo por meio das formas de distribuição de renda e poder na sociedade, buscando implementar as suas estratégias de luta e tentativa de influenciar nos novos rumos da sociedade e visando superar as dificuldades e garantir a sustentabilidade e avanço das suas conquistas. Desta forma, quando há avanços na luta social, a teoria também precisa acompanhar esse crescimento quantitativo e qualitativo, elaborando os novos conteúdos, novos conceitos como interpretação da prática social.

### **3.4.2 Avanços organizacionais**

No Brasil, a organização da ES se expandiu a partir do trabalho realizado por diversos segmentos da sociedade civil, incluindo: igrejas, incubadoras universitárias, a CUT, o Movimento Sem Terra (MST) e outros movimentos sociais, que atuam no campo e na cidade. De acordo com o FBES (2016), até o final do século XX, o movimento da ES era composto de articulações regionais ou por categoria ou através de entidades como: a Cáritas Brasileira que orientou a criação de diversas iniciativas de organização e produção, construídas pelos setores populares por meio dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), a partir do início dos anos de 1980, junto aos segmentos excluídos (BERTUCCI A. &., 2003); A Confederação das Cooperativas de reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), que foi criada em 1992 e aglutinava as cooperativas e associações de agricultores assentados pela reforma agrária no Brasil, além da Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) que foi criada em 1994. No final dos anos de 1990, a CUT realizou uma conferência sobre ES e, considerando o contexto de desemprego e mudanças no mundo do trabalho, decidiu partir para a criação de uma Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), com sede em São Paulo, mas se dispoñdo também a criar Agências Regionais de Economia Solidária ou Agências Estaduais, em todo o Brasil, tendo o apoio da Rede Nacional de Universidades-Unitrabalho, o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos sócio Econômicos - DIEESE, a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – FASE, além de outras organizações, estabelecendo uma nova fase em que a classe trabalhadora buscava novos referenciais de

geração de trabalho e renda e de alternativas de desenvolvimento, sob a orientação dos princípios da solidariedade, cooperação e autogestão (SINGER P. , 2008s).

Esse avanço organizacional possibilitou mais estofamento para a ES, porém o movimento permanecia sem uma identidade nacional reconhecida a nível de país. Somente no início do século XXI, ocorre todo um avanço nas articulações nacionais. Conforme FBES (2016), isto só foi possível porque surgiu a necessidade de articular a participação dos movimentos sociais a nível nacional e internacional, no I Fórum Social Mundial (FSM), na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, entre 25 e 30 de janeiro de 2001, com o objetivo de se contrapor ao Fórum Econômico Mundial de Davos, que reúne os países mais ricos do mundo, desde 1971, com o papel estratégico de subsidiar a formulação das políticas neoliberais.

De acordo com o FBES (2016), no primeiro FSM foi possível se organizar o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT- Brasileiro), que na ocasião foi composto pelas entidades: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES), PACS, FASE, ANTEAG; IBASE, Cáritas Brasileira, CONCRAB, Rede ITCPs, ADS/CUT, UNITRABALHO e a Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED). Ao final de 2002, o GT- Brasileiro organizou a I Plenária Brasileira de ES, realizada em São Paulo, nos dias 9 e 10 de dezembro de 2002. Neste evento nacional o GT apresentou uma proposta de Carta intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”, expondo as diretrizes gerais da Economia Solidária e reivindicando a criação da SENAES.

A segunda Plenária Brasileira de ES, foi realizada durante o FSM de janeiro de 2003, em Porto Alegre, sendo presidida pelo professor Paul Singer, tendo como principal encaminhamento a agenda de mobilização de debates e sensibilização pelas regiões do país, sob a coordenação do GT-Brasileiro, visando a organização da terceira Plenária Brasileira de Economia Solidária. Neste evento efetivou-se criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), composto pelos três segmentos do campo da ES: empreendimentos da economia solidária, entidades de assessoria e/ou de fomento e gestores públicos; que assumiu a responsabilidade de articular e mobilizar as bases da Economia Solidária pelo país em torno da Carta de Princípios e da Plataforma de Lutas e fazer a interlocução com a recém-criada SENAES. O Fórum, passou a promover esse intercâmbio e organizou o I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária com trabalhadoras/es advindos de todos os estados, nos dias 13, 14 e 15 de agosto de 2004, com a participação de 2.500 pessoas (FBES, 2016b).

Os dados do SIES evidenciam o crescimento da força organizativa de ES no período de 2004 até 2013, no qual foram realizadas três rodadas nacionais de identificação e caracterização

dos empreendimentos econômico solidários (EES) no país. De acordo com SIES/MTE (2007), o primeiro levantamento foi concluído em 2005 quando foram mapeados 14.954 EES. Estes dados foram ampliados com o segundo levantamento em 2007 que conseguiu fazer o mapeamento de mais 6.905 EES. Nesta primeira fase, que incluiu duas rodadas de levantamento, foram totalizadas informações de 21.859 EES, constatando a expansão da ES, conforme gráfico a seguir:

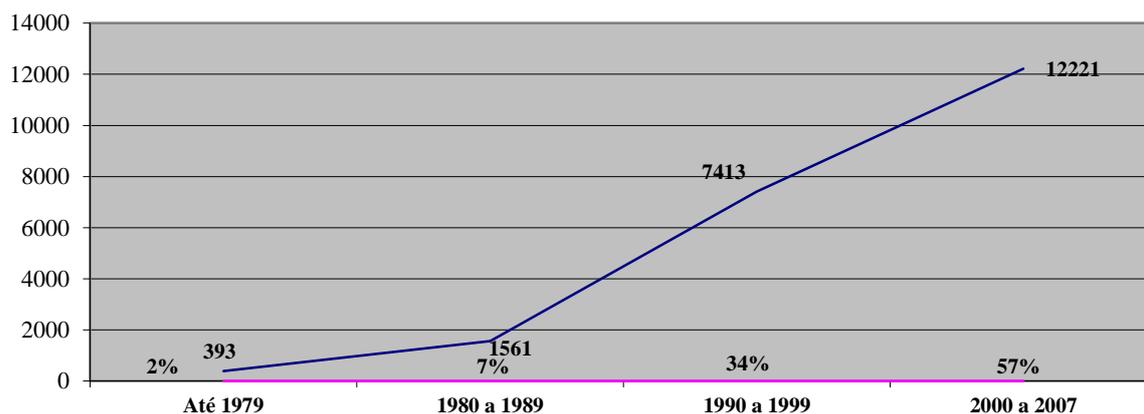


GRÁFICO 2 - Expansão da Economia Solidária no Brasil  
(SIES/MTE, 2007a, p. 9)

Sobre essa expansão, Singer (2007) analisa que a estagnação da economia brasileira, que perdurou durante os dois quadriênios anteriores à posse de Lula na Presidência da República, sendo a causa do crescimento da ES, considerando a persistência da crise econômica. A partir de 2004 houve um aceleração do desenvolvimento econômico e o desemprego diminuiu fortemente. Mesmo assim, a economia solidária continuou crescendo, principalmente pela capacidade de articulação do FBES, das Federações, Confederações, Sindicatos e EAFs, inclusive o apoio da SENAES, que passou a investir no fomento da ES, em todos os Estados da Federação. (SINGER P. , 2013).

A partir dos governos pós-neoliberais, houve um significativo aumento no investimento de recursos para o atendimento de agricultores familiares. BIANCHINI (2013) apresenta os números do balanço do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar nos últimos dez anos. Na safra 2003-2004, o programa recebeu investimentos de R\$ 5,4 bilhões e, em 2013, os recursos chegaram a R\$ 18 bilhões, ampliando as linhas de atendimento e tendo como principais interlocutores das associações de agricultores familiares (BIANCHINI, 2013).

No processo de preparação da I Conferência Nacional de Economia Solidária, em Brasília, no período de 26 a 29 de junho de 2006, houve uma intensa participação da base do movimento social de ES, com a realização de 160 Fóruns Municipais, além de Fóruns

Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente 3.000 EES, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios, engajados no debate do conteúdo da Conferência sobre a definição de proposições para políticas públicas de ES no Brasil (FBES, 2016). Esse processo também evidenciou o crescimento quantitativo e qualitativo desse segmento social na sociedade brasileira.

A terceira rodada do SIES ocorreu nos anos de 2010-2012 quando foram mapeados mais 11.663 EES. Portanto, desde 2004 o SIES já identificou 33.518 EES em todo o território nacional. Desses 11.663 novos empreendimentos mapeados neste levantamento, 5.811, ou seja 50%, declaram ter iniciado suas atividades após o ano de 2004 (SIES/MTE, 2013). Nesta fase da pesquisa foi possível mapear novos EES e visitar os EES constantes na base anterior. Entre outras informações, os dados revelam que a grande maioria dos EES registrada são as associações; outras formas jurídicas são as cooperativas, com 8,8%; as diversas formas de sociedade mercantil são, apenas, 0,6%. E, 30,5 % dos EES declararam que atuam como grupos informais, conforme tabela abaixo:

TABELA 1 – Formas de Organização da ES no Brasil

Forma de Organização	Quant.	%
Grupo Informal	6.018	30,5
Associação	11.823	60,0
Cooperativa	1.740	8,8
Sociedade mercantil	127	0,6
Total	19.708	100

(SENAES/MTE, 2013l, p. 2)

Os dados também revelam que mais de 40 % dos EES da base do SIES se localizam na região Nordeste. Nas regiões Norte, Sudeste e Sul tendo uma distribuição é bastante próxima, atingindo: 15,9%; 16,4% e 16,7% respectivamente. Enquanto que na região Centro Oeste os 2.021 EES representam 10,3% do total, conforme a distribuição dos dados na tabela abaixo:

TABELA 2 – Distribuição Regional da ES no Brasil

Região	Quant.	%
Norte	3.127	15,9
Nordeste	8.040	40,8
Sudeste	3.228	16,4
Sul	3.292	16,7
Centro Oeste	2.021	10,3
Brasil	19.708	100

(SENAES/MTE, 2013m, p. 3)

Sobre a distribuição regional dos EES, constata-se que a participação das diversas formas de organização é bastante diferenciada. Nas regiões Sul e Sudeste a participação de grupos

informais é superior à média nacional, com 44% e 48,5%, respectivamente. Quanto à forma cooperativa o destaque está na região Sul que aparece com uma participação de 18,4%. A região nordeste vem se destacando pela forma associativa com 74,2% dos EES organizados em associações.

TABELA 3 – Formas de Organização por Região no Brasil

Forma de Org./	Regiões											
	Norte	%	Nordeste	%	Sudeste	%	Sul	%	Centro Oeste	%	Brasil	%
Grupo Informal	802	25,6	1.675	20,8	1.567	48,5	1.450	44,0	524	25,9	6.018	30,5
Associação	2.044	65,4	5.969	74,2	1.309	40,6	1.194	36,3	1.307	64,7	11.823	60,0
Cooperativa	273	8,7	368	4,6	318	9,9	606	18,4	175	8,7	1.740	8,8
Soc. Mercantil	8	0,3	28	0,3	34	1,1	42	1,3	15	0,7	127	0,6
Total	3.127	10,0	8.040	10,0	3.228	100	3.292	100	2.021	100	19.708	100

(SENAES/MTE, 2013n, p. 3)

SENAES/MTE (2013) apresenta um outro dado desse levantamento, constatando que a maioria dos EES atua na área rural, atingindo um percentual de 54,8%. E, somente nas regiões Norte e Centro Oeste tem uma distribuição próxima da média nacional entre rural e urbano. Na região sul a atuação dos EES é equilibrada entre área rural e urbana, chegando em torno de 42%; já na região Nordeste o predomínio de EES que atuam na área rural é de 72,2%, sendo bastante superior à média nacional. Enquanto que a região Sudeste se diferencia com 61% dos EES atuando na área urbana.

Nas informações gerais os dados do SIES 2013 se observa que, nos 19.708 EES estão associadas 1.423.631 pessoas; uma média de 72 pessoas associadas por EES. E, na distribuição de sócios por sexo, fica demonstrado maior participação de homens com 56,4% e as mulheres com um percentual de 43,6 de pessoas associadas, conforme dados da tabela a seguir:

TABELA 4 – Quantidade de Sócios e distribuição segundo o Sexo

Sexo	Quantidade	%
Mulheres	620.258	43,6
Homens	803.373	56,4
Total	1.423.631	100,0

(SENAES/MTE, 2013o, p. 4)

Em relação à categoria social, o levantamento constata que na grande maioria dos EES, as categorias de sócios, predominantes, são: a dos agricultores/as familiares com 55% e a dos artesãos com 18%. Estas duas categorias totalizam 73% dos EES. No que se refere às atividades

econômicas desenvolvidas, fica evidente que 56,2% dos EES desenvolvem atividades de produção ou produção e comercialização da produção. As outras atividades com destaque são aquelas relativas ao consumo ou uso coletivo de bens e serviços, atingindo 20%; e as atividades de comercialização são desenvolvidas apenas por 13,3% dos empreendimentos, além de outras atividades com baixos percentuais, conforme tabela a seguir:

TABELA 5 – Atividade Econômica dos EES

Atividade Econômica	Quantidade	%
Troca de produtos ou serviços	430	2,2
Produção ou produção e comercialização	11.081	56,2
Comercialização ou organização da comercialização	2.628	13,3
Prestação do serviço ou trabalho a terceiros	1.296	6,6
Poupança, crédito ou finanças solidárias	328	1,7
Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	3.945	20
Total	19.708	100

Fonte: (SENAES/MTE, 2013p)

Finalmente, nas respostas relativas aos desafios e conquistas dos EES é possível constatar que os maiores desafios dizem respeito à adequada geração de renda para os sócios e a viabilidade econômica dos próprios EES. Enquanto que, em relação às principais conquistas, os entrevistados apontaram a integração coletiva, a renda e a prática da autogestão e da democracia, nos EES.

Uma medida governamental que vem complementar na continuidade do trabalho do SIES, foi a decisão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em publicar no Diário Oficial da União (DOU), no dia 24 de março de 2014, a Portaria 373 instituindo o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (Cadsol), com o objetivo de permitir, aos empreendedores solidários, o acesso às políticas públicas nacionais de ES e demais políticas e programas públicos de financiamento, crédito, aquisição e comercialização de produtos e serviços entre outras ações. O CADSOL aproveitará a experiência adquirida pela SENAES/MTE na construção do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) que, agregado ao Cadsol, permite a orientação das políticas públicas voltadas para os atores da Economia Solidária no país. O Cadastro já se inicia contando com uma base de 19.847 empreendimentos econômicos solidários identificados pela SENAES. Os empreendimentos cadastrados passarão pela análise de uma comissão local e, após esse processo, podem receber a Declaração de Empreendimento Econômico Solidário (DCSOL), um documento emitido via internet que passa a ser a identidade do empreendimento. Esse procedimento visa facilitar o reconhecimento dos EES para acesso às políticas de apoio à ES, como: o Sistema Nacional de Comércio Justo, programas de assessoria, fomento e financiamento, entre outros. Os

empreendimentos visitados na última rodada do mapeamento nacional do SIES, entre 2009 e 2012, já estão cadastrados no CADSOL e podem emitir a declaração, que nesse caso é válida somente até março de 2016. A renovação do cadastro ocorre a partir do momento que o EES fizer a atualização dos seus dados. Os novos EES devem acessar o CADSOL para fazer o seu cadastro e adquirir a sua identidade (SENAES, 2015r).

Todos esses avanços das políticas públicas de ES no Brasil têm a influência da força organizativa e capacidade do FBES, do Conselho Nacional de ES, dos Fóruns e Conselhos Estaduais e Municipais e da própria SENAES, que atuam em rede, fomentando, articulando e capacitando uma gama de EES, de múltiplas características, no país. Sobre esse crescimento, SINGER (2016) apresenta sua visão, em entrevista ao site do Fórum Brasileiro de ES, afirmando que a força da ES no Brasil equivale a 3% do PIB, envolvendo 3 milhões de pessoas, com cerca de 30 mil empreendimentos, dentre os quais, muitos são bancos comunitários que já somam 107, em comunidades muito pobres, atuando como verdadeiros salva-vidas diante da exclusão social provocada pela crise econômica (SINGER, 2016t).

No entanto, também se observa um arrefecimento da política pública de ES, no atual cenário brasileiro, como uma das consequências da crise econômica mundial, que atinge duramente o setor público. É o que se observa na carta enviada pela Coordenação atual da SENAES em 18 de fevereiro de 2016, publicada no Boletim do Fórum Brasileiro de ES, sobre as mudanças, inclusive com reais possibilidades de reduzir a SENAES a uma subsecretaria dentro do Ministério do Trabalho. O teor da referida Carta apresenta como causa das mudanças o contexto mais amplo de ajuste fiscal diante de um quadro de arrefecimento da economia com redução da arrecadação e de uma crise política amplamente e criminosamente midiaticizada que colocou o Governo em situação de defensiva diante de forças retrogradadas de oposição ao país. Expõem que em consequência houve a fusão de dois Ministérios, das áreas de trabalho e previdência social, com a criação de duas Secretarias Especiais: Secretaria Especial do Trabalho e Secretaria Especial da Previdência Social. E que, diante do fato vem acontecendo diversas manifestações de apoio à continuidade e fortalecimento da política pública nacional de ES e de manutenção da SENAES e de sua equipe. Mas, conforme a Carta, os apelos de manutenção da SENAES não foram atendidos, sendo hoje apenas uma Subsecretaria vinculada diretamente à Secretaria Especial do Trabalho que é responsável pelas demais áreas: políticas de emprego, de inspeção do trabalho e de relações do trabalho.

Diante dessa conjuntura de mudança no status da SENAES, sua equipe e representantes dos movimentos sociais, estão dispostos a lutar para manter e fortalecer a política pública de

ES; manter a estrutura e quantitativo de cargos da secretaria; manter o Prof. Paul Singer como Sub-Secretário; manter os espaços de ES nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE's). A referida Carta também informa que o Comitê permanente do CNES convocou, para o mês de março de 2016, sua próxima plenária para se posicionar em relação a todas estas mudanças (FBES, 2016c, pp. 1-2).

Diante do conteúdo da Carta, acima exposto, se constata a real possibilidade do arrefecimento nas políticas públicas de ES. Nesta conjuntura em que se constata um conluio determinado das elites para frear o avanço organizacional das políticas públicas inclusivas, entre as quais as políticas gestadas pela SENAES, se coloca um grande desafio para a classe trabalhadora brasileira: fazer dessa difícil travessia de crise econômica e política um momento de fortalecimento da luta pela emancipação dos segmentos mais excluídos, por meio da implementação de estratégias e formas de reação do movimento social, liderados pelas representações legítimas das classes populares, entre as quais o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

### **3.4.3 Avanços institucionais**

O avanço institucional da ES no Brasil tem como principal fator a inclusão das Políticas Públicas de ES, no governo federal, a partir de 2003. Essa atitude governamental exigiu a definição de um marco legal, que amparasse o desenvolvimento dos programas governamentais, conforme as prerrogativas do Estado brasileiro. O Relatório da SENAES (2012), expõe sobre esse processo de legalização das políticas, considerando que seu início ocorreu a partir da Reforma na Administração Pública Federal, pelo governo federal, por meio da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que abriu caminho para a institucionalização da SENAES. Esse respaldo legal, possibilitou a criação da SENAES, por meio do Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003; e o Decreto nº 5811, de 21 de junho de 2006, dispõe sobre a composição, estruturação, competência e funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). Outro passo importante foi quando a SENAES institui o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), por meio da Portaria nº. 30, de 20 de março de 2006, com a finalidade de identificação e registro de informações de Empreendimentos Econômicos Solidários (ESSs) e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à ES no Brasil.

Após estas providências iniciais, foram estabelecidos os marcos institucionais com a instituição do Decreto nº. 6.341, de 3 de janeiro de 2008, criando Seções ou Núcleos de ES nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego – SRTEs; o Decreto nº 7.357/2010, de 17 de novembro de 2010, regulamentando o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (PRONINC) (SENAES/MTE, 2013s)

Nesse aspecto institucional também se destacam os avanços nos marcos legais, por meio dos decretos que criaram o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, com o Decreto nº 7.358/2010; e o Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social, por meio do Decreto nº 8.163/2013, visando promover a formalização dos EES (MP - Ministério do Planejamento, 2015).

Os marcos regulatórios das políticas públicas de ES, foram sendo construídos, a partir das demandas definidas no FBES. Esses referenciais ajudaram na conquista do estabelecimento da Lei 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, regulando a recuperação judicial, e extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, reconhecendo, em seu Artigo 50, a possibilidade de recuperação de empresas por trabalhadores organizados em autogestão. Nesse mesmo sentido a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, prevendo que as cooperativas com faturamento igual de micro e pequena empresa, possam ter os benefícios não tributários da lei, como acesso facilitado a compras públicas, desburocratização e facilidade no acesso ao crédito;

Os mecanismos para avanço institucional das políticas de ES se apoiam sobre diferentes formas de articulações ou parcerias para sua realização. Nesse sentido, uma estratégia assumida pela SENAES, desde a sua criação, é o fortalecimento do diálogo com as organizações da sociedade civil. E, a partir de 2010, a SENAES também realizou intensos diálogos com órgãos do Governo Federal, incluindo bancos públicos, autarquias, secretarias e ministérios, governos estaduais e municipais, em parceria com a Rede de Gestores Governamentais de Políticas Públicas de Economia Solidária, visando ampliar as políticas de ES no Brasil, conforme Relatório da SENAES (2012).

Nesse relatório, opta-se por dar visibilidade aos projetos apoiados com recursos financeiros que são oriundos da SENAES, no intuito de dar visibilidade e focar os debates acerca do montante que a Secretaria disponibilizou para as ações e políticas públicas em ES no período de 2003/2010. No total, foram apoiados 435 projetos de apoio e fortalecimento da ES, sendo 146 diretamente pela SENAES, 175 pela Fundação Banco do Brasil, 64 pela FINEP e 50 pelo Banco do Nordeste. O investimento total chega a R\$206.278.341,41 (duzentos e seis milhões, duzentos e setenta e oito mil, trezentos e quarenta e um reais e quarenta e um centavos) (SENAES/MTE, 2012t, p. 23).

Essas articulações governamentais influenciaram para que o próprio MTE incorporasse ES como estratégia de geração de trabalho e renda, ampliando com isso o conjunto de ações voltadas para o estímulo ao emprego; o desenvolvimento da qualificação social e profissional (PNQ), voltada para orientar a inserção da ES nos Planos Territoriais de Qualificação (Planteq), nos Projetos Especiais de Qualificação (Proesq) e Planos Setoriais de Qualificação Social e Profissional (Planseq). Ainda nesse aspecto, a SENAES conseguiu apoiar várias iniciativas autogestionárias de jovens que participavam de Consórcios da Juventude. O Relatório SENAES/MTE (2012) ressalta que houve reconhecimento institucional da ES no governo federal, de acordo com o relato a seguir:

Conforme os estudos do IPEA do ano de 2007, o tema e as ações em ES estão presentes nas ações políticas de 22 secretarias e ministérios. A atuação da Secretaria tem demonstrado, embora não ainda na escala desejada, a possibilidade que a ES traz para a promoção do desenvolvimento local e para a inserção, no mundo da economia e da produção, de milhões de homens e mulheres que necessitam de trabalho e renda e não os encontram no trabalho assalariado. As atividades formativas realizadas pela SENAES e voltadas para os servidores e gestores do MTE e de outros órgãos federais foram fundamentais para a construção dessas parcerias (SENAES/MTE, 2012u, pp. 53-54).

O reconhecimento institucional da SENAES foi sendo conquistado com o estabelecimento de parcerias com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), para desenvolver ações de ES como estratégia de prevenção da violência; com o Ministério da Educação (MEC), no apoio às incubadoras universitárias e na política de Educação de Jovens e Adultos (EJA); com o Ministério da Saúde (MS) na Política de Saúde Mental e na construção de políticas de apoio às cooperativas sociais; com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) nas estratégias de segurança alimentar e nutricional; com o Ministério da Cultura (MINC); Com o Ministério do Turismo, na promoção de ações de turismo solidário com incubadoras de ES; Com o Ministério da Pesca e Aquicultura, com incubação de EES nos Centros Integrados da Pesca Artesanal (CIPAR); Com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no suporte ao Sistema de Informações em ES e no boletim mercado de trabalho (seção de ES); Com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), no suporte às ações do SIES, apoios às incubadoras e nas tecnologias sociais; Com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), no apoio às Cooperativas e Associações de Coleta e Reciclagem no âmbito da política de Resíduos Sólidos; Com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômicos e Social (BNDES), em linha de crédito para empresas recuperadas, para inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis; Com o Banco do Nordeste (BNB), no apoio aos Fundos Rotativos Solidários; Com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, no apoio aos Bancos Comunitários de

Desenvolvimento; Com a secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), nas ações de etnodesenvolvimento e economia solidária em comunidades quilombolas; Com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), com a inclusão da ES no Plano Nacional de Políticas para Mulheres.

SENAES/2012 ressalta que as estratégias de expansão das políticas públicas, ocorreu de forma horizontal, por meio da criação de legislações e implantação de conselhos de ES, com ações presentes em cerca de 17 governos estaduais, com a homologação de 9 leis estaduais, e em aproximadamente 200 municípios, com dezenas de leis municipais homologadas. No período 2004 - 2010, a SENAES celebrou convênios com 23 municípios e 3 governos estaduais.

Essa expansão das atividades da ES, tem relação com um duplo movimento: de um lado a criação da SENAES que possibilitou maior visibilidade e compreensão da ES com suas necessidades e potencialidades, inclusive com o mapeamento da ES no Brasil, através do SIES, que deu visibilidade às milhares de iniciativas existentes e chamou a atenção de governos locais para apoiá-las e incentivá-las; por outro lado, o aumento das políticas locais de ES também é reflexo dos avanços organizativos do próprio movimento da ES, nos últimos anos, com a criação das redes e fóruns que interpelam os poderes públicos estaduais e municipais a criarem condições para o seu desenvolvimento.

O avanço institucional da ES, também influenciou na criação e fortalecimento da Rede de Gestores Governamentais de Políticas Públicas de Economia Solidária, como espaço de articulação, de intercâmbios e capacitação na gestão dos projetos. De acordo com SENAES (2012), a criação dessas redes de gestores possibilitou levar à prática a estratégia de divulgação e expansão das Políticas Públicas de ES, por meio da realização de eventos territoriais, estaduais e nacionais, criando condições para a implantação de Centros Públicos de Economia Solidária, com o objetivo de disponibilizar espaço físico e infraestrutura para o desenvolvimento de atividades que promovam a formação e organização de trabalhadores/as dos empreendimentos de economia solidária, abrigando nas suas dependências várias iniciativas e projetos voltados ao fortalecimento da ES, sejam governamentais ou não, promovendo a sua integração, visando ser um espaço de exercício de gestão, de participação, na construção da política pública como instrumento de participação popular.

Em meio a esse avanço institucional, é relevante o quesito da participação popular como prerrogativa no Termo de Referência de atendimento nos Centros Públicos de ES, prevendo a realização de audiências públicas, como mecanismo de se garantir a transparência e incluir nos processos de construção desses Centros, as diversas instituições da sociedade civil que atuam

no campo da ES, assim como representantes dos EESs. Também prevê que, cada Centro Público deve ter um Conselho de Gestão (CG) com representação majoritária da sociedade civil. Por outro lado, a responsabilidade pela administração executiva dos Centros Públicos de Economia Solidária é da instância governamental executora do projeto, que terá a iniciativa de constituir e dar suporte à sua Gestão.

Dentre outros avanços institucionais, merece destaque o Grupo de Trabalho (GT) - Finanças Solidárias, que conseguiu envolver e mobilizar as diversas articulações que já existiam no campo das finanças solidárias, tais como: a Associação Brasileira de Entidades Operadoras de Microcrédito e Microfinanças Solidárias (ABCRED), o Banco do Nordeste (BNB), a Cáritas Brasileira, o Banco Palmas, a Pastoral da Criança, o Banco do Brasil (BB), a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para atender as diversas modalidades de projetos, de acordo com as especificidades dos públicos atendidos, conforme relato da SENAES (2012), a seguir:

O GT - Finanças Solidárias com seus desdobramentos ao longo dos anos foi um destaque dentre esses arranjos institucionais organizados pela SENAES ao se constituir em uma das mais importantes articulações da ES, com suas várias derivações, ao se multiplicar em vários grupos, subgrupos de trabalho e comitês de gestão, sejam voltados para ações específicas ou para determinados seguimentos.

- Comitê Gestor do Projeto Produtivo Solidário PAPPS, do convênio SENAES-BNB (2005 - 2011);
- Comitê Gestor do Fundo de Apoio Social – FAS (2005 -2006);
- Comitê Gestor ampliado para a Política Nacional de Fundos Solidários (2005 - 2011);
- Grupo Interministerial de Microfinanças, Microcrédito e Cooperativismo de Crédito que criou entre outros atos normativos, a Lei 11.110/2005, que trata do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (2005 - 2006);
- GT interministerial para o Ano Internacional do Microcrédito (2005);
- Comitê Gestor do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, na função de secretaria executiva do referido comitê (2006 - 2009);
- Comitê Temático de Finanças Solidárias e Crédito do CNES;
- Sub-Grupo de Apoio aos Fundos Solidários do Comitê Temático de Finanças Solidárias e Crédito do CNES; e
- Comitês Gestores específicos das finanças solidárias com base em Bancos Comunitários e em Fundos Solidários (2010 - 2011) (SENAES/MTE, 2012v, p. 178).

Há de se reconhecer que a formação deste GT - Finanças Solidárias, deu um salto de qualidade nas ações institucionais da ES no Brasil, sobretudo quando firmou Termo de Cooperação entre o MTE, por meio da SENAES, com o Banco Central, objetivando garantir o reconhecimento dos bancos comunitários que usam moeda social como agentes financeiros. Desta forma foi possível o reconhecimento, pelo Estado, do direito de comunidades organizadas em diversos tipos de territórios, terem autonomia para financiamento de suas economias locais.

Uma das conquistas mais importantes desse processo foi o reconhecimento do Banco Central do Brasil, que pela primeira vez na história da República, considerou a existência desta

ferramenta chamada Bancos Comunitários e suas moedas sociais, bem como sua importância enquanto tecnologia social para a inclusão financeira de segmentos populares. Com esse reconhecimento, os bancos comunitários ficaram menos vulneráveis do ponto de vista formal, pois passaram a ser estabelecidas definições sobre seu funcionamento, metodologias, características, atribuições, objetivos, conceitos que permitem seu reconhecimento e maior visibilidade, possibilitando realizar várias parcerias entre os Bancos Públicos e os bancos comunitários, além da possibilidade de ampliação das políticas de incentivo e fomento à organização dos bancos comunitários com a constituição de um ambiente institucional favorável para a consolidação dessas políticas, com acesso a recursos para: atividades formativas, assistência técnica, linhas de créditos adequadas a esse tipo de financiamento, e maior visibilidade aos bancos comunitários. (SENAES/MTE, 2012x)

O avanço institucional da ES também tem relação com as articulações e parcerias da própria SENAES com a sociedade civil, unindo forças para a criação do CNES e a definição das ações governamentais para a ES; e, durante a gestão da SENAES, de 2003 a 2013, houve a construção de espaços de participação e controle social das políticas, iniciando com os GT's partilhados entre SENAES e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, nas diferentes ações que vinham sendo construídas e executadas, representando um espaço de diálogo e negociação entre sociedade civil e Estado, garantindo um processo de compartilhamento na elaboração e desenvolvimento das políticas de ES no Brasil. Nesse processo, fortaleceu-se a SENAES o FBES. Mas, também se destacam algumas iniciativas de articulação com a CONCRAB, para o apoio às iniciativas de produção coletiva nos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária; com os movimentos de luta pela moradia que incorporam a dimensão produtiva nos projetos de habitação de interesse social; com as finanças solidárias, sobretudo com os bancos comunitários como estratégia de desenvolvimento local; com o movimento dos trabalhadores desempregados, seja nos projetos de frentes emergenciais ou no projeto dos Pontos Populares de Trabalho; com as comunidades quilombolas, que teve como fruto o projeto de etnodesenvolvimento; com movimentos de luta das mulheres que buscam aproximação entre a economia feminista e a ES; e, com o movimento nacional de catadores/as de materiais recicláveis na construção da inclusão social e econômica desses sujeitos na política nacional de resíduos sólidos. (SENAES/MTE, 2012z)

Em relação ao avanço institucional da ES, é relevante a questão das articulações internacionais, conforme Relatório da SENAES/MTE (2012), onde se constata que a SENAES adotou uma atitude de dialogar com representações de inúmeros países, socializando as

experiências que estavam sendo desenvolvidas no Brasil, estabelecendo uma relação de cooperações internacionais e participando de fóruns de articulações no MERCOSUL e em outros continentes. E, ressalte-se que esse processo também contou com a participação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária na criação de um Grupo de Trabalho de Relações Internacionais, dedicado a articular as várias iniciativas internacionais relacionadas à ES, considerando a grande diversidade de iniciativas que se multiplicam em todo o mundo. Esse GT compartilhado foi responsável por coordenar a participação da ES no FSM, além de agendas sobre: comércio justo e solidário, organização de feira de ES do MERCOSUL, empresas recuperadas; integração dos Fóruns e Redes de ES; Reunião Especializada do Cooperativismo no MERCOSUL - RECM. Esses avanços no contexto da integração regional no MERCOSUL, fortaleceram e ampliaram o escopo da ES, a nível internacional.

Mas, em que pese a importância das conquistas no aspecto institucional, ainda se considera que falta um marco jurídico adequado para dar conta da complexidade da ES no Brasil. Neste sentido, observa-se que, a legislação cooperativista existente hoje, a Lei nº 5.764, de 1971, é limitada para dar conta da realidade de todas estas experiências. Além do que favorece a proliferação das cooperativas de fachada, também denominadas de cooperatos ou cooperfraudes, considerando que, na legislação brasileira, as cooperativas não têm nenhuma responsabilidade sobre os direitos sociais de seus próprios sócios, previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Este problema da legislação obsoleta precisa ser corrigido. Segundo SINGER (2007), já existe um Projeto de Lei 7.009 de 2006 do ex-presidente Lula, tramitando no Congresso Nacional, que obriga as cooperativas a garantirem a seus sócios os direitos trabalhistas previstos na CLT. Mas esse projeto vem sendo boicotado pela maioria dos parlamentares que são contrários ao avanço da cidadania no país (SINGER P. , 2007u).

Diante disto, constata-se que há dois grandes gargalos relativos ao marco jurídico da ES no Brasil: um se trata do reconhecimento, da formalização e do tratamento tributário adequado aos EES, considerando que a atual legislação está ultrapassada porque não inclui a diversidade das experiências de ES, além de favorecer as falsas cooperativas; outro aspecto é sobre a dificuldade de acesso às políticas públicas, com entraves legais e burocráticos, emperrando as iniciativas de implantação de programas e ações que viabilizem a ES, principalmente no que diz respeito a investimentos e capital de giro para a estruturação e o financiamento dos EESs. Sobre esses entraves institucionais, Praxedes (2009) apresenta sua análise e destaca os exemplos que comprovam a dificuldade de avançar na adequação das leis para atendimento desse diverso segmento social no Brasil:

Um exemplo disso são as longas e várias tentativas para aprovação de um texto final e encaminhamento de votação de nova lei para o cooperativismo, ainda não votada – a lei do cooperativismo em vigor no Brasil é de 1971. Esta circunstância é importante por ser o Brasil uma República Federativa em que estados e municípios devem elaborar legislações estaduais e municipais que não sejam contrárias à legislação federal. Ainda no nível federal fica o desafio da aprovação de uma lei geral para a economia solidária, não tendo também se conseguido avançar na constituição de um fundo de fomento que dê apoio a essas iniciativas. O acúmulo de forças até aqui não permitiu que fossem propostas alterações na Lei nº 8.666, que não privilegia o acesso da economia de base local nas compras públicas (PRAXEDES, 2010).

Sobre esse aspecto dos entraves para mudança na lei do cooperativismo, a UNICAFES aprovou moção, em seu IV congresso, nos dias 21 a 23 de maio de 2014, com o seguinte teor:

Durante mais de 15 anos estivemos debatendo a possibilidade de aprovar um novo marco legal para as cooperativas, restabelecendo especialmente as oportunidades de organização econômica para grupos sociais economicamente mais frágeis da população brasileira.

O diálogo promovido pela UNICAFES com diversos setores vinculados ao assunto, previa que chegaríamos a bom termo num projeto moderno, incentivados das iniciativas cooperativistas que pudesse criar um ambiente propício para a expansão do modelo na nossa realidade brasileira, ainda carente e limitada quando se trata de participação da população no modelo cooperativista.

Para nossa surpresa, sem diálogo, sem acordo, sem negociação, o Relator do Projeto no Senado alterou a linha adotada, resgatando a Lei nº 5764 de 1971 de triste memória e que representa o que de pior aconteceu ao cooperativismo brasileiro pela intervenção autoritária da ditadura civil e militar nas organizações de representação e nas possibilidades de expansão e liberdade do cooperativismo.

O Congresso da UNICAFES lamenta e repudia a adoção da proposta de reforma da referida lei, o que consideramos uma ofensa ao espírito da nossa Constituição Brasileira, afrontando a liberdade de organização cooperativista e os direitos mais fundamentais da cidadania.

Brasília, aos 23 de maio de 2014 (UNICAFES, 2014).

Essa posição da UNICAFES é o reflexo de que o movimento social começa a se posicionar diante das dificuldades de avançar institucionalmente, em questões estratégicas, como as mudanças necessárias na lei do cooperativismo para contemplar a diversidade dos EES no Brasil. Tais mudanças enfrentam a resistência de outros segmentos sociais que defendem as políticas de austeridade, objetivando cortar o máximo a despesa pública, geralmente visando às políticas sociais, em detrimento dos seus beneficiários. Para SINGER (2014), “a economia solidária é um modo de produção que se notabiliza pela resiliência aos efeitos das quedas do consumo e da produção, que a instabilidade financeira provoca periodicamente” (SINGER, 2014u, p. 89). O autor ainda analisa que, a estagnação da economia brasileira, que a caracterizou no período de 1994 a 2002, praticamente cessou a partir de 2004; e que, a expansão da economia solidária havia sido causada pela persistência da crise econômica; porém, de 2004 em diante o desenvolvimento econômico se acelerou e o desemprego diminuiu fortemente. Nestas condições, o crescimento da economia solidária não pode mais ser atribuído à marginalização

de cada vez mais parcelas do povo trabalhador, como indubitavelmente na última década do século XX (SINGER P. , 2010v)

A nova economia está desafiada a superar os efeitos da crise e a se estabelecer de fato como uma nova economia, capaz de perdurar e até avançar em situações de crise no seu desenvolvimento.

## 4. O IMPACTO DA CRIAÇÃO DA SENAES NA CIDADE DE BELÉM-PA.

### 4.1 Caracterização da situação econômica, política e social do município de Belém-Pa.

A histórica cidade de Belém, capital do Estado do Pará, tem o ano de 1616 como a data referência de sua fundação, no período colonial. Surgiu a partir da determinação dos colonizadores portugueses que planejaram avançar na colonização da Amazônia e, ao mesmo tempo, garantir proteção contra invasores de outras partes da Europa. Em meados do século XVIII tinha apenas 30 mil habitantes. Mas, segundo Martins (2001), no auge do ciclo da borracha, em 1.900, esse número aumentou para 120 mil habitantes, devido, sobretudo, a chegada de nordestinos que migravam, fugindo da seca no Nordeste e buscando ter uma oportunidade de trabalho na extração da borracha. De acordo com a autora, é dessa época a maior parte da implantação de Belém, com palacetes, edifícios públicos e parques em estilo europeu.



FOTOGRAFIA 1 - O Teatro da Paz, em Belém, construído em 1878  
Fonte: (ZOTZ, 2016)

Souza (1994), ao escrever sobre a história da Amazônia, registra que o clima de euforia do ciclo da borracha durou até 1910, quando a situação começa a mudar, a partir da entrada no mercado de exportações da borracha das colônias britânicas; e o Brasil não estava preparado para enfrentar o feroz capitalismo concorrencial. No ano 1913 a produção Inglês-Malásia superou pela primeira vez a do Brasil. Em seguida, muitos seringais foram abandonados e muitos seringueiros voltaram ao Nordeste. A Inglaterra havia adquirido as sementes

contrabandeadas dos seringais do Brasil. A diferença técnica de plantio e extração do látex no Brasil e na Ásia foi determinante para os resultados da exploração como negócio. Em 1920 os seringais do Oriente produziam 1,5 milhão de toneladas de borracha, contra 20 mil toneladas da Amazônia (SOUZA M. , 1994).

Durante o século XX, Belém se desenvolveu com características portuárias e a transformação do seu espaço urbano foi sendo razoavelmente atendido pelo poder público, porém sem nenhuma infraestrutura para atendimento dos inúmeros bairros periféricos que cresciam num ritmo desgovernado. Rodrigues (1996) analisa que o desenvolvimento capitalista, a partir da Segunda Guerra Mundial, vai influenciar na exacerbação da questão social, provocando um intenso êxodo rural e o crescimento da miséria, sobretudo nas periferias da cidade. No estado do Pará, como em outros estados brasileiros, sobretudo da região norte, o padrão de desenvolvimento é baseado no modelo colonialista primário exportador para fortalecer a balança comercial nacional e o Produto Interno Bruto (PIB), através das comódites. O autor também relata que esse padrão de acumulação na capital do Pará, altamente concentrador e excludente, influenciou sobremaneira na estruturação do espaço-ambiente e nas condições de vida da cidade, até os dias atuais (RODRIGUES E. B., 1996).

De acordo com Novaes (2012), Belém passa a se constituir num centro de articulação comercial da região, a partir da construção da rodovia federal Belém-Brasília, no período de 1950 a 1970. No entanto, ressalta que o causou vários impactos, entre os quais, o aumento populacional que cresceu 200%, o aumento das demandas de serviços públicos, empregos, além do povoamento do entorno da cidade de Belém, caracterizando-se numa região metropolitana. De 1964 a 1985, uma das metas programáticas do governo militar consistia na ocupação da Amazônia, justificando a necessidade de integração nacional, com ocupação e dinamização econômica desta região. Com este propósito promove a ocupação de terras públicas para grandes grupos econômicos de fazendeiros, madeireiros, que se apossaram de enormes áreas de terras, inclusive as que já eram ocupadas por populações tradicionais. Neste período também é implantada a Usina de Tucuruí, na região sudeste do Pará, no intuito de atender a demanda de energia das empresas Alunorte, produtora de alumina e Albrás, que transforma a alumina em alumínio, criadas em 1970. Tais empresas compõem o conglomerado de empresas sob o domínio da companhia Vale do Rio Doce, voltadas para atendimento do mercado externo.

Em consequência da concentração de terras, essa região passou a ter maior incidência de assassinatos, devido ao êxodo rural e o surgimento de diversos conflitos agrários, influenciando na problemática urbana de Belém, com o crescimento da ocupação de áreas

alagadas na periferia, sendo a grande maioria de migrantes nativos que passaram a construir suas casas em cima de palafitas, com sérios problemas de saneamento, nas denominadas baixadas de Belém. As terras altas foram sendo ocupadas por famílias de alto poder aquisitivo, onde havia os serviços básicos de saneamento, educação, etc., ficando assim evidente a situação de exclusão social da população residente nas baixadas (CPT, 2007, apud NOVAES, 2012).

Diante da precariedade das condições de moradia, a população criou um amplo movimento social, em parceria com diversas Ongs e Igrejas, desde a década de 70 e 80, do século XX. Uma das principais reivindicações era o Projeto da Macrodrenagem, com o objetivo de criar condições dignas de moradia nessas áreas. O governo estadual, articulado com a gestão municipal, conseguiu o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a macrodrenagem de Belém, passando a ser implementado a partir de 1986, iniciando pela Bacia do Una. Porém, Santos D. A. (1998) constatou que “somente em fevereiro do ano de 1991, iniciou-se a atualização dos trabalhos topográficos, do levantamento físico territorial e socioeconômico” (MONTEIRO, 1993, p. 15, apud, SANTOS, D. A 1998). O autor ainda afirma que, após análise dos relatórios pelas instituições parceiras, foi possível a autorização dos recursos financeiros pelo BID e a assinatura do contrato de financiamento entre o Governo do Estado e o BID, ocorreu no dia 27 de janeiro de 1993 (SANTOS D. A., 1998).

Segundo Souza (2001), em 1995 a Secretaria Municipal de Coordenação Geral e Gestão do Planejamento (SEGEP) identificou treze bolsões de miséria na periferia de Belém, correspondendo a um total de 18.790 domicílios, aproximadamente 22.438 famílias, que reclamavam da lentidão da execução do projeto de macrodrenagem porque viviam sem as mínimas condições de moradia. Esse dado retrata um quadro de exclusão social perverso que somado aos indicadores de renda e emprego, torna-se ainda mais complicado. Nesse período a dinâmica do mercado de trabalho em Belém apresentava o setor terciário, ou seja, o comércio como o maior empregador, representando uma estrutura econômica com limitada capacidade de garantir geração de emprego e renda satisfatoriamente. O autor também apresenta dados do IBGE, na pesquisa realizada de 1989 a 1998, em relação aos setores econômicos de Belém, demonstrando reduzida participação do setor primário; o setor secundário, em 1989, representava 16,6% da ocupação da Região Metropolitana de Belém (RMB). Em 1998, a participação desse setor caiu para 15,7%. Em relação ao setor terciário, em 1989, representava 72,8% das ocupações, passando para 80,24%, em 1998.

De acordo com o autor, estes aspectos demonstram a limitação da economia da cidade de Belém, com extrema dificuldade em garantir a geração de renda, devido à pouca

diversificação e baixos salários pagos nesse setor. Um outro estudo realizado pela Prefeitura de Belém (PMB) em 1998, através da SEGEP e da Secretaria de Economia (SECON), apresenta o crescimento da informalidade na economia de Belém, onde 61,5% dos empreendimentos se encontrava em domicílios próprios, e apenas 15,9% eram instalados em espaço comercial próprio ou alugado; apenas 7,1% dos empreendimentos eram legalizados, portanto, havia a hegemonia da informalidade com 92%. SOUZA (2001) se refere a essa realidade como fruto do aumento da concentração de renda promovida pela reestruturação produtiva, em razão da aplicação de políticas econômicas recessivas e de arrocho nos anos 90 do século passado, aprofundando a desigualdade social. Para o autor, a concepção de modernização conservadora, vinculada as transformações do padrão de acumulação da sociedade capitalista, lança os indivíduos em situação de apartheid social crônico, suprimindo os direitos fundamentais de cidadania. Essa é a consequência dos processos de globalização, com reestruturação produtiva, promovida pela terceira revolução tecnológica. E ainda ressalta que o debate contemporâneo de caracterização do mundo do trabalho muitas vezes desconsidera os aspectos regionais, concentrando sua análise para as regiões industrializadas do país. No caso da Amazônia, há uma realidade específica que exige um grau de entendimento que ultrapassam as configurações observadas nas grandes metrópoles do centro-sul. A realidade econômica e social da região amazônica está intimamente relacionada à relação homem/natureza e as formas de reprodução social e econômica que resultam desta interação (SOUZA A. L., 2001).

Martins (2001) ressalta que a luta das populações das baixadas se intensificou quando passaram a participar da luta política, em busca de um projeto alternativo, comprometido com as classes populares na cidade de Belém. Nesse sentido, observa que a luta pela agilidade da execução do projeto de macrodrenagem, assim como: escola para todos, saúde para todos, saneamento básico, moradia digna, foram transformadas em bandeiras de luta das classes populares, visando garantir o cumprimento das significativas conquistas na Constituição Federal de 1988, principalmente no Capítulo I, dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Esse foi o conteúdo básico pautado na disputa eleitoral municipal de 1996, na qual o Partido dos Trabalhadores-PT conseguiu eleger a chapa majoritária, defendendo um projeto político fundamentado nos princípios da justiça social, distribuição de renda, cidadania, participação e inversão de prioridades, juntamente com um conjunto de partidos, os movimentos sociais liderados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Comissão dos Bairros de Belém (CBB), profissionais liberais, entre outros. Com esse conteúdo se constituiu a Frente Belém

Popular que elegeu o Arquiteto Edmilson Rodrigues, professor universitário, para ser Prefeito de Belém, sendo reeleito em 2000.

A nova equipe de gestão da Prefeitura Municipal de Belém (PMB), se deparou com as demandas da realidade social e econômica, no final do século XX, geradas pela abertura comercial dos anos 90 que restringiu a criação de emprego urbano no Brasil. Isso resultou no aprofundamento do excedente estrutural de mão-de-obra, pois a criação de novas ocupações não acompanhou, proporcionalmente, o crescimento da população economicamente ativa do país, cuja taxa anual ficou em torno de 2,2%. (BALTAR, 2003, apud SANTOS & SOUZA, 2006). Portanto, os autores vão observar que as estratégias de política de geração de emprego e renda em uma conjuntura na qual a criação de postos de trabalho formal não era a tendência da economia local, naquele período, precisando incorporar minimamente uma concepção de política ativa de emprego. Por outro lado, a gestão pública também não poderia enveredar pelo fortalecimento da precarização e da informalidade. Ou seja, a nova gestão passou a enfrentar esse dilema juntamente com a sociedade local. Os autores apresentam a percepção de que o novo governo municipal apresentou uma proposta inovadora de gestão, incorporando metodologias de desenvolvimento de Políticas Públicas, adotando o princípio da participação popular, como forma alternativa ao tradicional modelo burocrático, visando o desenvolvimento humano e a promoção da cidadania, conseguindo ter força de articular e influenciar na continuidade, com mais agilidade, do projeto de Macrodrenagem. E constatam que o novo governo conseguiu estruturar projetos voltados para dar um futuro mais digno às crianças e aos adolescentes, visando garantir saúde e educação para todos, saneamento, transporte, entre outros, mas com a intensa participação dos segmentos mais excluídos no Orçamento Participativo e nos Congressos da Cidade.

Para Novaes (2012), esse é o novo perfil da gestão que se propôs a promover a inclusão social e a modernização de Belém, com programas específicos aos excluídos como o “Bolsa Escola”; a construção de ciclovias; a construção de espaços dignos de convivência social, buscando influenciar na transformação cultural, na medida em que os participantes, sendo capaz de decidirem sobre o seu próprio destino, passavam a ter acesso às políticas públicas e viver um avanço significativo na sua cidadania, como protagonistas da sua própria história. Desta forma foram criadas as oportunidades para todos os segmentos sociais, particularmente às populações mais empobrecidas e às novas gerações, na promoção da ampliação da autoestima e da responsabilidade individual e coletiva, buscando superar uma cultura secular de paternalismo e clientelismo. Entre as oportunidades criadas para as populações empobrecidas,

destaca-se a criação do Banco do Povo, apoio à formação de Cooperativas de Produção e de Serviços, cursos de capacitação, entre outros (MARTINS, 2001). De acordo com SANTOS & SOUZA (2006), nesse período do governo petista, a gestão municipal envidou esforços para desenvolver projetos de geração de trabalho e renda, fundamentados nos princípios da autogestão, solidariedade, por meio do fomento aos empreendimentos populares, conforme relato a seguir:

Em Belém, as experiências de políticas públicas urbanas de geração de emprego e renda no período de 1997-2004 estimularam o fortalecimento dos empreendimentos populares e a formação de empreendimentos de economia solidária, tendo também como premissa romper os limites da informalidade, situando-as como estratégia de geração de renda para as famílias em condições de risco, articulando-se ações de políticas sociais com econômicas (SANTOS & SOUZA, 2006, p. 4).

A decisão governamental, a partir de 1997, de desenvolver um plano de governo em Belém, comprometido com o desenvolvimento de política urbanas consistentes, sobretudo no âmbito da geração de emprego e renda, levou à organização do Banco do Povo, a criação do programa Bolsa-Escola municipal, a implementação do Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda (PRONAGER), por meio do Laboratório Organizacional de Terreno (LOT), além do projeto Primeiro Emprego. Mas, segundo os autores, houve muitas dificuldades porque o governo municipal precisava fazer articulação com o governo federal trazer para Belém os programas nacionais de emprego e renda. Além de que, a implementação de uma proposta inovadora de geração de emprego e renda, batiam de frente com a concepção das ações de emprego e renda do governo federal do PSDB que se centrava em medidas paliativas e sempre reduzidas ao caráter de qualificação e requalificação, a exemplo do Plano Nacional de Formação Profissional do Ministério do Trabalho (PLANFOR). Apesar desses limites se firmou a parceria, com algumas adequações, buscando o fortalecimento da cidadania dos participantes.

A gestão municipal implementou iniciativas importantes, de acordo com a marca de governo de Revitalizar Belém, conseguindo alcançar a população de excluídos sociais na periferia de Belém, por meio dos cursos de qualificação para o mercado de trabalho, gerando oportunidades de sustento para as famílias pobres. Segundo dados apresentados pela Secretaria Municipal de Economia (SECON), até 2002, a ação governamental já havia atendido mais de 2.500 beneficiários nos cursos de qualificação, abrangendo a maioria dos distritos administrativos de Belém, principalmente os bairros que apresentaram os mais problemáticos indicadores de vulnerabilidade social como Terra-Firme, Sacramento, além de outras áreas. Outro exemplo citado por SANTOS & SOUZA (2006) foi a criação do Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol, por meio da Lei Complementar nº 1 de 20 de outubro de 1997, mais conhecido como Banco do Povo, já citado acima, que só foi

possível devido à decisão política de se fazer a transferência mensal de 1% do Fundo de Participação dos Municípios - FPM e 0,64% do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço - ICMS para a constituição do Fundo, com o objetivo de atender pequenos empreendimentos populares formais e informais, por meio de uma política de microcrédito que utilizava taxas de juros que não excedia 3% ao mês.

Outro avanço significativo foi a execução com mais celeridade do Projeto de Macrodrenagem. A partir de 2002 foram desenvolvidas diversas obras pelo Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), visando adequar o sistema viário às demandas de acesso ao rio. (CARDOSO, 2007, apud NOVAES, 2012). E, no dia 27 de fevereiro de 2004, o então Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, o governo do Estado, juntamente com o Prefeito Edmilson Rodrigues, fizeram a inauguração da primeira etapa da macrodrenagem da Bacia do Tucunduba.



FOTOGRAFIA 2 - Inauguração da 1ª fase do Projeto Macrodrenagem do Tucunduba em Belém-Pa.

Fonte: (RODRIGUES E. , 2015)

Mas, a partir de 2005, com a eleição e reeleição do Prefeito Duciomar Costa, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Belém volta a ser governada por um estilo de gestão tradicional, havendo retrocessos no exercício da cidadania dos segmentos mais empobrecidos, com o fim dos mecanismos de participação popular sobre a gestão dos recursos públicos. Os dados do

IBGE (2010) mostram o agravamento dos problemas com 54% das famílias vivendo em condições precárias, sem esgotamento sanitário, entre outros problemas. E, a partir de 2013, a capital paraense passou a ser governada pelo Prefeito do PSDB, partido este que passou a ter hegemonia na região metropolitana de Belém.

Atualmente o centro urbano permanece como local de grande concentração de postos de trabalho, em escala metropolitana, mas apresenta número significativo de imóveis e domicílios vazios e subutilizados. Nesse contexto, há uma articulação de movimentos sociais, no desenvolvimento de um Projeto, em cinco capitais sob a coordenação de entidades parceiras comprometidas com essa demanda: Belém pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE-Amazônia), São Paulo pelo Instituto Pólis, Fortaleza pela entidade Ceara Periferia, Recife pela FASE/ HABITAT e no Rio de Janeiro pela FASE e Fórum Nacional de Reforma Urbana - FNRU. Em cada uma dessas cidades foram estabelecidas parcerias com os Fóruns Regionais, movimentos organizados, universidades e técnicos dos governos locais. As atividades são coordenadas pelo Instituto Pólis, com o apoio técnico e financeiro da OXFAM GB, agência internacional com sede no Reino Unido, que apoia projetos sociais nos países em desenvolvimento. As cinco capitais envolvidas no projeto têm em comum a situação de perda de população nos bairros centrais, existência de número significativo de imóveis e domicílios vazios nessas áreas e crescimento das áreas periféricas, mas caracterizam-se por situações urbanas específicas, que devem ser consideradas na discussão acerca da promoção de habitação social (RODRIGUES & SILVA, 2009).

Brasileiro (2016), ressalta que Belém possui um total de 72 bairros oficiais, distribuídos em 8 distritos administrativos: Distrito Administrativo de Belém (DABEL), Distrito Administrativo do Bengui (DABEN), Distrito Administrativo do Entroncamento (DAENT), Distrito Administrativo do Guamá (DAGUA), Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO), Distrito Administrativo de Mosqueiro (DAMOS), Distrito Administrativo de Outeiro (DAOUT) e Distrito Administrativo da Sacramenta (DASAC) (BRASILEIRO, 2016).

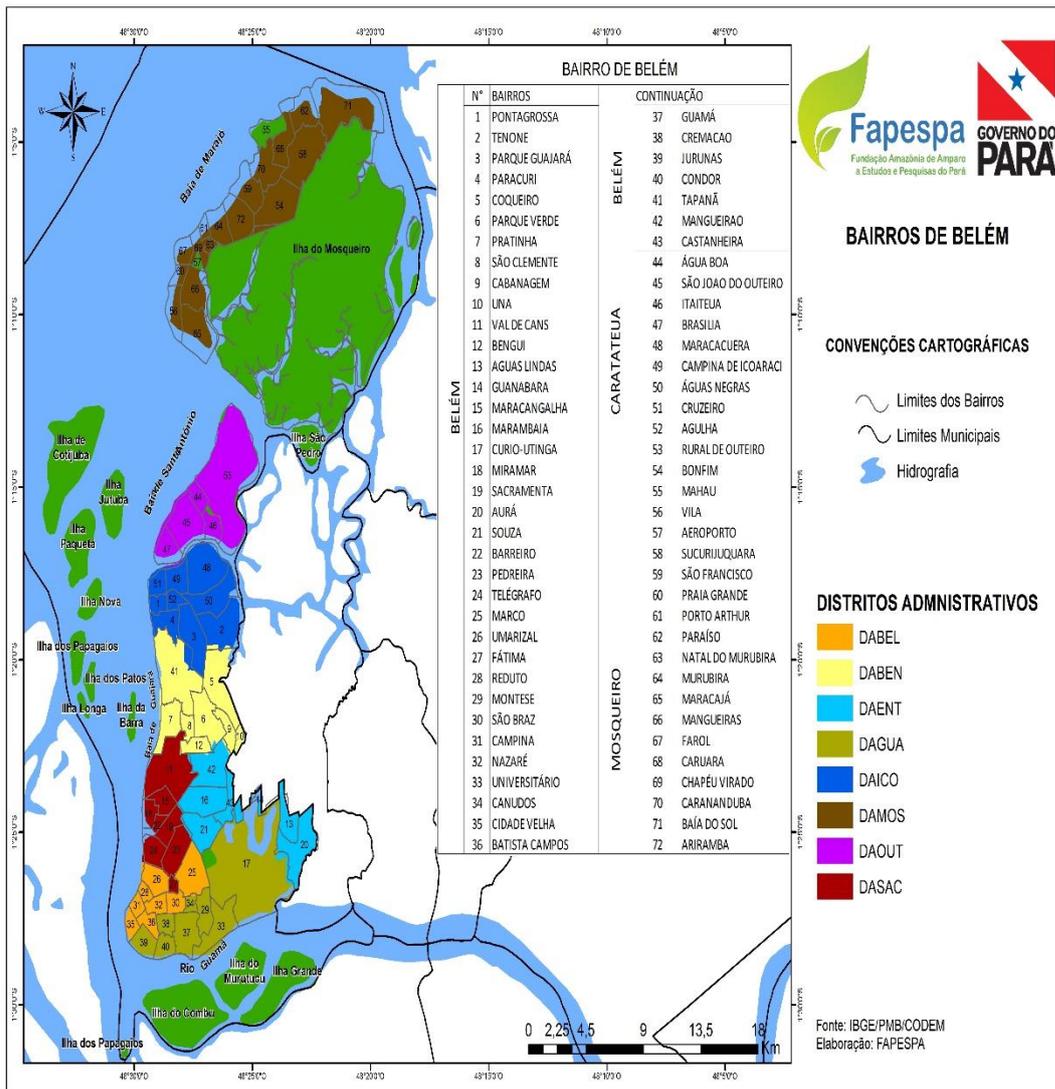


FIGURA 3 – Mapa dos Bairros de Belém-Pa.

Fonte: Fundação Amazônia de Amparo a Pesquisas e Estudos do Pará-FAPESPA (2010)

Brasileiro (2016), observa que Belém, atualmente, tem uma população de 1.439.561 habitantes, sendo a segunda cidade mais populosa da Região Norte e a décima-primeira do Brasil; sendo que, desse total de habitantes, 47,29 % são homens e 52,71 % são mulheres; a área urbana tem um percentual de 99,14 % da população do município; somente 0,86 % habita na área rural. Belém tem um PIB de R\$ 25.772.207.000,00, per capita de R\$ 18.074,07 (IBGE, 2015, apud BRASILEIRO, 2016). Portanto, Belém é majoritariamente urbana, localizando-se na região mais dinâmica do Estado do Pará, juntamente com o município de Barcarena, onde se localiza o segundo maior parque industrial da Amazônia. A capital do Pará conta com os portos brasileiros mais próximos da Europa e dos Estados Unidos (Belém, Miramar e Outeiro), sendo que o Porto de Belém é o segundo maior movimentador de containers da Amazônia.

Silva (2013), ao se reportar ao contexto social, político e econômico de Belém, ressalta que o debate sobre políticas públicas não se pode prescindir das referências do lugar de onde se fala. E, considerando que Belém se localiza na Amazônia, no Norte do Brasil, observa que:

Esta região tem sido historicamente olhada como cenário de descoberta, conquistas e exploração, o que atravessou vários séculos de políticas desenvolvimentistas, com seus marcantes “grandes períodos exploratórios” (mineração, hidrelétrico, madeireiro, agropecuário) que têm como saldo grandes impactos negativos sobre a população e o meio ambiente.

Grave violação dos direitos, crescimento da pobreza, marginalização e exclusão de parcelas significativas da população, desorganização fundiária e conflitos pela posse da terra, [...] são alguns dos argumentos necessários para colocar este modelo sob suspeita. [...]

Os dados do PND (2011) mostram que os piores resultados são para a Região Norte. [...] O índice de Gini para os rendimentos de trabalho no Brasil recuou de 0,518 em 2009 para 0,501 em 2011. [...] A região Norte, entretanto, foi a única a verificar aumento na concentração de renda no período. O índice de Gini local avançou de 0,488 em 2009, para 0,496 em 2011. O resultado equivale a dizer que, em geral, a desigualdade diminuiu no Brasil, mas aumentou no Norte do País (SILVA L. I., 2013, pp. 9, grifo da autora).

Para a autora, o aumento gritante das desigualdades sociais e da violência, tem suas causas profundas no modelo de desenvolvimento, considerando que: “Em apenas doze anos, Belém deixou de ser a 21ª capital mais violenta, para se tornar a 8ª, neste lamentável ranking” (WAISELFISZ, 2012, apud SILVA, 2013). E, ainda a autora ressalta que as novas gerações são as mais fortemente atingidas.

Neste cenário, as políticas públicas de ES desenvolvidas pelo governo federal, passaram ser fundamentais, como contraponto ao processo sistemático de exclusão comandado pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), tanto na governança do Pará como na gestão pública do município de Belém. Diante dessas circunstâncias, o Fórum Paraense de ES, apresenta suas proposições para dar continuidade na luta por outro modelo de desenvolvimento, com base em outra economia:

Reunidos na V plenária Estadual de Economia solidária afirmamos e reafirmamos nossas lutas, ampliando diálogos, articulando alianças estratégicas, parcerias e convergências com outros movimentos sociais na construção de uma sociedade mais igualitária, solidária, diversa, autogestionária e sustentável. Queremos o fortalecimento dos empreendimentos, das redes, dos fóruns; [...]

Para assegurar estes direitos, princípios e objetivos partimos do pressuposto que devemos fazer uma luta política constante contra os setores políticos, econômicos, reacionários, donos do capital do agronegócio, latifúndio, da bancada ruralista, da privatização, da especulação fundiária, especulação imobiliária, do grande mercado, do imperialismo, do trabalho escravo, barramento dos nossos rios, da grande mídia empresarial que criminaliza os movimentos sociais, identificando estes atores sociais e políticos do qual lutaremos politicamente contra para assegurar nossas conquistas (FPEPS F. P., 2015, p. 2).

Estes são alguns dados da realidade social, política, econômica e cultural de Belém, onde há muito que fazer para que seja possível prosperar a boa semente plantada por diversos

entes protagonistas, visando à construção de um modelo alternativo de sociedade, que tenha como resultado, sobretudo, a justiça social e o equilíbrio ambiental.

#### **4.2 As experiências de ES em Belém-Pa., que antecederam a criação da SENAES**

A abordagem sobre as experiências de ES que surgiram em Belém, antes da criação da SENAES, requer uma breve contextualização da situação social e econômica, referente ao século passado e suas consequências na capital do Pará.

No Brasil, e mais especificamente em Belém, capital do Estado Pará, diversas entidades passaram a abraçar a causa da luta contra a exclusão social, envidando esforços para aglutinar os desempregados, ambulantes, diaristas, prestadores de serviço, em diversas formas de organizações, tendo em vista a geração de trabalho e renda. Entre essas entidades se destaca a Cáritas Brasileira, apoiando as iniciativas de caráter associativo e cooperativo, de grupos comunitários, por meio dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), que introduziram novos significados e perspectivas, visando apoiar as alternativas de sobrevivência a partir de atividades produtivas e de consumo, na perspectiva de organização dos grupos que se dispunham a desenvolver, solidariamente, a luta por autonomia e dignidade, contra a dependência criada pelo assistencialismo.

Após mais de 10 anos de existência e expansão dos PACs, a Cáritas Nacional buscou um processo de análise sistemática desses projetos com o objetivo de constatar os impactos sociais, políticos, econômicos dessas iniciativas. Entre 1992 e 1994, as reflexões sobre essa experiência apontaram sobre as ações efetivas dos PACs nos projetos de produção a nível local, fortalecendo as lutas e organizações populares e, em alguns casos, gerando renda e melhorias nas condições de vida dos participantes. Mas, também surgiu a preocupação com maior investimento no planejamento e estudo de viabilidade dos empreendimentos, capacitação para a gestão participativa, produção e a comercialização. Neste sentido houve um aprimoramento dos PACs, como instrumentos pedagógicos, fortalecendo as capacidades organizativas e a identidade dos sujeitos participantes em relação ao Estado e a outros setores da sociedade (BERTUCCI A. &., 2003).

Em Belém, a partir de 1996, o Regional Norte II da Cáritas, estruturou um processo de apoio mais direcionado ao cooperativismo e ao associativismo, passando a ter uma maior

preocupação com a política de financiamento e apoio aos PACs, buscando garantir a viabilidade econômica e sustentabilidade dos projetos, por meio dos fundos rotativos que passaram a funcionar como uma poupança comunitária, formada por meio da doação voluntária de recursos, de cada participante, ou por doações de apoiadores externos, passando a ser gerida coletivamente para fortalecer o empreendimento solidário. Outra mudança significativa foi o direcionamento desse processo dos PACs para as áreas urbanas em quase todos os regionais. No caso de Belém, a entidade passou a organizar a feira dos excluídos, que nasceu como uma iniciativa da Campanha da Fraternidade de 1999, que tinha como Slogan: “A Fraternidade e os Desempregados” e, como Lema: “ Sem Trabalho...Por quê? ” (FRANCISCANOS, 2016).

A reorientação dos PACs, para o fortalecimento da Economia Popular Solidária (EPS), se fundamentou na utopia de se criar uma alternativa à economia capitalista, diante do aumento do desemprego no Brasil, buscando contrapor-se ao sistema econômico hegemônico. Essas mudanças também vão influenciar num processo de reorientação do trabalho da Caritas Norte II – em Belém, tendo em vista a sustentabilidade e autonomia das organizações solidárias. Nesse sentido a entidade investiu na criação de fundos solidários, na capacitação das coordenações das organizações, troca de experiência entre as organizações da área rural e urbana sobre a autogestão (CARITAS, 2016).

Uma outra experiência que antecedeu à criação da SENAES foi o desenvolvimento do Programa Economia Solidária da Universidade Federal do Pará, através do Centro Sócio-Econômico, em 1999, por meio de um convênio com a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho - UNITRABALHO, envolvendo um conjunto de pesquisadores a nível regional e nacional, voltados para promoção de alternativas de políticas públicas no âmbito da geração de emprego e renda. Segundo Souza (2001), o Programa Economia Solidária surgiu com o objetivo de articular ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, o Projeto Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCPs) passou a investir no desenvolvimento da extensão universitária, visando prestar assessoria na formação, desenvolvimento e reordenamento de experiências de ES na Região Metropolitana de Belém (RMB) e do Estado do Pará. Para o autor essa foi uma iniciativa de grande envergadura, sendo que a discussão principal perpassava pela identificação e análise dos modelos de autogestão que tinham a propriedade coletiva da produção como âmago da forma de organização do trabalho. Segundo o autor, o processo de engajamento da ITCP, tem dado resultado na formulação de projetos que visam estimular a organização autônomas dos trabalhadores/as. Isso decorre da compreensão de que, o Brasil contemporâneo está marcado pelo aprofundamento da

desigualdade econômica e social, requerendo a conformação de propostas que, de alguma forma, se contraponham à ortodoxia da política econômica implementada na década de 90, do século passado, na qual o crescimento do desemprego foi uma das mazelas que mais afetou as camadas de baixa renda, em decorrência da reestruturação produtiva, da globalização e do processo de privatização dos serviços públicos, incluindo as empresas e bancos.

Diante dessa conjuntura, Souza (2001) vem ressaltar o papel da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares ITCP/UFPA, que assumiu um papel de propulsora, incentivando a formação de cooperativas populares, fortalecendo a resistência dos segmentos mais excluídos na Amazônia, buscando assessorar a viabilidade da autogestão enquanto modelo alternativo, pautado na propriedade coletiva. O autor ressalta que o ITCP foi ao encontro das iniciativas espontâneas de trabalhadores excluídos do mercado formal e, também, procurou dar suporte técnico e teórico à formação de modelos de organização de uma nova forma de trabalho baseada na ES. O desenvolvimento desses projetos também contou com a parceria de diversas entidades, entre as quais, se destacam: a Cáritas, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT) e a UNITRABALHO, possibilitando disseminar a proposta do cooperativismo como instrumento capaz de criar postos de trabalho, buscando concretizar novas formas autônomas e sustentáveis de engajamento no mundo do trabalho. O autor também evidencia que o principal público da ITCP são os trabalhadores/as desempregados/as ou inseridos na informalidade, identificados por meio do atendimento das demandas oriundas das associações de bairros, sindicatos, cooperativas de trabalhadores e demais formas de organizações sociais representativas da sociedade civil.

Esse trabalho da ITCP se desenvolve por meio da orientação, do acompanhamento e monitoramento, na formação e desenvolvimento do cooperativismo, principalmente, na Região Metropolitana de Belém. Além disso, o projeto também vem desenvolvendo a articulação entre as cooperativas locais e as demais experiências nacionais, visando fortalecer a rede nacional de ES. Todos esses trabalhos perpassam pela extensão universitária, mas também pela constituição de um aparato técnico e científico, desenvolvido por uma equipe de trabalho de caráter multidisciplinar, onde se conta com a participação de docentes e técnicos da Universidade Federal do Pará (UFPA), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Coordenação Nacional da Rede Unitrabalho. Até 2001 o ITCP já acompanhava treze cooperativas na região metropolitana de Belém, tendo a perspectiva de estabelecer parcerias com agências governamentais de desenvolvimento municipal, estadual e federal, assim como, as agências não governamentais representativas da sociedade civil, interessadas em contribuir com políticas

públicas alternativas na geração de emprego e renda para a Amazônia. Vale ressaltar também que este projeto faz parte de uma Agenda de Economia Solidária da Amazônia, cujo projeto original prever a constituição de uma homepage; a estruturação da formação cooperativista com a realização de cursos de curta duração e pós-graduação; a consolidação de grupos de estudo e pesquisa; geração de tecnologia em parceria com o Centro Agropecuário da UFPA, conseguindo viabilizar estudos sobre as potencialidades econômicas dos territórios, sobre o mercado e a comercialização de produtos, além de constituir um levantamento das vertentes teóricas, fundamentos, tendências e contradições que envolvem a temática do cooperativismo. Outros estudos foram desenvolvidos sobre a intensificação da urbanização, que transformou as regiões metropolitanas brasileira em áreas de grande concentração populacional, identificando as características endógenas de cada município, buscando articulação entre as diversas forças sociais que atuam no ambiente político, visando à construção de um projeto comum de desenvolvimento local. Esses elementos preliminares influenciaram na consolidação de projetos voltados para a criação de oportunidade de ocupação e a garantia da melhoria da qualidade de vida para as classes populares. Mas, o autor ressaltar que uma das dificuldades do ITCP é a cultura secular assistencialista, junto aos segmentos empobrecidos. Neste sentido, reforça a necessidade de definição de um novo paradigma de desenvolvimento local, focalizando os interesses coletivos, potencializando a capacidade de todos os indivíduos, por meio do mais amplo exercício da cidadania. O autor considera que essa é uma tarefa de grandes proporções, porém factível do ponto de vista das organizações populares. Nessa visão, valoriza a inserção da Região Metropolitana de Belém como palco inicial da implementação da ITCP no Estado do Pará, composta de cinco municípios: Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, e Santa Bárbara. A incubadora se instalou na cidade de Belém, por ser a principal estrutura urbana, caracterizada como uma metrópole regional e um dos maiores centros urbanos da Região Norte; para onde convergem contingentes populacionais oriundos do interior do Estado, atraídos pelo fato de Belém representar 54% do total de empregos gerados no Estado do Pará até 2001.

Souza (2001) apresenta como principal desafio da ITCP a capacidade de influenciar na discussão e constituição de um modelo de desenvolvimento local com imprescindível inclusão efetiva dos segmentos de baixa renda, na dinâmica econômica local, na perspectiva de melhoria do padrão de acumulação, tendo como referência a qualidade de vida e o fortalecimento da concepção de solidariedade entre os trabalhadores/as, estimulando e dando suporte técnico para a criação de cooperativas populares. Este tipo de estratégia é fundamental para o combate ao

desemprego, considerado como um dos maiores agravantes da deterioração da qualidade de vida da população (SOUZA A. L., 2001).

Outra entidade que se destaca antes da criação da SENAES, no campo da ES, em Belém, é a Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), que foi criada em 1961 para desenvolver um trabalho social vinculado à Igreja Católica, porém com autonomia jurídica, administrativa e política em relação à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Nos seus primeiros anos a FASE desenvolveu um trabalho de caráter assistencialista, mas, a partir da década de 70, do século passado, assumiu o papel de assessoria ao fortalecimento do novo sindicalismo, capacitando as lideranças de diversas categorias para assumirem, como protagonistas, a direção dos seus sindicatos. E, a partir de 1996, considerando a conjuntura social e econômica brasileira, com aumento das desigualdades sociais e degradação ambiental, além da precarização das condições de trabalho, definiu três linhas de ação: a) Meio Ambiente e Desenvolvimento; b) Cidadania; c) Geração de Trabalho e Renda. No que se refere à área de Geração de Trabalho e Renda seu objetivo era de apoiar os processos de construção de atores em rede voltados para o fomento de criação de micro-empresendimentos, capazes de intervir na formulação de políticas públicas de geração de trabalho e renda. Esse processo evoluiu para o trabalho de fortalecimento da ES, considerando que as atividades voltadas o cooperativismo, o associativismo e o sindicalismo, deveriam atuar em rede, de forma congruente. Nessa perspectiva criou um banco de dados, a partir do mapeamento dos empreendimentos, conseguindo formular projetos de desenvolvimento das cadeias produtivas.

Com esse avanço na elaboração de suas proposições, a FASE trabalhou, no final do século XX, em articulações para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa, exercendo um papel preponderante na organização de redes e fóruns de economia solidária. A nível nacional atuou sistematicamente na formulação de um Programa Nacional de Trabalho e Socioeconomia Solidária, em parceria com a Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT Nacional, passando a integrar seu Conselho Consultivo. As atividades desse Programa eram voltadas para: microfinanças, sistema de dados e capacitação em cooperativismo (SOUZA A. R., 2003). A FASE também atuou na articulação para criação do Fórum de Empreendedores Populares de Belém, em agosto de 2000, fazendo a reflexão sobre o desenvolvimento das cadeias produtivas locais, visando à geração de trabalho e renda.

Mas, para Fernandes (2002), a experiência mais significativa de economia solidária em Belém, ocorreu com a criação do Fundo Municipal de Geração de Emprego e Renda “Ver-o-Sol”, que iniciou suas atividades em junho de 1998, durante a primeira gestão do Prefeito

Edmilson Rodrigues (PT) (1997-2000), na prefeitura de Belém. Mais conhecido como Banco do Povo, o Fundo Ver-o-Sol, surge como uma alternativa para combater o desemprego na capital do Pará. O autor observa que essa experiência se desenvolveu por meio de uma instituição de microcrédito, subsidiada pela Prefeitura de Belém, com o acompanhamento direto da Secretaria Municipal de Economia (Secon). O Banco popular fez parte do Programa de Geração de Emprego e Renda desta Secretaria, com os objetivos de influenciar no desenvolvimento econômico e social por meio da geração de emprego e renda, democratizar o acesso a crédito às famílias de pequenos e microempreendedores, a juros baixos, e incentivar a criação de diversas formas de cooperativas e associações, baseadas em práticas solidárias, visando implementar um modelo alternativo de economia. Segundo o autor, o grupo de trabalho da Prefeitura de Belém, responsável pelo projeto do Banco do Povo, inspirou-se nas experiências exitosas de microcrédito, tais como as de Bangladesh, entre outras. Durante a fase de elaboração da proposta, entre o ano de 1997 até meados de 1998, o grupo teve a assessoria da Instituição Comunitária de Crédito Portosol de Porto Alegre-RS.

A concessão do crédito passou a funcionar a partir da realização de palestras nas agências situadas nos bairros de Mosqueiro e Icoaraci, onde se faziam esclarecimentos preliminares sobre o funcionamento do programa. E, após verificação de documentação, eram realizadas as visitas, as entrevistas, feitas por um agente de negócios, que avaliava as reais possibilidades e sistematizava a realidade em um relatório. O passo seguinte era a reunião do comitê de crédito formado pela coordenação do Banco do Povo e por um representante da sociedade civil indicado pelo Conselho Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Econômico e Social. Uma das exigências era que os pretendentes de crédito deveriam residir em Belém há pelo menos cinco anos, além da apresentação de um fiador solidário que testemunhasse sua idoneidade, com renda mensal comprovada. No ato de concessão de crédito, era repassado o carnê com as parcelas a serem pagas em qualquer agência bancária, até a data do vencimento e, posteriormente, apenas nas agências do Banco do Brasil. Esses financiamentos podiam ser individuais e em grupos de empreendimentos solidários. Neste caso o grupo deveria prestar aval solidário e possuir um número mínimo de sete membros, de um mesmo bairro. Após a concessão o agente de negócios passava a acompanhar os empreendimentos financiados, por meio de visitas periódicas (FERNANDES A. S., 2002).

Segundo o autor, as agências do Banco do Povo funcionavam nos distritos de Mosqueiro e Icoaraci tinham, porém, os demais distritos também podiam ter acesso aos financiamentos em qualquer uma das duas agências e os agentes de crédito se dividiam em equipes, por distrito

para aplicação dos recursos financiados, gerenciamento da contabilidade e acompanhamento do desenvolvimento dos empreendimentos financiados. Ao quitar um financiamento, o empreendedor pode habilitar-se a um novo empréstimo, contando com um fator positivo na apreciação da proposta. O valor limite de financiamento para pessoa física era de R\$ 5 mil reais e para pessoa jurídica era de R\$ 10 mil reais. As taxas de juros variavam de 0,5% a 3% ao mês, de acordo com a linha de crédito. A taxa de 0,5% ao mês, por exemplo, era cobrada em uma linha de crédito especial, para pessoas oriundas de programas de inclusão social da prefeitura. Mas, também havia uma segunda linha de crédito, com taxa de juros de 1,5% ao mês, para empreendedores com pouco ou nenhum conhecimento e experiência em atividade microempresarial; jovens graduados em universidades e cursos profissionalizantes que pretendem abrir seu primeiro negócio; além de mulheres chefes de família, mães solteiras, com pouca ou nenhuma escolaridade e vítimas de violência doméstica que pretendiam iniciar seu próprio empreendimento. A outra linha de crédito era para empreendedores já estabelecidos, que poderiam tomar empréstimos a uma taxa de 3% ao mês. Também havia uma linha de financiamento para táxis, criada por intermédio de um convênio entre a Prefeitura de Belém, a Companhia de Transportes do Município de Belém e o Banco do Brasil, que financiava 90% do valor do veículo. Os 10% restantes, que constituíam a contrapartida do taxista, eram financiados pelo Banco do Povo com juros de 1,5% ao mês. Nos financiamentos para capital de giro, objetivando a compra de matéria-prima, concedia-se um prazo de seis meses, com carência de dois meses; e, nos financiamentos de capital fixo para a aquisição de máquinas e equipamentos, o prazo era de até vinte e quatro meses, com carência de seis meses.

Essa iniciativa influenciou no surgimento de outras experiências de economia solidária, também visando o combate ao desemprego e a exclusão. Dessa forma cresceu o estímulo ao associativismo, ao cooperativismo, à capacitação técnica e o acesso ao crédito. Fernandes (2002) também ressalta que os estudos e reflexões levaram à criação do Fórum de Empreendedores Populares de Belém, criado em agosto de 2000, após o 1º Encontro de Empreendedores Populares da capital paraense, objetivando a análise e reflexão sobre a organização, o financiamento, a capacitação e o fortalecimento dos empreendimentos. O Fórum influenciou na expansão das experiências com a realização de feiras de produção, entre outras iniciativas, com destaque para a criação do Atacadão Solidário, visando fortalecer a rede de comerciantes de gêneros alimentícios de primeira necessidade, sendo grande parte financiada pelo Banco do Povo. Além disso, se criou as condições para a realização de compras conjuntas de produtos, diretamente dos produtores, por meio do Sistema Integrado de Participação Social

para Geração de Trabalho e Renda (SIPGER), que visava à habilitação de pessoas em ofícios diversos, utilizando a Metodologia de Capacitação Massiva, por meio dos Laboratórios Organizacionais de Terrenos (LOTs). Essa metodologia foi adotada pela ONU inicialmente em países africanos e passou a ser utilizada no Brasil, pelo Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda (PRONAGER), do Ministério da Integração Nacional.

Até julho de 2001 haviam sido realizados sete LOTs, envolvendo cerca de 2.500 pessoas que conseguiram se capacitar para criar mais de 170 empreendimentos financiados pelo Banco do Povo de Belém. Em maio de 2001 foi criada a escola do empreendedor popular para dar continuidade ao processo de capacitação iniciado pelo SIPGER que influenciou na criação da Central de Trabalhadores Autônomos. Segundo o autor, essa Central passou a apoiar as atividades de prestação de serviços de trabalhadores autônomos, facilitando o acesso a um emprego e a melhoria de seus rendimentos, a criação do Programa Moveleiro para atuar na formação de trabalhadores do setor de movelaria, tendo em vista a criação de uma associação de pequenos moveleiros de Belém; além de incentivar na criação do Projeto Quintais Vivos. Essa iniciativa se propôs a contribuir no aproveitamento de quintais domésticos e áreas comunitárias, com incentivo à produção de hortaliças, fruticultura, ervas medicinais e criação de pequenos animais, financiados pelo Banco do Povo.

Além dessa articulação com os programas da Secretaria Municipal de Economia, o Banco do Povo também estabelece importante parceria com o Programa Bolsa-Escola, da Secretaria de Educação. Segundo o autor, o Banco do Povo também trabalhava em parceria com a Agência de Desenvolvimento Solidário da Amazônia/CUT, visando fortalecer as experiências de economia solidária que estavam se estruturando em Belém, nos segmentos de artesãos, moveleiros, pescadores, merceeiros e ceramistas, orientando esses diversos grupos a constituírem associações e grupos solidários, para terem acesso a financiamento os junto ao Banco do Povo.

Santos & Souza, 2006 apresentam dados do período 1998 a 2004, no qual o Banco do Povo realizou cerca de 19.996 operações, representando um valor de R\$ 24.881.889,19 (vinte e quatro milhões, oitocentos e oitenta e um mil e dezenove centavos). Em termos de atividades econômicas financiadas, os autores apresentam os seguintes dados: 11,14% foram para o financiamento de atividades de produção; 75,42% para atividades de comércio; e 13,44% para atividades de serviço. Para os autores essas informações confirmam a concentração da atividade econômica de Belém no terciário, inclusive revela um outro dado importante: 99,79% dos empreendimentos populares apoiados pelo Banco do Povo eram informais. Contudo, deve-se

ressaltar os efeitos dessa política ativa na geração de trabalho e renda no município, porque foram criadas 13.703 ocupações diretas e 76.912 ocupações indiretas, além de garantir a manutenção nos empreendimentos populares de 23.742 ocupações, que já existiam anteriormente. Isso no período de 7 anos de atuação do Banco do Povo (ARROYO, 2004, apud SANTOS & SOUZA, 2006).

Segundo os autores, um dos impactos desse processo foi o fortalecimento da organização social e política dos empreendedores populares, com a organização de 15 cooperativas populares, sendo que a grande maioria resultou do LOT, prioritariamente as 3.000 famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Escola Municipal; também conseguiram criar o Fórum de Desenvolvimento Local e Solidário e o Fórum de Empreendedores Populares de Belém; além do fortalecimento da organização econômica por meio de projetos especiais, tendo como exemplo a criação do atacadão solidário, moda popular, catálogo de negócios e o cartão de crédito do empreendedor popular. Contudo, os autores avaliam que, mesmo com os significativos avanços, faltou um aprimoramento metodológico e um aprofundamento cultural sobre a compreensão do significado da chamada economia solidária.

A análise dos autores considera que essas debilidades têm relação com a forma de difusão da cultura cooperativista, frente a uma cultura secular individualista; também enfatizam que a origem da maioria das pessoas era do trabalho informal individualizado e não tinham experiência a respeito da gestão administrativa e financeira dos empreendimentos, bem como, havia muita dificuldade de registro contábil e construção de fluxo de caixa, inclusive inviabilizando a transparência na gestão. Outro dado apresentado refere-se à dimensão econômica do empreendimento ou estudo de viabilidade que, na maioria das vezes, inexistia, assim como o uso de logradouros públicos pelos empreendimentos, sem nenhum tipo de formalização desse uso. Diante dessas fragilidades, várias providências foram tomadas, entre as quais: a regularização da ocupação dos logradouros públicos, a partir de 2003 pela SECON, incluindo os estacionamentos, banheiros, áreas de turismo, etc.; de 2001 a 2003, o Departamento de Apoio à Produção (DEAP) da SECON e o Banco do Povo, realizaram diversas atividades de formação profissional, visando superar as dificuldades de planejamento e gestão dos empreendimentos. E, a demanda da falta de assessoria permanente que foi bastante reivindicada pelas cooperativas, foi sendo atendida por meio do Projeto Incubadora de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários (ITCPES), da UFPA/UNITRABALHO que, “por meio da extensão universitária, começou-se a promover o acompanhamento no

âmbito da gestão econômica e social e difusão de tecnologia social às cooperativas populares” (SANTOS & SOUZA, 2006 p. 8).

Esta cooperação técnica entre a UFPA, PMB e o Centro Sócio-Econômico (CSE), como unidade executora, desdobrou-se também na incubação de diversas outras cooperativas e no desenvolvimento do Projeto de Pesquisa Geração de Emprego e Renda que se configurou na articulação ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, os autores afirmam que foi possível envolver discente da graduação e pós-graduação e pesquisadores da UFPA e de outras instituições brasileiras de ensino superior, particularmente aquelas filiadas à Rede Interuniversitária Unitrabalho, que subsidiou a formação da equipe da UFPA, na metodologia de incubação de empreendimentos solidários e na metodologia de pesquisa sobre políticas de geração de trabalho e renda, configurando-se numa experiência salutar de incubação de empreendimentos de economia popular e solidária. E, os autores constatam que, a partir de 2001, a ITCPES-UFPA-CSE-UNITRABALHO incubou pelo menos 12 empreendimentos de economia solidária, entre cooperativas e grupos solidários, em Belém. Mesmo diante dessas e outras dificuldades os autores analisam que a opção pelo estímulo à organização de empreendimentos populares, particularmente as cooperativas populares, marcou a política urbana de geração de emprego e renda da PMB, na gestão da Frente Belém Popular (SANTOS & SOUZA, 2006).

FERNANDES (2002) analisa que o Banco do Povo cumpriu seu papel de promoção da cidadania, garantindo dignidade e a autoestima a essas famílias que viviam em situação de exclusão. O autor também considera que essa experiência injetou uma novidade na luta pela emancipação, pela igualdade social, além da inovação de integração com diversos outros programas de capacitação e estímulo ao associativismo desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Economia.

Mas o autor também reconhece as limitações nessa experiência, não somente por ter uma inadimplência superior às demais experiências de bancos populares, mas, principalmente porque, segundo sua análise, o fato de ser uma instituição governamental, tem que se submeter às exigências da burocracia do setor público. Além disso, sua sustentabilidade depende da disposição do governo, ficando ameaçada caso outro grupo político chegue ao poder no município e não queira manter o Banco do Povo. Porém, reconhece que o Banco do Povo de Belém foi uma iniciativa corajosa, desafiadora, que revela a importância da iniciativa da gestão pública municipal ao criar essa forma de organização para promover a economia solidária. Para o autor, além do crédito, também fomentou a organização popular, com base no princípio da

solidariedade, como início de um processo de combate à exclusão, à pobreza, com participação popular, por meio do desenvolvimento econômico endógeno, através da criação de capital social, isto é, de laços de confiança e solidariedade entre os cidadãos, cidadãs e o governo, sendo uma iniciativa dotada de criatividade para tratar de problemas sociais numa realidade complexa das periferias de Belém (FERNANDES A. S., 2002).

Para Arroyo (2007), a participação dos empreendedores e empreendedoras na economia popular em Belém, por meio do Banco do Povo, é fruto da estratégia de fortalecimento da organização dos Fóruns de Desenvolvimento Local Solidário e do Fórum de Empreendedores Populares de Belém, através do agrupamento por atividade econômica e dos cursos de formação (ARROYO, 2004, apud, ARROYO, 2007). Segundo o autor, em 2002, as reuniões e plenárias, mobilizaram cerca de 3 mil empreendedores/as populares, tendo como consequência a constituição de 13 Fóruns de Desenvolvimento Local Solidário e o estabelecimento de uma nova pauta dentro da luta cotidiana do movimento popular, buscando avançar as estratégias para a dimensão da luta econômica, tendo como horizonte o desenvolvimento humano. Tais processos também contaram com o apoio da ADS/CUT, do Fórum da Amazônia Oriental (FAOR), entre outras parcerias; e influenciaram para que o Banco do Povo passasse a aceitar o Aval Comunitário, contemplando as diversas organizações de empreendedores/as, seja em associação, cooperativa, grupo solidário, entre outras, passando a ter maior transparência e controle popular no desenvolvimento da ES e uma visão metodológica integradora da ação do Banco do Povo em torno da formação, organização e crédito. Mas, para o autor, tais avanços foram duramente atingidos pela mudança na condução política do município de Belém, no final de 2004, quando foi eleito um Prefeito do PTB, conforme esclarece Arroyo (2007), a seguir:

Com a vitória de Duciomar Costa, nas eleições para prefeito de Belém, em 2004, o Banco do Povo, enquanto tal, desapareceu, passando o Fundo Vero-Sol a utilizar como nome de fantasia o seu próprio nome formal. A mudança no Banco do Povo não foi só de nome, pois, enquanto a gestão petista disponibilizava seus serviços para o conjunto da população de empreendedores, a nova gestão privilegiava grupos de empreendedores específicos. Outro aspecto é que passou a assumir políticas de “geração de emprego e renda” tradicionais, trabalhando capacitação profissional sem interação obrigatória com a política de microcrédito. No entanto, esta nova situação revelou uma importante característica da metodologia anterior. Mesmo sem a manutenção da marca, Banco do Povo, o conjunto dos empreendedores que participaram daquela política pública no período de 2000 a 2003, ainda o guardam como referência de apoio aos empreendedores da economia popular e solidária. [...]. No entanto, sem o apoio institucional dado até 2003 pelo Banco do Povo, os empreendimentos menores sofreram descontinuidade e houve certa dispersão. Momento em que se processou uma depuração entre os 220 empreendedores e técnicos de apoio, conferindo maior nitidez aos perfis que, de fato, internalizaram os princípios e estratégias da Economia Solidária (ARROYO J. C., 2007, p. 219).

Os fatos apresentados sobre as mudanças na condução política da governança, no município de Belém, levam à reflexão sobre o fato de que não há neutralidade nas políticas públicas; ou favorecem à inclusão social, por meio da geração e renda e oportunidades, principalmente para as classes populares, ou dificultam o acesso, a essas classes, aos meios para adquirirem melhores condições de vida. Tais constatações, sendo estudadas pelo movimento social, podem favorecer o entendimento em relação à conexão dialética entre a questão econômica e a questão política, bem como, uma análise crítica sobre os projetos políticos em disputa na sociedade. Outra reflexão sobre as mudanças políticas em Belém se refere ao cuidado do movimento da ES não criar uma excessiva dependência em relação ao poder público, buscando alcançar o desafio de se desenvolver e crescer, com a força de suas próprias organizações, constituindo-se numa força motriz, capaz de garantir sua continuidade, com autonomia, num processo contínuo de emancipação.

#### **4.3 As experiências de ES, após a criação da SENAES, no município de Belém-Pa.**

Praxedes (2009) constata que a ES tem se constituído em objeto de análise de muitos pesquisadores do Brasil e de outros países, tendo em vista a sua erupção social nos últimos 20 anos, inclusive em Belém-Pa., como resultado do trabalho de diferentes segmentos sociais:

As iniciativas de apoio à economia solidária se apresentam desde os anos 1980, e as primeiras experiências de ações governamentais foram dadas pelos municípios de Porto Alegre – RS, Belém – PA, Santo André – SP e, posteriormente, Recife – PE e São Paulo – SP, que podem ser consideradas as mais emblemáticas, sendo o Governo do estado do Rio Grande do Sul o pioneiro, em duas gestões consecutivas nos anos 1990, na implementação de políticas estaduais (ver SCHIOCHET, 2008). Por ser política de desenvolvimento e voltar-se para um público historicamente excluído ou que progressivamente vem tendo ampliadas sua pobreza e exclusão social, a economia solidária demanda não só ações setoriais específicas, mas também ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas do governo e do Estado (educação, saúde, meio ambiente, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, saúde, tecnologia, crédito e financiamento, entre outras), para criar um contexto efetivamente propulsor da emancipação e da sustentabilidade (PRAXEDES, 2009, p. 57).

De acordo com a autora, essa relativa expansão, nos municípios e estados, de ações e programas de ES, favoreceu a criação da Rede de Gestores, municipais e estaduais, objetivando proporcionar intercâmbio, interlocução, interação, sistematização, proposição de políticas públicas governamentais e realização de projetos comuns para o fomento e desenvolvimento da

economia solidária, buscando qualificar a proposição de ações desenvolvidas a partir dos órgãos de governo para este segmento. A autora também enfatiza que a economia solidária é bastante recente e sua articulação com abrangência nacional só veio se concretizar durante o processo de articulação e realização do Fórum Social Mundial, no final da década de 1990 (PRAXEDES, 2009).

Miranda (2007) constata que para a criação da SENAES em 2003, houve uma intensa mobilização no Estado do Pará, por algumas Entidades de Apoio e Fomento, com sede em Belém, que apoiaram a convocação assumida pelo Fórum de Empreendedores Populares e Solidários de Belém, o GT de Economia Solidária do Fórum da Amazônia Orienta (FAOR) e o Banco do Povo de Belém. Este conjunto de organizações investiu na realização do 1º Encontro de Economia Solidária estado do Pará e na realização da primeira Plenária Estadual de ES, realizados no período de 13 a 15 de junho de 2003, onde participaram 400 (quatrocentas) pessoas, sendo a maioria empreendedores populares ou solidários, garantindo uma significativa representatividade do Pará, na III Plenária Nacional de ES (FPEPS, 2005, p. 10, apud MIRANDA, 2007). A força organizativa da ES do Pará elegeu Joana Mota e Miguel Rodrigues para representar o Pará no Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES).

Mas o prosseguimento das experiências de ES, em Belém, a partir de 2005, não contavam mais com o apoio da gestão municipal. A sua continuidade a ter a influência, sobretudo, das políticas públicas de ES, do governo federal, a partir de 2003, sob a gestão da SENAES/MTE, conforme se observa nos acontecimentos a seguir:

a) A organização do Fórum Paraense de ES ocorreu durante a realização do I Encontro Estadual de Economia Popular e Solidária, no período de 13 a 15 de junho de 2003, organizado pelo Fórum de Empreendedores Populares e Solidários de Belém, GT de Economia Solidária do FAOR e Banco do Povo de Belém (PMB). O Fórum Paraense de ES foi composto por maioria de empreendedores/as, organizações não governamentais que atuavam na área e gestores de políticas públicas de apoio e fomento a empreendedores populares solidários. A partir da sua constituição na plenária estadual, acima citada, passou a desenvolver um trabalho planejado de articulação da ES no Pará, construindo uma identidade coletiva, por meio da criação de redes de atuação na ES, realizando feiras de comercialização dos produtos da ES, organização do Conselho Estadual e criação de leis da ES (FBES, 2007).

b) O fortalecimento da ITCPE/UFPA e outras Entidades de Assessoria e Fomento, que passaram a ter mais suporte, por meio da SENAES, para desenvolver o papel de propulsores da ES no estado do Pará e em todo o Norte do País. BARBOSA (2009), enfatiza que a criação da

SENAES fortaleceu ITCPES/UFPA a partir da retomada do Programa Nacional de incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), a partir de 2003. Com esse apoio as ações da incubadora passaram a se expandir, abrangendo desde a incubação de empreendimentos populares, estudos e pesquisas socioeconômicas, socialização da metodologia de incubação, projetos de alfabetização e demais atividades, no intuito de fortalecer experiências de ES na Amazônia. Além do PRONINC a SENAES também investiu na organização dos Centros de Formação em Economia Solidária (CFES), atendendo uma das proposições do FBES. Na região Norte a UFPA assumiu a execução do Projeto, por meio da ITCPES, iniciando as atividades do CFES a partir de 2008, com a celebração dos primeiros convênios para serem executados até o ano de 2012. BARBOSA (2012), destaca que em todos os estados da região Norte foram criados os Coletivos Estaduais de Formadores com a finalidade de contribuir no planejamento participativo, na avaliação das atividades do CFES-Amazônia e na articulação dos participantes de projetos desenvolvidos pela SENAES nos Estados e geridos pelos Fóruns estaduais de ES. Desta forma a Incubadora iniciou as atividades em 2009, conseguindo concretizar a implantação e operacionalização de um Centro de Formação em Economia Solidária (CFES), na cidade de Belém - Estado do Pará, por meio do qual realizou 75 oficinas locais de formação em ES, além de 42 cursos estaduais de formação de formadores, envolvendo toda a equipe técnica da ITCPES/UFPA, das demais Incubadoras dos Estados membros e dos Fóruns de economia solidária dos Estados, bem como, das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego dos Estados do Amazonas, Amapá e Tocantins (BARBOSA M. J., 2012).

c) O fortalecimento da Cáritas Brasileira com atuação em mais de vinte anos na assessoria e acompanhamento de Projetos Alternativos Comunitários (PACs). Seu engajamento na estratégia da política nacional de ES, sob a gestão da SENAES/MTE, ocorreu por meio da execução do Projeto “Fundos Solidários”, incentivando a organização de dezenas de grupos solidários em Belém e na área rural de dezenas de municípios do Pará. Esse projeto se deu em consequência da linha de fortalecimento das Finanças Solidárias, prevista no PPA 2004 - 2007, prevendo a execução de um Programa que contemplou a assistência técnica para a geração de finanças solidárias. Em 2007, a SENAES ampliou o Programa Nacional de Fundos Solidários como instrumento de promoção do desenvolvimento local e solidário (SENAES/MTE, 2012). A Cáritas atuou fortemente nesse processo, realizando estudos que foram intensificados em 2010 com as reflexões sobre a Campanha da Fraternidade, com o Tema “Economia e Vida” e como lema: “Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro” (Mt, 6, 24) (BERTUCCI et al, 2009, p. 5).

d) A Rede de Educação Cidadã - RECID, hoje presente em 26 Estados da Federação e no Distrito Federal, também iniciou um importante trabalho de educação popular em Belém-Pa., articulando a sociedade civil organizada na luta pelo desenvolvimento da ES, visando a geração de trabalho e renda e a defesa dos direitos sociais.

e) Criação da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis (CONCAVES), em Belém, no ano de 2004, no bairro da Terra Firme. Inicialmente a CONCAVES contou com a assessoria da ITCPES/UFPA e foi beneficiada pelo Projeto CATAFORTE, desenvolvido pela SENAES, passando a ter mais acesso a conhecimentos e orientações que favoreceram a melhoria da sua estruturação como cooperativa para conquistar uma inserção mais digna no mundo do trabalho e a melhoria na renda dos/as associados/as (CONCAVES, CONCAVES - Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis, 2016). A SENAES investiu nesse segmento por meio das ações do programa batizado de CATAFORTE, que conseguiu atuar no país, inclusive em Belém, desenvolvendo projetos de formação e qualificação profissional e estruturação das associações e Cooperativas de catadores (SENAES/MTE, 2012, p. 102).

f) A criação do Banco Comunitário Tupinambá, no bairro de Baía do Sol, no Distrito Administrativo de Mosqueiro, em 2009, fortaleceu a ES solidária na cidade de Belém. Fruto de uma parceria entre a Associação Cultural FM Tupinambá com o Banco Palmas (CE), foi possível garantir a sua formalização como Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD), cujos objetivos são: implementar projetos de geração de trabalho e renda, visando a superação da pobreza urbana, por meio do microcrédito a juros baixos, sem exigência de consultas cadastrais, comprovação de renda ou fiador; além de garantir a valorização da riqueza produzida no próprio bairro. A sua moeda social é o Moqueio e está indexada ao Real, ou seja, 1 Moqueio é igual a 1 Real (TUPIMAMBÁ, INSTITUTO TUPINAMBÁ, 2012). No relatório da SENAES/MTE (2012) fica explícito que a formação do GT - Finanças Solidárias, sob a coordenação da SENAES, pleiteava alcançar um patamar de articulação com diversas organizações, entre as quais o Banco Palmas e as instituições financeiras: Banco do Nordeste do Brasil (BNB); Banco do Brasil (BB); CAIXA e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Essa iniciativa tornou-se uma das fortes marcas da atuação da SENAES na política, ao longo de todo o período dos dois governos do presidente Lula, conseguindo influenciar na criação de mais de 100 Bancos Comunitários, entre os quais, o Banco Tupinambá de Belém.

g) Além do Banco Tupinambá, também foi criado o Instituto Tupinambá, em 2010, para atuar no trabalho de Fomento, intermediação do crédito e acompanhamento dos empreendimentos.

O Instituto assumiu a assessoria de planejamento e gestão do Banco Tupinambá no que se refere à execução de Edital de fomento, formação e capacitação de empreendimentos solidários financiados pelo Banco Tupinambá. No período de 2009 a 2012, o Instituto Tupinambá realizou 31.427 operações bancárias e 610 operações de crédito com um volume de empréstimos de R\$ 110.000,00. Beneficiou 1.200 famílias, com manutenção de 50 postos de trabalho e geração de outros 120. Realizou cursos, oficinas e palestras para os moradores do bairro e para outros locais, estimulando a rede solidária de economia (TUPIMAMBÁ, 2012).

h) A criação da Diretoria de Economia Solidária (DECOSOL), pleiteada pelos movimentos sociais engajados na ES, é resultado de diversas reuniões e audiências públicas de sensibilização e proposição ao Governo Estadual, coordenadas pelo Fórum Paraense de ES, visando garantir apoio ao desenvolvimento da ES no Estado. Diante dos apelos, a então Governadora Ana Júlia Carepa do PT, recém-eleita em 2006, atendeu à solicitação de criação de uma Diretoria específica de ES quando alterou a denominação e reestruturação organizacional da Secretaria Executiva de Estado de Trabalho e Promoção Social - SETEPS, por meio da Lei Nº 7.027, de 30 de julho de 2007, passando a denominar-se de Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda - SETER, órgão da administração direta do Poder Executivo, tendo por finalidade institucional promover com qualidade e efetividade as relações do trabalho e a geração de emprego e renda. No Art. 9º ficou estabelecida a criação da Diretoria de Economia Solidária (DECOSOL), com a competência de propor, coordenar e supervisionar e executar os programas e projetos que visem o fortalecimento da ES no Estado do Pará (MIRANDA N. C., 2012).

i) A realização do Fórum Social Mundial que aconteceu no período de 27 de janeiro a 1º de fevereiro de 2009, pela primeira vez na Amazônia, em Belém-Pa., contou com a participação de cerca de 150 mil pessoas, de 142 países. De acordo com MIRANDA (2012) o FBES e o Fórum Paraense de Economia Solidária, assumiram grande responsabilidade com este evento, desde a fase de preparação, no início de 2008, quando foi definido um Grupo de Trabalho (GT) de ES, composto por EES e EAF, assim como a DECOSOL, garantindo a mobilização e a elaboração da cartilha sobre a moeda social Amazônida, que circulou no território da ES, durante o Fórum Social, além da exposição de produtos em 415 estandes e da ampla participação na assembleia do setorial de ES. O evento definiu proposições sobre diversas questões globais; e, no que se refere especificamente à ES, propôs a criação de laços cada vez mais fortes entre a economia, sustentabilidade e as finanças solidárias; considerou a necessidade de resgatar o papel da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) dentro do sistema ONU, para garantir o direito à alimentação por meio do incremento da

produção de alimentos oriundos da agricultura familiar e da economia solidária e a promoção de outro modelo de desenvolvimento, com trabalho e justiça, frente ao crescente aumento do desemprego no mundo e apoio ao projeto de Lei da Merenda Escolar Brasileiro, que garante que 30% da merenda seja comprada de empreendimentos locais da agricultura familiar e de Economia Solidária, fortalecendo um novo modelo de sociedade fundamentado na política do bem-viver, na emancipação dos povos e a transformação do atual modelo de desenvolvimento (FSM, 2009).

j) A criação da Lei Estadual 7.309/2009, estabelecendo a Política Estadual de Estímulo à Economia Popular e à Economia Solidária no Estado do Pará. A Lei sancionada no dia 20 de outubro/09, pela Governadora Ana Julia Carepa, é resultado de um processo de estudos, debates, em audiências públicas, desde 2007, quando o Fórum Paraense de Economia Solidária do Pará apresentou, na Assembleia Legislativa, a proposição do Projeto de Lei, por meio da Deputada Estadual Bernadete Ten Caten, líder do PT na Assembleia Legislativa do Estado. O avanço no marco legal é uma condição fundamental para garantir sustentabilidade dos EES, por meio de programas, projetos, parcerias e convênios, além de outras formas, que possam garantir o desenvolvimento desta outra economia. Ainda, o dispositivo instituiu o Conselho Estadual de Economia Popular e Solidária (CEEPS) e também autorizou o Executivo a criar o Fundo Estadual de Fomento ao Desenvolvimento da Economia Popular Solidária (FBES, 2009).

k) A criação do Conselho Estadual de Economia Solidária no Estado do Pará, em 2009, foi uma consequência da força organizativa da ES e da criação da lei 7.309/2009, garantindo mais um passo importante no marco legal, possibilitando avançar numa política estadual de ES.

l) A aprovação da Lei Municipal de ES, no dia 23 de março de 2012, Nº 8911, garantiu o avanço no marco legal da ES, instituindo, em Belém, o Programa Municipal de Economia Solidária. O Fórum Paraense de Economia Solidária é o principal protagonista deste trabalho, na medida em que realizou diversas reuniões e audiências públicas de elaboração das proposições, durante o ano de 2011. O vereador Otávio Pinheiro (PT) abraçou a causa desse segmento social e conseguiu atuar na articulação do apoio unânime da Câmara Municipal para aprovação do Projeto de Lei. No Art. 7º da Lei ficam explícitos os objetivos de: I - Propiciar acesso à geração de trabalho e renda na perspectiva da ES; II - Contribuir para a melhoria da qualidade de vida e criação de fontes de renda; III - Incentivar a constituição de cadeias produtivas na ES; IV - Apoiar os empreendimentos econômicos solidários nos aspectos relacionados ao comércio justo e solidário; V - Propiciar o acesso às ações de ES por meio de estruturas físicas descentralizadas e territorializadas; VI - Apoiar o cooperativismo popular e

solidário; VII - Promover a intersectorialidade e multidisciplinaridade das ações do Poder Público Municipal. No seu Art. 8º, são considerados beneficiários os grupos de geração de trabalho e renda informais ou formais que se organizam com base na autogestão, cooperação e solidariedade, composto por trabalhadores e trabalhadoras com mais de 16 anos de idade, residentes e domiciliados no Município de Belém e seus Distritos que cumpram, ao menos, um dos seguintes requisitos: estejam desempregados e/ou se encontrem em situação de vulnerabilidade social e/ou sejam procedentes de agricultura familiar e/ou se encontrem em situação de violência e/ou indígenas da comunidade local e/ou usuários de serviços de saúde mental. Art. 9º A participação no Programa de Economia Solidária será formalizada por meio de um Termo de Adesão. No Art. 10 garante que as atividades de fomento, inclusive crédito produtivo orientado, de formação continuada dos empreendimentos econômicos solidários terão recursos procedentes do Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol (CÂMARA, 2012).



FOTOGRAFIA 3 - Fórum Paraense de ES na Câmara Municipal de Belém-Pa.  
Fonte: (FPEPS, 2011)

Além desses acontecimentos, o levantamento junto a EES e EAF's revelaram a importante atuação do FPES em especial Belém, em 2011 e 2012, articulando a criação do Fórum Metropolitano de ES, na grande Belém, o Conselho Municipal de ES em Belém, visando o avanço da ES na região metropolitana e, especificamente, em Belém (FPES, 2012). Outro dado importante foi a participação das mulheres na ES em Belém, com destaque para a o Grupo de mulheres produtoras da ES “Amazônia Design” que se organizou a partir de 2007 e faz parte

da articulação da Rede de ES Feminista (RESF); Também se destaca a luta pela sobrevivência de centenas de pequenos empreendedores organizados na Associação dos Trabalhadores Informais do Centro Histórico de Belém – ATICEHB, criado em 2008, por força da necessidade de contemplar as dezenas de camelôs num processo legal de comercialização de seus produtos; se observou um importante trabalho de base, por meio da ES, na organização do Grupo Mãos Solidárias, onde participam famílias que estão em situação de exclusão social, organizados em projetos coletivos de produção e comercialização, articulado com uma rede de vinte outros grupos de produção, no Distrito de Icoaraci, com o apoio da entidade Sociedade Assistencial e Educativa Mãe Admirável – SAEMA e o Centro Social Irmã Joselha da Silva, da Congregação Filhas do Amor Divino, além da assessoria e acompanhamento da Cáritas Brasileira. No desenvolvimento da ES, em Belém, percebeu-se a atuação da EAF Instituto Vitória Régia, com ações de qualificação profissional, planejamento e assessoramento junto aos EES; o Instituto Saber Ser que atua na formação e desenvolve a coordenação, em Belém, do Curso de Formação de Formadores da Universidade Federal de Tocantins-UFT/SENAES/MTE; assim como a Rede de Educação Cidadã (RECID) que desenvolve o trabalho de Educação Popular, fazendo o acompanhamento e assessoria junto a diversos EES de Belém e do Estado.

#### **4.4 Resultado das entrevistas, sobre o impacto da SENAES em Belém-Pa.**

A realização do levantamento de dados sobre o impacto da criação da SENAES em Belém-Pa., referentes ao período 2003 a 2013, foi um dos mecanismos utilizado para se fundamentar a análise do problema e se buscar a comprovação da hipótese, deste estudo de caso. A observação da realidade se fundamentou na base conceitual, definida pelo Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), referentes aos conceitos de Economia Solidária (ES), Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e Política Pública de Economia Solidária (PPES).

No âmbito do SIES, compreendem-se como políticas públicas de ES as ações, projetos ou programas desenvolvidos por órgãos da administração direta e indireta das esferas municipal, estadual ou federal, com o objetivo de fortalecimento da ES, desde que possuam as seguinte características: atendimento a beneficiários diretos que são considerados os/as trabalhadores (as) e/ou sócios (as) de EES; desenvolvimento de ações de incubação, assistência

técnica e organizativa, apoio técnico para registro da organização, elaboração de projetos, planos de negócios, diagnóstico, estudos de viabilidade econômica, fomento e apoio à constituição de redes de cooperação entre os EES e/ou à articulação de arranjos e cadeias produtivas solidárias; assim como, apoio a processos e mecanismos de comercialização de produtos e serviços, incentivando práticas comércio justo e solidário e de consumo consciente; incentivos e implantação de mecanismos para ampliação da participação dos EES nos processos de compras e aquisições governamentais de bens e serviços; fornecimento de crédito para apoio às iniciativas econômicas dos EES; apoio, assessoria e fomento às iniciativas de finanças solidárias, formação, capacitação e qualificação social e profissional de trabalhadores/as e/ou sócios(as) dos EES; formação de educadores em ES; desenvolvimento e disseminação de conhecimentos apropriados às necessidades e demandas de fortalecimento dos EES; disseminação e divulgação da ES, visando a adesão e participação dos mesmos em processos de constituição de novos EES; apoio a processos participativos de desenvolvimento e formulação de marco jurídico apropriado à ES; apoio à estruturação de fóruns, redes, conselhos e outros espaços de formulação, participação e controle social de políticas públicas de economia solidária (SENAES/MTE, 2009).

Considerando esses conceitos como referenciais de conhecimento e análise da ES em Belém, no período de 2003 a 2013, período em que foi instituída a política pública de ES, no âmbito do governo federal, por meio da criação da SENAES/MTE, buscou-se, inicialmente, uma aproximação com os atores, protagonistas, da ES em Belém, através de diálogos com diversas pessoas engajadas neste movimento social e participação nas reuniões das coordenações do Fórum Metropolitano e Fórum Paraense de ES, bem como, participação na VI Plenária Estadual de ES, em março de 2015, com a participação de cerca de cem pessoas, onde foram tratadas as seguintes temáticas: A História do Fórum Paraense de Economia Popular e Solidária (FPEPS); os avanços e desafios da Economia Solidária no Estado do Pará; a avaliação dos cinco anos da Lei nº 7.309, (Lei de Economia Solidária no Pará) e a atuação do Conselho Estadual de ES; Exposição sobre os Projetos Desenvolvidos no estado, financiados pela SENAES; Mulheres em Movimento Transformando a ES Paraense. Após estes estudos com intensa participação da plenária, houve a elaboração de propostas, pelos seguintes grupos de trabalho: GT Marco Legal e Políticas Públicas; GT Comunicação e Visibilidade; GT Integração Regional; GT Estratégia Econômica; GT Educação e Cultura, GT Mulheres em Movimento, GT Finanças Solidárias. Em seguida, cada GT fez a apresentação das proposições a serem debatidas e analisadas pela nova coordenação FPEPS. Em seguida houve a composição e Posse

da nova coordenação do FPEPS, por consenso, ainda que tenha sido custoso chegar a essa definição apaziguadora.

Um outro aspecto da realidade da ES em Belém, também foi observada no curso realizado pela Cáritas Norte II, de formação para agentes e Grupos Solidários, em junho de 2015, onde houve elevado esclarecimento acerca da criação e funcionamento sobre Fundos Solidários, como construção de processo emancipatório no desenvolvimento endógeno local, onde houve troca de experiências e avaliação do projeto em desenvolvimento. Um outro registro importante foi a participação na feira de ES, organizada pelos alunos do CFES, em Belém, como exercício prático de disseminação e organização da ES. Este processo de organização da feira vem sendo coordenado pelo Instituto ISSAR, com o apoio da Universidade da Amazônia (UNAMA). Nesta oportunidade foi possível constatar que ainda há muitas iniciativas de empreendedorismo individual, mas com perspectiva de se consolidar num amplo movimento organizado na Rede de Comercialização dos Produtos (CESOL), como mecanismo de suscitar uma nova cultura solidária por meio dos processos colaborativos a serem desenvolvidos, por dentro dessa atividade econômica coletiva.

A participação nesses eventos contribuiu na compreensão das diversas dimensões sociais, política e econômicas da realidade em Belém; além do que, nesses eventos, foi possível socializar os objetivos deste trabalho de conclusão do mestrado. Após esses diálogos, a comunicação fluiu e foi possível realizar a pesquisa de campo, deste trabalho de conclusão do mestrado, possibilitando se obter os seguintes dados:

a) Organizações entrevistadas - participaram da pesquisa um total de 23 organizações que se enquadram em alguns critérios, preliminarmente definidos, visando alcançar um nível de subsídios para análise da eficácia, eficiência e efetividade do trabalho da SENAES, em Belém. Neste sentido, estabeleceu-se que os EES a serem pesquisados deveriam ter sido criados até 2013, considerando que a pesquisa se detém ao período de 2003 a 2013; estarem em funcionamento; e terem a forma de organização prevista no SIES. No caso das EAF, se estabeleceu, preliminarmente, que se deveria realizar a pesquisa com as entidades que atuam em ES, em parceria com a SENAES e o FPEPS, em Belém. Desta forma se desenvolveu a pesquisa de campo com as seguintes organizações a seguir:

QUADRO 1: EES participantes nas entrevistas em Belém-Pa.

Nº	Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)
01	Associação de Artesãos e Expositores do Pará e da Amazônia – ARTPAM
02	Associação dos Trabalhadores Informais do Centro Histórico de Belém – ATICEHB
03	Associação Popular de Consumo – APC
04	Banco Comunitário Tupinambá
05	Cooperativa de Artesanato do Pará e da Amazônia – COOARPAM

06	Cooperativa de Prestação de Serviços de Belém – COOPBEL
07	Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis – CONCAVES
08	Cooperativa dos Artesãos de Icoaraci - COARTI
09	Grupo de Mulheres Produtoras da Economia Solidária Amazônia Design
10	Grupo Ateliê Irupê - Lar Fabiano de Cristo
11	Grupo Ambiente Parauara
12	Grupo Mãos Solidárias
13	Instituto Eco-Vida-Amapá- Flora Marajó
14	Instituto Tupimambá
15	Movimento Afrodescendente do Pará - MOCAMBO
16	SAEMA – Sociedade Assistencial Mãe Admirável

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2016)

QUADRO 2: EAF participantes nas entrevistas

Nº	Entidades de Apoio e Fomento
01	Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS/CUT
02	Cáritas Brasileira – Regional Norte II
03	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE
04	Instituto Saber Ser Amazônia Ribeirinha (ISSAR)
05	Instituto Vitória Régia Capital Social
06	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/UFPA
07	Rede de Educação Cidadã – RECID

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2016)

b) Perfil das pessoas entrevistadas – observando os dados do gráfico (GRAF. 3), abaixo, se percebe que a maioria dos participantes ocupa cargos de coordenação, sendo que 79% (GRAF. 4), exerce essa função a mais de três anos, significando um relativo conhecimento do trabalho da SENAES em Belém. Em relação ao nível de escolaridade desses participantes, se observa no GRAF. 5, que 46% já concluíram seu ensino médio e mais de 50% concluiu graduação, dos quais, 23% também já fez pós-graduação, o que, em tese, pode favorecer maior compreensão da complexidade da execução das políticas públicas. Sobre suas motivações para estar engajado/a na ES, QUADRO 3, as respostas indicam que a maioria se move em favor da ES por entende-la como alternativa diante do sistema social dominante excludente.

QUADRO 3 – Motivações para atuar na ES

Motivações	QTD
Alternativa ao desemprego	4
Porque é uma forma de geração de trabalho e renda	4
Motivação social, política, filantrópica ou religiosa	6
Incentivo à Produção e comercialização de produtos orgânicos	3
Alternativa de formação e qualificação	2
Por que há mais possibilidade de ganhos em EES	4
Total	23

Fonte: Dados do levantamento (2016)

TABELA 6: Dados referentes a sexo e idade dos/as entrevistados/as

Sexo	Feminino	Masculino
	13	10
Média de idade dos participantes	47	50

Fonte: Dados do levantamento (2016)

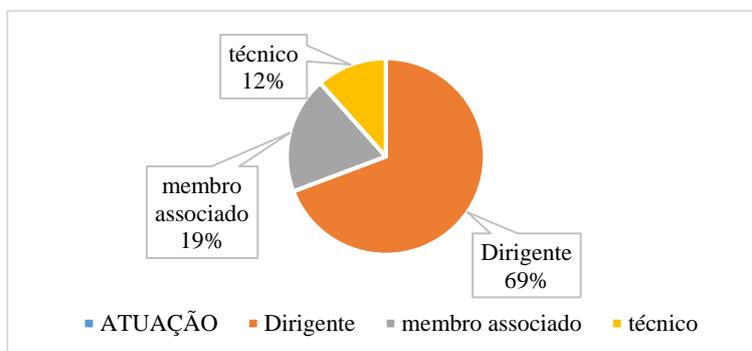


GRÁFICO 3: Cargo ocupado pelas pessoas entrevistadas

Fonte: Dados do levantamento (2016)

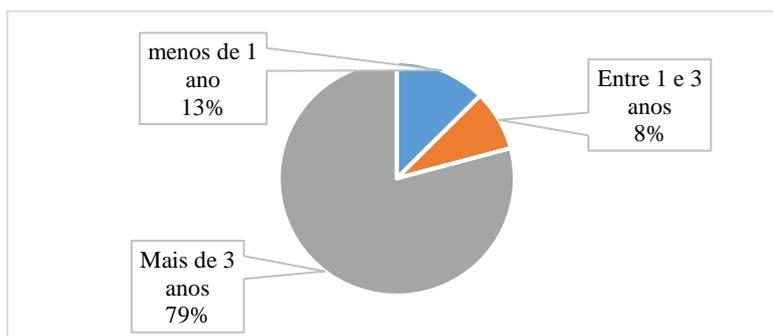


GRÁFICO 04: Tempo de atuação no cargo pela pessoa entrevistada

Fonte: Dados do levantamento (2016)

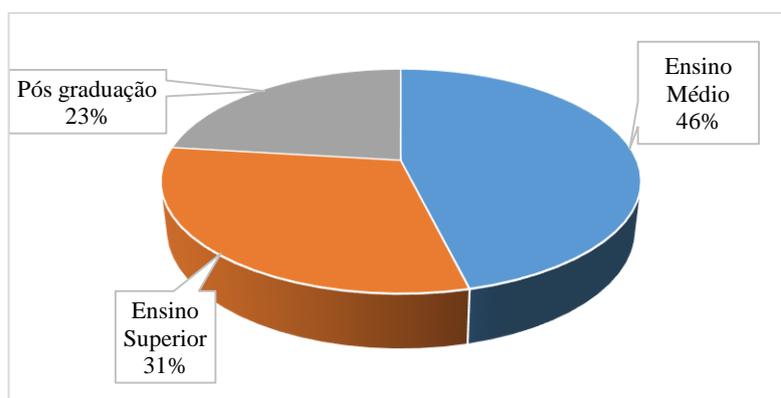


GRÁFICO 05: Grau de instrução das pessoas entrevistadas

Fonte: Dados do levantamento (2016)

c) Avaliação geral da SENAES (GRAF. 6):

- Ótimo - foram justificadas pelas possibilidades que se criaram de organização das feiras nacionais, estaduais e municipais dos produtos da ES; porque abriu caminho para organização dos catadores, ressaltando o Projeto CATA FORTE da SENAES; porque a SENAES foi uma conquista dos Fóruns de ES e conseguiu desenvolver políticas amplas de ES, de forma transversal, considerando as diversas realidades do país; porque fortaleceu a articulação nacional dos movimentos de ES, aumentou a auto-estima desses movimentos e influenciou na geração de trabalho e renda para os segmentos mais excluídos; porque assimilou as propostas dos movimentos sociais, expressas no Fórum Social Mundial em 2001, conseguindo transformá-las em políticas públicas; porque atuou de forma horizontal, chegando em todos os estados e na maioria dos municípios com suas políticas; pois, apesar das dificuldades conseguimos criar a lei estadual e municipal de ES; fortaleceu os movimentos por meio de convênios; reconheceu o modelo de ES desenvolvida pelas populações tradicionais que já é uma referência para essa população; promoveu a inclusão através das redes.
- Bom – porque investiu na formação e capacitação das pessoas que coordenam os empreendimentos; fez bons investimentos no fortalecimento dos movimentos sociais, inclusive referendando o FBES, mas ainda faltou mais empenho e fiscalização nas ações que ela apoiou; a SENAES representa uma grande e histórica vitória para o movimento de ES brasileira, por trazer uma nova esperança às atividades de produção de bens e de serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário; porque buscou conhecer a realidade dos movimentos sociais de ES em cada estado da nação, por meio de pesquisa e dialogando com a representação dos diversos segmentos de ES.
- Regular – a SENAES fez até um grande esforço para dar conta da sua missão. Mas houve muita fragilidade no acompanhamento dos convênios e projetos; atuou com poucos recursos humanos, dificultando a gestão da política de ES em nível de Brasil; devido, também, ao perfil acadêmico da maioria dos recursos humanos.
- Ruim – porque não houve parceria da SENAES com o segmento de Artesãos em Belém, mesmo com a existência de várias associações e até cooperativa. Mas não houve esse apoio direto para os empreendimentos; porque não ajudou estruturar espaços de comercialização da ES em Belém; faltou estratégia conjunta de atuação.
- Péssimo – porque faltou apoio para deslocamentos de feirantes para as feiras nacionais; se observa que faltou ser feito um bom trabalho porque a maioria dos empreendimentos que se dizem de ES ainda são individuais; e faltou a SENAES investir mais na disseminação da

cultura da solidariedade; porque faltou estratégia de acompanhamento e monitoramento na execução das políticas. Essa é a causa dos maiores problemas em Belém.

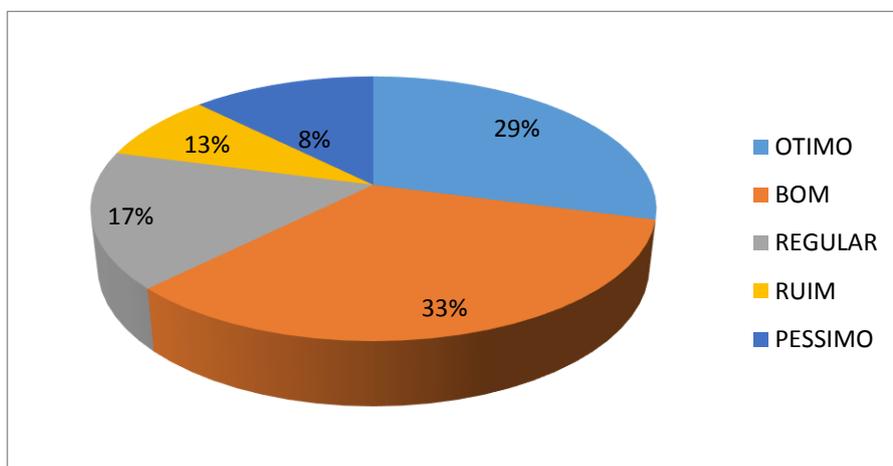


GRÁFICO 6: Avaliação Geral do Trabalho da SENAES/MTE em Belém-Pa.  
Fonte: Dados do levantamento (2016)

c) Em relação à atuação da SENAES (GRAF. 7), para fortalecer os EES e EAF em Belém, houve uma apresentação das seguintes opiniões:

- Não atuou – considerou-se como não atuou as respostas em branco e as respostas que afirmaram desconhecer o trabalho da SENAES.
- Atuou parcialmente – considerando que atuação da SENAES foi, majoritariamente, a nível estadual, por meio das EAF, deixando Belém em segundo plano.
- Atuou eficazmente – considerando que houve fortalecimento dos grupos de mulheres através da RESF; assim como houve o fortalecimento das entidades que tem atuação estadual, com sede em Belém e com alguns projetos voltados para a capital; influenciou para se criar uma identidade de ES, por meio da organização em redes; ajudou a tirar as entidades do anonimato em Belém; somente depois da SENAES aumentou a parceria entre as entidades, por meio das articulações que iniciaram para se fazer um trabalho conjunto; o trabalho da SENAES contribuiu para o surgimento do Banco Tupinambá; fortaleceu o PRONINC e a rede dos bancos comunitários; desenvolveu projetos de formação por meio do CFES, além de outros projetos que realizaram vários cursos e oficinas, através de Editais para a EAF desenvolverem a formação; criação de leis e criação de fundos solidários; transformou a ES em políticas públicas; a chamada pública de apoio aos Bancos Comunitários de 2010 a 2013; projeto voltado para capacitação profissional das mulheres; realização de cursos e orientações para a estruturação CONCAVES; trabalhou em sintonia com o FBES ajudou articular as feiras;

lançamento de editais que viabilizava atividades de fomento e apoio à economia visando à geração de trabalho.

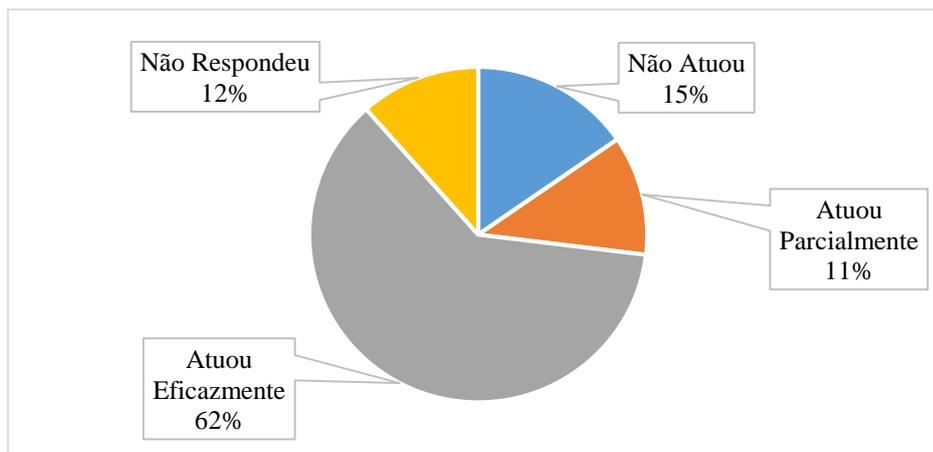


GRÁFICO 7: Atuação da SENAES para fortalecer os EES/EAF em Belém-Pa.

Fonte: Dados do levantamento (2016)

d) Sobre os Avanços da ES em Belém com o apoio da SENAES (GRAF. 8),

- Não significativo – o movimento de ES está enfraquecido, sem coordenação e sem projetos; já foi mais forte em Belém.
- Pouco significativo – a SENAES incentivou a criação de fóruns, conselhos; em Belém houve até uma animação, mas faltou um trabalho de acompanhamento, de unificação de forças para fortalecer a ES.
- Significativo – foi relevante o trabalho através de projetos, criação do fórum paraense de ES, a criação da lei estadual e a formação em ES feita pela ITCP;
- muito significativo – houve investimento em formação; qualificação profissional; se criou uma identidade para o movimento social; houve mais participação dos EES e EAF nas políticas públicas de ES; realização de conferências; organização de redes de comercialização; criação da lei estadual e municipal de ES; realização de feiras nacionais e estaduais e municipais; apoio para o movimento social através do FBES; transformou em políticas as reivindicações do movimento social; ampliação do cadastro dos EES; criação e consolidação de Bancos Comunitários; em Belém tem a experiência do Banco Tupinambá; vários segmentos da economia solidária se fortaleceram, entre os quais os catadores, confecção, etc.; criação de diversas cooperativas com os princípios da ES; investiu em informação e divulgação das ações nos diversos estados e municípios; fez articulações no país e a nível internacional; houve um certo avanço na normatização administrativa com o reconhecimento de uma moeda social dos Bancos Comunitários pelo Banco Central.

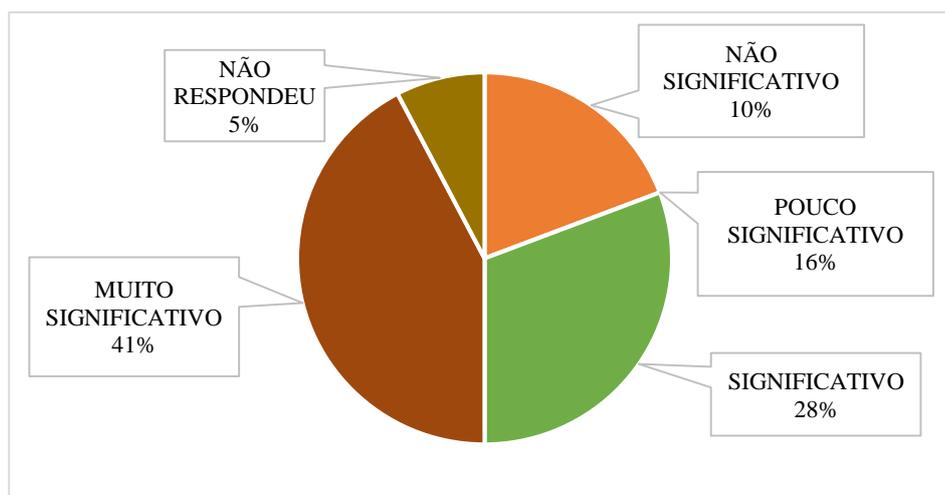


GRÁFICO 8: Avanços da ES em Belém com apoio da SENAES  
 Fonte: Dados do levantamento (2016)

e) As lacunas do trabalho da SENAES em Belém (GRAF. 9):

- Muito a desejar - faltou promover mais acesso a financiamento para os EES; faltou simplificar o processo de acesso a recursos; faltou criar uma referência de ES para a Amazônia; faltou olhar mais para nossa região norte com apoio logístico; faltou acompanhamento para desenvolvimento do trabalho do fórum estadual e metropolitano; faltou acompanhamento na ponta isso porque a SENAES tem uma composição muito acadêmica; faltou fortalecer os fóruns porque as EAF recebiam recursos sem o Fórum local tomar conhecimento e sem poder contribuir no planejamento da execução dos projetos; falta apoio para a comercialização; a saída de Paul Singer da SENAES; faltou investir na capacitação para o segmento de artesãos; faltou mais editais voltados para o fortalecimento dos EES; faltou logísticas de comercialização; deixou de fazer o acompanhamento na ponta, junto aos EES; não conseguimos ter avanços; ficamos com as leis no papel e não tivemos capacidade de influenciar para mudar essa realidade; faltou monitoramento da SENAES; Faltou dar continuidade aos projetos e melhor sistematização das experiências.
- Pouco a desejar – a SENAES fez a sua parte; mas falta continuar os projetos iniciados e diminuir a burocracia para acessar editais; faltou acompanhamento; fez muita divulgação, mas faltou mecanismos de enraizamento da cultura da ES; fez bons investimentos, mas faltou priorizar os que fazem os serviços e trabalhos mais pesados; garantiu apoio para as EAF, mas faltou a integração de todos os projetos patrocinados pela SENAES em Belém.
- Nada a desejar – a SENAES fez o que foi possível; levou a sério os movimentos sociais, incluindo suas demandas; pesquisou por meio do SIES a realidade da ES; valorizou as experiências que já existiam de ES; criou as redes; em pouco tempo conseguiu aprovar

orçamentos no Plano Plurianual do governo federal para fortalecer os movimentos por meio de diversos projetos.

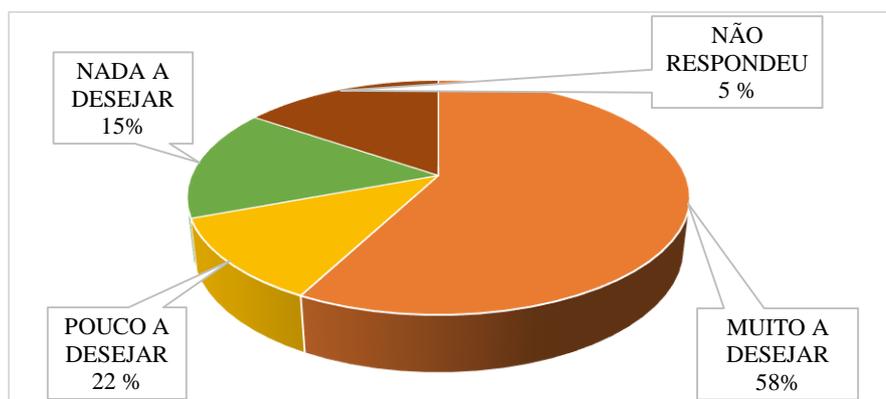


GRÁFICO 9: Lacunas no trabalho da SENAES Belém-Pa.  
Fonte: Dados do levantamento (2016)

#### f) Problemáticas da ES em Belém (GRAF. 10)

- Formação – A coordenação do FPES não ajuda nos processos dentro dos EES; falta mais pontualidade no cumprimento das decisões coletivas; falta desenvolver mais a cultura da participação, com pontualidade e responsabilidade em levar à prática as decisões; o maior problema é a disputa política pelo poder e por espaço; o comportamento de exacerbação do ego, personalista e autoritário ainda é muito forte; os interesses individuais ficam acima dos interesses coletivos, e a cultura da competição está atrapalhando o desenvolvimento da ES em Belém; falta mais reflexão e exercício da cultura da solidariedade e da democracia; falta uma cultura da valorização do ser humano, do respeito aos que precisam e garantir que sejam prioridade; ainda tem uma grande parte do público dos EES desinformada sobre o papel da ES; a cultura individualista ainda prevalece nos EES; falta exercitar a cultura da participação nos EES.
- Articulação - falta estratégia coletiva de atuação na ES em Belém; falta mais entendimento entre as parcerias; ainda há muitos conflitos; falta articular uma pauta e exigir o apoio das instituições públicas locais; falta integração dos projetos desenvolvidos pelas EAF; movimento social recuou e as políticas públicas desenvolvidas pela SENAES estão empacadas; as EAF executam os editais em Belém sem conhecimento da coordenação do FPES.
- Finanças - a SENAES enfraquece o FPES e o Conselho Estadual de ES quando repassa recursos para as EAF sem o conhecimento desses coletivos que representam o movimento social; ainda há muita burocracia para ter acesso a recursos; falta de apoio financeiro

diretamente para os EES; falta os governos locais investirem mais nesse novo jeito de se fazer a geração de trabalho e renda com os princípios da ES.

- Fomento - há necessidade de mais orientação e acompanhamento para organização dos EES; falta de ferramentas para desenvolvimento da ES; falta monitoramento do trabalho do FPES; falta troca de experiência entre os EES.
- Comercialização - falta apoio e compromisso do poder público local com a comercialização dos produtos da ES; falta mais logística para a comercialização em Belém; falta meios para o escoamento da produção.

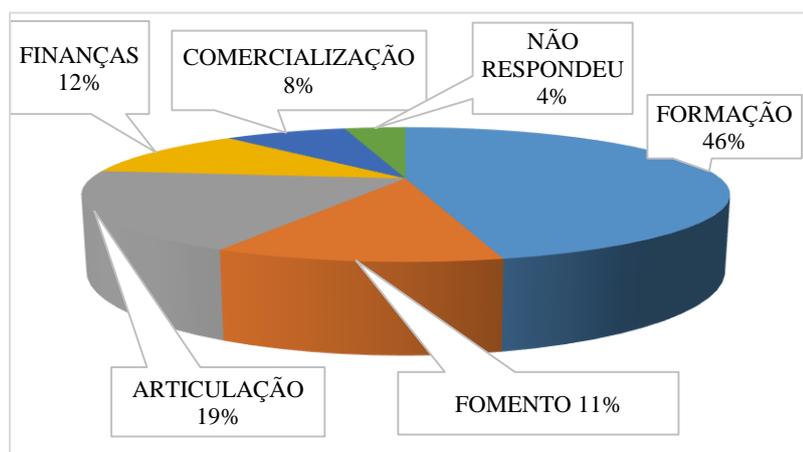


GRÁFICO 10: Probleáticas da ES em Belém-Pa.  
Fonte: Dados do levantamento (2016)

#### 4.4.1 A análise do impacto da SENAES sobre as organizações de ES em Belém-Pa.

A finalidade desta análise, tem como ponto de partida a temática escolhida como questão central no projeto de elaboração da dissertação de conclusão do mestrado, que expôs em evidência o seguinte problema: Qual o impacto da criação da SENAES nas organizações de ES em Belém-Pa., no período de 2003 a 2013? Para averiguar tal problema, se pré-definiu a seguinte hipótese: a política de ES, desenvolvida pela SENAES, influenciou substancialmente, no desenvolvimento endógeno no município de Belém, fomentando o fortalecimento e a criação de organizações de EES.

Ao proceder com a análise percebeu-se a necessidade de um breve estudo sobre o significado de desenvolvimento endógeno, visando a problematização em relação ao impacto do desenvolvimento das políticas públicas de ES, sob a gestão da SENAES em Belém-Pa. Amaral Filho (1996), apresenta esse novo modelo de desenvolvimento regional como

ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais, colocando nas mãos destes o destino da economia local ou regional. Para o autor, este modelo supõe o desenvolvimento social e econômico, de baixo para cima, tendo como ponto de partida as potencialidades socioeconômicas originais do local, em contraponto ao tradicional modelo de desenvolvimento estruturado de cima para baixo, a partir de interesses nacionais ou empresariais (AMARAL FILHO, 2001).

Sobre o modelo tradicional de desenvolvimento social e econômico, SANTOS (2003) argumenta que o processo de globalização se impôs como um rearranjo, a serviço das estratégias dos mais ricos do mundo, sendo a principal causa do aumento das desigualdades sociais, do aprofundamento da cultura da competição e consumismo, num processo de massificação da sociedade. Para o autor essa massificação é imposta por meio da tirania do dinheiro e da informação, influenciando numa competição desigual, determinando a escassez e a pobreza para os excluídos, diante da fraqueza política dos Estados. Neste sentido, enfatiza que: “há uma relação carnal entre o mundo da produção da notícia e o mundo da produção das coisas e das normas. A publicidade tem, hoje, uma penetração muito grande em todas as atividades [...] e a política é, em grande parte, subordinada às suas regras (SANTOS M. , 2003, p. 40).

Analisando este novo modelo de desenvolvimento social e econômico hegemônico na sociedade pós-moderna, Barquero (2001) também critica o processo de globalização, por ter aguçado, a partir dos anos 90, do século passado, o aumento da concorrência no mercado mundial, o ajuste no sistema de produção e a governança das nações, de acordo com as exigências impostas pela nova divisão internacional do trabalho. Para o autor, tais exigências se configuram nas prerrogativas neoliberais de redução do papel do Estado na economia, culminando com a redução dos direitos sociais, em consequência da privatização dos serviços públicos, entre outras questões. Em relação ao desenvolvimento endógeno o autor avalia que esse modelo pode ser uma alternativa de contraponto ao paradigma dominante, fundamentando-se nas relações entre indivíduos, empresas e organizações, que podem se organizar em uma variedade de redes, conforme os arranjos produtivos locais, investindo no fortalecimento do território e nas relações comerciais baseadas na confiança (BARQUERO, 2002).

De acordo com o exposto, o desenvolvimento endógeno poderá se constituir numa alternativa contra-hegemônica, de rompimento com o modelo tradicional de planejamento das políticas públicas, desde que esteja ancorado a um projeto de distribuição de renda e de oportunidades de acesso, às demais políticas, como mecanismo de interação e construção de

um processo de inclusão, mas também de emancipação das classes mais excluídas, por meio do engajamento desses segmentos, em redes, por cadeias produtivas e acesso às diversas condições de exercício da cidadania. A SENAES assumiu a proposição do novo paradigma de desenvolvimento das políticas públicas de ES, a partir da práxis de uma metodologia participativa de proposições de demandas, garantindo a horizontalidade e o exercício democrático de participação dos diversos segmentos, atores, redes e territórios, em todo o ciclo de elaboração e gestão, incluindo: planejamento, execução, monitoramento, avaliação e a revisão.

Baptista (2015), apresentam uma reflexão sobre essa ideia do ciclo das políticas públicas, apontando para a necessidade de se reconhecer as especificidades de cada um destes momentos do ciclo, como oportunidade de intervenção sobre o processo social e político. Nessa perspectiva, a autora apresenta um processo metodológico em que o primeiro passo é o reconhecimento de um problema, de relevância pública, que se constitui no ponto de partida para a geração de uma política pública. Estes problemas podem ser percebidos a partir de indicadores, identificados por dados quantitativos, por crises, ou pelo retorno de ações governamentais, passando a serem considerados importantes na formulação das políticas (BAPTISTA, 2015). Neste sentido, é válido ressaltar que a mudança da agenda governamental se altera à medida em que os cenários políticos se modificam.

A autora diferenciou três tipos de agenda no processo político: a agenda sistêmica ou não-governamental, que corresponde à lista de assuntos e problemas do país, mas fica aguardando oportunidade para ser prioridade; a agenda institucional ou governamental que inclui os problemas que obtêm a atenção do governo, mas ainda não se tomou uma decisão; e a agenda decisória ou política que corresponde à lista de problemas que estão sendo considerados e que serão trabalhados nos processos de execução. Destarte, o autor esclarece que o poder governamental não consegue atuar em todos os problemas e que apenas alguns entram na agenda decisória (KINGDON, 1984, apud BAPTISTA; REZENDE, 2015).

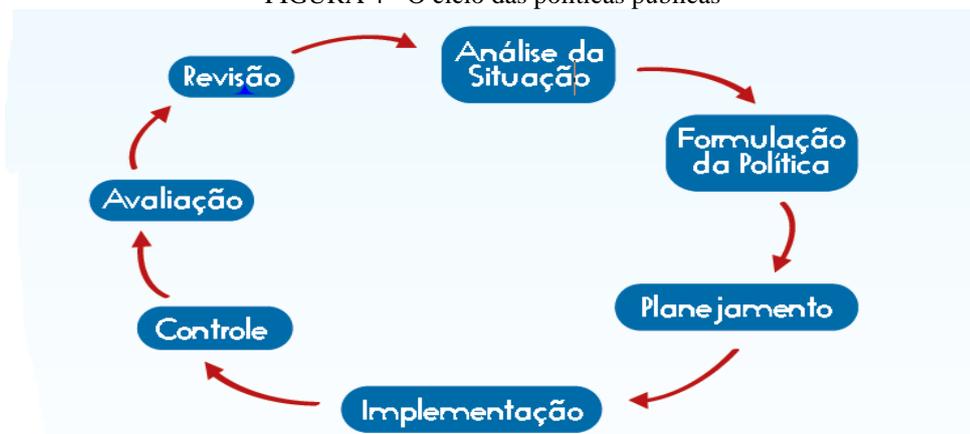
Em relação à participação de atores não-governamentais na formulação das políticas públicas, a autora destaca que só é possível quando grupos organizados, representando uma parcela da população, operam de forma indireta no processo político.

Esse processo de planejamento das políticas públicas, com a participação da sociedade civil organizada, representando os segmentos populares, foi desencadeado no Brasil, a partir de 2003, quando o novo governo federal, liderado pelo Presidente Lula, incorporou as demandas sociais, entre as quais a criação da SENAES, para gerir políticas que foram elaboradas num

denso debate e processo de sistematização, a partir da constituição do GT de ES, no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre em 2001, visando alcançar objetivos de interesse público. Se destaca neste cenário a capacidade reconhecida do professor Paul Singer, que passou a ser uma referência dos diversos segmentos da ES, sendo escolhido para ser o primeiro Secretário Nacional de Economia Solidária. O FBES passou a ser porta-voz das demandas dos segmentos de ES e, em articulação com a SENAES, foi possível transformar as demandas em Políticas Públicas, conforme relatório da SENAES/MTE (2012). Tais políticas foram incorporadas ao Plano Plurianual (PPA), onde ficou explícito a distribuição dos recursos públicos, no PPA 2004 – 2007; 2008 - 2011, e sua continuidade na edição seguinte do PPA 2012 a 2015 (MTE, 2016).

A Política Pública de ES, foi se consolidando com a realização das plenárias municipais, estaduais e nacional, criação de redes, engajamento de centenas de entidades de apoio e fomento e o acompanhamento do FBES. Esse avanço institucional seguiu os passos do ciclo de desenvolvimento das políticas públicas, sendo possível: elaborar, planejar, implementar, estabelecer controle, processo de avaliação e revisão, conforme a figura, a seguir:

FIGURA 4 - O ciclo das políticas públicas



Fonte: (CÁRITAS, 2015, p. 9)

A atuação da SENAES, em todo o país, se deu pela execução de um conjunto de projetos financiados com recursos predestinados no Plano Plurianual, além de diversos convênios celebrados. Os dados a seguir, sobre esses recursos, se referem ao período de 2003/2010, quando foram apoiados um total de 435 projetos de apoio e fortalecimento da ES, dos quais se constata que: 146 diretamente pela SENAES, 175 pela Fundação Banco do Brasil (FBB), 64 pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e 50 pelo Banco do Nordeste (BNB). O investimento total chega a R\$ 206.278.341,41 (duzentos e seis milhões, duzentos e setenta e oito mil, trezentos e quarenta e um reais e quarenta e um centavos).

Tabela 7: Recursos investidos nos projetos (2003 – 2010)

Origem do Projeto	Projetos	%	R\$	%
SENAES	146	33,6	129.526.830,61	63%
FBB/SENAES	175	40,2	51.169.410,80	25%
FINEP/SENAES	64	14,7	20.772.514,81	10%
BNB/SENAES	50	11,5	4.809.585,19	2%
Total	435	100,0	206.278.341,41	100%

Fonte: (SOLTEC/UFRJ, 2011, apud SENAES (2012))

A distribuição dos recursos por abrangência nacional e regional, conforme a tabela a seguir, revela que os projetos nacionais são os de maior porte, representando 15% do número de projetos com 34% do valor total investido. Por outro lado, se observa que a menor participação é das regiões Norte e Centro Oeste, tanto no quantitativo de projetos, quanto no valor investido.

Tabela 8: Recursos investidos em projetos por abrangência nacional e regional (2003 – 2010)

Abrangência	Projetos	%	R\$	%
Nordeste	135	31%	38.242.988,60	19%
Sudeste	99	23%	40.847.739,60	20%
Sul	73	17%	23.624.286,70	11%
Norte	35	8%	22.383.075,20	11%
Centro Oeste	26	6%	10.898.380,70	5%
Nacional	67	15%	70.281.870,61	34%
TOTAL	435	100%	206.278.341,41	100%

Fonte: (Pesquisa SENAES - SOLTEC/UFRJ, 2011, apud SENAES, 2012)

Tabela 9: Distribuição projetos por ações agregadas (2003 – 2010)

Ações agregadas	Projetos	%	R\$	%
Promoção do desenvolvimento local e ES	28	6%	56.392.569,24	27%
Apoio a incubadoras de economia solidária	82	19%	29.398.672,34	14%
Apoio e fomento a empreendimentos de catadores de materiais recicláveis	28	6%	20.861.868,15	10%
Projeto de Formação de Formadores em ES	29	7%	20.218.556,52	10%
Apoio às finanças solidárias (bancos comunitários, fundos rotativos etc.)	71	16%	17.782.177,99	9%
Comercialização solidária	31	7%	15.455.305,83	7%
Fortalecimento institucional da economia solidária	19	4%	11.462.117,15	6%
Mapeamento da economia solidária no Brasil	48	11%	9.646.508,00	5%
Fomento a empreendimentos econômicos solidários e redes de cooperação	51	12%	8.611.971,18	4%
Assessoria técnica a EES	17	4%	5.049.846,18	2%
Apoio e assessoria a empresas recuperadas por trabalhadores em regime de autogestão	9	2%	5.012.376,74	2%
Centros Públicos de Economia Solidária	19	4%	4.562.372,09	2%
Outros - diversos	3	1%	1.824.000,00	1%
TOTAL	435	100%	206.278.341,41	100%

Fonte: (Pesquisa SENAES - SOLTEC/UFRJ, 2011, apud SENAES, 2012)

Ainda que esse quadro apresente uma visibilidade somente até 2010, é possível se ter uma idéia de que a SENAES investiu o maior volume de recurso nas ações de promoção do desenvolvimento local e da ES. Os projetos de apoio a incubadoras de ES aparecem também

com forte prioridade de investimento, seguidos pelos projetos de fomento às organizações de catadores de materiais recicláveis, de formação e de finanças solidárias.

O quadro, abaixo, apresenta a sistematização das ações da política nacional da SENAES e a incidência dessas políticas na cidade de Belém-Pa.; inclusive com informações até 2013, no intuito de se ter maior clarividência da comprovação da hipótese, visando constatar se houve impacto das políticas da SENAES, ao ponto de influenciar, substancialmente, no desenvolvimento endógeno no município de Belém-Pa.

QUADRO 4 - Os impactos da atuação nacional da SENAES em Belém-Pa.

ESTRATÉGIAS DE ARTICULAÇÃO DA SENAES		
ANO	ATUAÇÃO NACIONAL DA SENAES	ATUAÇÃO EM BELÉM
2003	<b>FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL</b>	
	Estruturação da SENAES; aprovação das PPES, e o reconhecimento das organizações de ES como sujeitos de direito a nível nacional, estadual e municipal. Realização de Conferências nacionais, estaduais e municipais de ES; início da Construção de um Marco Jurídico da Economia Solidária no Brasil.	Foi criado o Fórum Paraense de ES; Realização de Conferências Municipais e Estadual e ES. Participação na Conferência Nacional.
2004	A SENAES inseriu o Programa ES nos Planos Plurianuais de 2004 a 2007; de 2008 a 2011 e 2012 a 2015, sendo decisivo para que a ES pudesse traduzir em ações suas demandas e prioridades.	Foram realizados projetos de fomento da EES, por meio da ITCP/UFPA; ITCP/UFRA, com sede em Belém.
	Realização do primeiro mapeamento da ES no Brasil (2005 - 2007), com a implantação do SIES;	O mapeamento foi realizado em Belém no período 2005-2007, em parceria com FASE, CÁRITAS e ITCP/UFPA, todas com sede em Belém.
<b>COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA</b>		
2005	Ação de Desenvolvimento Local e Economia Solidária (PPDLES) Implantação do Programa Nacional de Feiras de Economia Solidária, apoiando eventos de organização da comercialização em feiras estaduais, nacionais e internacionais. Lançamento da Campanha “Economia Solidária – Outra Economia Acontece”; Lançamento do Programa de Feiras; Finanças Solidárias com Base em Fundos Solidários, que intitui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO.	Realização de Convênio entre a SENAES e a CÁRITAS Norte II, com sede em Belém, para desenvolvimento de projetos de Fundos Solidários.  Houve participação de EES de Belém em todas as Feiras Nacionais, além das feiras locais e por ocasião do FSM em 2009 em Belém.
2006	I Conferência Nacional de Economia Solidária (Brasília/DF - 26 a 29 de junho de 2006) - Instalação do Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES Articulações com a sociedade civil: as relações da SENAES com o FBES; A articulação com o Poder Legislativo: Frente Parlamentar da ES; Articulações internacionais;	Realização de Conferências Municipais e Estadual; Participação na Conferência Nacional, com direito a duas vagas do Pará no CNES. A REDE RECID contribuiu na organização das conferências setoriais nacionais e estaduais (comunicação, segurança alimentar, educação, economia solidária, cultura), com o processo da Assembléia Popular, com as pastorais sociais e outras instituições da sociedade civil.

2007	2007 - Criação da Frente Parlamentar de ES. Expansão das políticas públicas de ES, por meio da criação de Centros Públicos de ES. Articulações intersetoriais da SENAES em desenvolvimento local e territorial.	Realização de estudos e articulações, com diversos segmentos para elaboração do Plano Estadual de ES; criação da Lei Estadual e Lei Municipal de ES.
<b>FORTELECIMENTO DE SETORES SOCIOECONÔMICOS, REDES DE COOPERAÇÃO E CADEIAS PRODUTIVAS.</b>		
2008	Investimento no Desenvolvimento de Cadeias Produtivas Solidárias Locais - Lançamento da Chamada Pública para os CATADORES – CATAFORTE.	Em Belém houve o fortalecimento do segmento de Catadores de Materiais Recicláveis por meio da ação de inclusão dos catadores de materiais Recicláveis no Projeto CATAFORTE.
<b>EIXOS DE ATUAÇÃO DA SENAES</b>		
<b>CONHECIMENTO: PRODUÇÃO, DISSEMINAÇÃO, FORMAÇÃO E ASSESSORIA EM ES</b>		
2009	- Chamada Pública: PRONASCI Economia Solidária - Lançamento Nacional dos Centros de Formação em Economia Solidária (CFES)	Criação do Fórum de ES da Região Metropolitana de Belém; o Conselho Paraense e o Conselho Metropolitano; além da criação da Lei Estadual de ES e, especificamente, em Belém foi criada a lei municipal de ES.
<b>FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO EM ES</b>		
	Sistema de Informações em Economia Solidária - SIES: reconhecimento e visibilidade da economia solidária no Brasil.	O SIES foi desenvolvido no Estado do Pará e, especificamente, em Belém, de 2004-2007; 2009 a 2012;
	Desenvolvimento do PRONINC	Houve apoio de fortalecimento por meio do PRONINC para as Incubadoras: ITCPS/UFPA e a ITCPS/UFRA; ambas com sede em Belém.
	Formação, Qualificação Social e Profissional e Educação. Desafios para uma política de formação adequada as exigências da Economia Solidária.	Desenvolvimento do projeto de formação, por meio da ITCP/UFPA que assumiu a coordenação do primeiro projeto do CFES, na região Norte, com sede em Belém.
<b>ASSESSORAMENTO TÉCNICO PARA OS EESs</b>		
	Ações de Fomento por meio do Desenvolvimento de Tecnologias Sociais em Economia Solidária	Houve o estabelecimento de parceria entre a SENAES e EAF: Cáritas, ITCPS/UFPA, ITCPS/UFRA, todas com atuação no Estado e com sede em Belém.
<b>CAMPANHA NACIONAL DE DIVULGAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA</b>		
	Realização da Campanha Nacional de Divulgação e Mobilização da Economia Solidária no Brasil: “Outra Economia Acontece”.	A Campanha atingiu os EES no município de Belém, com informações por meio de cartilhas, sites e programas específicos de comunicação.
<b>FINANÇAS SOLIDÁRIAS</b>		
	As Finanças Solidárias na Plataforma da Economia Solidária no Brasil; Diálogo e participação na elaboração da política de finanças solidárias; Ações de Institucionalização da Política de Finanças Solidárias; A ação de Fomento às Finanças Solidárias com Base em Bancos Comunitários e Fundos Solidários;	Houve apoio em Belém que possibilitou o fortalecimento da iniciativa de criação do Banco Tupinambá, por meio da rede de Bancos Comunitários, coordenada pelo Banco Palmas; Desenvolvimento do Projeto Fundos Solidários pela Cáritas Brasileira.
2010	- Chamada Pública de Parcerias – Implantação e consolidação de bancos comunitários e de fundos solidários. – Assinatura Decreto nº 7.357 de 17 de novembro de 2010 – Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário – Assinatura Decreto nº 7.358 de 17 de novembro de 2010, PRONINC – II Conferência Nacional de Economia Solidária (Brasília/DF – 16 a 18 de junho de 2010)	O Instituto Vitória Régia assumiu o trabalho de fomento para implantação de EES, visando a ressocialização e a geração de ocupação, emprego e renda de egressos do sistema penal e seus familiares. A Cáritas Brasileira continuou o trabalho de assessoria e acompanhamento aos fundos solidários.

		<p>O Instituto Tupinambá passou a atuar como assessoria técnica de planejamento e gestão ao Banco Comunitário Tupinambá.</p> <p>O ISSAR, passou a executar em Belém o projeto Cata-Ação em convênio com a SENAES. Uma estratégia de desenvolvimento local a partir da cadeia produtiva da reciclagem focado na inclusão social, através do trabalho solidário, autogestionado.</p>
2011	- Projeto de Lei nº 865/2011 (Audiências Públicas)	<p>O Fórum Paraense de ES (FPEPS) participou da Sessão Especial na Câmara Municipal de Belém onde fez a entrega e o debate sobre a proposta de Lei Municipal de ES.</p> <p>A Cáritas Brasileira Norte II realizou Oficina Estadual dos Fundos Solidários;</p> <p>O FPEPS realizou encontros sobre Comércio Justo e Economia Solidária, Seminário do Projeto Brasil Local Feminista; elaborou propostas para o Plano Político Pedagógico do CFES e o seu Plano de trabalho 2011/ 2013.</p> <p>Também conseguiu articular a criação da Frente Parlamentar de ES visando a elaboração da Lei Estadual de ES do Pará.</p>
2012/ 2013	<p>Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária (PPA 2012/2015).</p> <p>Fomento às redes de cooperação solidárias, EES organizados em cadeias produtivas e arranjos econômicos territoriais e setoriais de produção, comercialização e consumo sustentáveis e solidários.</p>	<p>A Câmara Municipal de Belém cria a Lei que instituiu em Belém o Programa Municipal de Economia Solidária.</p> <p>Criação do Conselho Municipal de ES em Belém.</p> <p>O FPEPS garante sua participação na V Plenária Nacional de ES.</p> <p>O Instituto Vitória Régia Capital Social, desenvolve o projeto de qualificação profissional, específico para as mulheres em cinco municípios do estado, incluindo a cidade de Belém.</p>
	Continuidade do CFES Amazônia sob a coordenação da Universidade Federal do Tocantins.	O Instituto ISAAR, assume a responsabilidade de executar, no Pará, o Projeto de Formação do CFES Amazônia II, sob a gestão da Universidade Federal do Tocantins.

1. Fonte: (SENAES/MTE, 2012).

2. (FPES, 2012).

3. Elaboração própria (2016).

O quadro acima exposto revela que as ações nacionais da SENAES, entre 2003 e 2013, chegaram a ter incidência em Belém, com exceção do Centro Público de ES. Segundo as justificativas expostas em algumas entrevistas, faltou uma visão estratégica local, em relação ao papel desse projeto; os protagonistas locais não investiram nessa conquista considerando que já havia a Diretoria de ES (DECOSOL), no âmbito da Secretaria Estadual de Trabalho e Renda (SETER).

O quadro acima também coincide com a avaliação das ações da SENAES, feita pela maioria das pessoas entrevistadas, configurando-se no resultado do GRAF 6 (ver página 159), em que: 29% avaliam que foi ótimo o trabalho da SENAES; 33% avaliam que foi bom; 17%

avaliam que foi regular, 13% que foi ruim e somente 8% avaliam que foi péssimo. Quando se observa a soma de ótimo e bom, se percebe um total de 62%. Além do que, as principais opiniões de regular, ruim e péssimo, expressam duras críticas à falta de acompanhamento e monitoramento das políticas. Ou seja, questionam apenas a efetividade do trabalho da SENAES em Belém.

Outro dado também demonstra essa coerência quando se observa a avaliação sobre a atuação mais específica em Belém, a pesquisa revelou, conforme GRAF. 7 que: 62% dos entrevistados considera que a SENAES atuou eficazmente; para 11% atuou parcialmente; 15% consideração que não atuou em Belém e 12% não responderam. Sobre os avanços da ES a partir do impacto da SENAES, 41% consideram avanços muito significativos; 28% consideram apenas significativo; 16% pouco significativo e 10 % não responderam (GRAF. 8, acima exposto).

Em se tratando da efetividade das políticas que chegaram por meio de ações da SENAES em Belém, se observa que, em relação às lacunas da atuação da SENAES, as pessoas entrevistadas avaliaram que: 58% ficou muito a desejar; 22% pouco a desejar; 15% nada a desejar e 5% não respondeu (GRAF. 9, acima exposto).

Nesse item se constata que mais de 60% consideram que as ações chegaram em Belém, porém faltou garantir a efetividade, devido à falta de acompanhamento, de monitoramento dos trabalhos desenvolvidos, principalmente pelas EAF's; devido à falta de empoderamento e determinação do Fórum Metropolitano de ES e do Fórum Paraense de ES, no desenvolvimento do seu papel como representação da sociedade civil organizada. Algumas entrevistas relatam que os recursos chegavam nas EAF's sem o conhecimento dessas instâncias. Por sua vez também se constata, por diversas razões: falta de assessoria, falta de condições estruturais para atuar diretamente na ES, além da falta de planejamento e unidade de ação. A dificuldade desses segmentos representativos da ES em Belém, fez com que ficassem desinformados e sem condições de também fazer esse acompanhamento e monitoramento, pois as informações eram todas expostas no portal da transparência. Por sua vez também faltou a visão da gestão compartilhada das EAF, em relação aos movimentos sociais, houve distanciamento e falta de integração de um trabalho tão necessário em favor das classes populares.

Após todos esses dados, se constata que foi impactante o trabalho da SENAES em Belém-Pa. Porém, em relação ao desenvolvimento endógeno do município de Belém, esse impacto se caracteriza como uma influência pontual, na medida em que apenas alguns segmentos conseguiram trabalhar a cadeia produtiva, a exemplo de Catadores e Artesãos. Outro

exemplo é o Banco Tupinambá que vem conseguindo se firmar mediante às adversidades da situação econômica; além de importantes redes de articulação das políticas de ES como a RESF, a rede de Grupos Solidários, a Rede de Comercialização, entre outros processos. No entanto, esses segmentos não conseguiram ainda uma articulação sistemática, ao ponto de terem força política para exercer seu protagonismo na economia local e serem referência de desenvolvimento endógeno na capital. A pesquisa de campo também subsidiou a percepção de que alguns fatores contribuem para essa realidade:

- a) Nenhuma EAF assumiu exclusivamente Belém como campo de atuação para fomento, assessoria, acompanhamento, formação e sistematização das experiências, considerando o imenso campo de trabalho que é Belém, com 72 bairros oficiais, caracterizados por um contraste de desigualdade social que aumentou nos últimos anos, na contramão do processo nacional.
- b) Conforme dados da pesquisa de campo, a SENAES deixou muito a desejar. Essa é a opinião de 58% das pessoas entrevistadas, conforme GAF. 9, devido a falta de acompanhamento e monitoramento do trabalho de ES em Belém.
- c) As entidades e organizações protagonistas da ES em Belém, precisam decidir assumir o compromisso de efetivamente abraçar a bandeira de luta da ES, frente ao poder público local, investindo na construção e execução de um projeto de desenvolvimento da ES a nível local, considerando as significativas experiências de ES que já ocorreram neste município, sem esperar que algum ente de fora venha coordenar esse processo. Enquanto isto não acontece, o Conselho Municipal de ES permanece inerte e a Lei Municipal de ES encontra-se somente no papel.

#### **4.4.2 Avanços quantitativos**

Os dados do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários/SENAES/MTE (CADSOL, 2013), em Belém-Pa., revelam que, durante cerca de duas décadas, antes da criação da SENAES, foram criados 88 EES em Belém. E, no período entre 2003 e 2013, ou seja, durante dez anos, após a criação da SENAES, foram criados 86 EES. Esse dado é um indício importante da influência SENAES, na criação dos EES, considerando que esse crescimento, em apenas dez anos, alcançou quase a mesma quantidade

de vinte anos anteriores; inclusive, num período histórico do Brasil e de Belém, quando foi registrada a maior taxa de geração de empregos formais e informais no país, pelo IBGE. Em se tratando do CADSOL (2013), se observou o registro do cadastro/ SIES (2013) de 174 EES em Belém. Entretanto se avalia, com base nas entrevistas que, considerando a realidade da ES em Belém, os dados do CADSOL são inconsistentes, ao se constatar que, cerca de 60% dos EES cadastrados, não correspondem aos critérios definidos pela base conceitual do SIES e cerca de 10% já estão desativados. Ou seja, somente cerca 30% dos EES cadastrados estão atuando, de fato, com base nos princípios da ES. Essa é uma das questões onde se constata a falta concreta de monitoramento da SENAES sobre a veracidade das ações em desenvolvimento. Talvez seja necessário revisar um dos itens da metodologia de considerar o acumulado de informações existentes, de levantamentos anteriores, sem fazer uma revisão criteriosa nos dados. Porém, em que pese esse equívoco nos dados do CADSOL, se reconhece que houve um significativo crescimento, sobretudo no número de grupos informais de produção, que podem ser embriões de futuras organizações mais estruturadas de EES; assim como se estruturaram associações e cooperativas significativas como é o caso da CONCAVES e o Banco Tupinambá.

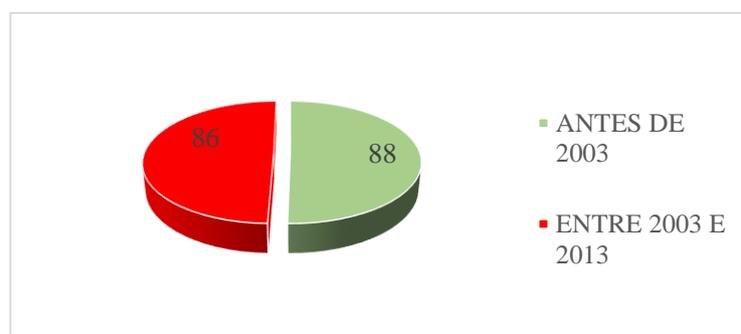


GRÁFICO 11 - Criação de EES antes e depois da SENAES  
Fonte: Dados do levantamento (2016)

TABELA 10 – Formas de Organização da ES em Belém

Formas de Organização em Belém		%
Grupo Informal	76	43,2
Associação	54	31,4
Cooperativa	15	8,9
Soc. Mercantil	29	16,5
Total	174	100%

Fonte: (SIES/SENAES/MTE, 2013)

#### 4.4.3 Avanços qualitativos

Os avanços qualitativos da ES em Belém se evidenciam pela construção de uma identidade coletiva da ES nesta cidade, a partir da continuidade de um trabalho que já vinha sendo articulado, desde a década de 90 do século passado. Porém, com a criação da Política Nacional de ES, sob a gestão da SENAES, se criaram referenciais balizadores da prática e desenvolvimento de uma outra economia. Esses referenciais se configuram na definição de conceitos e princípios da ES que passaram a subsidiar as análises criteriosa da concretude dessa outra forma de economia na atual sociedade capitalista. Com base nesses referenciais se constata os fatos que comprovam a incidência das Políticas Nacionais de ES em Belém-Pa., influenciando no desenvolvimento endógeno, a partir das seguintes evidências:

- a) O fortalecimento das seguintes organizações de ES: Associação Popular de Consumo (APC); a Cooperativa de Prestação de Serviço de Belém (COOPBEL); Movimento Afrodescendente do Pará (MOCAMBO); O grupo Ateliê Irupê – do Instituto Lar Fabiano de Cristo; a Associação de Artesãos e Expositores do Pará e Amazônia (ARTEPAM); a Cooperativa de Artesãos de Icoaraci (COARTI); Instituto Saber Ser Amazônia Ribeirinha (ISSAR); Cáritas Brasileira Norte II; A Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); Sociedade Assistencial e Educativa Mãe Admirável (SAEMA); a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UFPA), entre outras.
- b) A criação das seguintes organizações: Fórum Estadual de ES; Fórum Metropolitano de ES; Rede de Educação Cidadã (RECID); Conselho Estadual de ES; Conselho Municipal de ES; Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis (CONCAVES); Grupo Mãos Solidárias que compõe uma rede de vinte grupos de produção; Grupo de Mulheres Produtoras Amazônia Design; Associação dos Trabalhadores Informais do Centro Histórico de Belém – ATICEHB; Banco Comunitário Tupinambá; Instituto Socio-Economia Solidária Tupinambá; Instituto Eco-Vida-Amapá - Flora Marajó; Grupo Ambiente Parauara; A Cooperativa de Artesanato do Pará e da Amazônia (COOARPAM); Instituto Vitória Régia e Capital Social.



Fotografia 4 – Membros da Diretoria da CONCAVES, eleitos/as como delegados e delegadas, na III Conferência Estadual, para a III Conferência Nacional de ES.  
Fonte: (CONCAVES, 2014)

No perfil dos EES entrevistados, observa-se que, cerca de 80%, desenvolvem as atividades econômicas de produção e comercialização, incluindo o ramo de confecções, alimentação, artesanato, inclusive, biojóias e beneficiamento de ervas medicinais com desenvolvimento da cultura regional, valorizando as experiências de vida das populações tradicionais, a riqueza da biodiversidade da Amazônia, como fonte de riqueza para a geração de trabalho e renda, tendo como princípio a preservação da natureza e o manejo da biodiversidade existente na ilha do Marajó; a comercialização acontece em pontos fixos e nas feiras periódicas; também se organizam para fazer as compras conjuntas, em busca de acesso aos produtos de alimentação com menor custo. Na atividade de prestação de serviços, cerca de 20% desenvolvem o trabalho de reciclagem, higiene e limpeza. Nessas atividades econômicas, a média geral de rendimento mensal dos componentes dos EES fica entre 1 a 2 salários mínimos, variando de acordo com os períodos de alta, média e baixa temporada ou de acordo com a possibilidade de vendas nos megaeventos de feiras nacionais, estaduais e municipais.

Diversas dessas atividades tiveram acesso a crédito, no governo estadual petista do Pará, pelo programa de microcrédito CREDPARÁ, no período de 2007 a 2010 e, também, pelo Banco Popular Tupinambá, com denominação oficial de Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD), localizado no Distrito de Mosqueiro, na cidade de Belém (PA), que vem garantindo microcrédito para produção e consumo local e participa da rede de mais de cem bancos comunitários, tendo como maior referência o Banco Palmas, em Fortaleza (CE). O Instituto

Tupinambá foi criado com a missão de fortalecer esta experiência de banco popular, assessorando os grupos de empreendedores na implementação de projetos de trabalho e geração de renda, sob a diretriz da ES (TUPINAMBÁ, 2016a).



Fotografia 5 - Articulação entre o Banco Comunitário Tupinambá e o Banco Palmas  
Fonte: (TUPINAMBÁ, 2016b)

Sobre a participação desses EES em Fóruns, Conselhos e Redes de Comercialização e outras formas de articulação do movimento, apenas dois EES não participam e alegaram que nunca foram convidados para as reuniões.

#### **4.4.4 A relevância do impacto da SENAES em Belém-Pa.**

A pesquisa de campo possibilitou uma percepção de que, nas três últimas décadas do século vinte, um conjunto de entidades comprometidas com a luta em favor da justiça social, desenvolveram experiências significativas de educação popular, no assessoramento, formação, capacitação e acompanhamento de diversos empreendimentos econômicos, geridos pelos princípios da autogestão. Entre essas entidades se destacam a FASE, a Cáritas Brasileira, ITCPE/UFPA, ADS/CUT, assim como, a significativa experiência da Prefeitura Municipal de Belém, no período de 1997 a 2004, com a criação do Banco do Povo de Belém. Esse acúmulo de experiências de geração de trabalho e renda, foram determinantes para que o Pará e os diversos movimentos sociais de Belém participassem com qualidade no FSM em 2001, em

Porto Alegre, assim como nas articulações para a criação do FBES e para a criação da SENAES. E, a partir dessa participação no processo de articulação nacional, capaz de construir a Política Pública de Economia Solidária (PPES), houve uma ampliação da visão dos militantes de Belém em relação aos fundamentos do que se denomina ES, com suas múltiplas dimensões, com seu caráter alternativo enquanto nova forma social de produção, mediante à situação de exclusão social provocada pelo sistema capitalista (GAIGER, 2003; GAIGER, 2004, apud MIRANDA, 2007).

É evidente a relevância do impacto da criação da SENAES em Belém quando se observa os seguintes acontecimentos:

- Além do fortalecimento e criação de diversos EES, acima exposto, se destaca a criação do Fórum Estadual de ES, do Fórum Metropolitano da grande Belém, como referências coletivas da sociedade civil, que foram capazes de elaborar e articular a aprovação das Leis de ES estadual e Municipal. Nessa construção, ganha relevância a criação da Diretoria Estadual de ES (DECOSOL/SETER), no âmbito da Secretaria Estadual de Trabalho e Renda, para o fomento da economia solidária no Pará, como resultado da força política dos segmentos da ES, principalmente das organizações de Belém; bem como a realização de conferências e plenárias a nível municipal, estadual e a participação significativa nas plenárias nacionais de ES. Inclusive, a força organizativa do Pará se destacou a nível nacional, chegando a conquistar o direito de eleger dois representantes do estado para serem membros no Conselho Nacional de ES (CNES).
- A relevância também é perceptível na gestação da identidade coletiva, em todos esses processos coletivos, com realce para a execução do Projeto Centro de Formação de ES (CFES/SENAES/MTE), sob a coordenação da ITCPE/UFPA, que desenvolveu um processo de formação, tendo como público as lideranças, gestores, assessores dos EES, conforme esclarece BARBOSA (2012):

Para atingir o perfil de formação de formadores em economia solidária, o CFES [...] foi discutido como uma estrutura e com conteúdos pedagógicos capazes de facilitar a relação educando-educador centrados em suas comunidades, articulando e valorizando o saber popular, historicamente acumulado em troca com o saber científico, ao mesmo tempo em que buscou trabalhar os laços e redes de conexão das esferas sociais como uma totalidade social plena de significados.

A base dessa concepção é a troca de saberes para que haja a integração do todo como princípio da omnilateralidade e da politécnica em uma perspectiva interdisciplinar, superando a fragmentação entre os saberes científicos e técnicos e os saberes populares, a partir da construção de novos valores e novas relações humanas concretas baseadas na solidariedade e na cooperação.

As práticas educativas em economia solidária foram capazes de contribuir para que os trabalhadores e trabalhadoras dessa outra economia tivessem consciência de seu papel na sociedade, como sujeito contínuo de transformação (BARBOSA M. J., 2012, pp. 48-49).

- Desta forma, adquiriram maior entendimento sobre o que seriam as políticas compensatórias, que buscam prioritariamente compensar as situações mais graves, como pobreza extrema; e o que seriam as políticas emancipatórias, de geração de trabalho e renda; mais que isto, avançaram no entendimento do avanço conceitual e científico da ES, como uma nova economia e como mecanismo de criação uma nova cultura, por dentro do sistema capitalista, como alternativa a esse sistema dominante.
- Foi relevante a organização e participação dos atores da ES de Belém nas feiras estaduais de ES e nas feiras nacionais; a participação qualificada, da militância da ES de Belém no FSM, realizado em Belém, em 2009, desde a sua preparação em 2008 e durante o referido evento.

No último capítulo, a seguir, sobre as considerações finais, serão feitas as observações sobre o papel propulsor da SENAES, assim como as razões da política pública de ES influenciar, apenas pontualmente, no desenvolvimento endógeno no município de Belém. Pretende-se também sistematizar os desafios a serem enfrentados pelas organizações protagonistas locais diante da conjuntura atual. Há um cabedal de conhecimentos acumulados, com base nos estudos, reflexões e experiências. E, em que pese todas as problemáticas da ES em Belém, o movimento está vivo, latente, capaz de se reerguer com força e qualidade. É o que se vislumbra.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão do Mestrado em Políticas Públicas, focalizou a ES como temática central, considerando o ineditismo do desenvolvimento da Política Pública de ES no Brasil, pelo governo federal, no início do século XXI, tendo em vista alcançar o entendimento do significado desta experiência, a partir do seu impacto em Belém-Pa., como terreno estudado e analisado. O estudo também não fugiu à intenção de contribuir nas análises mais gerais da ES no Brasil, após 500 anos do início da colonização, dos quais 300 anos a mão de obra foi escravizada. E, após mais de 100 anos de República, ainda não se realizaram, no país, as reformas de base, mantendo-se a concentração da terra e da renda. Somente a partir de 1988, com o evento da promulgação da nova Constituição Federal, foram reconhecidos os direitos de todos/as cidadãos/ãs. No entanto, ainda prevalece, no país, a hegemonia de uma cultura opressora, paternalista, assistencialista e clientelista, com uma sociedade fundamentada no individualismo, na competição, na discriminação das classes populares; com a uma concepção patrimonialista do Estado que garante a elitização dos direitos básicos da vida humana.

Durante a elaboração, surgiam indagações referentes às reais condições de superação do sistema econômico dominante, que tem sua base de sustentação calcada na exploração da classe trabalhadora e nas sociedades de capitais. Como minar esse sistema a partir de um trabalho de base por meio da ES? Como fortalecer essa outra economia que busca sua fundamentação na cooperação, na solidariedade, na autogestão, com organizações econômicas coletivas, formadas por pessoas marcadas pela exclusão social? Tais questões suscitaram uma reflexão sobre as reais possibilidades de envolver o contingente populacional mais atingido pelas consequências da usurpação e ganância do capital, numa luta pela emancipação, visando superar os resquícios da colonização, do sistema escravocrata, da cultura opressora, que se reproduz na atual sociedade brasileira. Também se refletiu acerca da ES como essa nova semente de organização social e econômica, como forma de enraizamento de uma nova cultura, capaz de influenciar na construção de um novo sistema alternativo ao famigerado capitalismo. Apesar dessas inquietações e desse olhar sonhador, concentrou-se os esforços para opinar, detidamente, sobre a questão central desta dissertação, à luz das experiências e teorias já desenvolvidas, tendo em foco o que se definiu como problema e hipótese deste trabalho.

O estudo da história da ES passou pelo entendimento da trajetória do capitalismo, do século XVIII ao século XIX, em que a Inglaterra deu um salto tecnológico no setor produtivo e criou o mecanismo do mercado autoregulável, tornando-se referência mundial na área econômica. Polanyi (2000), um dos principais analistas desse processo histórico, considera que tais avanços provocaram uma mudança estrutural na sociedade, caracterizando-o como uma catástrofe por ter transformado a terra, o trabalho e o dinheiro em mercadoria, impregnando uma visão utilitarista do ser humano e do meio ambiente, submetendo a sociedade ao mercado. O autor faz uma comparação ressaltando que antes, quando a ordem na produção e distribuição era garantida pelos princípios da reciprocidade, redistribuição e domesticidade, a produção e a comercialização se desenvolviam a nível local ou regional, recorrendo-se ao comércio externo somente diante da ausência de alguns bens, numa relação de complementariedade. E, após o evento da revolução industrial na Grã-Bretanha, no século XVIII, foi estabelecido um sistema econômico baseado no mercado autoregulável, no qual a competição e a busca do lucro, sem medir as formas de exploração da riqueza, tornam-se o fundamento da cultura dominante, funcionando sem freios e sem impedimentos na era moderna. Com essa transformação a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência, implicando uma mudança de motivação da ação por parte dos membros da sociedade em relação à produção e consumo de bens. Desta forma, a maioria das transações comerciais se transformam em transações monetárias e estas, por sua vez, passaram a exigir um meio de intercâmbio em cada articulação da vida industrial. Mas, para o autor, a peculiaridade mais surpreendente do sistema se refere ao fato de que, uma vez estabelecido, passou a se autorregular, funcionando sem qualquer interferência nos preços dos produtos. Isto foi o que passou a ser denominado de economia de mercado (POLANYI K. , 2000).

A consequência dessa economia de mercado em relação ao mundo do trabalho foi a exploração massiva da classe trabalhadora, a partir da introdução do sistema fabril, numa sociedade comercial, fazendo com que, inevitavelmente o trabalho e o dinheiro se tornassem mercadorias. É neste sentido que o autor denomina esse processo de "moinho satânico" por ser um mecanismo que tritura as pessoas, transformando-as em massa e imprimindo a visão utilitarista de uso indiscriminado dos recursos naturais em função do lucro. Diante dessa supremacia do mercado, o autor analisa que o Estado serviu para criar as condições de garantir que a sociedade passasse a ser submetida ao mercado, gerando um novo sistema social onde todos os indivíduos passaram a ser considerados peças de uma engrenagem. O autor também desmistifica a visão propagada por Adam Smith em relação ao sistema, que dizia, em suas

teorias econômicas, que nenhuma sociedade pode progredir se a grande maioria de seus membros é pobre e miserável. Para Polanyi (2000), apesar da justeza de tais ideias, as mesmas não passam de palavras mortas; a realidade é a comprovação de que, ao contrário, aumentou a concentração da riqueza, de um lado, por uma minoria rica e, a miséria de outro, para uma grande maioria da sociedade. Entre os diversos teóricos e ativistas da época, Polanyi (2000), destaca a atuação do socialista utópico Robert Owen, um dos fundadores do cooperativismo, com atividade econômica no ramo industrial, que se determinou a realizar experiências coletivas de produção, com a convicção que a sociedade deveria reagir diante dos ditames do mercado. Com esta visão, o autor ressalta que Robert Owen iniciou a organização de cooperativas, como forma de resgatar a dignidade humana e o tecido social destruído pelo sistema. O autor também evidenciou a luta social no século XIX, por meio da organização sindical que integrados a outros organismos sociais passaram a lutar contra a ação feroz da organização mundial dos mercados, sob a égide do padrão-ouro. Nesse embate avançou a luta da classe trabalhadora pelo reconhecimento dos sindicatos em 1870, contra a exploração e a exclusão, conseguindo alcançar uma articulação internacional (POLANYI K. , 2000). Como se pode observar, a ES surge em meio a um aceleração do processo de exploração do trabalho como mercadoria; no qual o patrão se apropria da força de trabalho como mais um bem que se compra e se utiliza, em função do lucro.

Singer 2002, ao se reportar às origens do cooperativismo, afirma que a Revolução Industrial e a Revolução Francesa impulsionaram a luta dos trabalhadores. Mas, também reconhece a influência de pensadores da época, como Robert Owen, que se engajou na luta contra a mecanização, promovida pela revolução industrial, inclusive, propondo, em 1817, ao governo britânico, um plano baseado em organizações cooperativas, como uma forma de se minorar a situação de pobreza e exploração. Mas, não sendo atendido, investiu na criação de algumas organizações cooperativas como: “London Co-operative Society (1821), Comunidade de Orbiston (1826), Associação de Troca de Brinton (1827) e London Co-operative Bazar (1829)” (SINGER, 2002, p. 27-28). O autor ainda ressalta que essas experiências, assim como outras, forçaram à criação do Grand National Moral Union de Owen, possivelmente a primeira central sindical do mundo e que algumas cooperativas foram patrocinadas por sindicatos, outras foram criadas com a ajuda de sociedades beneficentes, além das experiências em que os próprios trabalhadores se uniam e se organizavam sem qualquer patrocínio.

O resgate histórico do cooperativismo remete à reflexão de que sua essência tem um cunho político quando exercita as práticas de ação coletiva, a democracia representativa,

combinada com a democracia participativa, como forma de luta por emancipação e transformação social e como contraponto à propriedade privada dos meios de produção; tem também um cunho econômico, considerando os princípios fundamentais da cooperação e autogestão, sob o controle dos componentes da cooperativa, visando o acesso de todos os cooperados na renda alcançada pelo empreendimento coletivo. De acordo com o autor, foi com este ideário que nasceram as primeiras cooperativas, inspirando diversas outras experiências, ao longo dos séculos XIX e século XX, ressaltando a experiência da cooperativa de Mondragón, na Espanha, nos anos 1950, funcionando até os dias atuais como Escola Politécnica, integrando a Universidade de Mondragón; assim como a experiência de Microcrédito na República de Bangladesh, o Grameen Bank, a partir de 1976. Neste caso, o autor destaca que, o banco pertence a seus próprios clientes e as mulheres são a maioria, chegando a mais de noventa por cento dos participantes. SINGER (2002), reconhece que Muhammad Yunus se engajou neste projeto de geração de trabalho e renda, com o objetivo de fazer do banco popular uma ferramenta em prol do resgate da dignidade humana de milhares de famílias que viviam na mais extrema miséria em Bangladesh (SINGER P. , 2008).

Essas experiências, assim como outras, vão influenciar na afirmação da ES no mundo, inclusive, no Brasil, subsidiando a elaboração e fundamentação teórica dessa nova economia, que passa a focalizar a centralidade do trabalho como resgate da cidadania e emancipação da grande maioria da sociedade brasileira.

Os significativos avanços nas elaborações teóricas sobre ES contribuíram para uma percepção do seu papel estratégico na luta por um sistema social alternativo, por uma outra economia, promotora da dignidade humana e uso equilibrado do meio ambiente, considerando que esse movimento social tem as múltiplas dimensões: crítica ao sistema vigente, transição para um novo sistema econômico e utopia que aponta para a superação do domínio do capital, por meio da construção de um novo modo de produção, baseado nos princípios da solidariedade, cooperação, autogestão, democracia, participação, responsabilidade social e ambiental (VIEIRA, 2005).

De acordo com o autor, todas essas dimensões são sistematizadas nas elaborações de SINGER, ARRUDA, MANCE, GAIGER, entre outros. Em que pese alguma diferenciação nas suas ideias, é possível visualizar que suas teorias sobre ES são subsidiadas pela análise teórica de Karl Marx, sobretudo em relação à complexidade do que poderá ser a construção das condições econômicas, sociais, políticas, culturais, visando um sistema alternativo ao modo de produção capitalista. A recuperação da centralidade do trabalho, segundo a concepção marxista,

vai requer um longo processo de transição para se alcançar um patamar de transformação, em que o sistema vigente passe a ter profundas deficiências, colocando em xeque as atuais relações de produção (GAIGER, 2003). Neste sentido o autor ressalta a dimensão político-pedagógico, dos experimentos de ES, onde se exercita, desde já, a nova forma social de produção solidária, com o engajamento de sujeitos emancipados e conscientes da luta global, por uma outra economia. Singer (2002) também ressalta o aspecto educativo dos EES, onde se exercitam uma nova cultura de poder compartilhado, como forma de promoção da inclusão social.

No Brasil, se observam diversas experiências de ES, desenvolvidas em mais de duas décadas no final do século XX, com a assessoria de setores ligados à Igreja Católica, em especial a Cáritas Brasileira, pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e posteriormente pela Rede Unitrabalho, pela ADS/CUT, a FASE, o MST, entre outras; assim como se visualizam o desenvolvimento de políticas públicas de ES, por alguns governos estaduais e municipais de esquerda, que passaram a promover as experiências de microcrédito e bancos do povo, estimulando a geração de trabalho e renda na sociedade brasileira. Todas essas experiências vão ganhar impulso com a realização do Fórum Social Mundial (FSM), desde sua primeira edição em 2000, como espaço de resistência à globalização neoliberal, onde foi possível desenvolver o diálogo e articulação dos diferentes setores da ES do Brasil e de outras partes do mundo, permitindo que a classe trabalhadora aprofundasse a discussão a respeito dos limites e possibilidades da ES. Nesse ambiente se constituiu o Grupo de Trabalho Brasileiro de ES que passou a participar nas redes a nível nacional e internacional. Foi desse processo que se evoluiu para a elaboração das proposições da ES como política pública no governo federal. Tais proposições foram apresentadas ao candidato eleito a Presidente da República em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva, pelo GT de ES. É desse processo que surge a criação da SENAES, como instituição pública de coordenação das políticas públicas da ES a nível nacional e o FBES como entidade representativa dos movimentos sociais de ES no Brasil, com o papel de fomentar a ES e ser o principal interlocutor junto ao governo federal das demandas e reivindicações das organizações populares. É nesse amplo movimento que se organizam fóruns estaduais de ES nas 27 unidades da federação, unindo empreendimentos, entidades de apoio e gestores públicos para fortalecer a esse movimento, possibilitando o debate sobre as suas demandas e perspectivas. No Pará e, especificamente em Belém, não foi diferente.

Com a criação da SENAES, como instância governamental e do FBES, como representante da sociedade civil, ocorreu um significativo avanço nesse segmento social. O que antes acontecia localmente, em alguns estados e municípios, agora passa a ser um movimento

nacional, lutando pela inclusão de suas demandas na política pública nacional. Na década de 2003 a 2013, apesar de todas as adversidades provocadas pelas crises do sistema capitalista, a ES percorreu um caminho de construção de inúmeras e diversificadas experiências, interagindo o micro com o macro, a organização social com o Estado, conquistando direitos e universalizando as oportunidades. Nesse estudo, foi possível observar que, enquanto o sistema capitalista se sustenta em sociedades de capitais, a economia solidária tem seu maior sustentáculo em sociedades de pessoas capazes de resistirem aos resquícios da colonização e enfrentarem, conscientemente, o combate à exclusão social.

A pesquisa de campo em Belém-Pa., possibilitou uma percepção de que, nas três últimas décadas do século vinte, um conjunto de entidades comprometidas com a luta em favor da justiça social, inclusive a Prefeitura Municipal, no período de 1997 a 2004, fomentaram experiências significativas de ES, por meio do assessoramento, formação, capacitação e acompanhamento de diversos empreendimentos econômicos, geridos por princípios de colaboração. Esse acúmulo de experiências foi determinante para que o Pará e os diversos movimentos sociais de Belém participassem nas articulações nacionais de criação do FBES e da SENAES, adquirindo maior compreensão sobre os fundamentos do que se denomina como ES. Os dados da pesquisa evidenciam a relevância do impacto da criação da SENAES em Belém, quando se observa o fortalecimento e criação de diversos EES, a partir da criação do Fórum Estadual de ES, do Fórum Metropolitano da grande Belém, a realização de conferências e plenárias a nível municipal, estadual e a participação significativa nas plenárias nacionais de ES. A execução de Projetos como o Centro de Formação de ES (CFES/SENAES/MTE), sob a coordenação da ITCPES/UFPA, alcançou um conjunto de lideranças, gestores, assessores dos EES, possibilitando maior entendimento sobre esta nova economia; assim como a participação dos EES locais em feiras estaduais e nacionais de ES; o desenvolvimento de tarefas coletivas da militância de Belém no FSM, realizado neste município, em 2009; o estímulo para a organização da cooperativa CONCAVES, do segmento de catadores, e do Banco Popular Tupinambá; assim como uma rede de Grupos Solidários, entre outros.

Em que pese todos esses significativos avanços, relatados com maiores detalhes no capítulo quatro sobre a referida pesquisa, se observou uma descontinuidade no crescimento e ampliação dos processos organizativos de ES, com altos e baixos, sobretudo por fatores de ordem política. Os fatos evidenciam, por exemplo, a criação do Fórum Paraense de ES, assim como o Fórum Metropolitano da grande Belém, que passaram a serem referências coletivas dos paraenses e belenenses, engajados nesse segmento social. No entanto, a partir de 2012, essas referências

organizativas estão funcionando de forma incipiente, pela falta de estratégias coletivas de atuação; pela falta de acompanhamento de monitoramento da SENAES. Segundo informações de pessoas entrevistadas, a SENAES chegou a repassar recursos para EAF's, sem o conhecimento do Fórum Estadual e Metropolitano de ES, dificultando o acompanhamento do desenvolvimento dos projetos; em 2011, houve um significativo avanço com a aprovação da lei municipal de ES, pela Câmara Municipal de Belém, após uma infinidade de reuniões e articulações. E, após grande conquista, houve um arrefecimento, pela ausência de estratégias que levassem à implementação desta lei, que existe somente no papel; nenhuma das entidades de apoio e fomento atuam especificamente Belém ou, pelo menos, priorizam a capital, onde há um evidente crescimento da exclusão social.

Os dados da pesquisa de campo também revelaram que 58% das pessoas entrevistadas, consideram que a SENAES deixou muito a desejar em sua atuação, principalmente, pela falta de acompanhamento e monitoramento dos projetos. Entre outras questões, se observou que, entre 2003 e 2013, foram criados 86 EES, como indício importante de crescimento da ES em Belém; no entanto, se avalia que, cerca de 60% dos EES cadastrados, não correspondem aos critérios definidos pela base conceitual do SIES e cerca de 10% já estão desativados. Ou seja, somente cerca 30% dos EES cadastrados estão atuando na ES, conforme a base conceitual definida pelo SIES.

Diante do exposto se conclui que a atuação da SENAES foi relevante e até eficaz, porém não foi efetiva. Esta comprovação se fundamenta pela percepção da falta de consolidação e avanço de EES e redes de organizações de ES, apoiados, a partir de 2003, em razão dos diversos fatores acima expostos. Desta forma, se constata que, em que pese a influência significativa da política pública de ES, desenvolvida pela SENAES, em Belém-Pa., o impacto no desenvolvimento endógeno deste município se caracteriza como uma influência pontual, na medida em que, apenas alguns segmentos conseguiram trabalhar a cadeia produtiva e sobreviver às adversidades do sistema vigente; na medida em que, apesar da existência formal do Fórum Estadual e Metropolitano de ES, os poucos EES estão sobrevivendo de forma isolada, sem conexão e sem estratégias coletivas, diante da ferocidade dos empreendimentos capitalistas; na medida em que as leis estadual e municipal de ES não se popularizaram, permanecendo apenas no papel. Além do que, não se percebe nenhuma articulação consistente, capaz de lutar e conquistar que tais leis sejam levadas à prática.

Por fim, considerando grave esse quadro de dificuldades e de esfriamento de um movimento que já foi pujante e ainda está latente em Belém, analisa-se que, a possibilidade de

um resgate e até de uma rearticulação, num nível superior ao que já se experimentou, depende de entidades, empreendimentos e lideranças que se disponham a abraçar os seguintes desafios em Belém do Pará:

- a) Assumir o compromisso de efetivamente definir estratégias coletiva de organização da ES a nível local, articulados a nível estadual, na região amazônica e a nível nacional, sem esperar que algum ente de fora venha coordenar esse processo.
- b) Revisar a metodologia de levantamentos dos EES do CADSOL, para elaboração de um diagnóstico da realidade local, sem subterfúgios, partindo do que realmente existe para se proceder com a elaboração de projetos amplos que contemplem a diversidade desse segmento social.
- c) Arregimentar apoio de EAF's para o fortalecimento, ampliação e amadurecimento do movimento da ES, por meio de assessorias e um processo de educação popular, sobre o caráter inclusivo e revolucionário da ES, esclarecendo as contradições do sistema capitalista e a necessidade de exercitar a superação da cultura individualista, com experiências exitosas de economia solidária e cooperativista; mas, também, envidar esforços para se alcançar um patamar superior de avanço técnico nas experiências existentes de geração de trabalho e renda, por meio do desenvolvimento de projetos de articulação dos arranjos produtivos locais como: reciclagem, artesanato, confecção, produção de alimentos, etc.
- d) Criar uma consciência coletiva sobre a necessária organização dos empreendimentos em redes solidárias sustentáveis, que contemplem a articulação de arranjos produtivos locais, como forma de superação de uma economia marginal e secundária, visando aumentar a capacidade de influenciar no desenvolvimento endógeno da economia em Belém.
- e) Entrar na disputa das políticas públicas locais, estaduais e nacionais, exigindo o funcionamento das leis de ES, como forma de potencializar a capilaridade das redes de produção e comercialização e prestação de serviços, num processo contínuo de trabalho de base, tendo em vista contribuir com a força desta nova economia que pode deixar de ser apenas um meio de inclusão para ser um real fundamento de um novo sistema social capaz de romper com as estruturas de dominação pelo mercado e pelo capital financeiro.

É preciso acreditar que, “a gestação do novo, na história, dá-se, frequentemente, de modo quase imperceptível para os contemporâneos, já que suas sementes começam a se impor quando ainda o velho é quantitativamente dominante” (SANTOS, 2003 p. 69). Em razão disso, o autor nos adverte que a importância do novo pode passar despercebida; e que essa ideia de movimento e transformação é inerente à evolução da humanidade. No entanto, nada acontece por acaso; se,

no mundo atual, a utilização dos recursos da técnica e da ciência fortalecem o grande capital, só é possível enfrentar essa força das elites mundiais com a globalização das redes de ES, juntamente com outros segmentos sociais que lutam pela dignidade humana, utilizando da técnica e da ciência para se lutar pelas transformações estruturais na sociedade, em prol da emancipação das classes populares.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL FILHO, J. d. *A endogeneização no desenvolvimento econômico regional no local*. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*. IPEA, Rio de Janeiro, n. 23, p. 261-286, junho 2001. Disponível em < <http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em 29 de Maio de 2016.
- ANTEAG. *Atlas da Economia Solidária*. São Paulo: Todos os Bichos, 2009.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 6 ed. São Paulo: Campinas, São Paulo, Brasil: Cortez: Editora da Universidade de Campinas, 1999. Disponível em <<https://cesarmangolin.files.wordpress.com>>. Acesso em 24 de abril de 2016.
- ARROYO, J. C. *Economia Popular e Solidária. A alavanca para um desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- \_\_\_\_\_. *A Inserção de Empreendimentos da Economia Popular e Solidária no Emergente Aglomerado da Moda em Belém-Pará*. Belém, Pará, Brasil: UFPA, 2007. Disponível em <<http://www.fbes.org.br>>. Acesso em 20 de maio de 2016.
- ARRUDA, M. *Lucrar sem produzir: crise financeira como oportunidade de criar uma economia mundial solidária*. SOCIOECO, 2009. Disponível em: < <http://base.socioeco.org/>>. Acesso 26 de janeiro de 2016.
- BAPTISTA, T. *A ideia de ciclo na análise de políticas públicas*. In MATTOS, R.A. *Caminhos para análise das políticas de saúde*, 1.ed.– Porto Alegre: Porto Alegre: Rede UNIDA, 2015.
- BARBOSA, M. J. *Centro de Formação em Economia Solidária na Amazônia: Processos de Implantação e de Gestão*. Belém: UFPA, 2012.
- BARQUERO, A. V. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002.
- BARROS, A. d. *Projeto de Pesquisa: Propostas Metodológicas*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BECKER, H. *Falando da Sociedade: Ensaio sobre as diferentes maneiras de repensar o social*. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.
- BERTUCCI et al. *Economia Solidária: Outra economia é possível*. SENAES, 2010, 48 p.

- \_\_\_\_\_. *20 anos de Economia Popular Solidária. Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS*. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003. Disponível em < <http://http://caritas.org.br> >. Acesso em 23 de Fevereiro de 2016.
- BIANCHINI, Valter. *Agricultura Familiar: Recursos do Pronaf cresceram 300% em 10 anos*. PT Garibaldi/RS, 2013. Disponível em <<http://ptgaribaldi.blogspot.com.br> >. Acesso em 22 de Março de 2016.
- BITTAR, J. &. (2003). O modo petista de governar. IN Governos Estaduais: Desafios e Avanços. São Paulo: FPA, 2003.
- BLANCO, Diego León. *Belém 400 anos. Há o que comemorar?* DOL, 2015. Disponível em <<http://www.diarioonline.com.br>>. Acesso em 11 de maio de 2016.
- BOCAYUVA, P. C. *As metamorfoses do trabalho e da cooperação produtiva: a economia popular solidária na perspectiva da nova centralidade do trabalho*. Rio de Janeiro: FASE, 2007a.
- BRANDÃO, C.; Celso Furtado: *subdesenvolvimento, dependência, cultura e criatividade*. In D'AGUIAR, R.F. (Org). Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento. Rio de Janeiro: E-pappers: Centro Internacional Celso Furtado, 258 p., 2013.
- BRASILEIRO, A. *Diagnóstico de Belém-Pa. Distritos de Belém*. PT-Belém, 2016.
- CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM. *Leis Municipais*. Disponível em < <https://leismunicipais.com.br> >. Acesso em 17 de Maio de 2016.
- CANIATO, A. M., & Rodrigues., S. M. *A Construção Psicossocial da Competição: O Engano na Cumplicidade de Uma Falsa Vida*. In CUNHA, L.A. *Educação, Estado e Democracia*. São Paulo: Cortez, 1991.
- CARITAS. *Fortalecimento da Economia Solidária no Brasil. Incidência em Políticas Públicas no Campo da ES*. Cáritas, 2015, p. 1-32.
- CATTANI, A. D., GAIGER, L. I., LAVILLE, J.-L., & HESPANHA, P. *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra - Portugal: Almedina, 2009.
- CHAUI, M. *O que é ideologia*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2008.
- CONCAVES. *Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis*. Disponível em: < <http://concaves.blogspot.com.br> >. Acesso em 25 de janeiro de 2016.
- CORAGGIO, J. L. *La economia social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas*. Buenos Aires: Altamira, 2007.
- DELGADO, M. G. *Capitalismo, trabalho e emprego. Entre o paradigma da destruição e os caminhos de reconstrução*. São Paulo: LTR, 2006.

- DOBB e SWEEZY, P. *A Transição do Feudalismo Para o Capitalismo*, 5ª edição Tradução: Isabel Didonnet. do original em inglês: *The transition from Feudalism to Capitalism*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- DULCI, L. *Um salto para o futuro: como o governo Lula colocou o Brasil na rota do desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.
- FAPESPA. *Fundação Amazônia de Amparo a Pesquisas e Estudos do Pará-FAPESPA*. Disponível em < <http://www.fapespa.pa.gov.br> >. Acesso em 23 de Maio de 2016.
- FBES. *Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Outra Economia Acontece*. FBES, 2016. Disponível em <<http://www.fbes.org.br>>. Acesso em 7 de Maio de 2016.
- FERNANDES, A. S. *Cidade Sustentável*. UFPA, 2002. Disponível em: < <http://gabeira.locaweb.com.br> >. Acesso em 20 de Março de 2016.
- FORNAZIER, A., & OLIVEIRA. *O ideário neoliberal no Brasil*. OIKOS, 2013, n. 1, p. 87-111. Disponível em < <http://www.revistaoidos.org> >. Acesso em 5 de Junho de 2016.
- FPA. *Mestrado Profissional em Políticas Públicas*. Disponível em < <http://www.fpabramo.org.br> >. Acesso em 6 de janeiro de 2014.
- FPEPS. *Assembléia do Fórum Paraense de Economia Popular e Solidária*. FPEPS, 2011. Disponível em: < <http://forumparaensedecosal.blogspot.com.br>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.
- \_\_\_\_\_. *V Plenária Estadual*. FPEPS, 2015. Disponível em < <http://forumparaensedecosal.blogspot.com.br>>. Acesso em 22 de Março de 2016.
- FRANÇA Filho, G. C. *Terceiro setor, Economia social, Economia solidária e Economia popular: traçando fronteiras conceituais*. Revista Bahia análise e dados, 2002.
- FRANÇA FILHO, G. C., & LAVILLE, J.-L. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- FRANCISCANOS. *Carta Maior*. FSM, 2009. Disponível em < <http://www.franciscanos.org.br> >. Acesso em 14 de Abril de 2016.
- FREIRE, P. Video *O Educador da Liberdade*. Transcrição elaborada por: Isabel Cristina Nache Borges. Cátedra Paulo. Abril 2001. São Paulo, 2001.
- GAIGER, L. I. *A economia solidária diante do modo de produção capitalista*. In. Caderno CRH. Caderno CRH, vol. 16 nº 39. Salvador, 181-211, jul./dez. 2003. Disponível em < <http://www.ecosol.org.br> >. Acesso em 15 de fevereiro de 2016.

- \_\_\_\_\_. *Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que?* Revista de Ciências Sociais. Ano 2, 2000. Disponível em < <http://www.redalyc.org/>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2016.
- \_\_\_\_\_. *A dimensão empreendedora da economia solidária: Notas para um debate necessário.* Revista Latino-Americana de economia social e solidaria - Outra Economia - Volumen II - N° 3, 58-72, 2008j. Disponível em < <http://www.riless.org/otraeconomia>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2016.
- \_\_\_\_\_. *Significados e tendências da economia solidária.* CUT, 1999. Disponível em < [cessangicos.blogspot.com.br: https://blogger.com](http://cessangicos.blogspot.com.br:https://blogger.com) >. Acesso em 5 de março de 2016.
- \_\_\_\_\_. *A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo.* Revista Brasileira de Ciências Sociais, 212-259, 2013. Disponível em < <http://www.socioeco.org> >. Acesso em 6 de Junho de 2016.
- LAKATOS, E. M. *Fundamentos de Metodologia Científica.* Marina de Andrade Marconi. São Paulo: Atlas, 2003.
- LECHAT. *Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil.* Campinas: Universida de Campinas, 2004.
- LEIS MUNICIPAIS. *Cria o Programa Municipal de Economia Solidária, e dá Outras Providências. LEIN° 8911.* Câmara Municipal de Belém: Leis Municipais, 2012. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br> >. Acesso em 10 de Junho de 2016.
- LEITE, I. (2008). *A nova divisão internacional do trabalho e os desafios latino-americanos.* Revista Espaço Acadêmico, 2008. Disponível em < <http://www.espacoacademico.com.br/> > Acesso em 10 de abril de 2016.
- MAESTRI, M. *Um olhar heterodoxo sobre Palmares.* In Marges, n° 18, Perpignan, 47-74, 1997.
- MANCE, E. A. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual.* Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.
- MARCELO, M. d. *Formação da agenda governamental do Brasil e da Venezuela: as políticas públicas de economia popular e solidária revelando projetos distintos.* Clacso, 2008. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>>. Acesso em 10 de Março de 2016.
- MARTINS, M. L. (2001). *Planejamento Estratégico Participativo Numa Capital Amazônica –A Experiência de Belém do Pará.* São Paulo: USP, 2001. Disponível em <<http://www.fau.usp.br/>>. Acesso em 12 de março de 2016.

- MARX, K. F. *Manifesto Comunista. 1848*. São Paulo: BOI TEMPO EDITORIAL. Jinkings Editores Associados Ltda, 1998. Disponível em < <http://www.marxists.or.>>. Acesso em 20 de março de 2016.
- MATTOS, R. A., & BAPTISTA, T. W. *Análise das Políticas Públicas*. UERJ, 2012. Disponível em < <http://www.ims.uerj.br> >. Acesso em 16 de março de 2016.
- MATTOSO, Mattoso. *O Brasil herdado*. IN SADER & GARCIA..*Brasil, entre o passado e o futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.
- MILLS, W. *Os meios de comunicação de massa*. RJ: Zahar,1976.
- MIRANDA, N. C. *Economia Solidária no Estado do Pará: da Perpectiva de Construção de Movimento às Lutas, Tramas e Desafios*. Belém: UFPA, 2012.
- MORAES, R. *Poder, Estado, Democracia, Participação – Do que é que estamos falando?* FPA, 2013.
- MOTTA, E. S. *Trajetórias e Transformações no Mundo da Economia Solidária*. Rio de Janeiro: Museu Nacional da UFRJ, 2010.
- MP - Ministério do Planejamento. *Plano Plurianual 2016–2019*. MP, 2016. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br> >. Acesso em em 24 de Fevereiro de 2016.
- MTE. *Trabalho e Previdência Social*. MTE, 2016. Disponível em: < <http://www.mtps.gov.br> >. Acesso em 24 de Fevereiro de 2016.
- MTE/SENAES. *Atlas da Economia Solidária*. SENAES, 2006. Disponível em: < <http://base.socioeco.org>>. Acesso em 16 de Fevereiro de 2016.
- NAGEM e SILVA, S. P. Institucionalização e Execução das Políticas Públicas de Economia Solidária no Brasil. *REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA* V. 21, Nº 46, 159-175, 2013.
- OIT. *Social and Solidarity Economy Academy Towards Inclusive and Sustainable Development*. Geneva: Edited by Anita Amorim, 2015, pp. 1-220.
- PINHEIRO, M. A. *Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil. 6ª edição*. Brasília: BCB, 2008.
- POCHMANN, M. *Estrutura de Classe do Capitalismo Industrial em Transição. In Classes? Que Classes? Fundação Perseu Abramo e Fundação Friedrich Ebert (org.)*. São Paulo – SP: Fundação Perseu Abramo, 2013.
- \_\_\_\_\_. *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma/Emir Sader (ORG)*. Rio de Janeiro: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013.

- \_\_\_\_\_. *O Neoliberalismo Aumentou as Desigualdades*. São Paulo: Artigo Publicado na Folha de quarta-feira, 30 de julho, 2008. Disponível em:  
<<http://democraciapolitica.blogspot.com.br/>>. Acesso em 2 de Fevereiro de 2016.
- \_\_\_\_\_. *Economia Solidária no Brasil, possibilidades e limites*. Mercado de Trabalho, IPEA, 1-12, 2004f. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br> >. Acesso em 2 de Fevereiro de 2016.
- \_\_\_\_\_. *A Plutonomia Reage no Brasil. A força aética e antissocial que reage no Brasil*. SÃO PAULO, REDE BRASIL ATUAL, 2014l. Disponível em:  
<<http://www.redebrasilatual.com.br> >. Acesso em 12 de Fevereiro de 2016.
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época. Publicado, originalmente, em 1944. Tradução de Fanny Wrbel. 2ª. ed. .* Rio de Janeiro: Compus, 2000.
- POLITZER, C. G. *Princípios Fundamentais de Filosofia. Tradução de João Cunha Andrade*. São Paulo: 9ª ed. Hemus Editora Ltda, 1979.
- PRAXEDES, S. F. *Políticas Públicas de Economia Solidária: novas práticas, novas metodologias*. Ipea mercado de trabalho, 2009. Disponível em [ipea.gov.br/](http://ipea.gov.br/): Disponível em:  
<<http://ipea.gov.br/>>. Acesso em 24 de Abril de 2016.
- RODRIGUES, Edmilson. *Macro drenagem do Tucunduba. Conquista da Luta do Povo*. [www.edmilsonbritorodrigues.com.br/](http://www.edmilsonbritorodrigues.com.br/), 2015. Disponível em: <  
<http://www.edmilsonbritorodrigues.com.br> >. Acesso em 31 de Março de 2016.
- \_\_\_\_\_. *Aventura urbana: urbanização, trabalho e meio ambiente em Belém*. UFMA: 1996. Disponível em: < <http://www.joinpp.ufma.br>>. Acesso em 31 de Março de 2016.
- \_\_\_\_\_. *Projeto “Moradia é Central —inclusão, acesso e direito à cidade”*. Instituto Pólis, 2009. Disponível em: < <http://polis.org.br/> >. Acesso em 31 de Março de 2016.
- ROSA, E. P. *Políticas Públicas de Economia Solidária no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2013. Disponível em: < <https://www.lume.ufrgs.br> >. Acesso em 7 de fevereiro de 2016.
- SABER, S. E. *I Missão Grameen Bank - Conhecendo a mais importante experiência de microcrédito do cenário internacional - 1ª edição*. Brasília- DF: SABER, 1999.
- SANTOS, Boa Ventura de. *Os Processos de Globalização*. In Boa Ventura de SANTOS, *Globalização: Fattalidade ou Utopia* (pp. 31-106). Porto: Afrontamento, 2001.
- SANTOS, Dário Azevedo dos. *Impactos sociais e ambientais de projeto de macro drenagem da Bacia do Una: Um estudo sociológico*. Belém-Pa.: Núcleo de Altos Estudos

- Amazônicos/UFPA, 1998. Disponível em: <<http://www.bc.ufpa.br/>>. Acesso em 10 de Março de 2016.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SENAES. *Avanços e Desafios para as Políticas Públicas de Economia Solidária no Governo Federal - 2003/2010*. Brasília: MTE, 2012. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/>>. Acesso em 8 de Fevereiro de 2016.
- \_\_\_\_\_. *Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária –SIES – Disponibiliza Nova Base de Dados. Acontece SENAES*, 2013. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/>>. Acesso em 15 de Maio de 2016.
- \_\_\_\_\_. *Guia de Orientações e Procedimentos do Sies*. Brasília: MTE, 2009.
- \_\_\_\_\_. *CADSOL*. Brasília: MTE, 2015. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br/>>. Acesso em 15 de Maio de 2016.
- SIES/MTE. *Sistema de Informação em Economia Solidária*. BRASÍLIA: MTE, 2007. Disponível em: <<http://www.sies.mte.gov.br>>. Acesso em 15 de Maio de 2016.
- \_\_\_\_\_. *Sistema de Informação em Economia Solidária*. BRASÍLIA: MTE, 2007. Disponível em: <<http://www.sies.mte.gov.br>>. Acesso em 15 de Maio de 2016.
- \_\_\_\_\_. *Dados do CADSOL 2013*. Boletim Informativo Acontece: MTE, 2013. Disponível em <<http://acesso.mte.gov.br>>. Acesso em 21 de Março de 2016.
- SILVA, L. I. *Ampliando capacidades técnicas e políticas para incidência na política educacional do Estado do Pará*. BELÉM: Instituto Universidade Popular - UNIPOP, 2013.
- SILVA, R. M. *Trajatória e importância da UNISOL Brasil*. UNISOL, 2015. Disponível em: <<http://www.unisolbrasil.org.br>>. Acesso em 1 de fevereiro de 2016.
- SINGER. (2014u). *Dez anos de Secretaria Nacional de Economia Solidária*. Brasília: IPEA, Nº 56, 2014. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em 25 de janeiro de 2016.
- \_\_\_\_\_. *Anteag: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Introdução a economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Economia Solidária*. (P. S. OLIVEIRA, Entrevistador). São Paulo: Estudos Avançados, vol.22 no.62, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2016.

- SOUZA, Armando. L. *Políticas Públicas de Emprego Urbano em Belém: A Inserção de Trabalhadores em Cooperativas Populares*. XLIV CONGRESSO DA SOBER, 2006a. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/>>. Acesso em 14 de Abril de 2016.
- SOUZA, Angelo. R. (2003). *A natureza política da gestão escolar e as disputas pelo poder na escola*. *augusto.neiva/nesol/Publicacoes*, 2003. Disponível em: <<http://sites.poli.usp.br/>>. Acesso em 9 de Abril de 2016.
- SOUZA, Márcio. *Breve História da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994. Disponível em: <<http://noamazonaseassim.com.br/>>. Acesso em 30 de março de 2016.
- THOMPSON E. Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Tradução – Denise Bottman. São Paulo: Editora Paz e Terra, 3 vols, 4ª Edição, 1987.
- TUPIMAMBÁ, I. (2012). *Banco Tupimambá*. Instituto Tupimambá, 2012. Disponível em: <<http://bancotupinamba.blogspot.com.br/>>. Acesso em 16 de Maio de 2016.
- UNICAFES. *Carta Aberta*. *unicafes.org.br*, 2016. Disponível em: <<http://unicafes.org.br/>>. Acesso em 23 de Maio de 2016.
- VASCONCELLOS, C. d. *Metodologia Dialética em Sala de Aula*. Revista de Educação AEC, 1992. Disponível em: <<http://www.celsovasconcellos.com.br/>>. Acesso em 23 de Maio de 2016.
- VIEIRA, f. M. *Coerência e Aderência da Economia Solidária: um estudo de caso dos Coletivos de Produção do MST em Mato Grosso do Sul*. São Paulo: USP, 2005.
- WOOD, E. M. *A origem do capitalismo*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- YIN, R. *Estudo de Caso. Planejamento e Método*. Trad. Daniel Grassi - 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. Disponível em: <<https://saudeglobaldotorg>>. Acesso em 30 de agosto de 2015.
- ZOOTZ, W. O Teatro da Paz, em Belém-Pa. BRASIL TURISMO, 2016. Disponível em: <<https://www.brasil-turismo.com>>. Acesso em 23 de maio de 2003.

## ANEXOS

### ANEXO A



**Fundação Perseu Abramo**



**Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais**

**Programa de Mestrado Profissional**

## QUESTIONÁRIO

Entrevistas junto a Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), sobre a atuação da SENAES/MTE, em Belém-Pa., no período 2003 – 2013.

### I. Identificação da Pessoa entrevistada

Idade:

Sexo:

Raça/Etnia:

Fone:

01. Qual o cargo que vossa senhoria exerce no Empreendimento?

- a.  Dirigente, Gestor/a, Coordenador/a
- b.  Técnico, Assessor/a ou Educador/a
- c.  Membro associado/a da Organização
- d.  Outro. Qual ?

02. Há quanto tempo exerce esse cargo?

- a.  menos de 01 ano
- b.  entre 01 e 03 anos
- c.  mais de 03 anos

03. Qual sua formação acadêmica?

- a.  Ensino Fundamental incompleto
- b.  Ensino Fundamental
- c.  Ensino Médio
- d.  Ensino Superior
- e.  Pós-Graduação. Qual?

### II. Identificação da Organização.

04. Nome do Empreendimento:

4.1 Ano de Fundação:

4.2 Tempo de atuação em Economia Solidária:

4.3. PRINCIPAL OBJETIVO DA ENTIDADE:

05. Quais as atividades econômicas desenvolvidas, por ordem de prioridade, do Empreendimento?

- a.  Arte e Cultura;
- b.  Produção e Beneficiamento;
- c.  Reciclagem;
- d.  Crédito solidário;
- e.  Comércio;
- f.  Alimentação;
- g.  Serviços de Higiene e limpeza;
- h.  Higiene e Beleza;
- i.  Moveleira;
- j.  Confecção;
- k.  Outros. Qual?

06. Por que razão você participa desse empreendimento de Economia Solidária?

R-

07. Como esse Empreendimento atua para executar o trabalho?

(Se necessário, você pode marcar mais de uma alternativa)

- a.  Produção de bens;
  - b.  Produção de serviços;
  - c.  Comercialização;
  - d.  Manufatura;
- Outros. Quais?

08. Qual destes públicos, por ordem de prioridade, é composto este Empreendimento?

- a.  Mulheres adultas;
  - b.  Agricultores Familiares;
  - c.  Lideranças Comunitárias;
  - d.  Pessoas com necessidades especiais;
  - e.  Jovens;
  - f.  Pais e Mães de família;
  - h.  Afro-descendentes;
  - j.  Populações tradicionais;
  - i.  Outros. Quais?
- 

09. Esta Organização Participa de alguma forma de articulação? Quais?

(Se necessário, você pode marcar mais de uma alternativa)

- a.  Fórum Metropolitano de Economia Solidária ;
- b.  Fórum Paraense de Economia Solidária;
- c.  Fórum Nacional de Economia Solidária;
- d.  Conselho Municipal de Economia Solidária;
- e.  Conselho Metropolitano de Economia Solidária;

- f. ( ) Conselho Estadual de Economia Solidária;
- g. ( ) Conselho Nacional de Economia Solidária;
- h. ( ) Rede de comercialização;
- i. ( ) Não participa;
- j. ( ) Rede de Comercialização;
- k. ( ) Entidade Geral;
- l. ( ) Outros.
  - Qual?

### III. SOBRE A ATUAÇÃO DA SENAES EM BELÉM.

10. Como você classifica o trabalho da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)?  
( ) Ótimo; ( ) Bom; ( ) Regular; ( ) Ruim; ( ) Péssimo.

Por que?

11. Quais as principais ações desenvolvidas pela SENAES que contribuiu para fortalecer o e Empreendimento?

12. Como o surgimento da SENAES impactou o trabalho do Empreendimento, supondo que ele já existia anteriormente?

13. Se não existia anteriormente, você atribui ao trabalho da SENAES, direta ou indiretamente, a criação deste Empreendimento? Por que?

14. Quais as principais ações da SENAES que contribuíram para fortalecer, todas as organizações de Economia solidária em Belém?

15. Quais os avanços que foram conquistados na economia solidária em Belém, devido ao trabalho desenvolvido pela SENAES, no período de 2003 a 2013?

16. O que ficou a desejar no trabalho da SENAES no município de Belém, no período de 2003 a 2013?

R-

17. Quais os principais problemas da Economia Solidária em Belém?

R-

## ANEXO B



**Fundação Perseu Abramo**



**Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais**

**Programa de Mestrado Profissional**

## QUESTIONÁRIO

Entrevistas junto às Entidades Apoio e Fomento em Economia Solidária (EAF), sobre a atuação da SENAES/TEM, em Belém-Pa., no período 2003 – 2013.

### I. Identificação da Pessoa entrevistada

Idade:

Sexo:

Raça/Etnia:

Fone:

01. Qual o cargo que vossa senhoria exerceu na organização ou órgão governamental?

- a.  Dirigente, Gestor/a, Coordenador/a
- b.  Técnico, Assessor/a ou Educador/a
- c.  Membro associado/a da Organização
- d.  Outro. Qual?

02. Há quanto tempo exerceu esse cargo?

- a.  menos de 01 ano
- b.  entre 01 e 03 anos
- c.  mais de 03 anos

03. Qual sua formação acadêmica?

- a.  Ensino Fundamental incompleto
- b.  Ensino Fundamental
- c.  Ensino Médio
- d.  Ensino Superior
- e.  Pós-Graduação. Qual área?

### II. Identificação da Organização.

04. Nome da Organização ou Órgão Governamental:

4.1 Ano de Fundação ou tempo de atuação:

#### 4.2 Tempo de atuação em Economia Solidária:

05. Quais os Projetos de Fomento, Formação, Assessoria, Acompanhamento, que a Instituição Desenvolveu?

06. Qual o principal objetivo da Entidade?

07. Quais as principais ações que sua entidade realizou para alcançar esse objetivo?

08. Qual o público prioritário da Entidade?

(Se necessário, você pode marcar mais de uma alternativa)

- a.  Mulheres adultas;
- b.  Lideranças Comunitárias;
- c.  Pessoas com necessidades especiais;
- d.  Jovens;
- e.  Pais e Mães de família;
- f.  Afro-descendentes;
- g.  Populações tradicionais;
- h.  Outros. Qual?

09. Esta Organização Participou de alguma forma de articulação? Quais?

(Se necessário, você pode marcar mais de uma alternativa)

- a.  Fórum Metropolitano de Economia Solidária ;
- b.  Fórum Paraense de Economia Solidária;
- c.  Fórum Nacional de Economia Solidária;
- d.  Conselho Municipal de Economia Solidária;
- e.  Conselho Metropolitano de Economia Solidária;
- f.  Conselho Estadual de Economia Solidária;
- g.  Conselho Nacional de Economia Solidária;
- h.  Rede de comercialização;
- i.  Não participou;
- h.  Outros.

Qual?

R-

### III. SOBRE A ATUAÇÃO DA SENAES EM BELÉM.

10. Como você classifica o trabalho da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)?

Ótimo;  Bom;  Regular;  Ruim;  Péssimo.

Por que?

R-

11. Quais as principais ações desenvolvidas pela SENAES que contribuiu para fortalecer esta Entidade?

12. Qual a estimativa do número de pessoas, especificamente de Belém, que participaram dessas atividades?
13. Como o surgimento da SENAES impactou o trabalho desta Entidade, supondo que ele já existia anteriormente?
14. Quais as principais ações da SENAES que contribuíram para fortalecer, todas as organizações de Economia solidária em Belém?  
R-
15. Quais os avanços que foram conquistados na economia solidária em Belém, devido ao trabalho desenvolvido pela SENAES, no período de 2003 a 2013?
16. O que ficou a desejar no trabalho da SENAES no município de Belém, no período de 2003 a 2013?
17. Quais os principais problemas da Economia Solidária em Belém?

## ANEXO C

# LEI MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA BELÉM-PARÁ.

## LEI Nº 8911, DE 23 DE MARÇO DE 2012.

CRIA O PROGRAMA MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM estatui a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I

#### DO PROGRAMA MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

#### SEÇÃO I

#### DENOMINAÇÃO E OBJETIVOS

**Art. 1º** Fica instituído o Programa Municipal de Economia Solidária com o intuito de apoiar iniciativas coletivas de geração de trabalho e renda que se organizam com base na autogestão, cooperação e solidariedade, com os seguintes objetivos:

I - Proporcionar a assessoria aos empreendimentos econômicos solidários desde o processo inicial de formação e, depois de estruturados, com formação continuada nas áreas conceitual, técnica e de gestão;

II - Apoiar a constituição e contribuir para o fortalecimento de redes solidárias de produção, comercialização e consumo;

III - Apoiar iniciativas que promovam a comercialização dos empreendimentos econômicos solidários;

IV - Promover acesso a políticas de investimento social;

V - Promover o intercâmbio entre o campo e a cidade na área de abastecimento e consumo, através de entidades de autogestão para intermediar e escoar a produção da agricultura familiar e cooperativas à cidade, levando um preço mais barato à população de baixa renda;

VI - Incentivar a criação de Bancos de Desenvolvimento Comunitários para fomento de apoio aos empreendedores populares em Belém e seus Distritos onde já existam experiência de economia em pelo menos um ano de atividade;

VII - A Prefeitura Municipal de Belém fica encarregada de comprar 30% (TRINTA POR CENTO) da produção dos produtos da economia solidária, incluindo estes na merenda escolar do município;

VIII - Os empreendimentos econômicos solidários participantes do programa municipal de economia solidária que comercializam produtos para exportação ficam responsabilizados de comercializar 3% (TRÊS POR CENTO) da produção para o consumo local.

## SEÇÃO II

### ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

**Art. 2º** O Programa Municipal de Economia Solidária constitui-se como uma ação intersetorial da Prefeitura Municipal de Belém com a participação das diversas políticas setoriais, particularmente as de economia, urbanismo, educação, cultura e assistência social.

**Art. 3º** O Programa Municipal de Economia Solidária estará vinculado à estrutura administrativa do Gabinete do Prefeito e será coordenado por esta estrutura específica ou a que unidade delegar por expresse.

**Art. 4º** Para a execução do Programa Municipal de Economia Solidária será designada equipe própria multidisciplinar composta por servidores e servidoras municipais vinculados às Secretarias participantes do referido Programa.

## SEÇÃO III

### PROJETOS

**Art. 5º** O Programa Municipal de Economia Solidária será operacionalizado por meio de ações que oportunizem:

I - Projetos de assessoria aos Empreendimentos Econômicos Solidários, que assessora, desde o processo de formação dos grupos de geração de trabalho e renda e após a sua organização, propiciando, conforme a necessidade, capacitação nas áreas conceitual, técnica e de gestão;

II - Projetos de Investimento Solidário, que objetiva o acesso a materiais de consumo para o processo de produção das iniciativas coletivas de geração de trabalho e renda;

III - Projetos Rede Solidária, que visa a apoiar e fortalecer a organização de rede solidária de produção, comercialização e consumo;

IV - Projetos de Oficinas Solidárias, que têm o intuito de propiciar informações sobre a Economia Solidária, da perspectiva do trabalho coletivo, autogestionário, cooperativo e solidário;

V - Projeto de Educação para o consumo crítico e solidário, que tem por objetivo sensibilizar diferentes segmentos sobre a Economia Solidária e o consumo justo e solidário;

VI - Havendo outras necessidades posteriores, faculta-se ao Programa Municipal de Economia Solidária a formatação de outros projetos que visem o atendimento a suas finalidades, respeitada a disponibilidade orçamentária e mediante aprovação do Conselho Municipal de Economia Solidária.

Parágrafo Único - As funções descritas nos incisos acima poderão ser objetos de edital público para a seleção de executor do respectivo projeto dentre instituições da sociedade civil sem fins lucrativos que se candidatarem para este fim.

## CAPÍTULO II

### DA POLÍTICA PÚBLICA MUNICIPAL DE FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA

#### SEÇÃO I

#### PRINCÍPIOS

**Art. 6º** A Política Pública Municipal de Economia Solidária é regida pelos seguintes princípios:

I - Articulação e integração com enfoque no caráter intersetorial e multidisciplinar, o que permite atuar de forma integralizada com o público a ser atendido;

II - Participação e controle social;

III - Descentralização e territorialização das ações;

IV - Desenvolvimento local e sustentável;

V - Autogestão, cooperação e solidariedade, como foco das ações.

#### SEÇÃO II

#### OBJETIVOS

**Art. 7º** A Política Pública Municipal de Economia Solidária possui os seguintes objetivos:

I - Propiciar acesso à geração de trabalho e renda na perspectiva da Economia Solidária;

II - Contribuir para a melhoria da elevação da qualidade de vida pela criação de fontes de renda;

III - Incentivar a constituição de cadeias produtivas na Economia Solidária;

IV - Apoiar os empreendimentos econômicos solidários nos aspectos relacionados ao comércio justo e solidário;

V - Propiciar o acesso às ações de Economia Solidária por meio de estruturas físicas descentralizadas e territorializadas;

VI - Apoiar o cooperativismo popular e solidário;

VII - Promover a intersetorialidade e multidisciplinaridade das ações do Poder Público Municipal.

### CAPÍTULO III

#### DOS BENEFICIÁRIOS

**Art. 8º** São considerados beneficiários da Política Pública Municipal de Fomento à Economia Solidária grupos de geração de trabalho e renda informais ou formais que se organizam com base na autogestão, cooperação e solidariedade, composto por trabalhadores e trabalhadoras com mais de 16 anos de idade, residentes e domiciliados no Município de Belém e seus Distritos que cumpram, ao menos, um dos seguintes requisitos: estejam desempregados e/ou se encontrem em situação de vulnerabilidade social e/ou sejam procedentes de agricultura familiar e/ou se encontrem em situação de violência e/ou indígenas da comunidade local e/ou usuários de serviços de saúde mental.

**Art. 9º** A participação no Programa de Economia Solidária será formalizada por meio de um Termo de Adesão.

### CAPÍTULO IV

#### DOS RECURSOS

**Art. 10** As atividades de fomento, inclusive crédito produtivo orientado, de formação continuada dos empreendimentos econômicos solidários terão recursos procedentes do Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol.

**Art. 11** Outras atividades de apoio à Economia Solidária, conforme a execução, estarão alocadas nas respectivas políticas setoriais.

### CAPÍTULO V

#### DO CRÉDITO

**Art. 12** Os empreendimentos econômicos solidários participantes do Programa Municipal de Economia Solidária poderão acessar ao crédito solidário através da operação direta do Fundo Municipal de Solidariedade para geração de emprego e renda Ver-o-Sol, ou através de convênio

a ser estabelecido pelo Executivo Municipal com instituição que opere o "microcrédito".

## CAPÍTULO VI

### DO CENTRO PÚBLICO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

**Art. 13** O Centro Público de Economia Solidária constitui-se como espaço público de referência da Economia Solidária no município para o desenvolvimento de ações pertinentes à área, para difusão da Economia Solidária, sede do Programa Municipal de Economia Solidária e do Fundo Municipal de Solidariedade para geração de emprego e renda Ver-o-Sol.

**Art. 14** O Centro Público de Economia Solidária tem por objetivos:

I - Abrigar ações da Política Pública de Economia Solidária;

II - Contribuir com o processo de comercialização dos empreendimentos econômicos solidários;

III - Possibilitar a articulação dos diferentes sujeitos na construção e fortalecimento das ações de Economia Solidária;

IV - Promover formação continuada e capacitações nas áreas técnica, de gestão, entre outras, conforme a necessidade dos empreendimentos econômicos solidários.

## CAPÍTULO VII

### DA PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

**Art. 15** Fica criado o Conselho Municipal de Economia Solidária, com as seguintes atribuições:

I - Zelar pelo cumprimento e implementação desta Lei;

II - Acompanhar as ações desenvolvidas pela Política Pública de Economia Solidária;

III - Zelar pela garantia do bom andamento das atividades desenvolvidas pelo Centro Público de Economia Solidária;

IV - Apoiar as atividades realizadas que objetivem o fortalecimento da Economia Solidária;

V - Contribuir para a elaboração do planejamento das ações da Política Pública de Economia Solidária e do Centro Público de Economia Solidária.

**Art. 16** O Conselho Municipal de Economia Solidária de Belém será composto:

I - 08 (OITO) representantes do Poder Executivo;

II - 06 (SEIS) empreendedores de Economia Solidária cujas sedes dos empreendimentos ficam em diferentes bairros do Município;

III - 02 (DOIS) representantes de entidades de apoio à Economia Solidária, e;

IV - 02 (DOIS) representantes de instituição de pesquisa.

**Art. 17** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de quarenta e cinco dias da data de sua publicação.

**Art. 18** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, EM 23 DE MARÇO DE 2012.

Ver. RAIMUNDO CASTRO

Presidente

DOM nº 12.099, de 25/05/2012.

LEIS MUNICIPAIS (2012)